

"MINHA BISAVÓ FOI PEGA NO MATO A CACHORRO"
memórias de genocídio e parecenças indígenas



Josinelma Ferreira Rolande

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

JOSINELMA FERREIRA ROLANDE

**“MINHA BISAVÓ FOI PEGA NO MATO A CACHORRO”:
memórias de genocídio e parecenças indígenas**

Brasília/DF
2025

Josinelma Ferreira Rolande

**“MINHA BISAVÓ FOI PEGA NO MATO A CACHORRO”:
memórias de genocídio e parecenças indígenas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcela Coelho de Souza

Brasília/DF
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de RR744m? Rolande, Josinelma Ferreira
"MINHA BISAVÔ FOI PEGA NO MATO A CACHORRO": memórias
genocídio e parecenças indígenas / Josinelma Ferreira
Rolande; orientador Marcela Coelho de Souza. -- Brasília,
2025.
259 p.
Tese (Doutorado em Antropologia) -- Universidade de
Brasília, 2025.
1. Povos indígenas. 2. Corpo-documento. 3. Parecença. 4.
Silêncio. 5. Memória. I. Coelho de Souza, Marcela ,
orient. II. Título.

Josinelma Ferreira Rolande

**“MINHA BISAVÓ FOI PEGA NO MATO A CACHORRO”:
memórias de genocídio e parecenças indígenas**

Tese apresentada à Universidade de Brasília,
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,
Departamento de Antropologia. Foi avaliada para a
obtenção do título de Doutora em Antropologia e
aprovada em sua forma final pela orientadora e pela
banca examinadora.

Conceito:

Data de aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr. Marcela Coelho de Souza – PPGAS/UnB
(Presidente)

Dra. Ana Cláudia Gomes de Souza - UNILAB
(Membro externo)

Dra. Mirna kambeba Omágua Yetê Anaquiri – IHAC/UFSB
(Membro externo)

Dra. Cristiane de Assis Portela – HIS/UnB
(Membro externo)

Dra. Silvia Maria Ferreira Guimarães – PPGAS/UnB
(Membro interno)

Dr. Guilherme José da Silva Sá – PPGAS/UnB
(Suplente)

À Dona Zilma Louredo, Isaiás Costa, Bertolina
Silva (Dona Biluca), João Silva (João Darda),
Mário Ribeiro (Seu Marinho), Paulo Oliveira
(Paulo Manga), todos *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Essa história de doutora começa lá atrás, nos anos 2000, quando meu tio Elpídio Ferreira, irmão da minha mãe Emília Ferreira, perguntou-me porque eu não conseguia passar no vestibular, pois eu já estava em minha segunda tentativa. Eu respondi que tinha feito curso técnico e que os conteúdos por mim estudados durante o curso, não eram os mesmos conteúdos do vestibular. Foi então que ele se disponibilizou a pagar seis meses de cursinho pré-vestibular pra mim. Assim teve início essa história de doutora: passei no vestibular, agraciada também pelas promessas da minha avó Tatá (Otávia Ferreira) e da minha avó Maricota (Maria do Carmo Roland) que fizeram promessa para Santa Tereza, de Itamatatuiua, e para meu anjo da guarda. Depois passei no mestrado e agora estou aqui concluindo o doutorado. Agradeço ao meu tio Elpídio, que não me viu concluir nem mesmo a graduação. Agradeço a ele por acreditar e por ter sido essa pessoa preocupada com a educação dos parentes, pagou escola para as irmãs, mas ele mesmo só estudou até a 4ª série. Obrigada também por educar a família Ferreira a ter orgulho de sua negritude!

E é assim, cheia de orgulho e convencimento, que a pretinha doutora começa sua jornada de reconhecimento aos demais que têm sua parcela de contribuição nesta história. Assim prossigo agradecendo a minha família: aos meus pais, Emília Ferreira e Josiel Rolande, à minha irmã, Josielma Ferreira Rolande, e ao meu companheiro, André Bogéa, que ficou cuidando da nossa filhota Magali enquanto eu estive longe de casa. Aproveito para agradecer à minha tia, Benedita Ferreira, e aos demais parentes que evitavam ir à minha casa respeitando o meu tempo de escrita, especialmente minha mãe, que só ia quando eu mandava mensagem no fim da tarde para nós molharmos as plantas do meu quintal.

Ao tomar a decisão de fazer a seleção do doutorado, contei com a ajuda da minha amiga e ex-companheira de trabalho, Aurine Rocha, pois a mesma se dispôs a trazer de Teresina os livros do edital da seleção, pois em minha cidade não havia livraria e não chegariam a tempo caso optasse em comprá-los pela internet. Por esse gesto e por me aturar durante o árduo processo seletivo, eu sou grata.

Carolina Amorim, Mônica Almeida e Kátia Núbia Corrêa colocaram pilha, “Vai fazer doutorado em Antropologia na UnB.”. Obrigada por me pilharem! A Kátia Núbia um reconhecimento especial, pela semana de debate acerca dos textos da seleção e pela leitura atenciosa do meu ensaio teórico. Ainda reconhecendo as amigas parceiras dessa seleção, Sariza Caetano, a quilômetros de distância, esteve sempre presente do começo ao fim, lendo ensaio

teórico, lendo capítulo de tese, lendo artigo de final de disciplinas. Sou grata por estar sempre disposta a ler os meus rabiscos.

E quem esteve presente também nessa jornada chamada seleção foram as amigas Welitânia Oliveira e Lidiane Alves, agradeço por me receberem em Brasília e me apresentarem pessoas queridas, Beatriz Moura e Aline Miranda. A esta última um agradecimento especial, pois foi a primeira e única amiga a disponibilizar fragmentos de seu tempo para apreciar os fragmentos de memórias aqui rabiscados, da introdução ao capítulo final. Obrigada pelo olhar atencioso!

Uma vez aprovada no doutorado, tiveram início as mudanças. E como sou grata ao Instituto Federal do Maranhão, por me conceder licença por quatro anos, o que me permitiu os deslocamentos. E é lá na Capital Federal, na turma de 2019, que aterrissei com o meu sotaque e me deparei com uma diversidade de sotaques, que me fez perceber que eu não estava sozinha naquele avião, isso foi bom. Sou grata pela companhia de vocês: Welitânia Oliveira, Raquel Chaves (Raquel Tupinambá), Rosilene de Araújo (Rose Tuxá), José Carlos Tupinambá, Luciana Ferreira, Ricardo de Oliveira (Rick), Andreza Ferreira, Clarisse Jabur, Sofia Scartezini, Miguel dos Santos Filho, Raissa de Oliveira, Ledja Leite e Joyce Lopes. A Raquel Tupinambá meu agradecimento especial pela cumplicidade e parceria ao longo dessa jornada. A essa cumplicidade, compartilhando disciplinas, encontrei Bárbara Dias e Rosania do Nascimento (Zane), uma tocaninense e uma baiana, pessoas fundamentais para a estadia em Brasília ser mais leve. A Zane do Nascimento sou grata por cada indicação de livro, por cada leitura e gargalhada compartilhada. E sobre aprendizagens, agradeço ao Coletivo Zora Neale Hurston e ao Projeto Oficina Escrevivências pela acolhida. Sou grata ainda pelo encontro com Aisha-Angéle Leandro Diéne, Marina Fonseca, Stéfane Guimarães (Teté), Sarah Almeida, Sara Moraes e Fabíola Gomes, esta última um agradecimento especial pela atenção e tempo reservado para me dar aulas de inglês e para traduzir o resumo desta tese.

Durante a estadia em Brasília muitos bons encontros, com Dona Maria Plácida, uma maranhense que me apresentou ao grupo de bumba Boi de Seu Teodoro. No bumba boi, fui acolhida e vivi os melhores dias quando da minha morada na capital federal. Ainda sobre encontros, sou grata por cruzar com Gena Aparecida, uma maranhense que conheci e com quem aprendi muito, ao fazer o trabalho final da disciplina de Seminário Avançado em Teoria. E por falar em disciplina, não posso esquecer de agradecer ao PPGAS/DAN, especialmente aos professores do programa de pós com quem cursei disciplinas importantes em minha formação de Doutora: Silvia Guimarães, Guilherme Sá, Carlos Alexandre Plínio, Henyo Barreto e Marcela Coelho. Esta última, minha orientadora, a quem agradeço por me deixar à vontade em

minha escrita, pelos ensinamentos, pelos textos revisados, pelas orientações que, apesar de terem sido poucas, foram pontuais para a construção dessa análise. Ainda no PPGAS/DAN, agradeço aos servidores Rosa Venina, Jorge Máximo e Fernanda Leite pela atenção e agilidade, principalmente na emissão de todos os documentos que necessitei.

Dando continuidade aos encontros, reconheço que cruzar com Jurema Machado foi necessário e importante para o amadurecimento do meu trabalho de campo. Agradeço a disposição em me ouvir sempre que eu retornava das minhas idas a campo. Um campo que fiz acompanhada de muita gente, pois, na maioria das vezes, tive com quem contar em minhas viagens. Antes mesmo de cursar o Doutorado, estive em campo na companhia dos meus ex-alunos Isaías Costa e Elilmara Mendes e das amigas Betânia Lobato e Beatriz Sousa. Já cursando o doutorado, o campo prosseguiu, e, em alguns desses deslocamentos, pude contar com minhas ex-alunas Thaís Pimenta e Elenilde Rodrigues e também com as minhas amigas Girlene Pimenta e Julyana Cabral. A todas vocês agradeço a companhia e por se permitirem dar ouvidos a histórias tão silenciadas em nossa região. E para essa escuta, fui contemplada no penúltimo ano do doutorado com bolsa de estudos concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), a qual possibilitou a realização da minha pesquisa de campo. Obrigada, FAPEMA!

Ainda em campo, mas dessa vez na Cúria Diocesana de Pinheiro, agradeço a Arthur Abreu por me receber e me ensinar a manusear documentos de Batismo. Agradeço ainda a Maria de Fátima Pereira e a Erik Bruno Costa, graduados em História da UFMA que encontrei na Cúria digitalizando livros de casamento, óbito e batismo do século XIX, pois estes me ajudaram a encontrar pessoas naqueles livros e a traduzir certidões. Em meio a livros, sou imensamente grata a Cynthia Pinheiro Abreu, Tabeliã do Cartório do Registro Civil de Pinheiro, que não mediu esforços em autorizar a minha pesquisa nos livros arquivados no Cartório de sua responsabilidade. Ali contei ainda com o apoio das funcionárias Rosélia Franco de Sá Diniz (Déa), Francinubia Silva Brito (Núbia) e Wagner Cunha Guterres (Seu Wagner). Obrigada a todos e, também, a Dona Sandra Mendes que me disponibilizou fotografias do seu acervo pessoal. E agradeço, ainda, à historiadora Ana Paula Durans Lopes pelas informações cedidas.

E quando os primeiros rabiscos da tese foram ganhando corpo, contei com amigas que se debruçaram seja sobre um parágrafo ou mesmo apenas para me ouvir falar sobre minha pesquisa, contribuindo bastante com esta escrita: Luciana Railza, Sariza Caetano, Jurema Machado, Aline Miranda, Elizabeth Serra e Flávia Andresa. E, também, minha orientadora, Marcela Coelho, que a cada leitura de capítulo me dava uma injeção de ânimo, encorajando-me nesta escrita que em nada se parece com um formato padrão de escrita de tese, se é que

existe um padrão. Nessa jornada, contei ainda com uma banca de qualificação que me impulsionou para o campo com muitas interrogações. Agradeço às professoras Cristiane Portella e Elizabeth Coelho pela leitura e arguição atenciosa do meu Projeto de Pesquisa.

Agradeço ainda a todas as pessoas que me receberam em suas casas e compartilharem comigo as suas histórias. Agradeço cada xícara de café servido, cada palavra dita e cada silêncio. Essa tese só existe porque vocês permitiram que ela existisse. Obrigada, Dona Floriana Miguens, Paulo Oliveira, Sebastiana dos Santos Lopes Teixeira, Luís Carlos Teixeira (Luís Lopes), Odinéia Sarges Soares, Conceição Pimenta, Ventura Silva, José Maria, Maria José Araújo, Augusta Costa e sua filha Ana Ferraz, Maria Cristina Ribeiro, Bertolina Silva, Josefa Ribeiro, Juscelino Miguens, Pedrolina Miguens, Leônidas da Silva Ramos, Marinilde Santos, Raimundo Pereira (Mundiquinho Pereira), Sérvulo Soares, Verônica Ribeiro, Walter Lourenço Moraes, Lúcia Furtado Lopes (Lucy), Zilma Louredo e a todas as comunidades e dezenas de pessoas com quem dialoguei ao longo das minhas andanças nos povoados pertencentes aos municípios de Pinheiro, Presidente Sarney e Pedro do Rosário.

Agradeço às amigas de procrastinação, pois quando o assunto era desviar da tese, eu sempre podia contar com Mariana Lira me convidando para fazer um tour gastronômico por Buriticupu/MA. E quando não pude ter mais a companhia de Mariana, fui agraciada com um time de futsal (Josineia Botelho, Nice Coelho, Fátima Côrrea, Bruna Menezes, Elaynne Oliveira, Daniele Matos, Rayssa Soares, Marcelle Catanhede, Nadege Privado, Jully Carvalho, Viviane Coimbra e Nilza Reis), pois nem adiantava dizer que eu não ia poder jogar que a insistência era grande. Obrigada por insistirem! E quando não tinha futsal, Elaynne Oliveira, também doutoranda, inventava um *trekking* de 15km, uma viagem para a Ilha dos Lençóis e um mundaréu de aventuras em que eu e Julyana Cabral (outra doutoranda) nos sentíamos na obrigação de embarcar para procrastinar. E como era bom ser obrigada a procrastinar, sou agradecida. Aqui agradeço minha filhota, Magali Rolande, e meu companheiro, André Bogéa, que me faziam voltar à realidade, ele insistindo pra eu ficar quieta em casa e escrever e ela imitando-me em minha escrita de tese, ambos fazendo-me lembrar que era hora de retomar e parar de procrastinar. E quando não era Magali ou André, tinha muita gente querendo saber da tese, obrigada a quem perguntou, pois ela ficou pronta.

Por fim, agradeço a Gina Vale, Daniele Pacheco e Inatália Ferreira, pelos ensinamentos quando de vossas companhias nos terreiros. Era para ser apenas saídas para procrastinar, mas, nesse espaço, eu era tomada de atenção, pois eu geralmente retornava do terreiro com uma informação a mais para compor esta tese. Sou grata aos encantados e a todos os deuses que me encheram de axé e me permitiram concluir esta escrita.

Escolher escrever é rejeitar o silêncio.

(Chimamanda Nogzi Adichie)

Do que eu ouvi colhi essas histórias. Nada perguntei. Uma intervenção fora de hora pode ameaçar a naturalidade do fluxo da voz de quem conta. Acato as histórias que me contam. Do meu ouvir, deixo só a gratidão e evito a instalação de qualquer suspeita. Assim caminho por entre vozes. Muitas vezes ouço falas de quem não vejo nem o corpo. Nada me surpreende do invisível que colho. Sei que a vida não pode ser vista só a olho nu. De muitas histórias já sei, pois vieram das entranhas do meu povo. O que está guardado na minha gente, em mim dorme um leve sono. E basta apenas um breve estalar de dedos, para as incontidas águas da memória jorrarem os dias de ontem sobre os dias de hoje. (EVARISTO, 2017, p. 17).

RESUMO

Expressões como “minha bisavó foi pega a dente de cachorro”, “minha bisavó foi pega no laço”. “minha bisavó foi pega no mato” ou outras variações, são comuns de norte a sul do Brasil. E o que significa ser pega no mato a cachorro? Quem era pega no mato a cachorro? Este estudo é um compilado de narrativas de mulheres com *parecenças* indígenas, *corpos-documentos*, que trazem em sua genealogia uma avó ou bisavó pega no mato a cachorro. A partir de suas narrativas, esta tese esmiúça o ser *pego no mato a cachorro*, destacando tal prática como técnica genocida aplicada a povos indígenas. Essa técnica foi utilizada entre os rios Pericumã e Turiaçu, no estado do Maranhão, mas especificamente nos municípios de Pinheiro, Presidente Sarney e Pedro do Rosário, território em que foi realizado o trabalho de campo. Alinhada à escuta desses *corpos-documentos* – conceito cunhado por Beatriz Nascimento e que trago nesta tese – foi realizada pesquisa no arquivo do cartório da cidade de Pinheiro, bem como mapeamento das notícias veiculadas no jornal impresso “Cidade de Pinheiro”, a partir da década de 1920 até a década de 1960, sobre a presença indígena na referida região entre os rios já citados. Em edições do jornal foram encontrados, até a década de 1950, dados sobre a presença indígena em diversos povoados. Nessas descrições foram mencionadas referências a pessoas e lugares, o que permitiu cruzar tais dados com as narrativas dos moradores dos lugares citados no jornal. O cruzamento de dados conduziu esta tese para uma *encruzilhada* negro-indígena.

Palavras-chave: Povos indígenas. Corpo-documento. Parecença. Silêncio. Memória.

ABSTRACT

Oral expressions such as “my great grandmother was caught in the dog’s teeth”, “my great grandmother was caught in a noose”, “my great grandmother was caught in the jungle” or other variations are common from North to South in Brazil. And what does it mean to be caught in the jungle by a dog? Who used to be caught in the jungle by a dog? This study is a set of narratives from *indigenous-like* women, *document bodies*, who carry in their genealogy a grandmother or great grandmother who was caught in the jungle by a dog. Departing from their narratives this thesis scrutinizes the idea of “being caught in the jungle by a dog” highlighting this practice as a genocide technique inflicted to the indigenous peoples. This technique was applied between the rivers Pericumã and Turiaçu, in the State of Maranhão, more specifically in the cities Pinheiro, Presidente Sarney and Pedro do Rosário where the fieldwork for this research was carried out. Aligned to a listening of these *document bodies* – a concept coined by Beatriz do Nascimento – an archive research in the registry office of Pinheiro City was conducted as well as a mapping of the news appearing in the printed newspaper “Cidade de Pinheiro” (in the period ranging from 1920 to 1960) regarding the indigenous presence in the region between the rivers mentioned above. The publications show the indigenous presence in different villages until 1950. The descriptions in these publications mention names of people and places which allows data crossing with the narratives of dwellers from those villages. The data crossing led this thesis to a black indigenous *crossroad*.

Keywords: indigenous peoples, *document body*, indigenous-like, silence, memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – “Massacre de índios nos povoados Anta e Roque deste município”	17
Figura 2 – Croqui da Rota dos Índios.....	29
Figura 3 – Esquema de parentesco de Dona Úrsula Soares	39
Figura 4 – Fragmento da página 11 do Livro de Juízo de Direito de Pinheiro expedidos de 1926 a 1927	43
Figura 5 – Croqui dos lugares percorridos no trabalho de campo.....	50
Figura 6 – Relato de viagem realizada por Raimundo Lopes	54
Figura 7 – Página do Jornal Cidade de Pinheiro de 1927.....	55
Figura 8 – Fragmento do Jornal Cidade de Pinheiro de 1959.	60
Figura 9 – Resumo no Jornal Cidade de Pinheiro	61
Figura 10 – Página 47 do livro de Juízo de Direito de Pinheiro expedidos de 1926 a 1927 ...	62
Figura 11 – Fragmento da página 2 do Jornal Cidade de Pinheiro de 1926.....	63
Figura 12 – Página 65 do Livro de Óbito nº 12, registros de 04/11/1925 a 27/05/1927	65
Figura 13 – Fragmento do Jornal Cidade de Pinheiro de 1923	67
Figura 14 – Trecho do Roteiro do Desfile Cívico da Escola Thales Ribeiro Gonçalves,	87
Figura 15 – Jornal Cidade de Pinheiro, fragmento da p. 3, 24/05/1959.....	100
Figura 16 – Certidão de Casamento de Virgílio Ribeiro e Balbina Dias	105
Figura 17 – Esquema de parentesco de Ildefoncia Mariana Ramalho	111
Figura 18 – Página do Jornal Cidade de Pinheiro de 1930.....	152
Figura 19 – Esquema de parentesco de Dona Ventura Silva.....	192
Figura 20 – Página 47 do livro Insurreição de Escravos em Viana – 1867	225
Figura 21 – Esquema de parentesco de Dona Augusta Costa Ferraz	237

Lista de imagens

Imagem 1 – Fotos 3x4 de Dona Conceição Pimenta e de seus pais	184
Imagem 2 – Foto de Dona Conceição Pimenta	185
Imagem 3 – Fotos de Dona Conceição Pimenta com fuso que utilizava para fiar algodão e fazer redes.....	186
Imagem 4 – Foto de Dona Conceição Pimenta ao lado de seu alguidar.....	187
Imagem 5 – Foto de Dona Conceição Pimenta com fuso que utilizava para fiar algodão e fazer redes.....	188

Imagem 6 – Foto de Dona Conceição Pimenta ao lado de seu esposo, neta e filho.....	189
Imagem 7 – Foto de Dona Conceição Pimenta enquanto narrava sua história	190

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa da roda dos índios	30
Mapa 2 - Mapa dos povoados percorridos no trabalho de campo	52
Mapa 3 – Mapa das famílias dispersas pelos povoados	136

Lista de Quadros

Quadro 1 – Quadro do Recenseamento da Parochia de Santo Ignácio do Pinheiro em 1872.	58
Quadro 2 – Censo de 1872	58

SUMÁRIO

PARECENÇAS	16
Parecença: o ponto de partida	17
“Essa preta é lá de casa!”: parecenças forjadas a partir de lugares de origem.....	20
Na rota dos índios, do Pericumã ao Turiaçu.....	24
Úrsula Soares, um corpo-documento em minha morada	39
 TERRA DOS ÍNDIOS	51
Histórias (sub)emersas	53
Santo Inácio de Loiola, o santo catequizado pelos índios	71
Homens e rifles na conquista do oeste maranhense.....	81
 ARQUIVO MORTO	107
O Silêncio dos Livros: sobre(nomes) não arquivados	108
 (DES)APARENTADAS	135
Histórias de Rupturas	137
Floriania Miguens, “panharam a mulher como quem caça um veado”.	140
Paulo Oliveira: “eu sou filho de pessoas indígenas”	154
Sebastiana dos Santos Lopes Teixeira, “nós sabe lá se nós era Teixeira?”	163
Odinéia Lopes, “eu sou Bacurau”	171
Conceição Quatí, “diz que a minha toda nação é de índio”	182
Ventura Silva, “Velha que foi panhada de cachorro”	192
Zé Maria Curtidor, “minha mãe foi panhada, tomaram dos índios”	200
Maria José Araújo, “sou índia, raça de índia mesmo”	209
 ENCRUZO	215
Encruzilhadas negro-indígenas	216
Luís Lopes na “aldeia quilombo” Imbiral Cabeça Branca.....	221
Augusta Costa na Linha de Cura	236
 ARREIMATE	248
 REFERÊNCIAS	258

PARECENÇAS

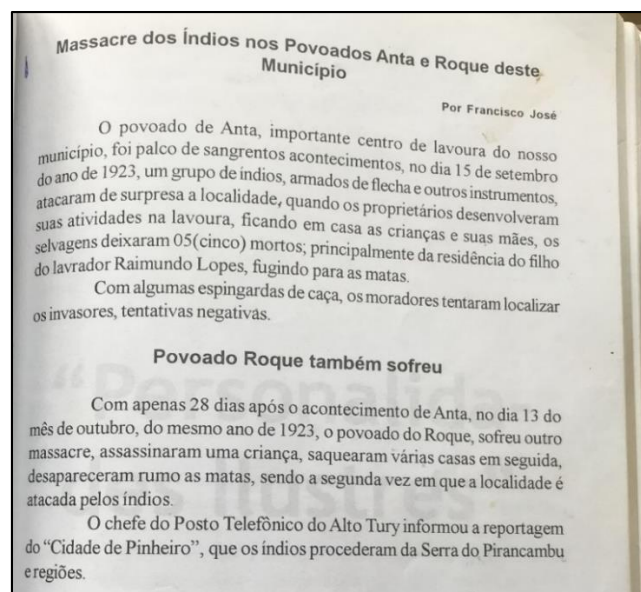
A família era grande e tinha gente que se aparecia mesmo com índio. Eu que sou de longe ainda tenho uma parecença com eles.

(Manoel Ramos, 81 anos)

Parecença: o ponto de partida

Em 2013, ano em que finalizei o mestrado, ganhei de presente da minha tia, Benedita de Fátima Ferreira Ribeiro, o livro “Coisas da Nossa Terra: coletânea de artigos publicados no Jornal Cidade Pinheiro de 1921 a 2003”, sendo enunciado como um subsídio para a história do município de Pinheiro, minha cidade, no Maranhão, em uma região denominada de Baixada Maranhense¹. O referido livro fora organizado por Francisco José de Castro Gomes, Seu Chiquinho, que, naquele período, era o atual proprietário do jornal e não por acaso, mas uma parecença, havia sido patrão da minha tia Benedita, que, por sua vez, no auge de seus nove anos de idade, em 1964, trabalhava como babá da filha de Seu Chiquinho. É isso mesmo, “uma menina-brinquedo”, “a pequena babá” (EVARISTO, 2017, p. 38), uma criança cuidando de outra criança. O golpe de 1964 que perdura, transformara criança em menina-brinquedo. Outra parecença nessa trama é que muitos anos depois de trabalhar como babá, minha tia se forma em História e escreve seu trabalho de conclusão da graduação sobre o Jornal Cidade de Pinheiro, intitulado: “Francisco José de Castro Gomes e o Jornal Cidade de Pinheiro: História e Memória” (2007). O mesmo jornal que atia a minha curiosidade, pois, naquele livro, uma página chamou a minha atenção: “Massacre de índios nos povoados Anta e Roque deste município”, assim está escrito no livro que traz trechos de duas matérias veiculadas no jornal no ano de 1923.

Figura 1 – “Massacre de índios nos povoados Anta e Roque deste município”



Fonte: Francisco Gomes, fragmento da página 139 do livro “Coisas da Nossa Terra”.

¹ Esta região caracteriza-se por planícies baixas com áreas extensas que alagam no período chuvoso, formando campos alagados, sendo composta ainda de bioma amazônico.

Fiquei um tanto intrigada com aquelas matérias e extremamente curiosa, uma vez que a reportagem faz referência a pessoas e a primeira coisa que então me veio à mente foi correr até os povoados Anta e Roque e conversar com moradores para saber se lembravam dessas narrativas. O tempo foi passando, não consegui ir aos povoados, mas fiquei com uma questão: o que foi feito desses índios²? Teriam sido totalmente dizimados?

Já no ano seguinte, 2014, impulsionada pela fala da professora e, também, minha orientadora no mestrado, Elizabeth Coelho, que é enfática ao dizer que “a região da Baixada Maranhense³ era extremamente habitada por povos indígenas”, comecei a interessar-me ainda mais pelo assunto. Em seu livro “A política indigenista no Maranhão Provincial” (1990), ela traz dados significativos sobre o município de Pinheiro, enquanto uma sesmária que teve como objetivo reunir *índios dispersos*. Tais terras, todavia, haviam sido confiscadas em 1872, alegando-se a extinção de índios nessa localidade (COELHO, 1990). Assim, munida desses dados, de algumas matérias do Jornal Cidade de Pinheiro e algumas poucas entrevistas, eu, juntamente com Elizabeth Coelho e Meire Assunção Souza, escrevemos naquele ano de 2014, um artigo intitulado: “Esse Pinheiro era terra dos índios: nas entrelinhas dos discursos”.

O ano seguinte, 2015, após a escrita do artigo acima citado, eu diria que foi literalmente o ano das pareências. Nesse ano, comecei a trabalhar como professora no Centro de Ensino Médio Rufino Fernandes⁴, escola localizada no povoado Pacas, mas que atendia vários outros povoados da zona rural de Pinheiro e do município vizinho Presidente Sarney. Eu tinha em média trezentos estudantes na escola, distribuídos em seis salas de aula e eis que, a cada turma que eu entrava, certo número de estudantes chamava minha atenção por seus *rostos negados*⁵,

² A palavra índio aparece em várias partes desta tese, visto que este trabalho percorre por muitos espaços-tempos e dialoga com muitas pessoas e documentos antigos em que a categoria indígena ainda não havia sido pensada. Meus interlocutores desconhecem a palavra indígena, daí a opção em perguntar pelos índios e não pelos indígenas como forma de facilitar a nossa compreensão e o acesso a esta escrita pelos meus interlocutores. Enquanto mulher negra, entendo toda a potência de uma autoidentificação como indígena, assim como compreendo a potência da autoidentificação enquanto preto e enquanto índio.

³ Uma região é uma construção a partir de critérios arbitrários e, portanto, varia no tempo e no espaço. Araújo (2012) chama a atenção para a disputa pelo direito de afirmar o que comporia a Baixada Maranhense. Afirma que, de acordo com o Sistema de Informações Territoriais (STI) do MDA, a Baixada Ocidental Maranhense (termo usado pelo STI e pelo CCN/MA) é o território 11521 do sistema de classificação do MDA, do qual o município de Bequimão e Alcântara fazem parte. Nos dados atuais do IBGE e de acordo com o Instituto Baixada, os municípios de Bequimão e Alcântara não estão presentes. Ainda assim, tomando como base parte dos dados do CCN/MA e do SIT, além da auto-identificação de alguns moradores da região como baixadeiros, o município de Bequimão se inclui, de acordo com essas referências, como um território da baixada ocidental maranhense. Além de Bequimão, este território seria composto pelos municípios de Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Icatu, Mirinzal, Palmeirândia, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, Serrano do Maranhão, Turiaçu, Turilândia e Viana. (COELHO, ROLANDE e ARAÚJO, 2014).

⁴ A referida escola passou por uma reforma em 2021, sendo renomeada para *Centro de Ensino Lucília Moreira*.

⁵ Guillermo Bonfil Batalla (2019, p. 31 e 63) em seu livro “México profundo: uma civilização negada”, chama atenção para “a predominância de traços índios na maioria da população”, mas que tais traços são negados,

essa parecença que pode nos dizer muito sobre práticas genocidas, sobre pessoas (des)aparentadas. Mas por que eu via tais parecenças? Acredito que o meu olhar se interessou por aqueles rostos devido aos estudos ameríndios realizados ao longo da minha formação acadêmica desde a graduação até o mestrado. Pesquisei junto aos Canela *Ramkokamekra* a prática de ornamentar corpos e seus significados para eles, que resultou em minha dissertação de mestrado intitulada: “Moços feitos, moços bonitos: a ornamentação na prática Canela de construir corpos bonitos e fortes”, concluída em 2013⁶. A proximidade com a temática indígena não deixou passarem despercebidos aqueles rostos, não poderia negar as histórias por trás daquelas faces. Assim, diante desses rostos, não pude me conter e lancei a questão para todas as turmas: quem aqui tem algum parentesco com índios? Em apenas uma das salas uma estudante levantou o braço, timidamente. E por que os outros, aqueles que eu achava que deveriam ter levantado o braço não o fizeram? Desconheciam tal parentesco ou não existia mesmo? Fiquei com essa questão e logo transformei em ação, um exercício para casa: perguntar em seus respectivos povoados, junto aos seus familiares ou moradores mais antigos, se conheciam alguma história sobre índios no lugar onde vivem. Os resultados do trabalho foram impressionantes, alguns estudantes apresentaram por escrito suas pesquisas, enquanto outros trouxeram gravações em celulares com narrativas as quais eu poderia resumir na expressão, “a bisavó da minha avó/avô foi apanhada a cachorro”:

*Minha bisavó, meu pai sempre me contava, que ela foi apanhada a cachorro (...). Aí trouxeram, foram criar, aí foi se tornando essa família. A família era grande e tinha gente que se aparecia mesmo com índio. Eu que sou de longe ainda tenho uma **parecença** com eles. (Manoel Ramos, 81 anos, 2015).*

A partir dessa atividade, cheguei ao avô do estudante Elian, Seu Manoel Ramos, morador do povoado Tiquireiro, Pinheiro. Cheguei a vários outros avós e naquele ano (2015) pude desenvolver, no Centro de Ensino Rufino Fernandes, o projeto de pesquisa intitulado “Tecendo Fibras, Tecendo Histórias: um estudo da influência indígena na produção de artefatos trançados de fibras”. Dessa forma, pude retomar o livro “Coisas da Nossa Terra” e ter acesso

configurando-se como o “rosto oculto da grande massa”. Faço referência ao Bonfil Batalla, uma vez que o autor traz uma abordagem acerca das negações das narrativas históricas por trás desses rostos negados.

⁶ Iniciei o trabalho de pesquisa junto aos Canela em 2005, ainda na Graduação, estendendo-se até o mestrado e a amizade junto a esse povo se mantém até os dias atuais. Durante quase seis meses de doutorado, estive ainda muito tendenciosa a continuar a pesquisa com os Canela, analisar o acervo imagético do William Crocker, produzido ao longo de 50 anos de pesquisa acerca dos Canela. Porém, fui atraída por corpos desconhecidos e não menos indígenas.

aos vários exemplares do Jornal Cidade de Pinheiro, arquivados na Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências.

Enquanto professora de Arte, tive que focar a pesquisa na produção de artefatos nos povoados que apareciam nas edições do jornal entre 1921 até a década de 1960, citando qualquer narrativa sobre índios. A referida pesquisa contou com a participação de dois estudantes bolsistas, Elilmara Mendes, moradora do povoado Juçaral, a estudante que timidamente havia levantado o braço; e Isaías Costa, morador do povoado Fazenda Santa Galo. Nos debruçamos sobre os jornais e depois partimos para os povoados para catalogar artefatos e ouvir histórias, as quais me fizeram compreender de onde vinha aquela parecença dos estudantes com povos indígenas, proferida por Manoel Ramos *“A família era grande e tinha gente que se aparecia mesmo com índio. Eu que sou de longe ainda tenho uma parecença com eles”*. Ter uma ‘**parecença** com eles’, ‘se **aparecia** mesmo com índio’, literalmente se aparentavam com as índias capturadas no mato a cachorro. A parecença aqui extrapola a ideia de semelhança, aqui está mais próximo de aparentar. Nesta tese, a parecença se dá a partir das histórias de parentesco e desaparentamento.

“Essa preta é lá de casa!”: parecenças forjadas a partir de lugares de origem

Era uma data especial quando peguei o ônibus na rodoviária de Pinheiro com destino a Brasília, dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, mas só me dei conta de que havia comprado passagem para uma data significativa já no dia da viagem. Mas ainda que fosse qualquer outra data, ela já se tornaria importante para mim e um marco histórico antropológico, pois eu estava construindo a minha história dentro da Antropologia e dentro da minha família: a primeira Doutora estava abrindo caminho para futuras gerações.

Ao pegar aquele ônibus com os olhos lacrimejando, eu deixava minha filha Magali de apenas 4 anos de idade, meu companheiro André e vários outros parentes, incluindo meus pais e minha irmã. Eu já tinha deixado meus familiares outras vezes, em 2000 quando passei no vestibular e fui cursar Educação Artística⁷ na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís. De São Luís eu só retornei em 2008 para assumir o cargo de professora de Arte na zona rural do município de Pinheiro, povoado Bom Viver. Em 2011, novamente o deslocamento para São Luís para cursar o mestrado em Ciências Sociais, também na UFMA, porém dessa vez

⁷ Concluí a Licenciatura em Educação Artística, habilitação em Artes Plásticas em 2006.

se acrescentou a lista de pessoas que eu deixava, o meu companheiro e vários estudantes. Em 2013 eu retorno do mestrado para casa e, dessa vez, parecia que era para fincar raízes, agora efetivada como professora municipal e estadual fui convidada para assumir um cargo na Secretaria Municipal de Educação de Pinheiro para trabalhar com formação professores de Arte. E já no ano seguinte, 2014, a chegada da minha filhota.

Trabalhei somente durante o ano de 2015 no Centro de Ensino Médio Rufino Fernandes, pois no ano seguinte, no dia 20 de janeiro, eu tomava posse no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA – Campus Buriticupu), localizado no município de Buriticupu há aproximadamente 341km da minha cidade Pinheiro. E, ainda nesse mesmo ano, eu prestei seleção para ingressar no Doutorado em Antropologia na UnB, mas não obtive êxito, lançando-me novamente no processo seletivo para ingresso em 2019 e cá estou eu, sob orientação de Marcela Souza, uma mulher que conheci em 2009, ministrando uma palestra em um curso de férias ofertado pelo Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Antes de chegar a Brasília, permitam-me falar desse (des)encontro entre orientanda e orientadora. Em 2009, eu já estava professora em Pinheiro e fui passar uns dias de férias no Rio, na casa de uma amiga, também maranhense. Aproveitei para fazer o curso já mencionado e ali ouvi e vi pela primeira vez falar em Marcela, talvez ela já fosse uma professora conhecida entre o sul e sudeste, mas em Pinheiro, em meus ouvidos essa era uma fama que estava longe de chegar. Tudo isso para dizer que esse encontro foi entre duas mulheres que não sabiam nada uma da outra. Fui atraída ali pela fala da Marcela, que abordou questões sobre a pintura corporal dos Kisêdjê, uma fala que tinha uma relação muito próxima com o que eu vinha estudando sobre pintura corporal entre o povo Canela. Depois da palestra, não deu tempo para perguntas ou quaisquer comentário, porém ela deixou escrito no quadro um contato de e-mail e foi através dele que se deu o primeiro encontro virtual. Marcela respondeu ao meu primeiro e-mail com muito interesse e isso possibilitou com que nossa relação através de e-mails perdurasse. O primeiro encontro presencial aconteceu mesmo somente em 2015 no VI Seminário Temático Timbira que aconteceu em Carolina, Maranhão, organizado pelo Grupo de Pesquisa coordenado por minha orientadora do mestrado, Elizabeth Coelho. Ali Marcela quis saber da professora Beta, quem era uma Nelma do Maranhão que foi sua orientanda. Ali fomos apresentadas! E, 10 anos depois da troca do primeiro e-mail, nos reencontramos na UnB e estamos aqui nesse processo de orientação, que não tem a pintura corporal indígena como foco, mas tem povos indígenas como centro.

Cheguei à Capital Federal, na terceira maior cidade do Brasil com mais de 3 milhões de habitantes, sem nenhum parente, apenas com laços de amizade já estabelecidos ao longo do processo de seleção para ingresso no Doutorado e outros laços que fui construindo ao longo da

minha estadia em Brasília. Os meus laços de parentesco ficaram em minha cidade, entre as aproximadamente 85 mil pessoas que habitam Pinheiro. E, diferente de todos os outros deslocamentos, este era o mais distante, não dava para voltar para casa toda semana, de 15 em 15 dias ou mesmo mensalmente. Em Brasília, a saudade se acumulou muito mais do que nos demais lugares e outra diferença era que antes eu sempre estive em território maranhense.

No dia 09 de março de 2019, após mais de 30 horas de viagem, chego ao Distrito Federal no ônibus da Transbrasiliana. Todos os maranhenses ali naquele ônibus tinham como destino uma das regiões administrativas localizadas no entorno de Brasília, as chamadas cidades-satélites. Apenas eu tinha como destino o Plano Piloto e acabei dando um pouco de trabalho para o motorista, pois o ônibus não iria até o terminal rodoviário do Plano. Eu já nem lembro onde foi que eu desci, mas o motorista do ônibus teve que aguardar o meu Uber chegar no local onde parou para eu descer.

Em Brasília, as minhas únicas expectativas giravam em torno do Doutorado e das produções artísticas contemporâneas que a cidade pudesse me proporcionar (museus, galerias de arte, shows...), uma vez que sou graduada em Arte. Encontrar o Maranhão em Brasília nunca foi uma expectativa, porém, no mês seguinte à minha chegada, recebi em um grupo de WhatsApp um card divulgando um evento chamado “**Festa da Abrição**”, no dia 26 de abril, numa sexta-feira, dia de Oxalá. Naquela programação da festa, divulgada no card, tinha como primeira atração “Tambor de Crioula de Seu Teodoro”. Quando eu li aquele tambor de crioula⁸, eu só pensei: eu tenho que ir nessa festa, eu vou... Combinei com umas amigas e, assim, no dia 26 de abril de 2019 eu encontrei o Maranhão em Brasília.

A primeira imagem que eu tenho dessa “Festa da Abrição” é de um espaço lotado e eu tentando abrir caminho para chegar até a roda de tambor e olhar as coreiras e os tocadores. Atravessei um mundaréu de gente até encontrar, no centro do espaço, gente preta sendo apreciada pelos olhares de gente branca. Eu estava ansiosa para que os brincantes do tambor chamassem os expectadores para dançar, chamar o povo para a roda. Eu queria dançar, fiquei ali no balanço, respondendo o coro, até que tomei coragem, entrei na roda e dancei muitas vezes. Até que uma senhora, brincante do tambor, se aproximou de mim e perguntou de onde eu era. Eu respondi que era do Maranhão e ela prontamente: “***Eu sei que você é do Maranhão, quero saber de que lugar do Maranhão***”. Minha resposta, Pinheiro, veio seguida de um forte abraço e do comentário feito pela coreira de nome Plácida: “***Nós somos é baixadeira!***”. Quando

⁸ Dança afro-brasileira feita em louvor a São Benedito. Uma manifestação da cultura maranhense, sendo considerado Patrimônio Imaterial brasileiro no ano de 2007. Essa expressão cultural envolve uma dança circular das mulheres, também chamadas coreiras, ao som do canto e toque dos tambores conduzidos pelos homens.

ela me viu entrar na roda de tambor, sem nem mesmo saber de onde eu era, já havia comentado com sua amiga também maranhense: “*Essa preta é lá de casa!*”. Dona Plácida estava metaforicamente dizendo que nós éramos do mesmo lugar, da Baixada Maranhense. Desde aquela identificação, ela não deixou mais eu sair da roda de tambor e depois da apresentação ela me falou que eles também tinham uma brincadeira de bumba meu boi⁹ e, em seguida, me passou seu contato e me convidou para o primeiro ensaio do Boi de Seu Teodoro¹⁰, em 04 de maio. Esse encontro com o Maranhão possibilitou uma vida nova em Brasília.

Até então, eu nunca tinha dançado em uma grande brincadeira de bumba-meu-boi, apenas em brincadeiras de boi de algumas escolas nas quais eu estudei, mas sabia dançar porque na época da graduação vivia nos arraiás de São Luís. Eu estava bem animada para sair no Boi de Seu Teodoro, porém, acabou que fui convidada também pra dançar no tambor de crioula. Do tambor eu carrego as memórias do tambor da minha avó Tatá que pagava promessa a cada dois anos, todo dia 5 de janeiro, para São Benedito. No Grupo de Seu Teodoro foi bem um “*se tu tá na roda é pra dançar*”, não importa se a roda é de boi ou tambor. No boi eu fui com a intenção de ficar no cordão, jamais imaginei que poderia ser índia, especialmente por conta de toda a estética que foi construída a partir das índias das brincadeiras de Boi de Orquestra. Eu lembro bem da Silvia, filha do cantador Seu Doca, dizer que eu ia sair de índia, ela ia me ensaiar pra ser índia. Eu nem disse nada, a princípio fiquei com vergonha em ter que sair de índia, mas após aquele primeiro ensaio eu já retornei para o Plano toda animada com a ideia.

O encontro com o Boi de Seu Teodoro me possibilitou o deslocamento do Plano para a Cidade. Eu morava no Plano, na maquete Brasília, um lugar sem a cara das cidades que eu estava acostumada a percorrer e isso eu achava estranho, essa padronização de um lugar que não é nominado, mas sim numerado. Então, quando eu recebi o convite de Dona Plácida e ela me explicou como chegar à sede do Boi, localizada em Sobradinho, eu conheci de fato um lugar onde eu andava sem ter medo. Devo dizer que tinha medo de me movimentar dentro daquele avião chamado de Plano Piloto, porém foi no interior do avião que conheci Gena Aparecida, outra maranhense a qual eu reservei um artigo a parte desta tese, mas caso eu estivesse chegado em Brasília sem um tema de pesquisa, era a história de Gena que eu gostaria de contar.

⁹ O bumba meu boi é uma das mais expressivas manifestações da cultura do Maranhão, uma verdadeira celebração realizada durante os festejos juninos. O Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão foi inscrito no Livro de Registro de Celebrações, em 2011, inclusive trabalhei na pesquisa que tinha como objetivo esse registro. Já em 2019 foi considerado Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

¹⁰ Teodoro Freire, conhecido como Seu Teodoro, foi o homem da Baixada Maranhense que, em 1963, tomou a iniciativa de reunir maranhenses pra realizarem uma brincadeira de boiada na Capital Federal. Faleceu em 2012, aos 91 anos, porém, os filhos dão continuidade ao bumba meu boi que conta com dezenas de maranhenses. O Boi de Seu Teodoro tornou-se referência, sendo tombado como Patrimônio Imaterial do Distrito Federal em 2004.

O Boi de Seu Teodoro é um belo exemplo de “como as pessoas se (re)criam socialmente”, neste caso, a partir de um lugar de origem comum, o Maranhão. Uma relação que se pensa como prática política, resistir longe de casa, porém perto dos seus, daqueles que compartilham os mesmos aspectos culturais. Essa conexão é agenciada pelo **lugar de origem** e é esse mesmo lugar de origem que moveu Seu Teodoro a reunir maranhenses para viverem o Maranhão em Brasília. O boi, o tambor têm sotaque, nós temos sotaques que nos reconectam em outros lugares que as pessoas foram redesenhando e fazendo dos muitos lugares espalhados no DF, como lugares que se assemelham ao lugar de origem, logo passam de diferentes/distantes a semelhantes/próximos.

As relações estabelecidas entre os brincantes de boi e de tambor de Seu Teodoro são também relações de parentesco, pois ali um não parente se torna parente. Nunca esqueci da minha primeira ida à sede do Boi e Dona Plácida me perguntando se eu tinha parentes em Brasília e eu respondi que não tinha nenhum parente, ao que ela carinhosamente destacou: “Então pronto, agora você tem uma família!”. Aqui família está para além de consanguinidade, família é o Boi. Família são todos de diferentes localidades do Maranhão ali reunidos, cantando e dançando boi e tambor de crioula em outras terras que são convertidas em território maranhense.

Na rota dos índios, do Pericumã ao Turiaçu

A pesquisa com os estudantes durou pouco tempo, mas o suficiente para eu querer dar continuidade algum dia. E foi ao adentrar o Programa de Pós-graduação em Antropologia, na Universidade de Brasília, que retomei aquele trabalho realizado em 2015 com estudantes do Ensino Médio para dar prosseguimento à pesquisa. Eu acreditava que novamente estaria ao lado dos meus ex-alunos Elilmara e Isaias, pessoas que conhecem a região da pesquisa bem melhor do que eu. No entanto, tal companhia não foi possível, Elilmara se dedica a dar aulas particulares pela manhã e à tarde em sua residência para crianças da sua comunidade. Enquanto Isaias já tem esposa e filhos e, atualmente, é empregado em um supermercado na sede Pinheiro, retornando para o seu povoado Fazenda Galo somente a noite, logo, ambos não têm mais o tempo da época do Ensino Médio para percorremos por lugares escutando histórias e catalogando artefatos. E, ainda que eu oferecesse uma bolsa de pesquisa para Elilmara, existe o compromisso firmado por ela com as crianças e os seus respectivos pais e eu não gostaria de atrapalhá-la.

Em 2015, Elilmara e Isaías, com a ajuda dos familiares, haviam produzido um croqui da região a qual pretendíamos percorrer ao longo daquele ano, porém, a conclusão não foi possível devido ao pouco tempo e à dificuldade de deslocamentos para os povoados. Em 2020 eu tirei, literalmente, o croqui da gaveta, mas, nesse ano, tudo que consegui fazer foi apenas analisar a área a ser percorrida, pois uma infecção respiratória aguda, denominada de COVID-19, afetava o mundo. Vivíamos uma pandemia, conforme caracterizou a Organização Mundial de Saúde, em março de 2020. A partir daquela data, restrições de isolamento e a utilização de máscaras para combate ao coronavírus era o que caracterizava várias partes do mundo. Assim, a pandemia freou qualquer possibilidade de trabalho de campo, pois entrar em contato com pessoas que não estivessem vivendo na mesma casa, era impossível, especialmente idosos, que foram considerados o maior grupo de risco da pandemia. Nesse contexto, realizei uma única entrevista em 2020, por acaso, quando, em novembro, meus pais resolveram passar o dia no sítio de um casal de amigos que não viam desde o início da pandemia, ali foi a nossa quebra de quarentena para confraternizar com amigos. Para minha surpresa, a amiga de mamãe, Dona Zilma Louredo, que conheço há anos, foi nascida e criada em um dos povoados que estavam naquele croqui. E como fiquei surpresa quando ela se referiu ao lugar de nascimento, Povoado Santa Galo, como terras indígenas e que a bisavó foi pega no mato a cachorro. Dona Zilma¹¹ tinha muita coisa para contar e eu não hesitei em ligar o gravador após o seu consentimento, coletando, naquele momento, a primeira narrativa após adentrar o doutorado.

Um dos objetivos desta tese é compreender o que há por trás da máxima, “minha bisavó foi panhada a cachorro”, demarcando tal prática como genocídio, bem no sentido proposto por Rafael Lemkin (1946), do genocídio como técnica que visa a destruição processual e intencional de uma nação. Capturar mulheres indígenas, eu configuro também como “mecanismos letais que, sem disparar um único tiro, levam à morte e destruição dos mundos indígenas”, conforme Felipe Sotto (2021, p. 37). Assim, “apanhar a cachorro” é técnica genocida, é método de destruição. E por que a narrativa da bisavó capturada não consta em nenhuma matéria do Jornal Cidade de Pinheiro, mas está na memória das pessoas? E o que fazem nessas memórias com tanta vivacidade? O que há dessas bisavós capturadas no mato no cotidiano dessas pessoas que relembram e recontam suas histórias de parentesco e desaparentamento? A pretensão é agrupar um grande número de narrativas acerca dessas práticas genocidas, reconhecidas e oficializadas

¹¹ Em janeiro de 2022, Dona Zilma Louredo faleceu por complicações de Covid, pois fazia parte do grupo de risco, vinha lutando contra um câncer há aproximadamente 5 anos. Depois da entrevista gravada em 2020, continuamos conversando a distância através de chamadas de vídeo no WhatsApp e de forma muito positiva ela dizia que ia me ajudar com esta pesquisa e ajudou bastante.

pelo Estado com o objetivo de se apropriar dos territórios indígenas entre os rios Pericumã e Turiaçu¹². Eu sustento a tese de que essa oficialização do genocídio gerou um processo de estigmatização desses povos nessa região e, por conseguinte, negações em torno de um parentesco indígena. Ao mesmo tempo em que meus interlocutores ressaltam que os territórios onde vivem era lugar dos índios, mas que estes foram embora, negam uma “identidade indígena”. Eles afirmam tais identidades quando destacam que suas bisavós eram índias e que foram “pegas no mato a cachorro”, porém utilizam tal expressão não da forma banalizada como muitos indígenas destacam.

Sônia Guajajara (2020), Raial Orutu Puri (2018) e Daniel Munduruku (2018) são enfáticos ao dizer que, no Brasil, a expressão “pega a dente de cachorro”, “pega no laço” ou outras variações, foram naturalizadas/banalizadas. No sentido de que essas expressões são utilizadas para gerar uma aproximação com indígenas ou, quando não, para fraudar políticas de ações afirmativas, acionando um parentesco com indígenas a partir dessas expressões. Considero importante destacar que, nesta pesquisa, a utilização da expressão adquire outros sentidos, esta tese não diz respeito acerca de pessoas que estão reivindicando identidades indígenas, mas ainda assim o discurso da identidade se faz presente nas narrativas da bisavó apanhada a cachorro, do sangue de índio, da aparência. O discurso da identidade está muito mais presente na negação do que em uma possível banalização da expressão. Daí a sutileza em observar as estratégias de sobrevivência dessas mulheres indígenas capturadas para identificação do que há de indígena nos povoados percorridos, o que me deixa um tanto tendenciosa a chamar de **povoados indígenas** tais lugares.

É válido destacar que, considerando a amplitude dessa região e a fragmentação da mesma em vários municípios, não vou respeitar o recorte “Baixada Maranhense”, especialmente porque esta pesquisa transita por muitos tempos/espacos, espacos estes cujas referências são os rios, as matas, os campos... É nesse sentido que resolvi seguir o fluxo dos rios Pericumã¹³ e Turiaçu¹⁴: eu estou literalmente entre esses dois rios, antes *Lugar dos Índios*, depois *Lugar do Pinheiro* (entre 1806 a 1856), *Vila Nova de Pinheiro*, *Vila de Santo Inácio de*

¹² Como disse Rafael Lemkin (1946), “Un estado nunca perseguirá un crimen instigado o respaldado por él mismo”, mas considero importante demarcar o papel do estado nesse esquema genocida.

¹³ Palavra tupi que significa “o junco do alagadiço”. Em seu percurso, esse rio corta os campos de Pinheiro, Palmeirândia, São Bento, São Vicente Férrer, Olinda Nova, Presidente Sarney, Matinha, Viana, Pedro do Rosário. Também, Mirinzal, Central do Maranhão, Bequimão e Guimarães, antes de desaguar na Baía de Cumã (ALVIM, 2012).

¹⁴ O rio Turiaçu atravessa os municípios de Zé Doca, Santa Luzia do Paruá, Nova Olinda do Maranhão, Araguaianã, Pedro do Rosário, Presidente Sarney, Santa Helena, Turilândia, Serrano do Maranhão, Bacuri e Turiaçu.

Pinheiro (1856 a 1920), atualmente, os municípios de Pinheiro, Presidente Sarney (antigo Povoado Pimenta até 1994) e Pedro do Rosário (antigo Povoado Bela Vista até 1997).

A partir de um compilado de narrativas coletadas entre rios, fui tecendo reflexões etnográficas sobre os efeitos que essas memórias silenciadas têm na vida de quem lembra, de quem narra e de quem ouve. Fui identificando uma trama de relações, especialmente relações de parentesco que interligam as comunidades percorridas. Relações também entre negros e indígenas, que se estendem ou se iniciam nos terreiros de pajelança. E, para além dessas tramas, tem as relações por mim estabelecidas com pessoas, lugares e encantados.

Iniciar o trabalho de campo foi um tanto confuso, uma indecisão sobre por onde começar, quem entrevistar, quais lugares percorrer. Eu não tinha certeza para onde eu queria ir, até que uma amiga, Girlene Pimenta, moradora do povoado Ribeirão do Meio, me convidou para irmos conversar com seu avô que contava algumas histórias sobre os índios. Assim, em outubro de 2021, resolvi ir a campo e, a partir da conversa com Seu Walter Lourenço, tracei o que chamei de **rota dos índios**. A ideia era ir percorrendo os povoados que ficavam na estrada transitada pelos índios até as margens do rio Turiaçu, conforme narrativa de Seu Walter. Na companhia de Girlene Pimenta e Juliana Cabral¹⁵, ainda tentamos seguir essa rota, estivemos nos povoados São Caetano e Bandeira Branca, ambos localizados no município de Pinheiro. No entanto, fui percebendo que essa era uma rota permeada de muito silêncio, logo senti a necessidade de abandoná-la. E, com a chegada das chuvas, essa estrada se tornou trafegável apenas para motos, e eu contava com um Fiat Mille, batizado de Esmeralda, para seguir na rota dos índios.

Resolvi ir para os povoados que eu já havia percorrido em 2015 com os estudantes, povoado Tiquireiro, município de Pinheiro e povoado Aldeia, município de Presidente Sarney. Nessas localidades, eu já tinha certa relação com alguns moradores e eu conseguia me deslocar da minha cidade até esses povoados sem a companhia de outras pessoas, sentia mais segurança, uma vez que o acesso a essas comunidades não eram estradas com histórico de assaltos. A partir dali, era só eu e Esmeralda, mas muita gente embarcou no banco de carona e me guiou para conhecer lugares e pessoas. Confesso que eu me sentia a própria Zora Hurston dirigindo seu Chevrolet e fazendo trabalho etnográfico nos anos 1920.

¹⁵ Girlene é graduada em Educação Artística. Desenvolveu um trabalho sobre estearias, que são as cidades lacustres evidenciadas a partir de resquícios arqueológicos encontrados ao longo do rio Turiaçu, Pericumã e outros lagos na Baixada Maranhense. Juliana Cabral é doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão e desenvolve pesquisa acerca dos ritos funerários no Cemitério São José, um dos primeiros cemitérios construídos em Pinheiro para realizar sepultamentos de diversos povoados, inclusive de lugares que hoje pertencem ao município de Presidente Sarney.

Embora a companhia de Elilmara e Isaías não tenha sido possível, outras ex-alunas cruzaram esta pesquisa e me possibilitaram adentrar em suas comunidades. O primeiro contato retomado foi com Thaís Pimenta, moradora do povoado Aldeia. Eu já havia estado em sua casa e entrevistado seus avós no ano de 2015 e, naquele ano, saí com o convite de retornar para passar um fim de semana em sua casa. Retornei e passei uma semana hospedada no coração desta tese, no povoado Aldeia, de onde as artérias saíram e foram feridas, espalhando sangue indígena entre rios, literalmente uma **ferida histórica**¹⁶. O que eu quero dizer é que, no povoado Aldeia, todo mundo tem uma avó, bisavó, tataravó apanhada no mato a cachorro, pois, como me disse uma moradora, “aqui é uma gente só”. E naquelas matas da Aldeia muitas crianças indígenas foram capturadas e levadas para serem criadas em outros lugares, espalhando o sangue.

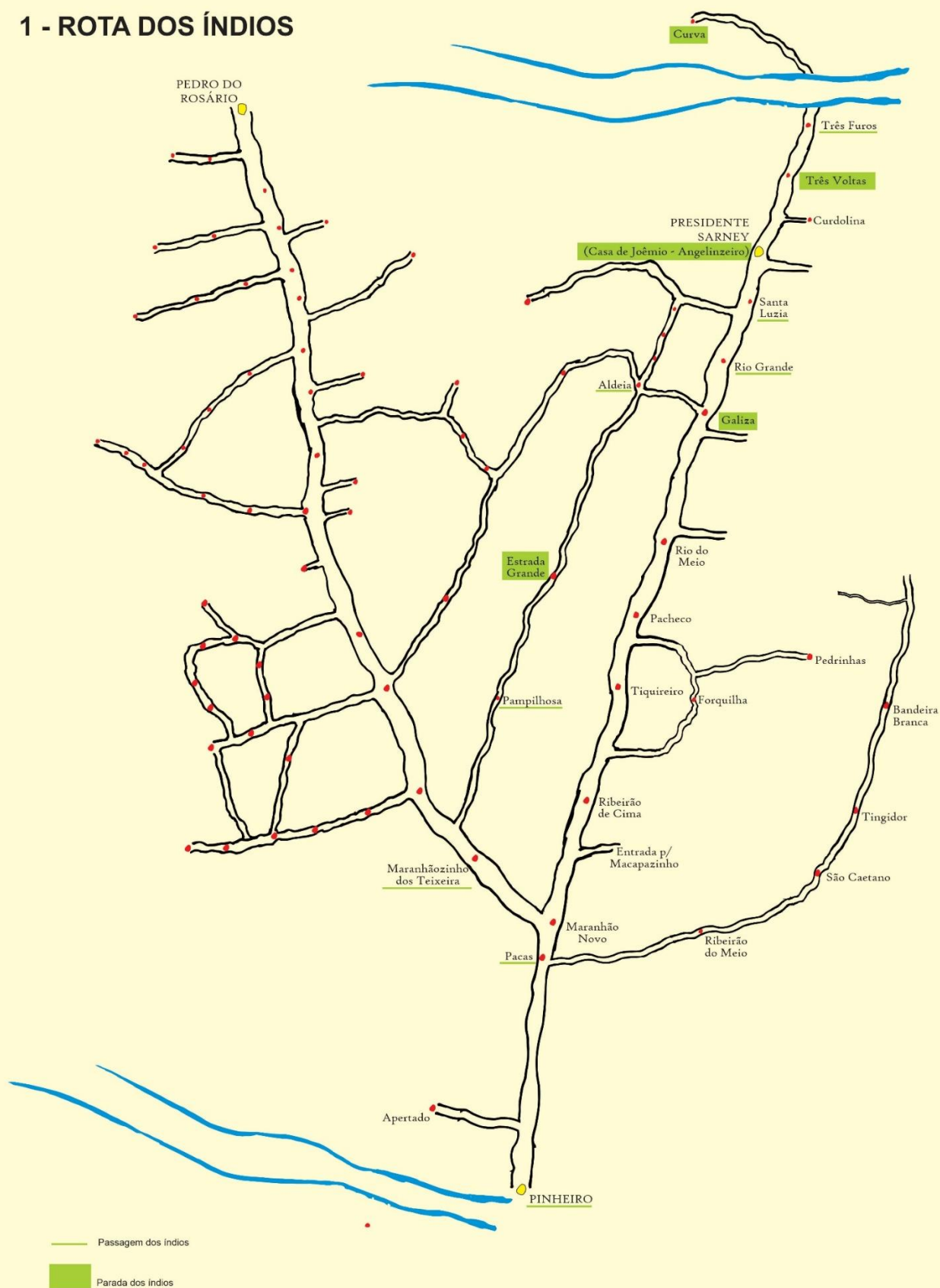
Na Aldeia, foi possível traçar uma outra **rota dos índios** e, dessa vez, apesar dos silêncios, eu consegui percorrê-la das margens do rio Pericumã (Pinheiro) às margens do rio Turiaçu (Curva Grande). Do povoado Aldeia eu consegui me deslocar para vários outros povoados, todos pertencentes ao município de Presidente Sarney. Às vezes, eu conseguia ir de Esmeralda, acompanhada de Thaís, que, no início, apenas me guiava até a casa das pessoas mais velhas, especialmente das mulheres, mas não se envolvia, não prestava muita atenção nas histórias que eram contadas. Porém, essa apatia em relação às narrativas foi mudando e, quando ela tinha mais intimidade com algum entrevistado, fazia perguntas e foi começando a tomar partido dos índios: “Eles eram maus e as outras pessoas também eram mau, porque como a professora falou, que hoje tem pessoas da nossa parte que conta a história e do lado deles não. Não tem quem conte, então eles matavam mais os índios, eu acho na minha mente, que eles matavam mais índios. E neles era atirado e eles não, era com flecha”.

Thaís me colocou em conexão com uma outra ex-aluna, Elenilde Rodrigues, conhecida como Miúda, em seu povoado Galiza, município de Presidente Sarney. Na verdade, Thaís fez questão de me expor em seu status de WhatsApp anunciando a minha presença em sua casa, dessa forma vários de seus colegas da época do Ensino Médio que me reconheceram como sua ex-professora e moravam nos povoados próximos solicitavam para Thaís: “Traz a professora

¹⁶ Aqui cabe a noção de “feridas históricas” desenvolvida pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty para pensar uma mistura de história e memória das violências coloniais que determinados grupos sofreram. É um conceito que está muito relacionado a políticas de reconhecimento e reparação. Nessa ideia de ferida histórica, a experiência conta mais do que a evidência, a experiência é parte da memória. “As feridas históricas não são o mesmo que as verdades históricas, mas estas constituem uma condição de possibilidade para as primeiras (...). As feridas históricas, por outro lado, são uma mistura de história e memória e, portanto, sua verdade não é verificável pelos historiadores. As feridas históricas não podem surgir, porém, sem a existência prévia de verdades históricas.” (CHAKRABARTY, 2007).

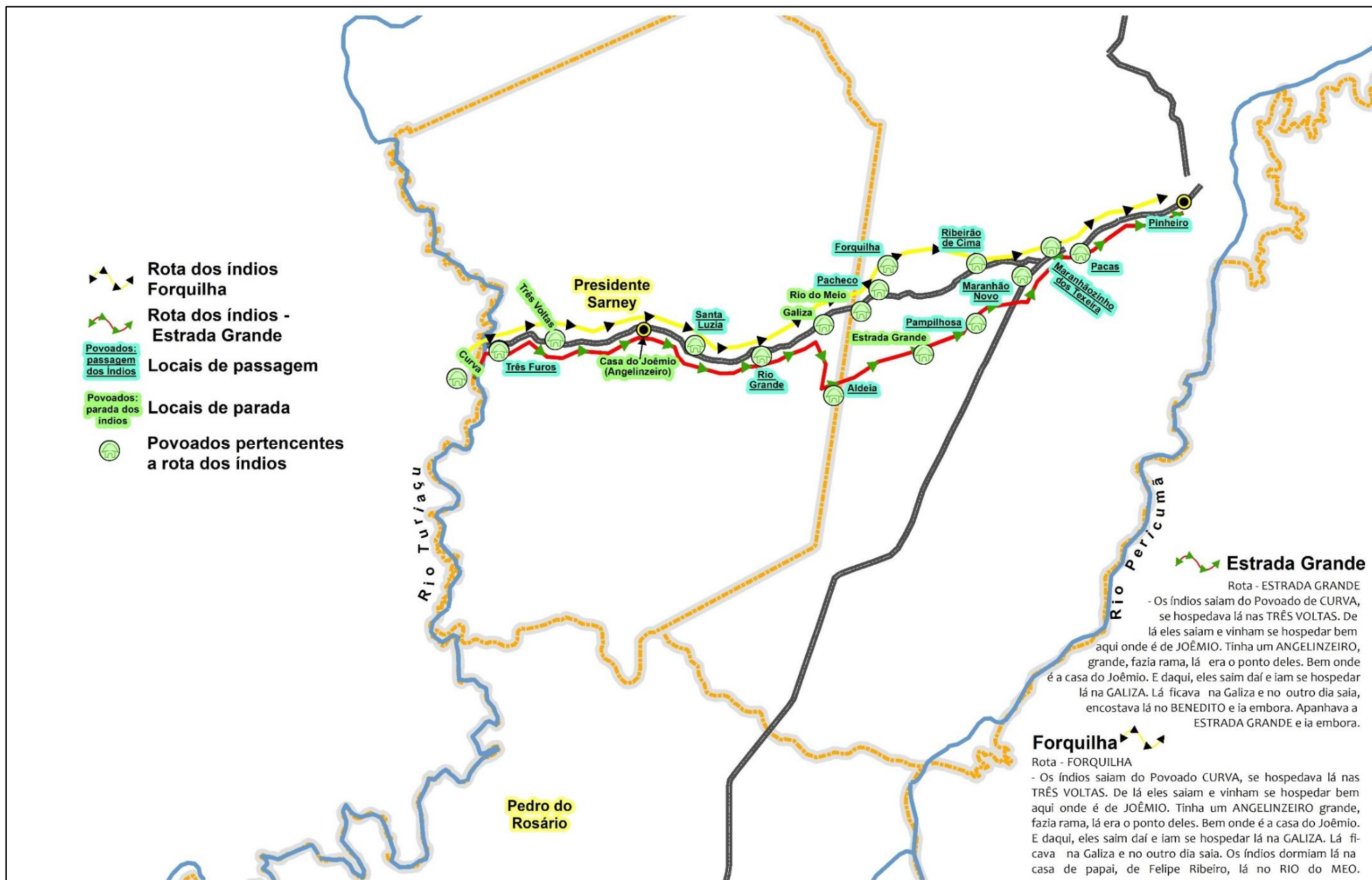
Figura 2 – Croqui da Rota dos Índios

1 - ROTA DOS ÍNDIOS



Os índios saíam de CURVA se hospedava lá nas TRÊS VOLTAS. De lá eles saíam e vinham se hospedar bem aqui onde é de JOÊMIO. Tinha um ANGELINZEIRO grande, fazia rama, lá era o ponto deles. Bem onde é a casa de Joêmio. E daqui, eles saíam daí e iam se hospedar lá na GALIZA Lá ficava na Galiza e no outro dia saía, encostava lá no BENEDITO e ia embora. Apanhava a ESTRADA GRANDE e ia embora.

Mapa 1 – Mapa da roda dos índios



aqui em casa”. Eu me sentia tão importante diante desses convites, e, mais importante ainda, quando fui recebida por Elenilde e sua família com um almoço preparado especialmente para a professora.

O que me aproximava das pessoas era o fato de ser professora e era assim que eu era apresentada pelas estudantes: “É a minha professora que tá fazendo uma pesquisa aqui sobre os índios, sobre a época dos antigos”. Dizer que eu estava cursando doutorado e fazendo uma pesquisa da universidade fazia pouco sentido para muitas pessoas e às vezes até mesmo pra mim, assim, na maioria das vezes, preferi ficar com a apresentação dos estudantes. E, quando eu não encontrava as palavras na tentativa de me apresentar para uma pessoa de mais idade e dizer sobre o que era o meu trabalho, tinha alguém para ajudar: “Diga que a senhora é professora, que tá fazendo um trabalho da escola que ela vai entender”. E ter sido professora de uma neta ou neto de uma das pessoas entrevistadas foi fundamental para estabelecer laços de confiança. Isso fez muita diferença no que era contado e na forma como era contado.

A residência de Elenilde, no povoado Galiza, se tornou mais uma **casa refúgio**, assim como a casa de Thaís, no povoado Aldeia. Essas eram as residências que passei a me hospedar quando ia para campo. Dessas casas eu conseguia me deslocar para outros povoados e retornar a noite ou mesmo durante o dia para o que eu tô chamando de casa refúgio. O terceiro refúgio estava no povoado Tiquireiro, município de Pinheiro, esse lugar também faz parte dessa mesma rota dos índios que resolvi percorrer. No povoado Tiquireiro também tive ex-alunos, porém mudaram para outros estados em busca de trabalho, mas isso não me impediu de acioná-los quando conversava com algum de seus respectivos parentes.

No Tiquireiro, minha casa refúgio era a de Dona Pedrolina Miguens. Eu não fui professora de nenhuma de suas netas, nossa aproximação aconteceu ainda em 2015. Quando comecei a interessar-me por narrativas sobre a presença de povos indígenas na região da Baixada Maranhense, mais especificamente no município de Pinheiro, fui informada por um arqueólogo do lugar, filho do dono do cartório da cidade, para procurar por uma família de sobrenome Miguens. Conforme o pai desse arqueólogo, os Miguens tinham parentesco com índios. A princípio, me indaguei como um nome originário da Galícia podia indicar parentesco indígena. Passaram-se muitos meses e eu não encontrava ninguém na cidade com esse sobrenome, até quando, por acaso, fui ao povoado Tiquireiro com uma amiga, Beatriz Sousa, que estava interessada em entrevistar pessoas que teciam redes nessa localidade até meados da década de 1990. No povoado Tiquireiro estava a família com o sobrenome que eu estava à procura, e foi em uma conversa com a irmã de Dona Pedra, Florianana, que cheguei aos Miguens, mas essa história eu conto depois. A partir dali, 2015, eu e Dona Pedra nos tornamos amigas,

duas nascidas no dia de São Pedro, 29 de junho, ambas apaixonadas por bumba meu boi. E foi de Dona Pedra que ganhei o boizinho de buriti, feito por ela, que passou a me acompanhar com Esmeralda em nossas andanças. E como nós andamos!

De outubro de 2021 a agosto de 2022, percorri 22 comunidades, em sua maioria povoados presentes nos municípios de Pinheiro e Presidente Sarney. Nessas sedes também realizei trabalho de campo. Destas 22 localidades, apenas a comunidade quilombola Imbiral Cabeça Branca está situada no município de Pedro do Rosário, e o povoado Curva, no município de Santa Helena, ambos às margens do rio Turiaçu. É válido destacar que esses deslocamentos se constituíam de muitas idas e vindas, algumas vezes eu apenas passava o dia em uma localidade e retornava para uma das casas refúgio ou retornava para minha casa, uma vez que a comunidade mais distante está situada a aproximadamente 60km da minha residência, enquanto o povoado Tiquireiro está situado a aproximadamente 17km, Galiza a 24,90km e Aldeia a 29km. Localidades muito próximas que estão na mesma direção, na rota dos índios.

E como ocorreram as conversas? Uma vez situada e apresentada, eu analisava para ver se a conversa renderia e se valeria a pena solicitar a gravação da mesma, mas, muitas vezes me enganei e já no meio do processo perguntava se eu podia gravar. Em relação a poder gravar ou não gravar, eu não recebi nenhuma resposta negativa. Já em relação a querer contar as histórias que sabia sobre os índios, independente da narrativa ser gravada ou não, foram muitos os silêncios, os quais me disseram mais do que 37h de gravações coletadas ao longo da pesquisa. Logo, esta tese é também sobre os silêncios acerca dos povos indígenas que habitavam entre os rios Pericumã e Turiaçu.

Por causa do silêncio das mulheres, quase cheguei a pensar que não ouviria as histórias das bisnetas de mulheres apanhadas no mato a cachorro. Mas foi com elas que eu aprendi a ouvir o silêncio, aprendi a escutar suas histórias mesmo quando as palavras não eram ditas. Eu conversei com 55 mulheres, foram quase 20h de gravações, de muita coisa não dita, pois, em sua maioria, as entrevistas eram curtas e logo se encerravam com um “é só isso que eu sei” ou “é só isso que eu ouvi dizer”. Se comparado com as 37 conversas realizadas com homens, com um pouco mais de 17h de gravação, eu analiso que eles falaram mais, porém eu quero trabalhar com a ideia de que me disseram menos com suas palavras, pois no silêncio das mulheres eu ouvi mais histórias e compreendi o quão violento é ser pego no mato a cachorro. No entanto, a narrativa dos homens também se fará presente aqui, uma vez que eles falam de suas mães, de suas avós, de *corpos-documentos* que interessam a esta tese. Alex Ratts no livro “Eu sou atlântica” (2006), traz contribuições importantes acerca do conceito *corpo-documento* elaborado por Beatriz Nascimento, especialmente, no filme Orí, lançado em 1989. De acordo

com Ratts (Ibid. p. 68; 74), para Beatriz Nascimento, o corpo é o principal documento da *transmigração* (termo cunhado pela autora para falar da “mobilidade, em geral forçada, da população negra, de África para a América e dentro do Brasil, entre o rural e o urbano, entre o Nordeste e o Sudeste”), sendo o corpo o lugar da memória. Nesta pesquisa faço literalmente uma transmigração do conceito corpo-documento, da travessia africana para a captura de mulheres indígenas nos *sertões* do Brasil. E como narra Beatriz Nascimento no filme Orí: “Corpo de repente aprisionado pelo destino dos homens de fora. Corpo mapa de um país longínquo...”

Esse conceito *corpo-documento*, elaborado por Beatriz Nascimento eu utilizo para pensar tanto os corpos de mulheres indígenas capturadas como também os corpos daqueles que narram as histórias desse ‘corpo de repente aprisionado’. Se para Beatriz “o corpo é o principal documento da transmigração, sendo o corpo lugar da memória”, logo, a memória transmigra do corpo violentado para os corpos frutos dessa violência e é no ato de narrar que a transmigração da memória acontece. E é nesse momento da narração, que esquecimento e recriação encontram um campo fértil. Como destacou Conceição Evaristo (2016, p. 7), mesmo as histórias reais são inventadas quando são contadas. De acordo com a autora, “entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta” (Ibid.). Na transmigração, a memória **resiste, persiste, esquece, recria**, aqui refiro-me tanto à transmigração do corpo capturado como à transmigração da narrativa acerca da captura.

Tanto os corpos agredidos dessas mulheres como os frutos desse abuso se configuram como *corpos mapas* dos territórios de onde eram capturadas e para onde eram levadas. Através da memória, as pessoas vão reconstruindo suas histórias de parentesco, logo, traçar histórias de parentesco é ir desenhando ao mesmo tempo uma “geografia do parentesco”¹⁷, sendo possível reconstruir trajetórias de deslocamentos, desses *corpos mapas*. Esta pesquisa é sobre pessoas que tiveram seus “laços com a terra rompidos” (bell hooks, 2019, p. 327) e reconectadas a partir da memória. Assim, o que tenho traçado como objetivo é a construção de histórias de parentesco, entre os rios Pericumã e Turiaçu, a partir de narrativas de pessoas que trazem em suas ancestralidades histórias de mulheres “pegas no mato a cachorro”, histórias recontadas aqui por meio da transmigração de memórias que persistem: “*Eu ouvia dizer...*”. “*A minha mãe que contava*”. “*Os que era mais velho desse tempo me contavam e aí eu ficava ainda gravado no sentido*”.

¹⁷ O historiador João Fragoso destaca as possibilidades de reconstrução de geografias de parentesco a partir de assentos paroquiais. Nesta tese eu chamo atenção para uma reconstrução dessa geografia tendo a memória como ponto de partida.

Quando penso nos objetivos desta pesquisa, tenho a impressão de que estou traçando, como disse minha orientadora certa vez, uma história de detetive, mas esta é uma história de parentescos des(feitos). Daí parecer uma história de detetive, porque fiquei tentando reconstruir juntamente com as pessoas com as quais eu dialoguei, quais os movimentos feitos pelos índios descritos no Jornal Cidade de Pinheiro e vistos pelos moradores das comunidades. Por onde andarão/andaram? Quais os destinos, fugas e deslocamentos? Um repertório de questões que não necessariamente precisam ou serão respondidas, esse não é o objetivo. O que realmente aconteceu com essas famílias construídas a partir dessa violência de gênero, que foi a captura de mulheres indígenas, *a persistência da memória*¹⁸ não é capaz de reconstituir sem esquecer. As questões aqui elaboradas são importantes para multiplicar as histórias que foram silenciadas e para a compreensão do que esses corpos-documentos lembram e esquecem.

O conceito *corpo-documento* será aqui também articulado às categorias nativas *parecença* e *aparentada*: “fulano tem uma parecença com índio”. “Fulano é aparentado com índio”. A partir desse repertório de categorias dos meus interlocutores e ao mesmo tempo minhas – uma vez que estou inserida no contexto da pesquisa – elaboro outros conceitos e formulo as seguintes questões: Que corpos-aparentados são esses que documentam práticas de genocídio? Que corpos-aparentados são esses que documentam processos de (des)indigenização e (des)aparentamento¹⁹, desfazendo e fazendo parentesco?

Célia Xakriabá, em sua dissertação, fala em processos de indigenização da escola. *A escola que chega na aldeia precisa ser indigenizada*. Anteriormente, para pensar a parecença com povos indígenas nos povoados a serem pesquisados, eu estava com a ideia de desindianização, que é um conceito trabalhado pelo Bonfil Batalla (2019). Porém, ao ler Célia Xakriabá, fiquei pensando na agência dessas mulheres capturadas no mato. Por isso a utilização do *des* entre parênteses, porque compreendo que essa captura de mulheres indígenas é uma via de mão-dupla, ao mesmo tempo em que essas mulheres estão sendo desaparentadas, elas estão *indigenizando* os espaços para onde são levadas. Quero pensar a importância dessas mulheres na manutenção da persistência de parecenças, de sangue indígena, de artefatos... de modos de ser e de existir. Aqui cabe o conceito de *margem* elaborado por bell hooks (2019) e, também, acionado por Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação* (2019), as margens são “tanto lugares

¹⁸ Aqui faço uma alusão à obra “*A Persistência da Memória*”, do artista surrealista Salvador Dalí. Essa obra é sobre **tempo e memória**, é sobre a fluidez de um tempo que a memória insiste em manter firme, persiste em lembrar.

¹⁹ Ao longo desta tese aparecem alguns conceitos com o prefixo *des* entre parênteses. Tenho utilizado esse recurso para pensar como a captura de mulheres pode resultar em processos distintos simultaneamente.

de repressão quanto lugares de resistência” (hooks, 2019, p. 292). Daí a atenção para evidenciar nas narrativas a agência dessas mulheres capturadas às margens e colocadas à margem.

“Eu tenho sangue de índio! Meus bisavós que foi pego no mato a cachorro.” (Floriana Miguens, 2015).

Quem foram as crianças ou jovens capturadas que se tornaram bisavós de Dona Floriana? Todas as entrevistas buscavam chegar aos nomes e sobrenomes que essas mulheres foram obrigadas a usar. Na tentativa de chegar a esses nomes, iniciei todas as conversas traçando em meu caderno a genealogia da pessoa entrevistada, até a geração que a mesma conseguia alcançar. Geralmente, o nome das bisavós não era lembrado, nunca as conheceram, só ouviram falar. E mesmo quando as conheceram não lembravam de seus respectivos nomes: **“Eu não sei como minha bisavó se assinava”, “Eu não sei qual era o título da minha avó”**. E foi assim, diante de uma necessidade minha em querer compreender quais nomes e sobrenomes foram impostos para essas mulheres capturadas, que eu fui parar nos arquivos do Cartório do Registro Civil de Pinheiro e na Cúria Diocesana do município de Pinheiro, Maranhão. Passei os meses de abril e maio dedicada a folhear 22 livros de óbito, 34 livros de nascimento e 8 livros de casamento. Essa saga eu conto com mais detalhes no capítulo 2. Porém, quero chamar atenção para como os sobrenomes, títulos ou assinaturas como nomeiam meus interlocutores, estão relacionados a apelidos que fazem referência especialmente a animais e plantas. O primeiro lugar que observei essa demarcação das famílias a partir de apelidos foi no Tiquireiro:

“Ela não é de Caranguejo. Ela é da raça dos Cutia.”, alertou-me Seu Antônio França quando eu quis saber de qual família era a sua avó que foi capturada.

“Aqui no Tiquireiro tem esse monte de apelido assim, não sei quem Cutia... quais são os outros?”, eu indaguei.

“Aqui tem Cutia, tem Caranguejo, tem Veado... é como eu tô lhe falando, vem das famílias, apanhada um daqui, outro de acolá. Tem a turma dos Veado, tem a turma dos Cutia, tem a turma dos Caranguejo e tem a turma dos Ribeiro, são quatro famílias que içaram aqui dentro do povoado. E ainda tem os Miguens também, são cinco: Miguens, Cutia, Caranguejo, Ribeiro e Veado.”, respondeu Seu Antônio França.

Eu vejo a potência das mulheres capturadas na manutenção/formação dessas famílias a partir de apelidos, conforme narrado por Dona Inácia Lopes, também bisneta de uma mulher capturada: “Minha avó não falava direito, aí ela apelidava os netos por nome de bichos. Tinha

uma irmã minha, duas irmãs, uma mora ali nos Três Furos e a outra mora em Roraima. Quando elas eram miudinha e ela não sabia chamar o nome delas, ela botou o nome de uma Lobo e a outra era Cutia. E os outros menor ela só chamava Bichinho e Bichinha. E eu ela me chamava era Tijuba”.

Numa sociedade que impõe a mulheres indígenas capturadas uma nova língua, um novo nome e um sobrenome, a prática dessas mulheres em apelidar, nominar tendo como referência a fauna e a flora se configura como estratégia na manutenção dessa relação com a natureza e o repúdio a uma forma de nominar imposta pelo colonizador. Não são os sobrenomes que perduram em suas memórias, mas são os apelidos que transmigram.

Desenhar os esquemas de parentesco foi fundamental para esse trabalho de busca nos arquivos, mas, principalmente, para entender a formação de famílias a partir da transmigração dos apelidos. O desenho dos esquemas foi também uma chave para eu estabelecer relações ao longo dos povoados que fui percorrendo. Grande era a minha surpresa quando um sobrenome que eu já tinha anotado antes em uma comunidade, era acionado em um outro povoado e compreendido como a mesma família a partir do apelido: “É a mesma família, minha filha. Essa família de Lopes, os Bacurau, do Apertado, é a mesma daqui da Pampilhosa, é só uma parentagem”. A partir das mais de 50 genealogias desenhadas em meu caderno, consegui fazer um único esquema, uma só parentagem, reunindo famílias de 13 povoados percorridos. Assim, do Pericumã ao Turiaçu temos não apenas uma rota de índios, mas de comunidades interligadas pelo parentesco. Daí fica fácil responder à pergunta que devem estar se fazendo sobre o que farei com mais de 80 entrevistas realizadas, que resultaram em 430 páginas de transcrições. As narrativas estão conectadas pelo parentesco, uma história leva à outra e assim sucessivamente. À proporção que as pessoas se deslocam, as histórias vão juntas percorrendo caminhos e se estabelecendo em territórios, e, nesse sentido, tenho “corpos mapas”. E, ainda que no capítulo 3 eu tenha designado subcapítulos com nomes de pessoas, suas histórias são atravessadas/entrecruzadas pelas narrativas de outras.

Estar na rota dos índios é estar numa encruzilhada entre negros e indígenas. Poder dialogar com as pessoas sobre a presença indígena nessas localidades, é dialogar também sobre a presença negra, é falar de encontros entre negros e indígenas. E o que se sabe sobre negros e indígenas transitando o mesmo território ao longo de séculos?

Incomodados pela solidariedade política e pelos laços de afinidade entre negros e indígenas, as pessoas brancas racistas de então e de hoje trabalham estrategicamente para separar os dois grupos. Uma tática importante tem sido o apagamento histórico e a supressão de documentos e informações que afirmem a profundidade desses laços (hooks, 2019, p. 322).

Pensar uma “encruzilhada”²⁰ entre índios e negros é, ao mesmo tempo, pensar no encontro entre Antropologia e História. A ideia é ir construindo essas encruzilhadas a partir das narrativas coletadas. Entrecruzarei alguns dados sobre a formação de quilombos ao longo do Turiaçu-Pericumã em meados do século XIX com dados por mim coletados sobre a presença indígena no município de Pinheiro, Presidente Sarney e Pedro do Rosário²¹ até o início do século XX.

As insurreições e as práticas de pajelança ao longo desses rios são caminhos para se pensar tais encruzilhadas, que extrapolam séculos. Em meio à Revolta dos Pretos de Viana, em 1867 (MUNDINHA ARAÚJO, 1994), onde estavam os indígenas citados no Jornal Cidade de Pinheiro, como os causadores de pânico nos centros de lavoura do município de Pinheiro e região? Estariam os indígenas aliados aos negros nessa revolta? A Revolta dos Pretos de Viana, abordada pela historiadora Mundinha Araújo, no livro “Insurreição de escravos em Viana, 1867”, foi também extremamente silenciada. Para além das narrativas de conflitos é preciso se questionar por que os relatórios das expedições anti-mocambos falam pouco ou quase nada sobre a presença indígena nos quilombos invadidos, bem como nos caminhos percorridos em busca dos mocambos. Queriam as autoridades esconder tais encontros entre negros e indígenas?

“Depois vai perdendo as identidade por causa disso que eu tô dizendo, fica: Ah, isso já passou. Aí os pais não vão contar a história, os avós não diz o valor que tem e às vezes a pessoa tem vergonha de dizer que é aquilo pra não ser atacado também, aí enfim vai acabando isso. Precisa a pessoa ser resistente. A senhora tá pensando o tanto de caçoada que eles caçoam com nós, porque nós tem essa resistência. Ali em Pedro do Rosário, vamos lá, a cidade depois que fundou, isso era uma caçoada porque nós dizia que nós era quilombola. Agora que eles já tão um pouquinho, um pouco... E nós dissemos que nós era família de índio com negro, eita meu Deus do céu, isso era um preconceito mais horrível do mundo com a gente por causa disso.”,

²⁰ Leda Maria Martins, na década de 1980, é uma das primeiras estudiosas a elaborar encruzilhada como conceito epistemológico, como *clave teórico metodológica*. E essa elaboração do conceito de encruzilhada vai se dar a partir de análises de textos teatrais encenados pelo Teatro Experimental do Negro. De acordo com Leda Martins, “A cultura negra é uma cultura das encruzilhadas, lugar radial de cruzamentos, interseções, fusões, desvios, despistamento, fissuras, rupturas, confluências, multiplicidade e ambiguidade, origem e disseminação” (1995, p. 1030). Atualmente, temos vários estudiosos se debruçando sobre o conceito de encruzilhada, trago aqui o Luís Carlos dos Anjos que também tece contribuições importantes acerca do conceito: “A religiosidade afro-brasileira tem um outro modelo para o encontro das diferenças que é rizomático: a encruzilhada como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem numa unidade, mas seguem como pluralidades.” (DOS ANJOS, 2008, p. 80). E Luiz Rufino (2018), para o qual “A encruzilhada esculhamba a linearidade e a pureza dos cursos únicos [...], onde múltiplos saberes se atravessam, coexistem e pluralizam as experiências e suas respectivas práticas de saber” (2018, p. 78).

²¹ Até a década de 1990, os municípios de Pinheiro, Presidente Sarney e Pedro do Rosário configuravam-se como um único município, Pinheiro. O município de Presidente Sarney teve sua emancipação política no ano de 1994, enquanto o município de Pedro do Rosário foi emancipado no ano de 1996, sendo que parte das terras da cidade de Pedro do Rosário pertenceu ao município de Viana.

destacou Dona Sebastiana Lopes Teixeira, liderança feminina na Comunidade Quilombola Imbiral Cabeça Branca.

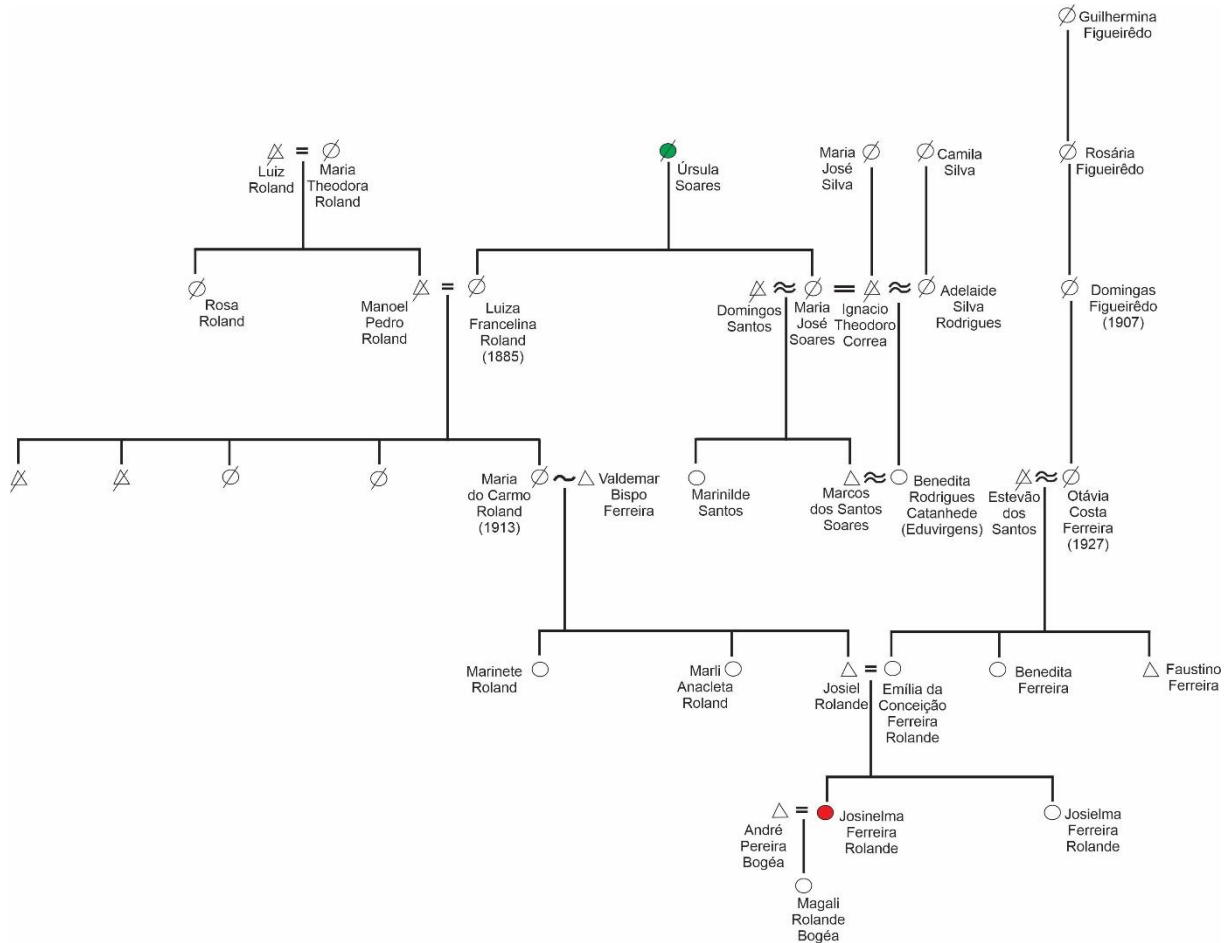
“Dona Sebastiana, eu acredito muito nessa mistura do negro com o índio.”, fiz questão de colocar o meu posicionamento para Dona Sebastiana entender que eu não estava ali para duvidar da formação da sua família.

“Existiu sempre essa mistura! Os negros fugidos que tavam quase morrendo pelo mato, de sede, sem saber nem por onde tava andando, eles colhiam e traziam pra dentro da aldeia e iam cuidar. Aí eles cuidavam, tratavam e depois iam trabalhar tudo junto. E depois casava as índias com eles.”, o pajé Luís Lopes, companheiro de Dona Sebastiana, completou, destacando as alianças entre negros fugidos e índios.

O que eu tenho entre os rios Pericumã e Turiaçu, para além de evidências arquivistas e narrativas sobre mulheres capturadas no mato, são negros e indígenas, cruzando e entrecruzando, “exuzilhando”, para citar Cidinha da Silva (2019), saberes a partir de encontros e desencontros. Os antepassados de Seu Luís e Dona Sebastiana foram fundadores do Quilombo São Benedito do Céu, o quilombo protagonista na Revolta dos Pretos de Viana que contou com os arcos e flechas de muitos indígenas, logo, poderíamos falar em Revolta dos Pretos e Índios. Isso tudo pra dizer que esta tese é também sobre **encruzo**. Na região de pesquisa, o encruzo é a formação do pajé, mediada por um outro pajé mais experiente. Todo pajé deve ser encruzado três vezes, no intervalo que varia entre seis meses, um ou dois anos, entre um encruzo e outro. O Encruzo, como destacou Seu Luís Pajé, “é pra você ter o conhecimento” e é nessa formação que se estabelece a entidade guia do pajé, entre esses guias temos encantados indígenas, negros... No encruzo temos também o encontro espiritual entre negros e indígenas, corpos negros com seus encantados indígenas e corpos indígenas com seus encantados negros. Esta tese é sobre essas **memórias silenciadas**, mas que permanecem vivas em corpos-documentos que narram encruzos.

Úrsula Soares, um corpo-documento em minha morada

Figura 3 – Esquema de parentesco de Dona Úrsula Soares



Fonte: elaborado pela autora.

Quando pensei em realizar, em 2015, com os estudantes a atividade já descrita aqui, sobre coletar as histórias acerca de povos indígenas em suas respectivas localidades, não me passou fazer o exercício em meu seio familiar. Quais histórias os meus parentes sabiam sobre índios? A resposta a essa pergunta veio somente seis anos depois, em 2021, quando sou surpreendida com um corpo-documento se fazendo morada no interior da minha casa. Eu já havia escrito o projeto de pesquisa para qualificação quando tia Marli, irmã do meu pai, contou-me a história da minha tataravó, da bisavó do meu pai. Estava eu, minha irmã, minha filha e tia Marli sentadas em meu quintal quando a história surgiu em meio a minha tentativa em explicar sobre o que tratava a minha pesquisa.

“Tia Marli, eu tô fazendo um trabalho sobre os índios que viviam por aqui em Pinheiro. Na verdade, eu conversei com pessoas que falam que a bisavó era índia, que foi...”

Tia Marli me interrompeu: “Josinelma, tomara tu saber que a minha bisavó, que é a mesma bisavó do teu pai era índia. Mamãe sempre contava pra gente que a avó dela foi pega no mato a cachorro. Que o marido dela pegou e casou com ela.”

“Como é essa história, tia Marli? Quer dizer que a avó de vovó era índia e foi apanhada a cachorro?, perguntei espantada. “Caramba! E quem era esse marido dela?”

“Eu não me lembro quem era o avô de mamãe.”

“Mas foi ele que pegou?”

“Foi ele que pegou ela a cachorro. Eles caçando no mato, aí ele viu ela e botou cachorro atrás e pegou e casou.”

“Deixa eu me meter na conversa. Eles pegaram ela a cachorro porque ela era braba ou queriam casar ela obrigada?”, a vizinha, Dona Meire, que escutava a história da sua janela que dá para o meu quintal também quis entender.

“Era porque ela era índia. A minha bisavó era índia. Foi assim, eles viram e sabiam que era um lugar que tinha índio, aí meu bisavô botou cachorro, eles tavam com cachorro caçando no mato, aí ela se acuou como bicho brabo e eles pegaram. Aí ela casou obrigada, porque ela não gostava dele, né?”, explicou Tia Marli.

“Ela foi pega depois de grande?”, eu quis saber se ela já era adulta ou uma criança.

“Já, já. Ela já tava moça. É muito triste a pessoa pegar outro assim, vai amansar, igualzinho um bicho, vai amansar pra poder casar.”

“É muito triste.”, lamentou minha irmã Josielma.

“Prender...”, eu sussurrei sem saber muito o que dizer naquela hora.

“Prender! Aí fez uma família, vivia corrida, talvez até depois deu certo, porque a gente não sabe. Ela só se acostumou.”, deduziu tia Marli.

“Terminou essa conversa?”, fomos interrompidas por minha filha.

Por alguns instantes eu esqueci que Magali estava ali escutando aquela história com uma carga de violência censurada para uma criança de 7 anos de idade, mas que se tratava de uma violência praticada sob muitos corpos que tinham sua mesma faixa etária. Eu esqueci da presença da minha filha porque narrativas evocam imagens, e enquanto eu ouvia, tornando-me futura narradora, eu adentrava na cena, visualizava uma mulher na mata tentando fugir desesperadamente, parece até que o latido dos cachorros estavam ali presentes na narrativa. Alguns dias depois o pesadelo com a avó da minha avó. Fiquei me perguntando quantos pesadelos aquela mulher, vítima, não teve durante dias e noites, uma vez que não precisava dormir para a metáfora do dia ser traduzida em pesadelo. E quem era essa mulher sufocada em

*abraços asfixiantes*²² que se tornou bisavó e minha tataravó? Essa talvez seja a pergunta mais difícil de ser respondida, pois uma mulher indígena ao ser pega no mato a cachorro, era submetida a processos violentos de *(des)aparentamento*: “**Vai amansar!**”. Essa prática de amansamento era literalmente a tentativa de matar o ser indígena. Esse processo de amansar implicava na perda da língua, eram desprovidos de seus respectivos nomes e os laços de parentesco também eram (des)feitos. Casos como estes aparecem na tese de Jurema Souza (2019, p. 55), narrados por Seu Marinho e Dona Lisinha, respectivamente: “o índio era caçado quase igual caçava bicho pra matar, quem mandava era os brancos. Os índio não tinha direito”. “E já tinha índio aqui? Já tinha conquistado. Conquistado porque pegou na mata, né! Amansou”. Essa ideia de *amansar* na tese de Jurema está associada à ideia de conquistar. A noção de *conquista* não aparece em nenhuma das narrativas por mim coletadas, porém *amansar* é recorrente, sendo um conceito chave nesta tese, pois aqui *amansar* é sinônimo de *violentar*, sendo muitos os meios violentos que se pratica muitas vezes contra uma mesma mulher.

Em minha análise, a *memória* em sua persistência luta contra esse amansamento e até finge um esquecimento para livrar-se do cativo, pois tenho a impressão de que só o esquecimento possibilitava a “liberdade”, conforme deduziu tia Marli, ao firmar que sua bisavó se acostumou. Será que ela acostumou ou fingiu acostumar-se? Assim elaborei a sequência: capturar, amansar/acostumar/esquecer, libertar. Essa liberdade era estabelecida dentro de um tempo, o tempo para amansar, o tempo do “esquecimento fingido”. Nesse sentido, a persistência da memória também persiste em esquecer, pois não é só na tentativa em lembrar que se esquece, mas se esquece porque não é permitido ou porque não se deseja lembrar. E muitas vezes não se deseja lembrar quando é *ferida histórica*. O esquecimento fingido é a cicatriz de uma *ferida histórica*, pois, mesmo na persistência em esquecer, a cicatriz é a memória da ferida.

A memória de uma *ferida histórica* começa no tempo “*quando eu me entendi*”, pois todas as histórias narradas aqui começam ou terminam com essa expressão. E que tempo é esse? “É o tempo que a gente se lembra. Quando eu me entendi é quando já tem o conhecimento da lembrança”. Fiquei buscando palavras pra tentar traduzir o que Dona Sebastiana tentava me dizer com esse *conhecimento da lembrança*, porém, a tradução veio de Dona Domingas Lopes: “Quando eu me entendi que a gente chama, é quando a gente é criança que vai crescendo e vai aprendendo certas coisas, então tem entendimento de ver uma pessoa e lembrar”. Nesta tese, ter o conhecimento da lembrança, é ter o entendimento de ver ou não ver e lembrar que viu ou

²² Alcida Ramos, *Seduzidos e Abandonados* (2019).

não viu. É ter o entendimento de que ouviu ou não ouviu e lembrar que ouviu ou não ouviu. Nesse jogo de palavras entre ver e ouvir, fiquei me perguntando se minha filha já tem o entendimento para daqui há alguns anos lembrar da história que ouviu sobre minha tataravó e narrar: “Quando eu me entendi eu ouvi minha tia Marli contar que a bisavó do meu avô era índia e foi apanhada a cachorro...”. Esse é um bom exemplo de que a transmigração da memória só ocorre no tempo *quando eu me entendi*, porque é lembrança e, se não existe lembrança – mesmo as silenciadas ou os esquecimentos fingidos –, a memória não transmigrou.

“Tia Marli, a senhora conheceu sua bisavó que foi apanhada a cachorro?”

“Quando eu me entendi não existia mais, só ouvia mamãe falando que a mãe de Lulu foi apanhada a cachorro.”

Minha tia e meu pai não conheceram a bisavó, nem mesmo sabiam qual o seu nome. Conheceram apenas a avó, Luiza, que a chamavam de Lulu.

“Ê tia Marli, a senhora lembra da aparência de Lulu?”.

“Ah, ela era alta. Lulu tinha o cabelo liso e ela não era branquinha, Lulu era meio morena. Eu sempre disse que Lulu parecia índia. A minha aparência dela é assim, grande, morena, com o cabelo lisinho que ela fazia aquele cocó.”.

Lulu era um nome que eu ouvi muitas vezes, porque meu pai morou muito tempo com ela. Mas sobre a mãe de Lulu, ninguém dizia nada, porém eu queria muito saber pelo menos qual o nome lhe foi imposto. Foi então que pedi para minha tia o Registro de Nascimento da minha avó, Maria do Carmo Roland, Maricota, a filha de Luiza Francelina Roland²³ e, para minha surpresa, lá estava naquele papel amarelado o nome da sua avó materna, Úrsula Soares. E quem era o avô materno de vovó Maricota (Maria do Carmo)? Apenas uns pontinhos indicando a ausência do pai de Luiza, do nome do homem que havia aprisionado sua mãe e feito de “esposa”. Ainda procurei pra muitos parentes quem era o nome do pai de Lulu, mas foi uma busca vã.

Sobre Úrsula, eu tinha a história contada acima e o seu nome no Registro de Nascimento da minha avó. Nunca mais esqueci esse nome, era até mesmo impossível esquecer o nome do romance de Maria Firmina dos Reis, Úrsula, livro publicado em 1859 por uma mulher negra maranhense, encoberto por vários anos. Digo encoberto, porque quando o livro vem à tona, mais de um século depois da sua primeira publicação, é seguido de um discurso de um romance descoberto/redescoberto em 1970, o mesmo discurso do colonizador, descobrimento. Nenhum descobrimento é imune de um encobrimento, só se descobre o que foi encoberto.

²³ O sobrenome Roland, Luiza recebeu do marido Manoel Pedro Roland.

Com Úrsula, a minha tataravó, eu cruzei novamente em março de 2022, quando fui até a Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências fazer um levantamento no Jornal Cidade de Pinheiro, cujo acervo fica nesta instituição. Enquanto procurava por exemplares mais antigos do referido jornal, acabei deparando-me com um livro contendo ofícios e outros atos de Juízo de Direito de Pinheiro expedidos de 1920 a 1921 e um segundo livro com ofícios e outros atos expedidos de 1926 a 1927. Anexa a esse último livro, havia uma relação com mais de 300 crianças órfãs entre os anos de 1913 e 1928. Nessa tabela, cada menor tinha seu nome relacionado a um tutor e, também, ao nome do seu pai ou mãe já falecido. Havia ainda o ano de instituição e extinção da tutela, bem como a causa da extinção. Foi nessa lista que cruzei com Úrsula, lá na página 11 estava Úrsula Soares, mãe da menor tutelada em abril de 1926, Maria José Soares. A tutela havia sido extinta no mês seguinte, cuja causa foi “casamento da órfã”. No final da lista de órfãos, havia a seguinte observação: “As orphãs, que se casaram poucos dias após a data da tutela, são as que, havendo sido defloradas, não tinham ainda tutor, o que lhes foi dado para o consentimento ao casamento com o seu ofensor”. A partir dessa observação, concluí que a Maria José, filha da Úrsula que eu estava à procura, era casada. Seria esta Úrsula da lista de órfãos a mesma bisavó do meu pai, minha tataravó? Procurei pela portaria de nomeação, mas não dizia nada sobre lugar e data de nascimento da Maria José, filha de Úrsula.

Figura 4 – Fragmento da página 11 do Livro de Juízo de Direito de Pinheiro expedidos de 1926 a 1927

Juizo de direito e de orphãos da comarca de Pinheiro

Em 6 de abril de 1926

PORTARIA N.126

Nomeio, pela presente PORTARIA, tutor da menor pobre Maria José Soares, filha da falecida Úrsula Soares, o cidadão Ciriaco Raimundo Durães, casado, funcionario publico, residente nesta cidade, ao qual o escrivão notificadorá para assignar o termo de tutela no prazo da lei, autuando esta PORTARIA e dando sciencia della ao doutor curador geral dos orphãos.

Cumpra-se

Juiz de orphãos.

Elisabeth Barboza

Ao chegar em casa, entrei em contato com tia Marli e quis saber se Lulu tinha uma irmã por nome Maria José Soares. Ao que escutei num áudio de WhatsApp: *“Josinelma, eu acho que era titia Maria, mãe de Marinilde, porque Lulu era irmã de tia Maria que é a mãe de Marinilde. Eu acho que essa Maria José é tia Maria”*. Fiquei em êxtase com aquele áudio, queria ir naquela hora na casa de tia Marinilde, uma neta de Úrsula viva. Será que ela conheceu Úrsula? Maria José falava sobre a mãe? Eu me enchi de expectativas. Tia Marinilde eu conhecia, era a madrinha do meu pai e sua casa é bem próxima da minha, mas não tinha o costume de ir visitá-la, logo tive que esperar pela companhia de tia Marli. Eu não tenho nenhuma lembrança da mãe de tia Marinilde, no entanto, minha irmã que tem apenas um ano de diferença de idade de mim, ainda se recorda da imagem de tia Maria, uma senhora negra de cabelos brancos. Essa é a imagem que tenho agora de tia Marinilde, uma mulher que tem a pele contrastando com os cabelos brancos, no auge de seus 80 anos, cheia de saúde, extremamente bonita, alta como eu desejei ser um dia, sorridente e disposta a contar histórias. Mas sobre sua avó sabe apenas que *“Era a mesma mãe de finada Luiza, mas quando eu nasci ela já tinha morrido. Não existia mais, morreu cedo”*.

Saí dali sem saber se Úrsula existiu algum dia, esse é só um dos poderes que a colonização tem em silenciar nossas histórias a ponto de desconfiarmos da própria existência dos nossos. Tia Marinilde com muita certeza me falou que sua mãe, Maria José nunca foi casada e sempre morou com Domingos dos Santos. Luiza e Maria José eram filhas somente da mesma mãe, tinham pais diferentes. O pai de Maria era um homem negro chamado Noé, daí o apelido Maria de Noé. Já o pai de Luiza ninguém sabe, mas acreditam que era branco, porque Luiza tinha a pele mais clara do que Maria. Só existiam as duas de irmãs, Luiza e Maria, filhas de Úrsula, a mulher que ninguém conheceu.

“Maria de Noé será que chegou a conhecer a mãe dela?”, perguntei para tia Marinilde.

“Não, eu acho que não.”

“Nem ela nem Lulu?”, eu quis saber de tia Marli.

“Eu acho que não. Ah, com certeza não.”

“Se criaram sem a mãe.”, comentou tia Marinilde.

No cartório, procurei nos livros de nascimento do final do século XIX e início do século XX pelo nome de Úrsula e de tantas outras mulheres capturadas, mas Úrsula Soares nunca nasceu e nem morreu naquelas páginas mofadas, não está nem mesmo nos livros de óbito. E Luiza, estaria em algum livro de óbito? Meu pai recordou-se mais ou menos a idade que tinha quando Lulu faleceu, fiz o cálculo e cheguei à conclusão que havia morrido entre os anos de

1960 a 1965. Assim, fui folhear o Livro de Óbito nº 25 (PINHEIRO-MA, 1965), com registros de 12.07.1957 a 26.04.1967 e lá estava:

“Luiza Roland. Aos doze dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de Pinheiro do Estado do Maranhão, no meu cartório compareceu, Valdemar Bispo Ferreira, brasileiro, solteiro, lavrador, residente em Taboleiro deste município e declarou que as oito horas de ontem dia onze no lugar referido faleceu Luisa Roland, de cor morena, de oitenta anos de idade, maranhense, do sexo feminino, filha natural de Úrsula Soares...”

Luiza não era filha legítima, logo seria difícil nomear o capturador nesta história. A partir dos dados no documento de óbito de Luiza, cheguei ao seu ano de nascimento, 1885, mas não encontrei o seu registro de nascimento para saber se lhe foi dada uma avó materna, uma mãe para Úrsula Soares. Já nos livros de casamento estava “Maria José Soares, 16 anos de idade, casada com Ignácio Theodoro Correa, filha natural de Urçula Maria Soares, residentes no lugar Quebra, município de Macapá” (PINHEIRO-MA, 1926). E, novamente, a dúvida é implantada em minha mente, porque o Quebra, também conhecido como Taboleiro, era o lugar de nascimento do meu pai, o mesmo lugar onde Luiza morreu, o mesmo lugar em que minha avó criou os filhos. Mas, em contrapartida, tia Marinilde relatou, naquela primeira visita, que a mãe nunca havia sido casada e o nome de seu companheiro era Domingos dos Santos.

Insisti com meu pai para ele ir tomar a bênção para sua madrinha, tia Marinilde, porque eu queria muito retornar a sua casa. Fomos fazer uma nova visita e levei comigo uma foto impressa da página do livro de casamento e mostrei para tia Marinilde, mas a mesma nunca soube de nenhum casamento da mãe e também não reconhecia o nome de nenhuma das testemunhas no documento. Ali fizemos um cálculo, dessa vez para saber o ano aproximado de falecimento de Maria José, chegamos à conclusão que havia falecido nos anos 1990. Procurei no sumário dos livros de nº 33 (1989 a 1993), nº 34 (1993 a 1996) e nº 35 (1996 a 1999), neste último estava Maria José Soares:

“Em doze de janeiro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Pinheiro, sede da Comarca do mesmo nome, Estado do Maranhão, em meu cartório compareceu Marcos dos Santos Soares, brasileiro, solteiro, lavrador, residente nesta cidade (...), declarou que no dia nove de janeiro de 1998 faleceu Maria José Soares, aposentada, natural de Pinheiro – Maranhão, nascida em 28.08.1910 (...), com oitenta e sete anos de idade, estado civil solteira filha de Úrsula Maria Soares”. (PINHEIRO-MA, 1998).

NOME DO ORFHAO

FILIAÇÃO DO ORPHÃO

Maria José Soares

Ursula Scares

Nº de ord	NOME DO T
--------------	-----------

137 Lotercio Ray

138 Iorio Guina

139 Antonio Ray

140 Domingos L

141 André Sé

142 Francisco

143 JOE LRS P

144 Jobe Pod

145 André Lo

146 Leopold

147 Legend.148 Ant1491507[illegible]

Tia Marinilde,
filha de
Maria José
Soares
e neta de
ÚRSULA
SOARES

Duas certezas eu tive a partir desse documento, uma é que essa Maria José era a mãe de tia Marinilde, pois quem havia registrado o óbito foi tio Marcos, irmão de tia Marinilde, são os dois únicos filhos de Maria José ainda vivos. A outra certeza é que esse documento de óbito era da mesma Maria José da qual encontrei um documento de batismo, também filha de Úrsula Maria Soares, batizada nessa mesma data, 28 de agosto de 1910. Eram muitas as coincidências, porém, aqui, Maria José foi dada como solteira. Não seria a mesma da lista de órfãos? Dessa vez, convidei papai para irmos onde tio Marcos, ele saberia me dizer se sua mãe foi casada.

Fomos até o povoado Curitiba, há 7km de Pinheiro. Encontramos tio Marcos e sua companheira Edwrigens sentados à porta. Ficaram surpresos com nossa visita, pois não costumávamos visitá-los e eu pouco sabia sobre meu tio e a esposa. Pegaram cadeira pra mim, pois meu pai e meu companheiro já haviam se adiantado e sentado na calçada da casa. Cheguei com aquela cópia do manuscrito da certidão de casamento, escrito em uma letra que depois de dois meses no cartório já conseguia ler com muita facilidade. Primeiramente falamos sobre várias coisas até eu fazer as perguntas que tinham impulsionado aquele meu deslocamento até o Curitiba.

“Tio Marcos, o senhor que fez o registro de óbito de Maria José?”

“Foi sim, minha filha.”

“Sua mãe era casada, Maria José?”

“Mamãe nunca foi casada, ela só morava com meu pai Domingos dos Santos”.

“O que é Marcos? Tu não sabe que tua mãe foi casada com meu pai? Mamãe sempre dizia, o pai de vocês é casado é com Maria de Noé.”, Dona Edwrigens interrompeu.

“Daí que eu não sabia.”, respondeu tio Marcos.

“Como era o nome de seu pai, Dona Edwrigens?”, eu quis saber já com a cópia da certidão em mãos, que havia retirado da mochila.

“O meu pai era Theodoro?”

“Ignacio Theodoro Correa?”, perguntei lendo o nome na certidão.

“Esse mesmo!”

O pai de Dona Edwrigens era o homem que deflorou Maria José e foi obrigado a casar-se com a mesma.

“Mamãe dizia que eles foram obrigados a casar, porque nesse tempo se mexesse com a moça de menor tinha que casar. Eles casaram, mas nem moraram junto.”, explicou Dona Edwrigens.

Ali entendi que estávamos falando da mesma Maria José Soares, filha de Úrsula Soares e, às vezes, de Urçula Maria Soares. O certo é que mesmo com suas muitas formas de aparição

nos documentos de suas filhas, Úrsula nunca foi vista por nenhum dos seus netos ainda vivos e talvez nem mesmo sua filha Maria José, nascida em 1910, tivesse tido a companhia da mãe.

Enquanto eu procurava por Úrsula, eu me conectava a parentes e territórios. Tio Marcos e Dona Edwvirens foram vizinhos da minha avó materna, Otávia Ferreira, moraram todos no Palestina, próximo ao Tabuleiro. Tio Marcos quis saber notícias de mamãe, de tia Benedita, do meu avô Estevão que, até aquele encontro, ele não sabia que tinha falecido há menos de 1 ano. Entre tentar lembrar quem eram os pais de quem, quem era casado com quem, outras lembranças apareciam.

“Ê Marcos, tu lembra daquela mortandade que teve lá no Teresópolis? Eu me lembro que a gente ia pra lá molecote pegar garapa de cana no engenho e tinha as manchas de sangue na parede.”, recordou meu pai.

“Diz que foi o preto Tito que veio se vingar e matou o dono da fazenda.”, tio Marcos comentou.

Fiquei surpresa com essa lembrança de meu pai e de tio Marcos, pois essa história de Tito eu já havia lido no romance **O Quarto Beijo**²⁴, e também havia visto em alguma edição do Jornal Cidade de Pinheiro. Uma história evocada a partir de manchas de sangue em uma parede, essa é só mais uma das muitas narrativas lembradas a partir de sangue correndo veias e chão que serão trazidas aqui.

Esta é a história de Úrsula, minha tataravó paterna, é a primeira de muitas narrativas que fazem parte do que Grada Kilomba chamou de “história de ruptura” para se referir à escravização de povos africanos:

O desmembramento dos povos africanos simboliza um trauma colonial, pois trata-se de uma ocorrência que afetou tragicamente não apenas aquelas e aqueles que ficaram para trás e sobreviveram à captura, mas sobretudo aquelas e aqueles que foram levadas/os para os exterior e escravizadas/os. Metaforicamente, o continente e seus povos foram desarticulados, divididos e fragmentados. É essa história de ruptura que une *negras e negros* em todo o mundo (KILOMBA, 2019, p. 207).

Eu diria que essas *histórias de rupturas*, histórias de parentescos desfeitos, unem não apenas negras e negros, mas também pessoas negras e indígenas, pois um passado de capturas atravessa respectivamente suas ancestralidades.

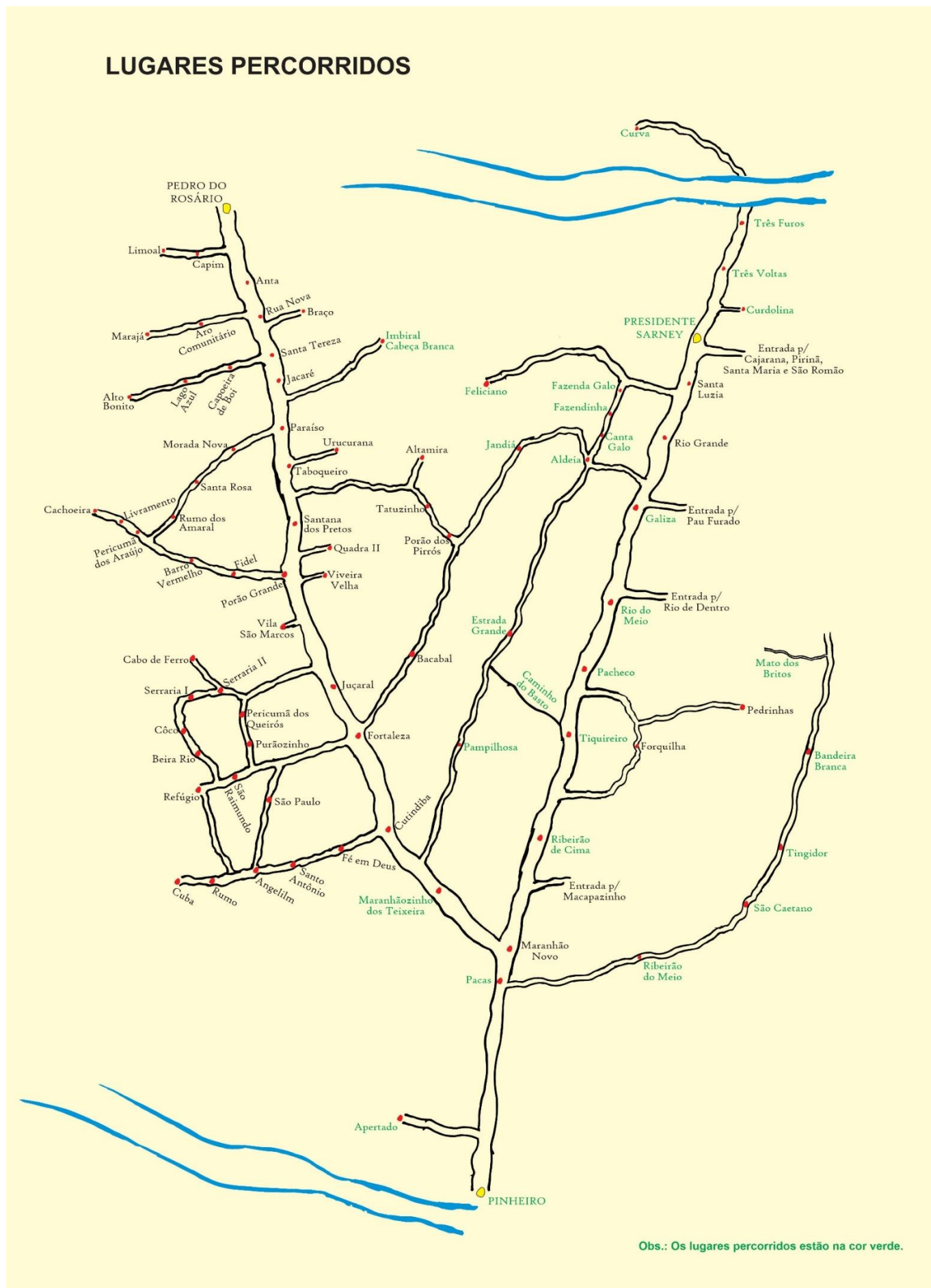
²⁴ O romance escrito por Antônio Trinta Trindade, no ano de 2005, traz relatos sobre a história de Tito Silva, um homem negro que é preso injustamente com sua esposa como suspeitos de roubo de gados da Fazenda Teresópolis de propriedade de Antonio Sousa. Por falta de provas, o casal é absolvido, no entanto soldados violentaram sua esposa e, por isso, Tito jurou se vingar, retornando tempos depois com um bando de homens armados, invadindo a fazenda e assassinando Antonio Sousa e outras pessoas que lá estavam. O livro traz passagens de relações estabelecidas por Tito e seu bando com índios, estes últimos apresentados no livro como selvagens e Tito como um facínora.

Durante o tempo que estive pesquisando no arquivo do cartório, me dediquei também à busca por dados sobre a minha bisavó materna, uma mulher negra que conheci e ganhei da minha tia sua certidão de nascimento. No registro de nascimento apenas o nome de três mulheres: minha bisavó, Domingas Figueiredo, sua mãe, Rosária Figueirêdo²⁵ e sua avó, Guilhermina Figueirêdo. Procurei por esses nomes, mas foi uma busca em vão no cartório. Entendi que escrever sobre o lado negro materno dessa minha história de ruptura requer uma outra *empretada* também carregada de silêncios e páginas em *branco*.

À proporção que eu finalizava o trabalho de campo, ouvindo o silêncio de gerações que não conheceram nem avó e nem bisavó, eu me dedicava à leitura da obra “Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão”, de Saidiya Hartman. Já nas primeiras páginas algumas muitas semelhanças com a minha jornada na rota dos índios. A cada página eu me surpreendia com a parença de nossas histórias e muitas vezes, ao longo dos seus escritos, parece que bastava substituir “escravo” por “mulheres indígenas capturadas” e lá estávamos falando sobre as mesmas violências que unem negros e indígenas. Já nas primeiras páginas, Saidiya Hartman (2021, p. 24) escreve: “Encontrei minha tataravó materna num volume de testemunhos de escravos do Alabama quando fazia pesquisa para minha tese”. Visualizei meu encontro com minha tataravó paterna numa lista de órfãos, interessante é que órfão é como Frederick Douglas define o escravo, pois nas palavras de Hartman (Ibid., p. 131), “a escravidão transformou a mãe em um mito, banuiu o nome do pai e exilou irmão em um canto distante da terra. O escravo era um órfão, como disse Frederick Douglas, mesmo quando ele conhecia seus parentes”. Nesse sentido, considero importante dizer que qualquer semelhança desta tese com “Perder a mãe”, não é uma coincidência mas sim “Histórias de leves enganos e parencas” (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2017).

²⁵ No Registro de Nascimento da minha avó, Otávia, filha de Domingas, esse Figueiredo é transformado em Costa Ferreira, assim consta Otávia Costa Ferreira, filha de Domingas Costa Ferreira e neta de Rosária Costa Ferreira e Inácio Ferreira. Ninguém na família sabe como se deu essa alteração.

Figura 5 – Croqui dos lugares percorridos no trabalho de campo



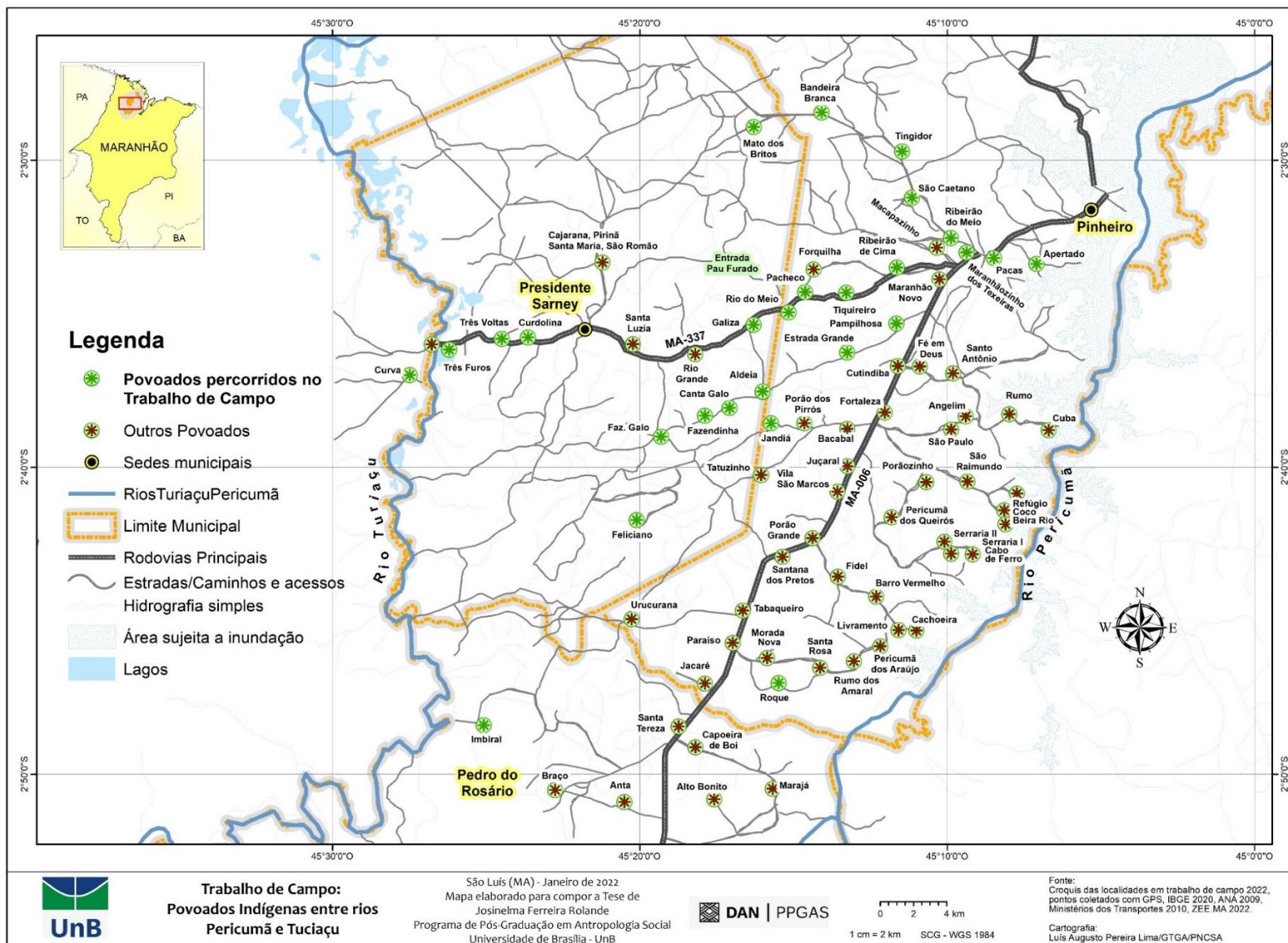
TERRA DOS ÍNDIOS

Nós tudo, nossa família era índio. A minha bisavó foi panhada de cachorro. Isso no tempo que eu me entendi, no tempo que os índios andavam nesse Pinheiro.

Essa Pinheiro aí era terra dos índios.

(Maria Brasilina Rodrigues - 86 anos)

Mapa 2 - Mapa dos povoados percorridos no trabalho de campo



Histórias (sub)emersas

Era uma vez um Capitão-mor chamado Inácio José Pinheiro. Ele resolveu sair da cidade de Alcântara montado em um “belo cavalo baio” em busca de pasto para o seu gado. Depois de vários dias viajando, deparou-se com uma imensa planície às margens de um rio, ficando encantado. Ali, numa enseada, por volta de 1818, resolveu construir sua fazenda, que, posteriormente, deu origem à cidade de Pinheiro. Esse é o conto de fadas, intitulado “A Fundação de Pinheiro”, que aprendemos na escola sobre o “despovoamento” entre os rios Pericumã e Turiaçu. Assim, à medida que o conto foi se sustentando ao longo de séculos, muita coisa foi afogada/afundada nesses rios, mas como disse Toni Morrison (1995), “toda água tem memória” e é a memória dos rios Pericumã e Turiaçu que emerge revelando o que estava submerso. É preciso dizer literalmente que esses rios escondem civilizações pré-coloniais evidenciadas através de fragmentos de cerâmicas datados com mais de mil anos.

O meu primeiro contato com esses fragmentos de cerâmica, encontrados nas chamadas estearias²⁶, ocorreu em 2013 quando fui convidada para participar da banca de avaliação do trabalho monográfico, intitulado “ARTEFATOS DE CERÂMICA: uma investigação visual dos objetos encontrados no povoado Armíndio/ Santa Helena – MA”, de Girlene Pimenta. Foi naquele ano que eu e Girlene, já mencionada aqui, nos tornamos amigas. O que me surpreendeu em seu trabalho é como os artefatos de cerâmica chegaram até ela, conforme narrou:

Certa vez em uma pescaria corriqueira, a tarrafa ficou presa em algo e, por esse motivo, pesou bastante, o que nos chamou a atenção. Para nossa surpresa, nos deparamos com algo muito liso e pontiagudo como um chifre de boi que, naquele momento, imaginamos tratar-se de um objeto feito de madeira. (...). Tratavam-se daquilo que outrora poderiam ter sido esteios, já que se encontravam no fundo da água. Junto com eles estavam fragmentos de cerâmica (PIMENTA, 2013, p. 10).

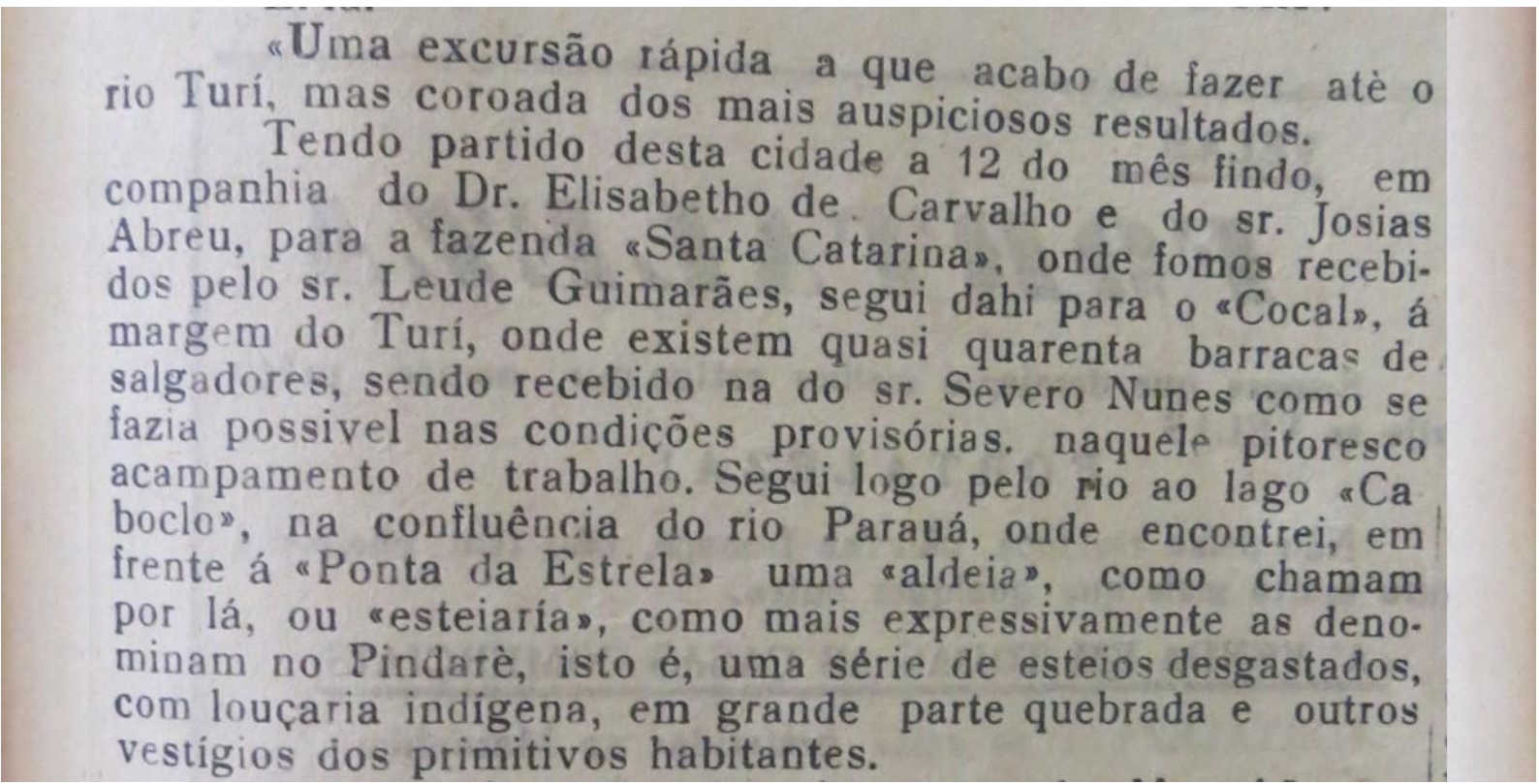
“Certa vez” era o ano de 1997 e, desde antes desse período até os dias atuais, a família de Girlene e várias outras famílias constroem barracas às margens do rio Turiaçu quando termina o período de chuvas, para salgar e secar peixes. Ali nas margens do rio podem ficar acampados por semanas e até meses. De 1997 a 2013, Girlene possuía um acervo com mais de 200 peças de cerâmica, as quais foram doadas naquele mesmo ano para a Universidade Federal do Maranhão. O objetivo era que as peças pudessem retornar para o Campus da UFMA de

²⁶ “Moradias suspensas, cujos esteios de madeiras ainda afloram nos períodos de estiagem, atestando a existência pregressa de grandes aldeamentos palafíticos cujos remanescentes totalizam pelo menos 20 sítios, até o momento, distribuídos por cerca de 40.000 km² nas bacias dos rios Pindaré, Turiaçu e Pericumã.” (LEITE FILHO, 2016, p. 58).

Pinheiro, porém, até o momento, elas se encontram no Laboratório de Arqueologia da UFMA, Campus Bacanga, em São Luís.

Após esse primeiro contato com as estearias, através de Girlene, já no ano de 2015, enquanto eu e os estudantes buscávamos por dados sobre povos indígenas no Jornal Cidade de Pinheiro, me deparei com uma republicação no jornal de 1959, de um relato de viagem realizado por Raimundo Lopes a algumas estearias no Turiaçu. Essa “Excursão ao Turi”, foi realizada no ano de 1927 e do rio Turi, Raimundo Lopes retirou fragmentos de cerâmicas levadas para o Museu Nacional onde trabalhou como antropólogo.

Figura 6 – Relato de viagem realizada por Raimundo Lopes



«Uma excursão rápida a que acabo de fazer até o rio Turi, mas coroada dos mais auspiciosos resultados. Tendo partido desta cidade a 12 do mês findo, em companhia do Dr. Elisabetho de Carvalho e do sr. Josias Abreu, para a fazenda «Santa Catarina», onde fomos recebidos pelo sr. Leude Guimarães, segui dahi para o «Cocal», á margem do Turi, onde existem quasi quarenta barracas de salgadores, sendo recebido na do sr. Severo Nunes como se fazia possivel nas condições provisórias. naquele pitoresco acampamento de trabalho. Segui logo pelo rio ao lago «Caboço», na confluência do rio Parauá, onde encontrei, em frente á «Ponta da Estrela» uma «aldeia», como chamam por lá, ou «esteiaria», como mais expressivamente as denominam no Pindaré, isto é, uma série de esteios desgastados, com louçaria indígena, em grande parte quebrada e outros vestígios dos primitivos habitantes.

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, fragmento p. 3, 12.07.1959.

Raimundo Lopes identifica aproximadamente quarenta barracas de salgadores de peixes nas margens do Turi. É provável que entre esses salgadores de peixes, existissem pessoas aparentadas com algumas das muitas pessoas com as quais eu conversei durante o trabalho de campo e que trazem na memória a presença de uma aldeia no meio do lago. Seu Mundiquinho Pereira é uma dessas pessoas que pescaram fragmentos de cerâmicas e que conheci em 2021 no Povoado Ribeirão do Meio. Ele é o morador mais antigo do povoado ainda vivo, está com

95 anos. É bisneto de uma mulher indígena também capturada e que viu muitas vezes os índios passarem no povoado.

Figura 7 – Página do Jornal Cidade de Pinheiro de 1927.

CIDADE DE PINHEIRO

Edição de 8 paginas

Propriedade e responsabilidade de Carvalho e Cardoso

Anno VI | PINHEIRO—MARANHÃO, 2 DE JANEIRO DE 1927 | Num 264

A MINHA EXCURSÃO AO TURV

Uma excursão rápida, a que acabo de fazer até o Rio Turv, mas coroada de auspiciosos resultados.

Tendo partido desta cidade a 12 deste mez em companhia do dr. Elias Sabetho de Carvalho e do sr. Josias Abreu para a fazenda «Santa Catharina», onde fomos recebidos pelo sr. Leude Guimarães, segui dali para o «Cocal», à margem do Rio Turv, onde existem quasi quarenta barracas de salgadores, sendo recebido na do sr. Severo Nunes como se fazia possível nas condições provisórias daquelle pitoresco acampamento de trabalho. Segui logo pelo rio ao lago «Caboclo», confluência do Rio Parauá, onde encontrei, em frente á «Ponta da Estrella», uma «aldeia», como chamam por lá, ou «esteiaria» como mais expressivamente as denominam no Pindaré, isto é, uma serra de esteios desgastados, com louçaria indígena em grande parte quebrada, e outros vestígios dos primitivos habitantes.

São manifestações dos «lacustres» do Maranhão, cujos vestígios encontrei no Lago «Cajary» e, em 1921, no «Encantado» (Lagôa Cafundoca), neste município.

Proseguindo a viagem, rio acima, encontrei uns restos de louça, entre os quaes um bem interessante, em forma de animal, na ilha da «Cu-eira» (sem esteiame) e, acima da povoação Rosario, a «esteiaria» ou «aldeia» do «Armindo», terminando a minha subida na bocca do igarapé do Florante, onde encontrei outra esteiaria, pequena.

Todas as esteiarias estão agora cobertas de agua, sendo o fundo, nesses pontos, de tres palmos na média.

Voltando para o «Cocal», depois

de visitar novamente a esteiaria do Caboclo, desci o rio para o «Geni-papo», visitando neste lugar mais uma das «aldeias» lacustres, e regressando a esta cidade após breve estadia em Queimadas, na residência do sr. José Wéba.

No trajecto, não só preparei um razoavel traçado dessa parte do rio por meio da bússola, como outros dados geographicos, diversas croquis de aspecto do rio, das pescas e respectivos artefactos, e dados sobre os costumes locais. Realisei ainda uma rapida visita á zona do Ca-fundoca, detendo-me no engenho Cuba, do sr. Magiano Costa, afim de desenvolver, na esteiaria do Encantado, as minhas observações de 1921, contando nesta occasião com condições melhores para observar, pois está totalmente em secco a jazida lacustre do Pericumán.

O material archeologico recolhido encerra peças interessantes para o estudo da população primitiva do nosso paiz e os dados sobre a região e seus habitantes, reunidos ao que observei na viagem anterior fornecem materia ampla.

Apezar de todas as dificuldades e da falta de recursos para grandes excursões, temos conseguido bastante, viajando isoladamente, e com poucos elementos.

Espéramos, contudo, que diante dos resultados da excursão, que acabamos de realizar, não nos seja difficil, desta vez, obter dos poderes competentes mais recursos e auxiliares para realizar a grande exploração que almejamos fazer pelo rio Pindaré e Turv, completando a exploração das «esteiarias» lacustres e integrando na geographia o vasto e fecundo noroeste maranhense, que,

com as suas chapadas e o grande rio que lhe dá accesso, é uma das regiões mais promissoras do Estado, infelizmente entravada no seu povoamento pelo problema dos indios e pela falta de um forte impulso colonizador, que precisa ser norteado pela exploração geographica.

Desta vez, fiz o melhor que pude no tempo e com os elementos de que dispuz ajudado, apenas, da minha fé, do meu amor ao trabalho, pela sciencia e do concurso de alguns amigos, como os supracitados e ao numero dos quaes acrescento o do coronel José Anastácio que me recebeu no seu lar hospitaleiro e amigo e o da familia João Leite, a cuja bondade devo não só a primeira informação e auxilio na minha visita ao «Encantado» como uma excellente informação sobre a pesca, que recebi no Rio quando elaborava um trabalho sobre essa interessante industria regional, cujo estudo vou desenvolvendo como um dos campos melhores para a comparação das nossas populações do campo com os seus avoengos indigenas.

Terminarei, como brasileiro, ao-mo ethnologo dedicado ao estudo do indio antigo e, sobretudo, como homem, no dever de humanidade, apellado para os nossos patricios da região para que não desanimem no povoamento das nossas mattas, mas evitem irritar a exterminar os indios—homens selvagens, mas homens como nós, raça, nos legou o sangue e provas de habilidade verdadeiramente artistica, raça que já se mostrou capaz de grandes rasgos de stoicismo e honra.

Que diriam se os inglezes ou alle-mães se achassem no direito de exterminar os nossos roceiros, cuja vida se parece mais com a dos indios, esta é a verdade pura—que com os paizes da alta civilização?

(Continua na 3.ª pagina)

“O senhor chegou a olhar índio aqui nesse lugar?”. Gritei essa pergunta nos ouvidos de Seu Mundiquinho, que fazia esforço para me ouvir, pois havia ficado surdo. Assim, sentados na varanda da casa de sua filha Maria, tivemos que ficar muito próximos e eu não podia retirar a máscara, o que deixava a minha voz ainda mais abafada, mas Seu Mundiquinho a cada pergunta que eu fazia inclinava a cabeça deixando o ouvido cada vez mais próximo da minha voz, e lá estava eu conversando com o seu ouvido direito.

“O senhor chegou a olhar índio aqui nesse lugar?”, gritei novamente.

Ele levantou a cabeça num sinal de que havia me escutado e prosseguiu. “Tinha, eles vinham, passavam de noite. Aí passava, cachorro latia, porque sabe, esse tempo que eles vinham não era como tá hoje, que o povoado tá muita gente, aí cachorro late e ninguém nem tá ligando. E esse tempo era tantas horas da noite, aí cachorro latia, a gente espiava e eles iam passando aquela fileira de índio, só com aquelas tanguinha, com aquele cabelo grande.” Seu Mundiquinho pensou um pouco e emendou: “Agora no Turi eu conheci e tem lá, muita gente sabe, os mais velhos, os mais novos que pescaram lá. Tinha uma aldeia velha no meio do lago, uma aldeia velha, é toco de pau, de esteio, a gente achava pedaço de... teve quem achasse tigela, achava pote. Era do outro tempo, porque esse tempo que passou se terminou em água, agora lá nesse rio Turi era terra enxuta, aí o mundo se acabou em água ficou lago. Aí a gente dizia, vamos pescar lá na Aldeia Velha. Tinha toco de esteio, tudo... isso aí todo mundo sabe.”

Fiquei pensando naquele “todo mundo sabe” de Seu Mundiquinho, pois se ele soubesse que é tanta coisa que ninguém sabe, que segue mergulhado em águas profundas e que seguimos alimentando contos de fadas. E se todo mundo soubesse que, já na segunda metade do século XVIII, o comandante da vila de Alcântara, Inácio José Pinheiro, começa suas pretensões de despovoação dessas terras quando, no ano de 1788, recebe, através de documento de sesmaria, uma medida de terra na região do rio Pericumã (Roland e Franco, 2013, p. 2). Ao longo do processo de desocupação dessas terras, localizadas entre as vilas de Alcântara e Guimarães, é notório em vários ofícios da época a presença indígena nessa localidade, daí temos uma povoação iniciada a partir de um despovoamento, um ocupar desocupando, um povoar despovando. Em um ofício datado de 22 de outubro de 1804, o governador e capitão-geral do Maranhão, ordena Inácio José Pinheiro a criar uma povoação entre Alcântara e Guimarães, reunindo ali “**índios dispersos**, outros indivíduos sem casa nem subsistência própria e ‘habitantes que voluntariamente quiserem habitar o dito sítio’” (MARANHÃO, 1997, p. 112). Mas é somente no ano de 1806 que Inácio José Pinheiro vai oficialmente estabelecer uma “povoação” entre Alcântara e Guimarães, com a denominação de Lugar do Pinheiro (COELHO, ROLANDE e ARAÚJO, 2014).

E o que são “índios dispersos”? Recentemente, em um evento realizado pela Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências, em comemoração aos 166 anos de aniversário da cidade de Pinheiro, fui convidada para falar da minha pesquisa e ali fui questionada sobre o que seria esse “índio disperso”²⁷. Digo que o índio disperso é a compreensão que fez o colonizador acerca de povos que não se submeteram ao regime de aldeamento, que persistiram em deslocamentos voluntários, transitando por matas e campos alagados. Quando da oficialização de criação de uma povoação, o índio disperso é transformado em índio aldeado e, conseqüentemente, em índio povoado. O lugar dos índios é transformado em aldeia, depois povoado, vila, cidade e, assim conforme o território ganha novos nomes, ganha também novos donos, passando ligeiramente de Lugar dos Índios para Lugar do Pinheiro, ou simplesmente Pinheiro. E onde ficaram os índios? Silenciados na grande massa, invisibilizados e, também, renomeados, foram então denominados de *caboclos*²⁸, o que considero como mais uma categoria genérica para se referir a povos indígenas, assim como a denominação *tapuia*, amplamente utilizada pelos meus interlocutores.

É importante lembrar que, ao longo dos séculos, o número de índios é cada vez mais reduzido, para chegar, no século XIX, ao apagamento da categoria indígena nos registros administrativos. A consequência direta deste genocídio estatístico foi o confisco dos territórios indígenas e das terras das antigas missões jesuíticas e capuchinhas no censo realizado em 1872, os índios são desvanecidos (CAVIGNAC, 2011, p. 209-210).

Foi exatamente o que aconteceu com o território dos índios de Pinheiro, quando iniciado o processo de registro de terras devolutas, conforme a Lei de Terras de 1850, muitas certidões de sesmarias foram anuladas, sendo que “o registro dessa sesmaria dos índios de Pinheiro foi um dos únicos a ser feito”, porém tal processo foi anulado em 1872 alegando-se a **extinção** dos

²⁷ Curiosamente escrevo este capítulo no mês de setembro em que se comemora o aniversário da cidade de Pinheiro. No dia 3 de setembro de 1856, o Lugar do Pinheiro foi elevado a Vila de Pinheiro e, a partir dali, a cidade começou a aniversariar, logo, já se foram 166 anos subtraindo-se os mais de 100 anos da presença indígena nestas terras.

²⁸ Florêncio Almeida (2010), em sua tese, lista uma série de autores que abordaram questões acerca da categoria *caboclo*, enfatizando o trabalho de Deborah de Magalhães Lima (1999). Concordo com esta autora quando diz que se trata de uma categoria relacional e que não existe um grupo fixo identificado como caboclo, porém, discordo quando destaca que “o termo pode ser aplicado a qualquer grupo social ou pessoa considerada mais rural, indígena ou rústica em relação ao locutor ou à locutora” (1999, p. 7), pois, na região em que me encontro, a Deborah Lima seria facilmente identificada como uma mulher *cabôca* – como chamamos aqui, traduzindo, uma mulher branca. Utilizamos o termo caboclo/cabocla para nos referirmos a pessoas muito brancas, independentemente de fazer parte de uma localidade rural. Não por acaso, tenho uma tia de pele muito clara conhecida como Cabôca. Daí a importância da dimensão geográfica no uso do termo *caboclo* e a compreensão do contexto da fala, pois nos territórios que fazem parte desta tese, é preciso ficar atento ao uso do termo *cabôco* para se referir a povos indígenas, independentemente destes viverem aldeados. E outras vezes usam o termo para se referirem a pessoas brancas. Daí compreendo que duas etimologias da palavra caboclo derivadas do tupi facilmente se encaixam nesta tese: *kari'boka*, que significa “filho de homem branco” e a expressão em tupi *caa-boc*, que significa “o que vem da floresta”. Assim, utilizarei o termo *caboclo* em itálico quando for sinônimo de índio e sem itálico quando referir-se a pessoa branca.

índios nessa localidade (COELHO, 1990, p. 111-112). E tal anulação ocorre justamente no mesmo ano, 1872, em que o recenseamento contabiliza povos indígenas como *caboclos*²⁹, conforme aparece no censo da Paróquia de Santo Ignácio do Pinheiro.

Quadro 1 – Quadro do Recenseamento da Paróquia de Santo Ignácio do Pinheiro em 1872

Quadro Geral da População da Paróquia de Santo Ignácio do Pinheiro - 1872						
CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	RAÇAS			
			Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	1803	899	731	126	37
	Mulheres	1824	862	747	182	33
	Soma	3627	1761	1478	318	70
Escravos	Homens	448		151	297	
	Mulheres	490		191	299	
	Soma	938		342	596	
Soma Geral		4565	1761	1820	914	70

Quadro 2 – Censo de 1872

Paróquia de Santo Ignácio do Pinheiro – Censo de 1872 População por Faixa Etária																	
Caboclos	10	1	2	4	5	6	11	16	21	26	31	41	51	61	71	81	T
	me	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	O
Caboclos	s	o	o	o	o	10	15	20	25	30	40	50	60	71	80	90	T
	s	s	s	s	s												A
Homens	2		4	3	5		6	4		7	2		2	1	1		37
Mulheres	2	3		4		7	4	2	5	2	1	1	1			1	33
TOTAL	4	3	4	7	5	7	10	6	5	9	3	1	3	1	1	1	70

Foram contabilizados 70 *caboclos* em meio a uma população de 4.565 habitantes, que contava com brancos, pardos³⁰ e pretos. E nem mesmo a declaração da existência de 70

²⁹ Desde o regulamento aprovado para o Censo de 1852, o qual não foi realizado, já no Inciso 6º do Artigo 11º traz a denominação *caboclo* para tratar do indígena: “6º - Se é estrangeiro, de que nação. Sendo brasileiro se fará declaração de cidadão naturalizado e do que não o é. Sendo indígena (caboclo) será feita menção da tribo a que pertence;” (AZEVEDO, 1990, p. 19).

³⁰ Segundo João Pacheco (1997, p.62), “a categoria de “pardo” parece não ter outra função que a de servir como instrumento do discurso da mestiçagem e reunir evidências numéricas que reforcem as suposições ideológicas quanto à tendência ao “branqueamento” progressivo da população brasileira, no plano das análises regionais leva a confundir em um todo homogêneo fenômenos absolutamente distintos entre si”.

caboclos, em sua maioria crianças, foi suficiente para impedir a Câmara Municipal da Vila de Pinheiro de negar tal existência e falar em **extinção dos índios** em um ofício no qual solicitava a posse das terras desses índios para o Patrimônio da Câmara.

Qualquer dicionário, o mais simples possível, traduz **extinção** como “desaparecimento total de uma espécie de ser vivo”, sendo a extinção um processo intensificado pelo homem. Se retomarmos o conceito de Rafael Lemkin (1946) do genocídio como técnica que visa a destruição processual e intencional de uma nação, não seria a **extinção dos índios** de Pinheiro um genocídio? A primeira etapa nesse processo de extinção/genocídio foi negar a existência de povos indígenas nesta região e, em seguida, tem-se a usurpação de suas terras. O curioso é que “em 14 de abril de 1888, o presidente da Câmara de Vereadores, Onofre Joaquim Maramaldo, comunica o presidente da Província que as citadas terras foram incorporadas ao patrimônio da Câmara” (ALVIM, 2016, p. 42). Um mês antes de uma Abolição já anunciada, a sesmária dos índios é definitivamente usurpada, agora nem índios e nem negros prestes a serem libertos teriam qualquer direito a essa terra. O apoderamento de territórios indígenas não se restringiu a essa sesmária, mas estendeu-se tal usurpação de territórios dos demais indígenas que não se submeteram ao confinamento em aldeamentos e prosseguiram em seus deslocamentos voluntários até a culminância em deslocamentos forçados.

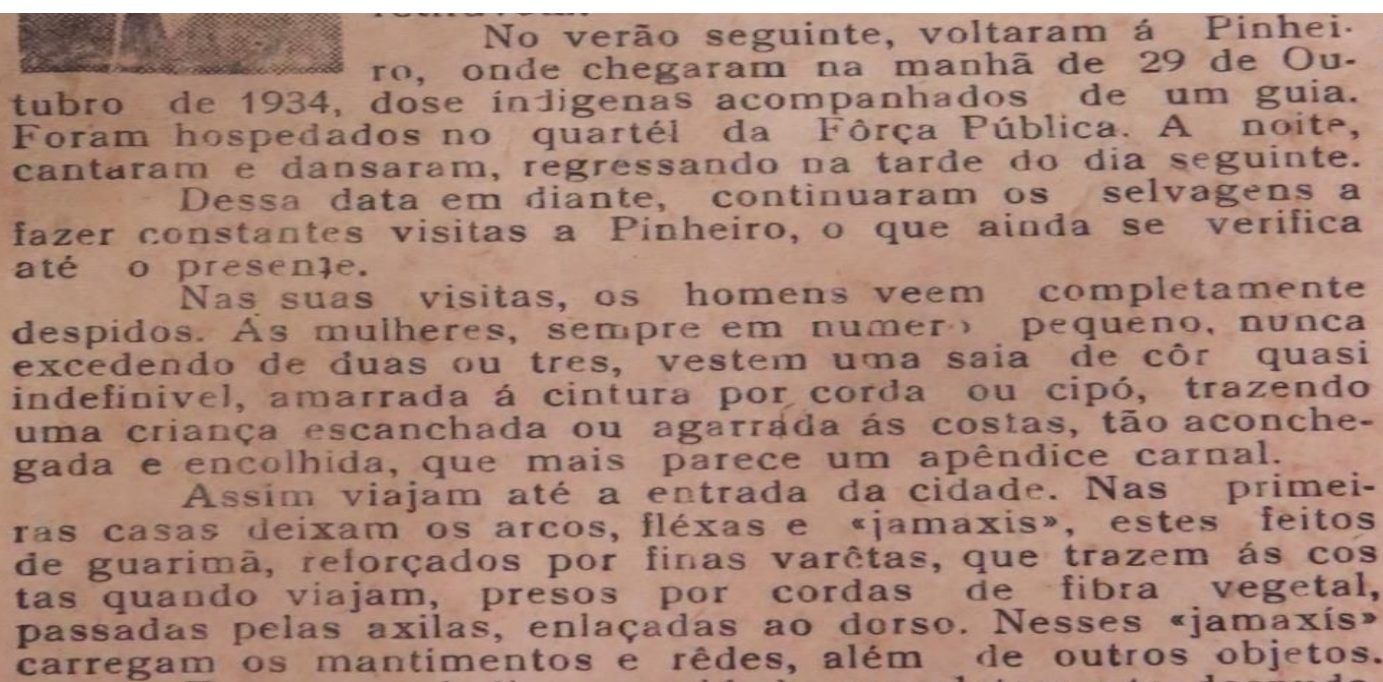
Até aqui, o que lançamos, em sua maioria, foram fragmentos dos documentos que estão nos arquivos preservando a narrativa branca colonial sobre os povos indígenas da Cidade de Pinheiro: não existem mais índios. O problema é que essa narrativa de negação contradiz o *Jornal Cidade de Pinheiro*, fundado em 1921. Enquanto os ofícios expedidos no século XIX diziam que aqui não tinha mais índios, um jornal impresso, em pleno século XX, começa a noticiar, quase cinquenta anos depois dessa negação, a presença de índios nessa região. Ao lado do *Jornal Cidade de Pinheiro*, também encontrei ofícios expedidos no início do século XX confirmando tais presenças indígenas e oficializando práticas genocidas. E, como contra narrativa de jornais e ofícios, trago *corpos-documentos* que falam do passado e nos dão pistas sobre o presente indígena entre os rios Pericumã e Turiaçu.

O *Jornal Cidade de Pinheiro*, edição de 1959³¹, noticiou que até 1933 eram frequentes os conflitos entre indígenas e lavradores, principalmente nos povoados Aldeia, Galiza, Roque e Jandiá. O referido jornal descreve que esses locais de constantes conflitos eram conhecidos

³¹ No ano de 1959, o *Jornal Cidade de Pinheiro* elaborou uma série chamada “Miscelâneas: A História de Pinheiro”, escrita por Josias Abreu. Nessa série são narrados fatos anteriormente escritos em edições do jornal, uma espécie de retrospectiva da história do município. E, nessa retrospectiva, foram reservadas algumas páginas para falar dos “Índios”.

como “antigas tabas indígenas” (ABREU, 1959, p. 3). Informa também que, em dezembro de 1933, acontece a primeira *visita* de índios em condições **pacíficas** à sede Pinheiro e que tais *visitas* continuam ocorrendo até a “presente data”, no caso 1959. O curioso é como os deslocamentos indígenas, que se deram no interior dos seus próprios territórios, são transformados em “visitas.

Figura 8 – Fragmento do Jornal Cidade de Pinheiro de 1959.



No verão seguinte, voltaram á Pinheiro, onde chegaram na manhã de 29 de Outubro de 1934, dose indígenas acompanhados de um guia. Foram hospedados no quartel da Fôrça Pública. A noite, cantaram e dansaram, regressando na tarde do dia seguinte. Dessa data em diante, continuaram os selvagens a fazer constantes visitas a Pinheiro, o que ainda se verifica até o presente.

Nas suas visitas, os homens veem completamente despidos. As mulheres, sempre em numero pequeno, nunca excedendo de duas ou tres, vestem uma saia de côr quasi indefinivel, amarrada á cintura por corda ou cipó, trazendo uma criança escanchada ou agarrada ás costas, tão aconchegada e encolhida, que mais parece um apêndice carnal.

Assim viajam até a entrada da cidade. Nas primeiras casas deixam os arcos, fléxas e «jamaxis», estes feitos de guarimã, reforçados por finas varêtas, que trazem ás costas quando viajam, presos por cordas de fibra vegetal, passadas pelas axilas, enlaçadas ao dorso. Nesses «jamaxis» carregam os mantimentos e rêdes, além de outros objetos.

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, fragmento p. 3, 31.05.1959.

O Jornal Cidade de Pinheiro reserva, desde a década de 1920 até o final da década de 1950, inúmeras páginas para noticiar a presença indígena no município de Pinheiro. Ao lado desses dados aparecem narrativas significativas que destacam a presença de povos indígenas que não foram integrados ao sistema de sesmarias, que continuaram num processo constante de deslocamentos. E o que a memória presente nos diz sobre esses povos? Aqui adentraremos nas narrativas dos moradores e, adentrar nessas narrativas, é adentrar silêncios, ou melhor, é adentrar fontes silenciadas, páginas rasuradas, e daí a ideia de trazer tais narrativas, em sua forma, como páginas de um *jornal-memória*. Considero importante destacar que os documentos de arquivos são aqui analisados etnograficamente, como bem frisou Olívia Cunha (2014, p. 292), são entendidos como “territórios onde a história não é buscada, mas contestada”.

Figura 9 – Resumo no Jornal Cidade de Pinheiro

A 15 de Setembro de 1923, pelas nove horas do dia, numeroso grupo de selvagens atacou o centro de lavoura «Anta», matando quatro pessoas: dois filhos e a nora do lavrador Raimundo Lopes e um cearense que ali trabalhava, ferindo ainda gravemente uma criança.

No mes de Outubro do mesmo ano, coube ao povoado «Roque» pagar seu tributo á ferocidades indígena.

Em data de 13, ao meio-dia, assaltaram eles a residencia de Dorotéa Rodrigues, matando-lhe uma filha de tenra idade. Se não se registrou mais vítimas deve-se á circunstância de haver Dorotéa fugido para o mato, acompanhada de outros filhos.

Homens armados acudiram incontinentemente, afugentando os assaltantes, que na fuga danificaram uma roça de Domingos Donato Rodrigues, espalhando pelo sólo grande quantidade de arros já empaneirado, conduzindo vários cofos de algodão, que já havia sido colhido,

Em data de 23 de Outubro de 1925 quatro lavradores foram assassinados pelos índios, no lugar «Baixa Grande», proximo do povoado «Aldeia». Almoçavam em uma palhoça, dentro de um roçado, quando foram mortos a flexadas, Justino Macario Ribeiro, Francisco das Chagas Ribeiro, Martiniano Pereira Ribeiro e Roberto Alexandre Ribeiro, todos membros da mesma familia. Os corpos das vitimas foram cravados por muitas flexadas.

Poderíamos registrar outras investidas sinistras dos selvagens através dos vários anos que se sucederam até 1933. Deixamos porém de fazê-lo por julgarmos estas notas suficientes para dar ideia perfeita desses fatos lutosos, por demais desagradáveis. — (A seguir)

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro, fragmento p.3, 14.06.1959.

Considero de extrema importância trazer aqui essas matérias do jornal que vão construindo essa imagem do índio selvagem, para confrontá-las com as narrativas dos moradores dos povoados percorridos e entendermos como essa noção de selvageria é construída e como é internalizada por *corpos-documentos* com ancestralidade indígena, mas que negam

tal ancestralidade para não serem comparados com esse passado indígena exposto no jornal e que chega até suas respectivas comunidades pelas autoridades da época como discurso oficial.

Figura 10 – Página 47 do livro de Juízo de Direito de Pinheiro expedidos de 1926 a 1927

Cartas. Cópias.

Pinheiro, 4 de novembro de 1926

Ilm. am. sr. Estevão Elpidio de Sá

Saudações. Segue hoje para ahí, a força da policia enviada pelo governo do Estado, composta de onze praças, sob o commando do tenente Gedeão Henrique Valente, levando armamentos e munições. Segundo as instrucções que aquelle official recebeu do sr. tenente coronel commandante da policia maranhense, vai a força percorrer a zona ameaçada pelos índios, sendo "ALDEIA", o ponto inicial dessa diligencia, visto ficar perto do lugar "BAIXA GRANDE", onde os selvagens fizeram o assalto, com o assassinato de quatro pobres lavradores. Compete, pois, a VS. como a autoridade de "ALDEIA", indicar ao sr. tenente Gedeão os pontos, que se encontram sob as ameaças de novos assaltos dos selvagens, prestando-lhe todos os informes, que elle solicitar para o desempenho de sua commissão, dando-lhe um bom guia, que conduza a força aos pontos ameaçados. Pego que me escreva, informando-me da chegada ahí da força, e das providencias por ella tomadas. de VS. am. cr.

Elizabeth Barbo Soares

Pinheiro, 4 de novembro de 1926

Ilm. am. Hipolito Mariano Soares

Saudações. Sendo possível que a força policial, que segue agora com destino á "ALDEIA", lugar, que fica proximo da "BAIXA GRANDE", onde se deu aquella chacina dos índios, de que está o amigo ao par, tenha neccessidade de qualquer auxilio seu na passagem della ahí, na sua situação, cumpro o dever de lhe apresentar o sr. tenente Gedeão Henrique Valente, commandante da força, e de lhe solicitar os seus bons serviços, caso delles venha a precisar aquelle digno official, pelo que lhe fica muito agradecido, o am. cr.

Elizabeth Barbo Soares

Nota: Na mesma data foram feitas identicas cartas dirigidas aos Srs. Januario Constancio Dias, em "PACCAS", Joaquim Rodrigues dos Santos, em "PAMPILHOSA".

Em novembro de 1926 seguiam para os povoados Aldeia, Pacas, Pampilhosa, Roque e Campinho onze praças, armamentos e munições para “percorrer a zona ameaçada pelos índios, sendo “ALDEIA” o ponto inicial dessa diligência, visto ficar perto do lugar “BAIXA GRANDE”, onde os selvagens fizeram assalto, com o assassinato de quatro “pobres lavradores”. A palavra de ordem era conter o *índio selvagem* frente a seus ataques contra *pobres lavradores*.

E quem são os lavradores? Essa pergunta me foi feita na qualificação desta tese e confesso que é difícil entender quem são lavradores em um território chamado Aldeia. Mas posso tentar responder a esta pergunta começando pelos quatro lavradores mortos pelos índios, os quais a referida carta do Juiz de Direito Elizabeto Barbosa Carvalho cita e o Jornal Cidade de Pinheiro faz referência.

Figura 11 – Fragmento da página 2 do Jornal Cidade de Pinheiro de 1926

<h2 style="text-align: center;">Uma scena de sangue</h2> <p>Quatro homens chacinados pe- pelos indios</p> <p>A chegada dos cadaveres a es- ta cidade</p> <p>As providencias tomadas pela policia</p> <p>Telegrammas—Outras notas</p> <p>Ao amanhecer do dia 24 do expi- rante, espalhou-se pela cidade, com a rapidez do raio, a dolorosa e im- pressionante noticia de que nas pro- ximidades do povoado «Aldeia», deste municipio, os indios haviam chacinado diversas pessoas, do mo- do mais barbaro que imaginar se pode.</p> <p>Procuramos, para logo, pormo- nos ao par do acontecimento.</p> <p>A noticia era, infelizmente, verda- deira.</p> <h3 style="text-align: center;">A CHEGADA DOS CADAVERES</h3> <p>A's primeiras horas da manhã de 24, chegaram a esta cidade os cada- veres das quatro victimas da feroci- dade dos selvieolas, conduzidos por grande numero de pessoas residen- tes nas proximidades do local do massacre.</p> <p>O dr. promotor publico da comar- ca acompanhado do capitão delega- do de policia, tomaram incontinenti as providencias necessarias ao pro- cedimento dos respectivos exames cadavericos.</p> <p>Expostos os corpos, no cemiterio municipal, tivemos então occasião de observar os sanguinolentos ves- tigios da chacina.</p> <p>Horriavel, aquillo!</p> <p>Os cadaveres estavam quasi irre- conheciveis, taes eram os estragos produzidos pelos ferimentos feitos por flexas aparelhadas de agudas e cortantes laminas de ferro, de cer- ca de 20 centimetros de comprimen- to, e cuidadosamente afiadas.</p>	<h2 style="text-align: center;">O MASSACRE</h2> <p>O luctuoso acontecimento verifi- cou-se na manhã de 23, n'uma roça em que trabalhavam as victimas, distante duas leguas da povoação Aldeia, que por sua vez, dista seis legoas desta cidade.</p> <p>Cerca de 8 horas da manhã, Jus- tino Macario Ribeiro, Francisco das Chagas Ribeiro, Martiniano Pereira Ribeiro e Roberto Alexandrino Ri- beiro, sentaram-se á mesa para al- moçar, n'um casinholo que ha- viam construido dentro da propria roça.</p> <p>Em dado momento, Venancio, ra- paz de 16 annos, filho de uma das vi- ctimas, e que tambem almoçara, mas que ja se havia levantado da mesa, lobbrou por entre a folha- gem do matto que rodeia a roça, um grupo de indios em posição de ataque.</p> <p>Apovariado, apenas teve tempo de avisar os seus companheiros, do pe- rigo que todos corriam; e, embre- uhundo-se pelo matto dirigiu-se, de carreira, ao local da roça em que trabalhavam, no momento, umas mulheres, companheiras das victi- mas, a fim de avisal as, e conduzi- las a lugar seguro, o que effectiva- mente conseguiu, levando as á pre- sença do sub-delegado de policia, do districto, sr. Estevam Elpidio de Sá, o qual immediatamente provi- denciou no sentido de socorrer com gente armada, os quatro lavradores acima nomeados.</p> <p>O socorro, porem, chegou tarde. Ja os infelizes, se achavam sem vi- da, atravessados por onze flexas, que se encontram hoje, na delega- cia de policia desta cidade.</p> <p>Os cadaveres foram achados pela deligencia organizada pela authori- dade acima referida, em lugares di- fferentes d'aquelle em que se deu o ataque. Parece que os pobres ho- mens, attingidos pelas flexas, corre- ram ainda, até cahirem sem vida.</p> <h3 style="text-align: center;">AS PROVIDENCIAS DA POLICIA</h3> <p>Após a chegada dos cadaveres a</p>
---	---

Quando iniciei a pesquisa no Cartório de Pinheiro, eu comecei folheando livros de óbitos e, geralmente, eu fotografava certidões de óbitos de pessoas que faziam referência a algum dos povoados abordados nesta tese. Foi nesse exercício de fotografar lugares e não pessoas que me deparei com quatro óbitos do Povoado Galo, lugar próximo ao Povoado Aldeia. Fotografei aquelas quatro páginas que se misturaram às dezenas de imagens geradas naquela tarde e só me dei conta de que havia fotografado os óbitos de Justino Macario Ribeiro, Francisco das Chagas Ribeiro, Martiniano Pereira Ribeiro e Roberto Alexandrino Ribeiro quando cheguei em casa e sentei para organizar os arquivos em meu computador. Diariamente, quando eu retornava do cartório, passava as imagens do celular para o computador e renomeava cada arquivo com o nome da pessoa e o povoado ao qual o documento se referia e ali fazia uma leitura mais cuidadosa das certidões. Foi nessa leitura cuidadosa que me deparei com uma sequência de quatro documentos que tinham como causa da morte “vítima por ferimento produzido por flexas indígenas”.

Ao comparar com os nomes das vítimas anunciadas no jornal, entendi que se tratava dos *pobres lavradores*. O interessante nessas certidões é que um dos lavradores é destacado como de “*cor caboclo*”, outro pardo e dois sem especificação, porém, todos têm “filiação ignorada”, nem pai e nem mãe. (PNHEIRO-MA, 1926).

Com essas certidões de óbito, tudo o que consegui foi deixar a questão mais comprida: Quem são os lavradores sem pai e nem mãe em um território chamado Aldeia? Fiquei a imaginar se não seriam filhos de uma mulher apanhada no mato a cachorro ou se eles próprios não seriam crianças raptadas de pais indígenas, que tiveram seus filhos e territórios tomados, usurpados.

Chamava Aldeia porque era dos índios, era a cidade deles. Aldeia era deles, ai foi tomada, porque sempre as pessoas vem tomando as aldeias deles e eles vem se mudando. Quando eles saíram de lá [Pinheiro] vieram pra cá, Aldeia. Olha a distância que ficou em mata, né?

(Paulo Oliveira, 74 anos - Povoado Santa Galo, 2015)

O povoado Aldeia, território tomado dos índios, assim como os povoados Anta e Roque foram na década de 1920 os principais centros de lavoura de Pinheiro. E, conforme o *Jornal Cidade de Pinheiro* (1923), tais centros de lavoura eram os principais alvos de “massacres dos índios”³². Daí a formação de grupos responsáveis por combater os índios que resistiam a usurpação de seus territórios. E, nesses conflitos, crianças indígenas e mulheres quando não eram assassinadas, eram capturadas, tornando-se mães, avós, bisavós de lavradores que passam a confrontar os seus. Confrontar aos indígenas que não se deixaram levar pela sedução. Isso é o poder da colonização operando, rompe relações de parentesco e faz dos meus, inimigos em potencial.

O lavrador e pescador João Sarges, conhecido como João Lopes, de 80 anos, neto de uma mulher indígena capturada e neto de um capturador, é o corpo-documento que ilustra tal conflito entre lavradores e indígenas. Ali no Povoado Apertado, beira de campo, às margens do Pericumã, escutei com atenção sua narrativa. Haverá leitor que dirá que não passa de uma história de pescador, pra dizer que é uma invenção, mas já frisei antes “que mesmo as histórias reais são inventadas”, podem ser invenções, mas não fictícias.

“Esse tempo os índios era tudo brabo, eles tinha aldeia deles, primeirinho é onde é a Igreja de Santo Inácio. Daí eles foram tomando de conta, aí eles fizeram uma aldeia lá, onde eles chamam aqui Aldeia. Aí eles viviam brigando, eles tinham o grupo deles de matar eles e os índios matava eles. Aí tinha o velho que eles chamavam velho Furtoso, era meu avô. Ele era o dono da turma que ia matar os índios, brigar com os índios.”, com muita lucidez, Seu João narrava o que ouviu. “Aí entrava uma turma e eles matavam, quem escapava da mão dos índios escapava. Eles matavam muito, mas os índios matavam demais. Agora eles não matavam ele, o velho Furtoso, porque ele tinha muita oração. Aí essa mulher, a que era índia, disse que era uma menina desse tamanho assim (em média 7 anos), gorda que ela não podia correr só de gorda. Aí pelejou, pelejou, até trouxe ela pra casa. Aí ela não comia comida assim. Aí ele foi criar essa menina, ele foi criando ela, o que ela comia era farinha d’água escaldada, tinha que fazer todo dia aquela massa escaldada pra ela, mas ela não falava com ninguém. Aí depois ela começou falar com ele. Aí dessa que ele foi criar ela, aí ele se casou com ela.”

“O que pegou ela se casou com ela, o Furtoso?”, perguntei só pra confirmar, pois esta já foi uma das últimas entrevistas realizadas, logo histórias como estas eu já estava familiarizada, literalmente.

³² Essa expressão é recorrente no *Jornal Cidade de Pinheiro*, quando se refere a povos indígenas.

Seu João balançou a cabeça em sinal de confirmação ao mesmo tempo em que dizia: “Hein, hein! Se passou, o velho Fursoto. Aí ele foi fazer a família dele com ela.”

Aquele “se passou”³³, pronunciado em julho de 2022, ainda reverbera em meus ouvidos, era mais um estupro consumado, mas um final infeliz, demarcando que não se tratava de um conto de fadas, mas uma tragédia, não à grega, esta é uma tragédia pinheirense, uma tragédia maranhense, uma tragédia brasileira, uma tragédia americana. Da América do Norte a América do Sul, temos finais infelizes como estes, famílias feitas a partir do estupro de mulheres indígenas capturadas. E, para variar, eu fico desconcertada diante de tais narrativas, tentando dizer algo, compartilhar um sentimento de tristeza que às vezes tenho a impressão que somente eu estou sentindo diante de tanta violência praticada nesses corpos indígenas.

Depois que ouvi Seu João Lopes, ainda comentei: “Eu fico escutando essas histórias e bate uma tristeza, porque eu fico imaginando aquela criança sendo pega, né? Apanhada ali e levada pra uma casa que ela não conhece ninguém, falando uma língua que ela não entende nada. Agora imagina que eu já escutei essa história de muita gente.”, só me veio o silêncio como resposta e um balançar de cabeça do filho de Seu João, que estava sentando ali, segurando uma rede de pesca, enquanto ouvia com atenção a narrativa do pai e parecia de acordo com o meu comentário. No mais, nossa conversa foi ganhando outros rumos que serão posteriormente retomados nesta tese.

Devo dizer que outros finais não menos trágicos também encerram outras narrativas as quais o jornal insiste em caracterizar como “massacre dos índios”. Nas páginas do Jornal Cidade de Pinheiro o índio é sempre o vilão que precisa ser combatido.

Figura 13 – Fragmento do Jornal Cidade de Pinheiro de 1923



A página rasurada deste “massacre”, Seu João Martins, de 72 anos, traz na memória transmigra das mais velhas:

“Quando eu era criança eu olhei muito índio, bastante! Tinha em média de 10 anos. Eu olhava eles era em magote, na casa de um senhor chamado Hilóio. Naquele tempo ele tinha uma casa de dois andares, de tábua. Quando eles vinham passear aí, chega ficava vermelho, eles vinham passavam o dia e no outro dia iam embora.”

“Bem no **Roque**, de frente de minha madrinha Cândida Dourada, mataram um senhor que eles chamava de Pata Gorda. Ele foi e achou um cercado de jabuti e trouxe pra casa, mas os jabuti era dos caboclo. Trouxe essas jabotas pra casa, quando completou três dias eles começaram a fazer a cerca na casa dele. Aí começa a gritar pequapá, grita nambu, grita urú, grita tudo. Dando aviso pra ele sair, mas ele não saiu, ficou na dele em casa. Ele morava só mais um menino. Eu tô contando não é meu da minha vista, de ter olhado, eu tô contando o que eu achei as velha contando. Aí quando bateu na hora do almoço, que ele sentou mais o menino, aí a taquara encostou [os índios encostaram], meteram flecha nele (...). Tinha um senhor de João Galo, Abílio Galo, Bibiano Galo, Raimundo Galo, era uma porção, só homem daquela época de lutar com essas coisas, pegaram o rifle e foram acabar com esses índios, mataram tudo”.

(João Martins, 72 anos – Povoado Roque, 2016)

Conforme narrativa de Seu João Martins, era comum os lavradores roubarem a caça dos índios, o que aumentava os conflitos. Não só roubaram o território, como bem destacou Seu Paulo, como também roubavam o que encontravam de caças capturadas pelos índios. Nada disso é descrito no Jornal ou qualquer outra fonte escrita. Em “*Silenciando o passado: poder e a produção da história*”, o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot, traz importantes contribuições sobre os *desníveis de poder na produção de fontes, arquivos e narrativas*, isso a partir de uma brilhante análise sobre o silenciamento da Revolução Haitiana. Michel-Rolph Trouillot é enfático ao dizer, ““silencia-se’ um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo”. Eu quero chamar atenção, a partir do Trouillot, para o duplo homicídio ao qual os povos indígenas desta região foram submetidos, armas de fogo foram usadas e o silêncio

sobre os fatos foi instaurado³⁴. E, nesse sentido, (des)aparentar é também duplo homicídio, uma vez que esse desaparentamento vem carregado de silêncio. E é duplo porque é corpo e alma, tentam apagar essa memória indígena.

No entanto, essa memória se dá por meio das imagens e falas, elas não são claras, são obscurecidas/borradas por esse silêncio. A noção de parecença tem algo desse borrado/borramento. A parecença é o silêncio e o que aparece no silêncio ao mesmo tempo. Ela é o que canta, e que brilha no silêncio, mas ela não suprime o silêncio. Tem um quê de *significante flutuante* do Lévi-Strauss (o mana = o treco/o trem). A parecença é meio isso, que não tem a nitidez de um conhecimento. A exigência do conhecimento mataria a parecença. Ao submeter a parecença à determinação da prova, ela desaparece. Esse é o mecanismo genocida.

Até aqui, o que constatamos é o silenciamento em torno do “massacre dos índios”, de fato temos um massacre, o Jornal Cidade de Pinheiro tem toda razão ao falar em massacre, mas aqui a maioria massacrada são povos indígenas, grupos inteiros, “mataram tudo”. Quem não era morto com arma de fogo era pego no mato a cachorro. E esse genocídio em massa dos povos indígenas entre os rios Pericumã e Turiaçu, os documentos que estão nos arquivos omitiram. Não existem imagens de amontoados de corpos para comoção mundial.

³⁴ Sobre isso que eu estou chamando de **duplo homicídio**, Marc Nichanian em seu livro “The historiographic perversion” (2009), traz uma abordagem sobre essa duplicidade ao pensar o genocídio como a própria destruição do fato, sendo da *vontade genocida abolir o fato*. O autor diz ainda que é da vontade genocida uma reflexão sobre a própria noção de fato, uma noção que se preocupa com “o consenso sustentando que os fatos devem ser fundamentados em testemunhos e protegidos pela historiografia” (2009, p. 13). Daí Nichanian destacar o século XX como “século genocida porque é o século do arquivo”. Eu diria que não apenas o século XX configura-se como século genocida, basta retornarmos quatro séculos anteriores e adentraremos no contexto do genocídio das populações negras e indígenas.



Santo Inácio de Loyola, o santo catequizado pelos índios

“Aqui era mata e nesse tempo de mata aqui tinha muito índio. Os índios vinham pra festejar Santo Inácio em Pinheiro, que era o santo dos índios.”, Dona Ventura Ribeiro, uma mulher de 61 anos, moradora do povoado Galiza, é uma dentre as muitas pessoas com as quais eu conversei que narram a história de um “santo dos índios”. Penso que a primeira vez que escutei essa história de que o santo padroeiro de Pinheiro, Santo Inácio de Loyola, era dos índios, foi em 2014. Na época não cheguei a dar muita atenção para essa narrativa. Índios atrás de uma imagem de santo? Em um território onde a religião cristã fora imposta, onde as missões eram a base para formação de aldeamentos indígenas, tudo é possível. Inclusive é possível índios catequizarem santos.

Estávamos eu, Dona Sebastiana e seu companheiro Luís Lopes, sentados embaixo de um pé de mangueira em frente ao seu quartinho de cura³⁵, ali na Comunidade Quilombola Imbiral, Cabeça Branca, conversando sobre suas relações de parentesco que se estendem até os povoados Pampilhosa, Galiza e Apertado, quando nossa conversa foi atravessada pela história do “santo dos índios”.

“Eu vou dizer uma coisa pra você, a guerra maior que esses índios fizeram foi mode Santo Inácio.”, Seu Luís chamou minha atenção para o santo e eu quis saber mais.

“Conte aí pra mim!”

“Santo Inácio era vivo. Santo Inácio de Pinheiro não é mais Santo Inácio. Santo Inácio era festejo grande dos índios, dos negros... passava oito, dez dias festejando e lá se tratava de Pai Velho. É sabido que ele era Inácio, um índio velho que virou santo lá, aí eles fizeram aquela capela grande e festejavam todo ano. Aí ficava aquelas pessoas na praça de São Benedito lá aonde é a Igreja de Santo Inácio, ali era só uma aldeia.”

“Lá na Matriz, né?”, eu quis ter certeza que ele estava falando da praça da Matriz e não da praça de São Benedito, como havia mencionado em sua fala.

“Era na Matriz. Ali era só uma aldeia, eu que tô dizendo pra vocês. Olha, deixa eu lhe dizer quem era os índios que festejavam lá, Cabeça Branca, Limeira, era Jandiá, Roque, era Pampilhosa que hoje é Pampilhosa, quem botou esse nome de Pampilhosa foi os portugueses, mas o nome lá é Aldeia Grande, pode procurar por Aldeia Grande que você acha onde quiser que é o nome de lá e quem foi o fundador dessas aldeia de lá foi um senhor chamado de Peturnílio, ele era o líder dos índios, o Peturnílio. Olha...”

³⁵ Espaço afroreligioso em que um médium/pai de santo, atende as pessoas que lhe procuram com problemas de saúde, seja física ou espiritual. Geralmente, nesses espaços, tem um altar com imagens de santos e encantados.

Seu Luís perdeu o fio da meada, mas Dona Sebastiana o lembrou: “Tu tava falando que eles iam festejar Santo Inácio. Pampilhosa, Roque...”

“Esses lugar todinho que iam festejar Santo Inácio, eles é que faziam a festa. Olha, ia caixeira, ia bumba boi, ia tambor de crioula, ia tudo enquanto, a quadrilha, tudo enquanto ia pra lá, tinha pajelança, todas as culturas tinha. Então quando eles fizeram isso, que o pessoal quando chegaram na data, porque tinha a data marcada que era o mês de julho, eles faz essa festa, mas não é do jeito que os índios faziam. Os índios trabalhavam o tanto que eles podiam e eles chegavam lá, cada um deles tinha um espeto, chegava lá e furava ele, aí ele botava sangue, eles diziam: É Pai Velho. Então, a guerra começou lá foi quando eles foram furar o índio, que o índio não botou sangue.”

“Os padres roubaram o santo e levaram foi pra Roma.”, Dona Sebastiana completou.

“Então começou essa confusão foi mode isso. Eles caçaram demais esse santo, caçando ele pra onde ele tinha ido. Eles pensavam que ele tinha fugido. Você tá entendendo? Eles procuraram, enquanto eles foram vivo.”

Seu Luís finalizou a história do santo que foi roubado dos índios e eu fiquei pensando em uma passagem que li em *Tristes Trópicos*, sobre fazendeiros muito religiosos que doavam “suas terras” para a igreja, ficando a mesma sobre a proteção de um santo³⁶. Comecei a questionar-me se os índios de Pinheiro, ao reivindicarem a posse de um santo, dono de terra, não estariam ao mesmo tempo reivindicando a posse da terra, pois se santos se tornaram donos de terras era preciso trazer o santo para o seu lado. E como fizeram os índios de Pinheiro? Utilizaram o mesmo método empregado durante os processos de colonização, CATEQUESE. Foi preciso catequizar Santo Inácio, pois lhes apresentaram um Santo Inácio, mas eles o transformaram em *Pai Velho*, um índio que virou santo, um santo encantado.

Nas fontes escritas consta que a construção do primeiro oratório público no Lugar do Pinheiro data de 1826, construído por João Barreiros sem licença do Ordinário, sendo o oratório bento em 1828 pelo padre Raymundo José de Assumpção (CÉSAR MARQUES, 1870, p. 497). Sobre o construtor do primeiro oratório, não encontrei nenhuma informação, não sei se era índio, negro ou mesmo descendente do Capitão Mor Antônio Muniz Barreiros³⁷. Considero pouco provável essa última hipótese e acredito que, se existe alguma relação de parentesco entre estes, talvez tenha se dado justamente a partir da imposição de nomes e sobrenomes a que eram submetidos negros e indígenas. E se fontes escritas atestam que a construção do primeiro

³⁶ “os fazendeiros decidiam, por motivos religiosos, entregarem terras a uma paróquia. Assim nascia um ‘patrimônio’, aglomeração posta sobre a proteção de um santo” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 108).

³⁷ Capitão-mor da Capitania do Maranhão na primeira metade do século XVII.

oratório foi por João Barreiros, corpos-documentos narram que a primeira igreja foi construída por índios: “Eles iam pra Festa de Santo Inácio, porque Santo Inácio é vivo, eles contam que ele é vivo, porque nessa igreja era aldeia deles. Aí morreu um índio, o índio mais velho morreu e o nome dele era Inácio, aí sepultaram ele lá mesmo, aí com uns dias que eles foram lá ele tava em cima da terra, era o santo, Santo Inácio, porque Santo Inácio é vivo. Aí eles construíram a igreja pra ele e botaram.”, Seu João Lopes, prosseguiu. “Essa igreja primeirinha foi construída pela mão dos índios.”. Seria João Barreiros índio?³⁸

No início do século XIX os Barreiros se faziam presentes nos povoados Galiza, Aldeia e Rio do Meio, neste último ainda há moradores com o referido sobrenome. A presença de Barreiros no povoado Aldeia chamou minha atenção somente no momento em que parei para sistematizar dados. Relacionada à presença desse sobrenome no povoado, eu tinha também a construção de um oratório por um Barreiros, um santo dos índios, a construção da primeira igreja por mãos indígenas e tenho ainda a formação de uma aldeia no que posteriormente ficou conhecido como Povoado Aldeia. Assim, foi preciso colocar em diálogo pessoas de diferentes povoados para conversarem entre si, logo, costumo dizer que o trabalho de campo não passou de uma mediação de conversas entre povoados.

Dentre essas conversas mediadas, tenho o Povoado Ribeirão do Meio em diálogo com o povoado Aldeia, a partir da entrevista realizada com seu Mundiquinho e sua filha Maria Pereira, no Povoado Ribeirão do Meio, os quais também fizeram questão de falar no santo dos índios e das passagens dos índios pelo respectivo povoado no período do Festejo de Santo Inácio. Após aquela pergunta gritada para Seu Mundiquinho poder me escutar, em que ele rememora a época que os índios passavam e os cachorros latiam, prosseguiu ainda: “Os índios passavam às vezes quatro dias lá na igreja. Quando eles voltaram, mas isso aí não foi toda vez, numa ocasião eles voltaram de manhã e chegaram lá em casa, aquelas índias, os índios. Agora eles tinham o língua, viu? Aí tinha aquele língua que falava por eles, aí eles encostou, aí eles disseram, o língua, o que eles queriam, pra mim ajeitar farinha pra eles, fumo, hein... hein, pra mim ajeitar pra eles, porque eles tavam viajando. Aí eu botei farinha, um *torete* grande de fumo, aí eles agradeceram, ele agradeceu, aí se despediram. Rapaz, saíram numa fila direitinho, um

³⁸ Narrativas sobre Santo Inácio também foram coletadas por István van Deursen Varga, que destaca ainda os Ka’apor como sendo os indígenas visitantes: “Segundo depoimentos por mim colhidos entre os habitantes de Imbiral, em suas visitas anuais à região, os Ka’apor realizavam o seguinte percurso ritual: saíam de Pinheiro, onde iam apanhar a “verdadeira” estatueta milagrosa de santo Inácio que, após ser por eles espetada, sangrava, e eram realizadas as respectivas danças. Seguiam para vários povoados indígenas/quilombolas da região, onde novamente com ela dançavam: Roque, Jandiá, Pimenta, Cabeça Branca e Limeira. Pernoitavam, então, em Pau de Cedro e seguiam para Capoeira Grande (então no município de Viana), onde também dançavam e concluíam o circuito.” (2019, p. 28).

atrás do outro, aí foram embora. Mas olha, *quando eu me entendi*, meu pai, os mais velhos, minha avó, aí diziam que quando eles vieram a primeira aldeia que eles fizeram foi na Igreja de Santo Inácio, justamente que ficou esse santo. Então é que eles vinham, a cidade foi crescendo, foi crescendo, foi chegando esses portugueses, aí foi chegando, a cidade foi aumentando. Eles vieram e fizeram uma aldeia aqui... tu nunca ouviu tratar que tem uma aldeia pra cá, um lugar por nome Aldeia?”

“Na entrada ali na Galiza, né?”, perguntei.

“Justamente! Foi a primeira aldeia que eles fizeram.”

“Depois que saíram de lá de Pinheiro?”

“Isso, depois que saíram de lá.”

Nas palavras de Seu Mundiquinho, os índios donos do santo mudaram para o território onde é atualmente o Povoado Aldeia. É difícil datar tal deslocamento, porém no final do século XVIII nascia a avó de Dona Terezinha Ribeiro Louredo, uma mulher indígena pega no mato a cachorro que morava no Povoado Aldeia, que recebeu o nome de Andrelina Eloya Barreiros. Dona Terezinha está com 86 anos, já não consegue se comunicar através de palavras, devido a problemas de saúde. Através de gestos e intermédio dos filhos Neli e Vitor, conseguimos travar uma conversa e foi possível chegar ao nome da sua avó, pois nenhum de seus filhos conhecera ou sabia o nome da mesma. Identificamos na Certidão de Nascimento de Dona Terezinha, pois ali constava o nome de seus bisavós paternos e maternos. Cheguei até Dona Terezinha após realizar uma entrevista com sua filha, Zilma Louredo, a amiga dos meus pais já mencionada na introdução desta tese.

Iniciei o diálogo com Dona Zilma em 2020: “Aldeia foi o primeiro povoado indígena.”, foi nesse ritmo, destacando os povoados Aldeia e Canta Galo como terras indígenas que ela narrou sobre a bisavó indígena: “Quando eu me entendi, ainda conheci muito índio, justamente a minha avó, a mãe dela era indígena.

“Quem era sua avó, ainda é viva?”

“Não! Minha avó já morreu.”

“Como era o nome da sua avó?”

“Lourença Rosa Ribeiro, a mãe dela que era indígena.”

“E como era o nome da sua bisavó, dessa que era mãe de Lourença?”

“Agora tu me pegou, porque eu não me lembro o nome da mãe dela. Eu só lembro que a mãe dela, a mãe da minha avó, era uma índia velha, sabe aquele tipo de índio durinho.”

“A senhora chegou a conhecer ela?”

“Eu vi numa foto, quando teve uma missa que tinha padre, periquito, não sei mais o que... aí eles tiraram umas fotos desse pessoal.”

“A senhora tem foto dela?”

“Tinha uma foto dela. Eu não sei se mamãe ainda tem.”, Dona Zilma se voltou para minha mãe Emília, que acompanhava a conversa juntamente como minha irmã e prosseguiu. “Ela era mais clara do que Emília, um pouquinho, agora o cabelo dela era lisinho, lisinho. Ela andava nuazinha.”

“A sua bisavó, né?”

“Hein, hein! A minha bisavó.”

Penso que depois dessa conversa, eu fui ao encontro de Dona Terezinha para saber o nome de sua avó materna, da bisavó de Dona Zilma. E também fui muito curiosa pela fotografia mencionada por Dona Zilma, provavelmente tirada pelos padres, mas essa imagem ninguém soube onde foi parar. Porém, independente da imagem, o parentesco com povos indígenas continuou sendo acionado durante aquela conversa com Dona Terezinha e seus filhos Neli e Vitor, pois Dona Zilma já havia falecido quando consegui ir ao encontro de sua mãe, que já reside em Pinheiro, sob os cuidados do filho Vitor. E ele é quem traz até mim a Certidão de Nascimento de Dona Terezinha e destaca: “Eles são cearense. No caso os avós dela de parte de pai.”

“No caso os Louredo.”, comentei enquanto observava na certidão.

“Os outros são descendente de índio que são da Aldeia, da parte da mãe dela.”, ele comentou enquanto eu lia no documento os nomes Andreлина e Gregório. Foi então que ele quis saber: “Essa Andreлина é de que lado?” Respondi que era do lado da mãe de Dona Terezinha, ao que ele confirmou: “É justamente esse pessoal da mãe dela, da Aldeia, de lá mesmo.”

Nessa combinação de peças com as quais tento montar um mapa do território dos índios, tenho um oratório construído por um Barreiros no antigo aldeamento onde atualmente é a Igreja Matriz, tenho um santo dos índios, um deslocamento de índios para um outro território que ficou conhecido como Povoado Aldeia e tenho Andreлина Eloya Barreiros, uma mulher aparentada com povos indígenas. Essas peças podem nos revelar um deslocamento forçado e usurpação de territórios de povos indígenas que já haviam passado por um processo de catequese/aldeamento. E, nesse processo, um santo encantado ficou sem rumo, *Pai Velho* também foi roubado, conforme lembrou Dona Maria Pereria sobre a passagem dos índios no Povoado Ribeirão do Meio:

“Ê Nelma, era no período de Santo Inácio. Eles vinham visitar a imagem de Santo Inácio, porque foi eles que acharam a imagem. Aí os padres enganaram eles, porque o deles

que eles acharam eles furavam e saía sangue, era carnal. E eles levaram o deles pra Roma, esse carnal e fizeram um de massa. Aí toda véspera de 31 eles passavam pra ir lá no Santo Inácio, aí pra ver o santo, mas aí eles enganaram eles.”

“Eles vinham será de onde?”, eu quis saber.

“Era das aldeias daí, de muito longe, eu não sei de onde eles vinham. Esse aí eu lembro.”

Achei Dona Maria tão jovem para ter visto os índios passarem que quis ter certeza. “A senhora ainda chegou a olhar?”

“Olhei, eu olhava eles.”, afirmou como se estivesse revendo os índios passando no caminho em frente ao antigo comércio do seu pai.

“A senhora tá com quantos anos?”

“Eu tô com 68 anos.”

“A senhora lembra em média quantos anos a senhora tinha quando eles passavam?”

Ela levou a mão direita até o queixo, pensou um pouco e afirmou. “Olha eu tinha mais ou menos uns 8 anos, 7 por aí assim, quando eles passavam.”

Fiz os cálculos e entendi que o passado sobre o qual esta tese se debruça foi ontem. E mais certeza desse passado-presente eu tive ao conversar com Dona Josefa Ribeiro, conhecida no Povoado Aldeia como Josefa Talegá, uma senhora de 90 anos, que tive a oportunidade de conhecer e entrevistar em Pinheiro, na casa de seu filho Gilson Ribeiro, um cabelereiro muito conhecido na cidade. Cheguei ao salão de Gilson acompanhada de Juliana Cabral, pois foi ela quem me colocou em contato com Gilson ao dizer que tinha um amigo do Povoado Aldeia e que a mãe dele estava passando um tempo em Pinheiro e que ela “sabia muitas histórias sobre os índios”. E, de fato, Dona Josefa sabe muito sobre os índios, como ela mesma disse depois de contar várias histórias: “Senhora, se nós ir conversar tudo essas coisas, nós vamos muito longe.” Dona Josefa foi longe, foi no tempo em que via os índios no Povoado Aldeia.

“Era Aldeia dos índios, lá onde nós mora. Só que eles nunca mais habitaram por lá, foram embora. A gente amanhecia, quando dá a gente olhava, porque de primeiro a gente usava tacuruba³⁹ no chão pra botar a panela. O que eles fazia, afastava a tacuruba e sentava o pé em riba, no chão, bem no fogão. No cafezal a gente olhava eles fazer plantação por lá.”, contou Dona Josefa enquanto arrumava a máscara no rosto. “Eles assobiava no tucum, fazia tu tu tu tu tu tu tuuu...”

“Os índios que assobiavam?”, eu perguntei.

³⁹ Palavra cuja etimologia vem do tupi *itakurúwa*, significando uma trempe formada por três pedras sobre as quais se coloca uma panela para cozer.

“Era! A gente dizia, é *cabôco*.”, aqui facilmente o uso do termo *caboclo* por Dona Josefa está relacionado com a expressão em tupi *caa-boc*, que significa ‘o que vem da floresta’, só pra destacar a dimensão do uso nas entrevistas.

Dando continuidade, chamou minha atenção a plantação de café mencionada por Dona Josefa, logo questionei. “E quem plantou esse cafezal que a senhora falou?”

“Eu não sei quem plantou, porque quando eu me entendi já achei esse cafezal.”

“Eles ficavam no cafezal, os índios?”

“Podia ser eles que plantaram, porque era o lugar deles. Eles tavam por lá habitando, pelo sítio, tá vendo? A gente já ficava tudo ardiloso, com medo, mas graças a Deus não fizeram mal pra ninguém.”

“E que história a senhora ouvia sobre índio, lá nessa região? A senhora chegou a olhar os índios?”

“Eu olhei, índio eu olhei. Aonde eu ver eu conheço.”

“Lá na Aldeia a senhora chegou a olhar?”

“Índio?”

“Hein, hein!”

“Olhei, olhei!”, Dona Josefa afirmou veementemente.

“A senhora lembra qual idade...”, não consegui completar a minha pergunta que foi logo interrompida pela memória de Dona Josefa.

“Pera lá...”, fez um aceno com a mão direita para eu esperar um pouco, enquanto fechava os olhos em um esforço para trazer a imagem da lembrança narrada. “Um dia eu tava em casa mais meu filho, em casa, e chegou uma índia. Essa índia chegou lá. Ela chegou, entrou, disse me dão licença. Eu disse, possa entrar senhora. Ela entrou se sentou lá e disse assim: *Pra vocês me dar uma agulha pra mim costurar minha saia que pau rasgou ali*. Ela com a mãozinha na saia, tá vendo? Uma moça bonita. Aí eu disse, senhora agulha, essa mulher agora quebrou uma agulha bem aí. Aí ela disse: *Ôh!* Ela falava grosso. Eu digo, senhora me diga uma coisa, como é seu nome? Ela disse: *Meu nome é Roseane*. Eu digo é Roseane? Ela disse: *É, senhora. A senhora não quer me dar uma banana dessa?* Eu digo, dou. Tirei a banana, quatro bananas e dei pra ela. Ela trazia uma cuinha desse tamanho na mão, pra ela tomar água no igarapé que ela disse. Eu disse, criança essa é uma índia, fala grosso. Eu digo a senhora é solteira? Ela disse: *Eu sou uma moça*. Aí eu disse, tá certo. Aí ela caminhou mais pra frente, reparou pra baixo, olhou pra riba. Eu disse, pra onde a senhora tá indo? Ela disse: *Eu tô indo pra cá*. Era pra Pinheiro que ela habitava. Aí por lá nos conversando com ela, aí ela disse que eles estavam atrás de um santo que roubaram, um santo roubado deles.”

Novamente a busca por um santo roubado, mas dessa vez em uma narrativa cheia de detalhes, de alguém que recebeu em sua casa uma índia que procurava por um santo, uma mulher indígena com nome europeu e que parecia já dominar a língua portuguesa. Dona Josefa lembrou que já tinha dois filhos nesse período, assim eu, Juliana e Gilson fizemos um cálculo e a visita a sua casa por essa índia chamada Roseane ocorreu aproximadamente na segunda metade da década de 1950. Naquele período, da visita da índia Roseane, a sede do município Pinheiro já contava com aproximadamente uma década da instalação da Prelazia de Pinheiro que ocorreu em 1946 com a chegada de padres italianos da Ordem dos Missionários do Sagrado Coração. É comum as narrativas apontarem que padres teriam roubado o santo e o enviado para Roma. Eu prossegui com minhas perguntas, quis ter certeza de que Roseane também procurava por Santo Inácio: “E ela disse qual era o santo que eles estavam atrás?”

“Qual era o santo? Você quer saber o nome do santo?”, Dona Josefa também quis ter certeza de que havia entendido minha pergunta, pois ela também já tem a capacidade auditiva bastante comprometida e pra piorar havia um cachorro em seu quintal que não parava de latir ao ouvir vozes estranhas na casa, a minha voz e a de Juliana.

“É, o nome do santo.”, confirmei.

“O nome do santo é Santo Inácio de Loyola.”

“Ah, era Santo Inácio de Loyola que eles estavam atrás.”, fiz cara de espanto mas já esperava por aquela resposta.

“Era. Muitos anos, isso tá com muitos anos que o santo desapareceu deles.”

Difícil datar o desaparecimento do santo, e nem é objetivo desta tese, mas sim compreender como a narrativa de índios procurando por um santo roubado, que persistiu por vários anos – penso que até a década de 1960, é uma narrativa geralmente contada por bisnetas e bisnetos de mulheres indígenas apanhadas no mato a cachorro. Dona Josefa é uma dessas bisnetas, que chamara minha atenção por sua *parecença*, mas só depois de ouvir muitas histórias contadas por ela sobre o tempo em que os índios “viviam” no Povoado Aldeia e extremamente motivada por sua fala, no início de nossa conversa, de que já havia olhado muito índio e que os reconheceria aonde os visse, tive coragem de lançar a questão que segue. “Agora deixa eu lhe fazer uma pergunta, na verdade outra pergunta. Por que a senhora tem esse olhinho puxado assim e parece com índia?”

“Quem?”, ela quis entender minha pergunta.

“Por que a senhora tem esse olhinho puxado assim e parece com índia?”, repeti falando mais alto, tentando vencer os latidos do cachorro e a máscara em meu rosto que abafava minhas palavras.

Dona Josefa ao ouvir nitidamente minha pergunta deu risadas e completou. “Parece uma velha índia, né?”

“Hein, hein! Conta pra mim.”

“Meus olhos já teve essa doença.”, um breve desvio.

“Mamãe tinha alguém na família de mamãe que era descendente de índio?”, Gilson tocando levemente em um dos braços da mãe, refez minha pergunta.

“Se eu tinha?”, ela quis ter certeza.

“Hein, hein!”, Gilson confirmou.

“Do lado da minha avó Ricarda a mãe dela era uma índia.”

“A mãe de Ricarda?”, perguntei.

“Era.”

“Mas a senhora não chegou a conhecer a mãe de Ricarda?”, perguntei só pra ter certeza porque no início de nossa conversa ela já havia falado que não tinha conhecido nenhuma das bisavós.

“Não senhora.”, um breve silêncio ao que ela completou. “Ela morreu muitos anos.”

“E Ricarda, foi capturada? Essa história de pega no mato? A mãe de Ricarda?”, perguntei.

“Eu não sei te dizer. Isso aí eu não sei contar.”

“Só sabe que a mãe dela era índia?”, eu insistia.

“A mãe da minha avó é que era uma índia, parece que foi panhada de cachorro. Eu não sei como foi que eles panharam. Contando que eu conversava, mas me alembra que eu era criança eles contam.”. Minha insistência me faz ouvir essas lembranças, algumas que se resumem em um “panhada de cachorro” e outras com uma riqueza de detalhes que é possível nomear mulheres capturadas, capturador, local, idade aproximada da criança ou mulher indígena que se tornou bisavó.

“Eles contavam o quê?”, eu insistindo pelos detalhes.

“Me alembra que eles diziam que minha bisavó era uma índia.”, afirmou Dona Josefa e em seguida um breve silêncio se instalou naquela copa, até o cachorro resolveu calar.

“Mó de quê vocês tão fazendo essa procura assim?”, o silêncio foi quebrado por Dona Josefa, agora era a vez dela fazer as perguntas. Percebi que a entrevista se volta para mim geralmente depois que falam sobre suas bisavós apanhadas no mato a cachorro.

“Porque eu vou escrever sobre essa história. Eu escuto história de mulheres que a bisavó foi pega no mato a cachorro. A senhora entendeu? Por exemplo, eu trabalho com narrativas de

mulheres que falam que a bisavó foi pega no mato a cachorro, era índia e foi capturada. A senhora entendeu?”, eu tentei explicar pra ela e pra mim o porquê dessas perguntas.

“Eu não sei como foi.”, ela compreendeu o porquê das minhas perguntas dizendo que não sabia como a bisavó foi capturada e prosseguiu. “Eu sei que lá era terreno dos índios. Era aldeia dos índios.”

“E como foi que eles saíram?”, eu quis saber mesmo não tendo certeza se saíram ou continuam por lá como netas e bisnetas de mulheres indígenas capturadas.

“É porque as pessoas foram fazendo casa no lugar, mas sempre eles visitavam o lugar porque era deles. Aí eu não sei mais lhe contar.”, Dona Josefa é uma dentre as muitas pessoas que destacam Aldeia como sendo um lugar dos índios, pois moradores de outros povoados também vão destacar esse território como indígena.

Em uma roda de conversa no povoado Pampilhosa, onde estavam presentes eu, meu companheiro André, Dona Virgínia (70 anos), Ana Rosa (60 anos) e seu companheiro Zé Raimundo (67 anos) pude ouvir novamente essa história de santo e terra dos índios.

“Porque ali a Aldeia que eles chamam era deles.”, comentou Dona Ana Rosa.

“A terra aqui também era deles.”, Seu Zé Raimundo se manifestou lembrando que o lugar onde nasceram e se criaram também era território indígena.

“Aqui Pampilhosa?”, eu quis ter certeza.

“É, essa aqui também era deles. Pinheiro era deles.”, Dona Virgínia respondeu em acordo com o seu irmão Zé Raimundo. Enquanto Dona Ana Rosa, perguntou surpresa: “Era?”.

“Era sim senhora, Pinheiro era deles. É tão tal que acharam um santo, fizeram a igreja, aí botaram o santo e de vez em quando eles vinham e furavam ele, botava sangue.”, Dona Virgínia com muita certeza respondeu a sua cunhada e completou com a história do santo.

Fui compreendendo que, no contexto do Lugar do Pinheiro, terra e santo pareciam indissociáveis, *a terra era deles, o santo era deles*. Terra e santo dos índios, ao roubarem o santo, usurparam também a terra e ainda que os índios tenham catequizado o santo, transformando-o em *Pai Velho*, não obtiveram êxito na reconquista de seus territórios. Continuaram por um longo período com suas vindas e idas cada vez para lugares mais distantes do santo-território. E foi assim que, em um belo dia, as pessoas acordaram e ninguém mais viu os índios de Pinheiro, desapareceram do censo, dos caminhos e territórios por onde foram vistos até a década de 1960.

Homens e rifles na conquista do oeste maranhense

Em junho de 2022 eu estava em vias de finalizar o trabalho de campo quando o Brasil foi surpreendido com o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, “os olhos do mundo se voltaram para a Amazônia”⁴⁰ naquele mês. Algo que chamou minha atenção no crime foi que ambos foram alvejados com tiros de arma de caça, logo foi inevitável as associações com o que eu ouvia em campo sobre o genocídio de povos indígenas, nações inteiras executadas “como quem mata veado”, nas palavras de Seu Inácio da Loiola Rodrigues, um senhor de 80 anos, com nome de santo mas conhecido como Pampanchí no Povoado Feliciano: “Eu via falar que tinha um homem chamado Malaquias Grande, esse homem foi quem botou eles daí do Jandiá, do Jandiá não, da aldeia deles era aqui na Aldeia que eles chamam. Chamam Aldeia porque aí era aldeia de índio. Nesse tempo eles eram muito mal, os índios, matavam mulher, matavam criança e esse Malaquias Grande era pai de Ezequiel, diz que esse homem tinha cachorro próprio pra botar neles, nos índios. Cachorro corria atrás deles e ele ia esperar na passagem como quem mata veado.”

“Esse Malaquias era do Jandiá?”, perguntei porque dentre os muitos nomes de homens que eu já tinha escutado que eram os “responsáveis por lidar com índios”, essa era a primeira vez que ouvia falar em Malaquias.

“Era da Aldeia.”

“Tinha um Zacarias também, né?”, perguntei pra saber se ele já tinha escutado falar em Zacarias, foi então que ele corrigiu o nome pronunciado anteriormente. “Era Zacarias. Zacarias Grande é que era o matador de índio.”

“Ê Pai Velho, aí ele largava cachorro nos índios?”, sua neta Jaciara atenta a história quis saber. E mais uma vez o termo de parentesco *Pai Velho* é mencionado.

“Eu ouvia dizer minha filha. Diz que tinha Mateus, isso tudo já morreram esses velhos antigos, cansou de me dizer que ele botava cachorro em índio e tinha os esperador, nas esperas. Aí diz que quando o cachorro dava com eles e eles tirava de carrera, aí ele gritava pra tal passagem, aí corriam pra lá e cada qual tudinho armado e largavam bala. Foi indo, foi indo até eles foram embora daí.”

“Ou morreram tudo.”, deduzi.

“Se acabaram tudo.”, ele disse.

⁴⁰ <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/06/22/assassinato-de-bruno-pereira-e-dom-phillips-profissao-reporter-acompanhou-buscas-no-vale-do-javari.ghtml>

“O senhor ouviu falar no velho Virgílio, lá da Aldeia?”, já que o assunto era sobre homens portadores de armas de fogo no território da pesquisa, resolvi trazer Virgílio para a roda.

“Esse aí era da gangue do Zacarias, porque eles faziam aquele negócio que era pra ir terminando. Porque nesse tempo eles eram muito mal, os índios.”

“Quem é que gosta de tá num lugar e os outros botar pra fora? Não tem quem goste.”, achei necessário trazer Dona Adalgisa Soares Pinheiro, uma mulher de 84 anos, que conheceu de perto esse conflito entre lavradores e índios, pois o seu tio, a esposa e uma criança foram mortos em um desses conflitos. Depois retomo a história de Dona Adalgisa, agora é preciso organizar as informações em torno das armas de caça e matadores de índios. Quero chamar atenção aqui para o rifle “papo amarelo”, uma arma da segunda metade do século XIX, muito presente nos filmes de faroeste, que ficou conhecida como *a arma que conquistou o oeste*⁴¹, essa é literalmente a arma que conquistou o oeste do Maranhão, mais precisamente entre os rios Pericumã e Turiaçu.

“De primeiro os armamentos deles era só aqueles rifles pai d’egão, que eles chamavam papo amarelo, era enorme. Cada um deles tinha um. Olha, finado Zacarias tinha um, finado Vergílio tinha um, finado Amâncio tinha um, esse finado Tingó tinha outro. Era tudo essa raça... aí os índios tinha que *abrir chambre*, porque quem não tem medo, né?”, contou-me Dona Verônica Ribeiro, uma senhora de 85 anos, que encontrei sentada à porta da sua casa, como se estivesse à minha espera para conversarmos, ali no Povoado Canta Galo. Dona Verônica nasceu e se criou no Povoado Aldeia, e lá conviveu com Virgílio Penalva Ribeiro, pois morou com Sabino Silva, um filho de criação do Virgílio, logo, sabe muitas histórias do “velho feiticeiro matador de índios”, como ficou conhecido no Povoado Aldeia.

Encostei na casa de Dona Verônica sem grandes pretensões, pois a sensação que eu tinha era que as histórias se repetiam e muitas vezes as mulheres com quem eu tentava dialogar não alongavam a conversa, mas com Dona Verônica foi diferente, comecei falando o nome de algumas pessoas com quem eu tinha conversado no Povoado Aldeia, então logo ela mandou a neta buscar cadeira para eu sentar e ficamos ali proseando na puxadinha na frente de sua casa até o sol se pôr e Zé Antônio, morador do Povoado Aldeia, ir me buscar de moto lá no Canta Galo. Dona Verônica é uma contadora de histórias, aquela que interpreta, que faz as falas dos personagens envolvidos na narrativa, é aquela que chama a atenção do ouvinte, quer saber se você tá entendendo. E Virgílio entrou em nossa conversa quando eu indaguei:

⁴¹ The Gun that Won the West.

“A senhora conheceu o velho Virgílio?”

“Vergílio?”, ela quis entender. Eu sempre esquecia que as pessoas o chamavam por Vergílio e não Virgílio, como eu insistia em pronunciar.

“Hein, hein!”, confirmei.

“Vergílio eu morava junto com eles. Eu que trabalhava pra eles, fazia café porque a velhinha dele era ceguinha.”

“Balbina.”, afirmei. Ao que Dona Verônica deu risadas e comentou: “Rapaz ela sabe de toda coisa, né ôh?”, nessa hora eu também dei risadas. Eu já tinha conversado com tantas pessoas que as relações de parentesco no Povoado Aldeia eu já sabia na ponta da língua, logo foi fácil afirmar o nome da companheira de Virgílio, a velha Balbina.

Dona Verônica prosseguiu. “Eu conheci finado Vergílio, eu conheci finado Enetério filho de finado Vergílio. Eu conheci finado Estevão filho de finado Vergílio, Estevão Cuia Mole que eles chamavam. Eu conheci eles tudinho.”

“A senhora conheceu o Zacarias?”

“Conheci! Morava pertinho assim de nós. Finado Zacarias era grande.”

“Diz que ele labutava lá com os índios?”, eu quis saber.

“Finado Zacarias matou índio, finado Zacarias matou índio...”

“Foi?”, perguntei.

“Ruum?! Finado Zacarias matou índio. Uma vez ele disse assim: *Êh minha comadre?* Aí ela disse assim: *O que é meu compadre?* Ele disse: *Tu não quer ir lá na roça hoje mais eu?*”

“Pra quem que ele disse?”, eu perguntei.

“Dizendo pra minha avó.”

“Pra qual?”

“Pra Úrsula. Aí a filha da minha avó disse assim: *Vocês querem pra mim ir com vocês?* Disse: *É. Como é que não?* Ela já tava assim grandona. Era minha tia, tá vendo? Aí ela disse: *Mas eu não vou porque eu tenho medo de índio. Eu tenho muito medo de índio.* Eles não saíam daí e eles tinham roça pra lá. Aí ele disse: *O que pequena? Índio que nada! Índio comigo não vale nada.* Eles iam apanhar algodão, porque nesse tempo eles botavam macha de caroço de algodão, apanhava algodão...”

“Faziam rede?”, eu interrompi.

“Eu ainda dormi nessa rede fiada com fuso.”, disse Dona Verônica dando risadas.

“A senhora sabia fazer?”

“Não, eu não sabia. Eu tinha era raiva deles baterem algodão. Eles batiam algodão bu bu bu bu buuuu... de madrugada, acordavam a gente. Aquelas velhas eram doidas.”

Eu quis saber em média quantos anos ela tinha nessa época em que fiavam algodão pra fazer rede, mas ela não se recordava, só lembrava que era mais ou menos do tamanho da neta que tá com 10 anos de idade. E antes que a história da tia fugisse da sua linha de raciocínio continuou: “Aí Seu Zaca, nós chamava ele era Seu Zaca. Seu Zaca disse: *O que menina, nós vamos que índio não pode com ninguém.*”, foi nesse momento que falou do uso do rifle papo amarelo e nomeou outras pessoas portadoras de rifles, como já mencionado anteriormente. Dona Verônica prosseguiu. “E aí eles foram, foram pra lá. Aí chegou lá na roça o bicho tava alvo de algodão, aí ele disse assim pra velha: *Agora minha comadre, tu fica aí panhando algodão que eu vou matar ali uma chorona pra nós comer assado, meio dia.*”

“Uma chorona?”

“Era uma nambu, eles chamavam chorona. Aí ela disse assim: *Ah meu compadre, eu não vou ficar.* Ele disse: *Fica aí, nada te bole.* Aí ela disse: *Não, eu não fico porque os homens tão aí, os cabôco tão aí, os cabôco tão aí.* Aí minha tia Martinha, que era filha da velha, o nome dela era Martinha. Aí ela ouviu fazer assim: *Fió fió fó fó fó...* Aí ela disse: *Mamãe eles tão aí, olha uhum, eles tão assobiando.* Aí ela: *Eu não tô dizendo pra vocês.* E já foi logo virando com medo, ficando com medo, aí não largando a fralda da velha. E quando eles roçavam assim, eles deixavam um toco de pau, assim como esse pilar, no meio da roça. Aí encostava a costa lá e metiam bala, metiam bala.”

“Quem que encostava?”

“Era os cara. Aí ele escutou também, Seu Zaca, né? Aí ele escutou e voltou, disse: *Eu vou voltar porque minha comadre tá escutando isso aí. Aí a pequena tem medo, vamos ver que ela tá todinha mijada só de medo.* Aí ele veio de lá, ela disse: *Taí meu compadre, eu não tô te dizendo, esses caras tão aí.* Eles tinham raiva deles demais, tinham raiva porque eles matavam muito. E aí ele disse: *E vem pra cá, vocês se encostam pra lá nas minhas costas e me viro de frente pra cá.* Isso pra o lado que eles vinham, tá vendo, aqui no mandiocal. Aí ela se encostaram lá e ele disse: *Não tem medo pequena, não tem medo, não tem medo. Tu não é filha de homem?* Aí ela disse: *É mais homem também tem medo.* E ele disse: *Mais eu não tenho, se eu tivesse medo eu não tava aqui.* Aí foi só enquanto ele manivelava o rifle, botava as bala pra agulha. Aí quando eles vinham no mandiocal todo retorcido, eles vinham arreganhando o dente, cada um pretão, aí ele: *bala.* Esse revirava, aí eles botava na costa e cambava. Eles não deixam.”

“Não deixam pra trás?”

“Daonde! Aonde mata um eles botam na costa e levam, vão enterrar distância.”

“Aí ele ia matando e eles botando no ombro?”, eu quis entender se era os índios que iam colocando no ombro o companheiro baleado.

“Hein, hein! Quando eles matam um que tem quatro ou cinco, um bota na costa e vai embora, vai enterrar muito longe. Aí nesse Muritizal tem tanta da cova de índio. Minha avó dizia que eles enterravam pra danar. Aí moleque abriu enxame. Aí ele disse: *Minha comadre, agora nós vamos embora*. Aí nem algodão e nem nada, vieram embora.”

O que Dona Verônica aponta é um grande cemitério indígena entre o Pericumã e o Turiaçu, *nesse Muritizal tem tanta da cova de índio*. Ao ouvir suas palavras, me veio à mente as centenas de túmulos de crianças indígenas encontradas no Canadá no ano de 2021. Em uma das reportagens sobre o ocorrido, deparei-me com a declaração do chefe da Assembleia das Primeiras Nações, Perry Bellegarde: “A indignação e a surpresa do público em geral são bem-vindas, mas isso não é surpreendente. Os sobreviventes vêm dizendo isso há anos e anos, mas ninguém acreditava neles”⁴². A crença no genocídio indígena demanda de uma materialidade como prova, é preciso trazer à tona um amontoado de corpos, pouco importa se a avó de Dona Verônica dizia que *eles enterravam pra danar*. É necessário um aparelho que emita ondas eletromagnéticas para descobrir covas e uma perícia para identificar se os corpos encontrados foram assassinados com tiros de rifles papo amarelo e só assim tem-se a comprovação do genocídio. Nesta tese não existe aparelho e nem perito, o que tenho são memórias transmigradas narrando técnicas genocidas.

A cada pergunta que eu fazia para Dona Verônica ela relembrava longas histórias, não havia insistência da minha parte, pois vi uma mulher querendo contar histórias, querendo ser ouvida e foi assim quando lhe perguntei:

“Como o Zacarias morreu?”

“Eu não me alembro. Agora o finado Vergílio eu me alembro. Ele morreu até numa viagem, porque os índios tinham muita raiva dele. Aí os índios, quando nós dava, a casa dele lá, lá na Aldeia, tinha um quintalão medonho de grande. Aí eu disse: Tu não vai no poço agora ôh? Ele disse: *Não! Tu vai pra lá?* O velho que me disse, tá vendo? Eu disse: É, eu vou encher água. – *E tu vai tu sozinha, minha filha?* Eu disse: Eu vou. – *Olha os cabôco!* Aí eu disse: Será que eles tão por aí? Aí ele disse: *É quando der por fé*. Ai eu fui, botei o pote na cabeça e fui. O poço lá era longe de casa, era longe, nós chamava de muritizeira. Aí quando eu fui saindo de casa assim, que eu fui passando eu ouvi fazer assim: *Fió fió fó fó fó...* Aí eu fiquei quieta!”, Dona Verônica fez um breve silêncio, ficou quieta, como no passado quando ouviu aquele *Fió fió fó fó fó...* e ficou com medo de perceberem sua presença, depois prosseguiu. “Aí eu voltei, eu dei uma desculpa, eu disse assim: Rapaz, como me esqueceu da droga do balde, como que

⁴² <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57687334>

eu vou encher água? Mentira, que a gente chegava e era burururu.... Eu digo, agora veja, me esqueceu do balde.”, entre risos da mentira inventada, lamentou ter ido sozinha: “Eu não levei nenhum pequeno comigo, eu já tinha dois desse tamanhinho.”

“Ah, a senhora já tinha filhos. Eles estavam com quantos anos?”, eu perguntei.

“Já! Eu já tava morando lá na minha casa. Eles já tavam grandinho, o mais velho.”

“O primeiro filho a senhora teve com quantos anos?”

“Eu tive com 12 anos. Eu procurei casa de homem com 12 anos. Aí com 13 eu dei produto. Aí esse já tava andando. Esse Lourenço, é o meu primeiro filho. Ele mora na Aldeia, o marido de Dona Diorinha.”, disse Dona Verônica e logo retornou ao passado, dando continuidade à sua não ida ao poço e como se estivesse sussurrando com o velho Virgílio sobre a presença dos índios prosseguiu: “Aí eu segui, eu cheguei e fui lá onde o velho. Aí eu disse: *Ê velho?* Ele disse: *Hum, hum?! Tu não foi no poço?* Eu disse: Não, eu fui, mas eu voltei lá do pé de coisa lá, eu voltei porque os índios tão aí. Ele disse: *Tão aí?* Eu disse: Tão! Tão porque eles fizeram assim, *Fió fió fó fó fó...* pra mim, e aí não tem chorona. Ele disse: *Ê?! Eu já ouvi umas pancadas...* Porque lá tinha um tuarizeiro grande pra danar, era três tábuas, e lá eles faziam festa, lá eles dormiam.”

“Os índios?”

“É. As tabuazona, medonha. Aí ele disse: *Eles tão aí.* Eu disse: Olha, eu não vou dormir aqui hoje. Aqui em casa não. Eu tinha minha casa, tá vendo? Era tudo perto. Aí a velha disse: *Agora ver, tu tá vendo como ela é? Ela é muito corajosa, é corajosa! Uma menina dessa que teve os filhos tudo...* que eu era um nojo, era magrinha... *teve os filhos tudo na coragem, agora não tem coragem de enfrentar.* Eu digo: Eu não! Eu tenho coragem de enfrentar alguém, mas siô, tu tá vendo, o que velha Balbina quer? Se eu tô doida. – *E pra onde tu vai dormir?* Eu disse: Pra casa de mamãe. Nesse tempo minha avó ainda era viva, nós morava láááá... Lá na Aldeia Velha tinha um juçaralhão e a gente tinha casa lá. Aí eu disse: Eu vou dormir pra casa de mamãe e não sei nem quando eu venho. E aí Seu Sabino disse: *O que tu tá dizendo?* Eu disse: Eu tô dizendo que eu não vou dormir com vocês aí, vai dormir lá na casa do teu padrinho. Ele chamava padrinho o velho que criou ele. Aí ele disse: *Ê, vai!* Eu disse: Tu vai me levar? Aí ele disse: *O que tu leva?* Eu digo: Minha rede e meu filho. Esse Lourenço. Ele disse: *Vai tu só pequena, aí nada te come.* Eu digo: Rapaz, será se esses cara... Ele disse: *Daonde, eles tão é aí.* De noite eles não dormiram minha irmã, eles não deixaram eles dormir lá, atentaram. Diz que batendo na sapupema do tuarizeiro e atentando. E o velho com o rifle em riba dele. Esse velho não largava o rifle dele. Quantos e quantos ele não matou?”

“Muitos...”, eu disse com muita certeza.

“Matou foi muitos, por isso que eles tinham raiva dele. Eles chamavam ele, finado Vergílio, era meu capado de festa. Eles acabaram matando ele, porque ele tinha uma filha que morava praí, aí muito dentro, pra Pedreira, aí muito dentro. Aí diz que deu uma birola nele, aí ele caiu de um animal que ele ia montado. Aí eles trouxeram pra casa de outra filha que tinha lá na Aldeia, a velha finada Profira, era filha dele. Aí passou uns tempo ele morreu, aleijadinho das pernas. Ali era feiticeiro!”

Virgílio é quase uma lenda no povoado, quando a palavra índio é mencionada em qualquer conversa ali, logo o nome *Vergílio* é acionado. Ele é tão presente no povoado que no desfile cívico daquele ano, 2022, a escola de Ensino Fundamental da localidade que tinha como tema a História do Povoado, levou para a avenida a narrativa em que Virgílio é representado como o matador dos índios. Tive acesso ao roteiro que me foi enviado por Ana Paula Durans Lopes, uma amiga historiadora que trabalha na Secretaria de Educação do Município de Presidente Sarney e tem conhecimento sobre a minha pesquisa na região.

Figura 14 – Trecho do Roteiro do Desfile Cívico da Escola Thales Ribeiro Gonçalves, localizada no Povoado Aldeia (2022).

O NOME ALDEIA SE ORIGINOU DEVIDO A EXISTENCIA DE MUITOS INDIOS NESTA LOCALIDADE. INDIOS ESSES QUE SE SENTIRAM AMEAÇADOS COM A CHEGADA DO SENHOR VEGÍLIO O GRANDE MATADOR DE INDIOS.

COMO DESTAQUE O ALUNO ANDRÉ ABREU VEM REPRESENTANDO O SENHOR VIRGÍLIO E O ALUNO ILIÉDSON REPRESENTANDO O ÍNDIO GUERREIRO DA QUELA EPOCA.

O 1º PELOTÃO TRAS PARA A AVENIDA A GUERRA ENTRE OS BRANCOS E OS INDIOS COMANDADA POR VEGÍLIO ATÉ SUA MORTE.

APESAR DO SENHOR VEGÍLIO MATAR MUITOS INDIOS, OS INDIOS NUNCA ACHAVAM SENHOR VIGÍLIO. DIZ A HISTORIA QUE O SENHOR VEGÍLIO SE TRANSFORMAVA EM TÔCO OU SE ESCONDIA ATRAS DE SEU FACÃO E OS INDIOS NÃO O ENCONTRAVAM. O QUE SENHOR VIGÍLIO NÃO IMAGINAVA ERA QUE EXISTIA UM CACIQUE MUITO PODEROSO QUE COSEGUIU ENFEITISÁ-LO ATRAVES DO RASTRO DO SEU PÉ.

REPRESENTANDO O GRANDE PAJÉ DA TRIBO TEMOS O ALUNO RENAN ABREU NA BUSCA DO RASTRO DO SENHOR VERGILIO.

Na mesma noite do desfile, recebi vídeos e fotos da apresentação da escola, enviadas por Thaís Pimenta, seguido do áudio: “Ê professora, hoje eles foram pra o desfile e o tema do desfile daqui é sobre o começo assim da Aldeia, dos índios. Se a senhora visse o tanto de gente, de criança igual uma indiazinha. É sobre a história daqui da Aldeia, dos antepassados, daqueles homens que a senhora fez pesquisa, tudinho. Bacana! Eu lembrei demais da senhora.”. Fiquei

feliz com a lembrança de Thais e da associação imediata com as narrativas que ela também ouviu nas vezes em que me acompanhou. Apesar dos estereótipos na representação dos índios, conforme percebi na caracterização das crianças nas imagens que recebi, chamou minha atenção a história que a escola resolveu contar, publicizar, pois muitas são as narrativas de assassinatos cometidos pelos índios, algo que não se compara ao genocídio dos índios do lugar Aldeia e foi esse genocídio comandado por Virgílio que a escola resolveu contar. E quem é Virgílio, qual a sua história de parentesco?

“O tio da minha avó, irmão da minha avó, eles chamavam ele de Virgílio”, contou-me Dona Zilma.

“Virgílio era matador de índio?”, eu usando das palavras que ouvi.

“Matador de índio e feiticeiro que só a peste. Ele se transformava em qualquer coisa, eu nunca vi, mas minha mãe ainda conta. Ele virava um toco e ficava fumando, a pessoa olhava o toco fumando, não sabia o que era. Ele se transformava em porco.”

“Era índio também?”

“Era índio, ele era índio.”

“Mas ele era índio e matava os índios?”, minha irmã Josielma confusa com essa informação de que Virgílio era índio quis entender.

“Ah, ele fez tanta coisa ruim, meu tio, tio assim, tio avô. Ele vivia brigando, era uma confusão doida porque eram duas etnias, era Ka’apor e esqueceu o nome da outra que minha avó pertencia.”

“Era Gamela, Tembé?”, perguntei.

“Tembé, era Tembé. Era só índia bonita.”

“Quer dizer que tinha uma briga entre os Ka’apor e os Tembé?”, eu quis ter certeza.

“Hein, hein! Os Ka’apor, aqueles que usavam aquela coisa na boca e esses outros era Tembé.”, Dona Zilma foi a primeira a mencionar nomes de povos indígenas, pois até então quando falavam dos índios era sempre de forma genérica, na maioria das narrativas eu ouvi, “eu não sei qual era a nação desses índios”. Muitos são os indícios que nos levam de fato à presença dos Ka’apor e dos Tembé nesse território, porém não eram os únicos, conforme outras narrativas irão demonstrar. Mas já que esses dois povos foram os primeiros mencionados, quero destacar as suas presenças entre os rios Pericumã e Turiaçu.

No mapa etnográfico de Curt Nimuendaju, o rio Pericumã não foi ali rabiscado, existe um espaço em branco, no entanto margeado por Guajajaras ao norte do rio Turiaçu, Tupinambás no litoral e ao Sul dos rios Pindaré e Turiaçu é demarcada a presença dos Gamellas, Urubu e Timbira. Já na Carta Geral da Província do Maranhão de 1838, o rio Pericumã é nitidamente

cartografado, sendo responsável por unir as Comarcas de Alcântara e Guimarães. Nessa Carta que é sobre a divisão da Província e não sobre povos indígenas, tem-se um pouco mais a oeste o rio Turiaçu que era o elo entre as Capitanias do Maranhão e Pará até 1852, quando o rio Gurupi passa a ser a fronteira entre essas duas Capitanias.

Penso que a ausência e pouca importância dada ao rio Pericumã em muitas etnografias, inclusive no Diários Índios, do Darcy Ribeiro, se deva talvez à pequena extensão desse rio se comparado aos rios Turiaçu, Gurupi e Pindaré. Enquanto o rio Turiaçu⁴³ e Gurupi percorrem aproximadamente 720km e o Pindaré 686km, o rio Pericumã possui uma extensão de 115km, banhando 13 municípios⁴⁴ até desaguar na baía de Cumã. O discurso da inexistência de povos indígenas nessa região também amplia o vazio e o silêncio sobre a mesma, porém, o espaço em branco que configura essas cartografias pode ser preenchido com corpos-mapas, corpos-documentos. E são corpos-documentos que irão narrar para Darcy Ribeiro (1996, p. 138-139) viagens a Pinheiro:

O filho do capitão – Saracura (Arí-djú) – contou uma viagem que fez a Pinheiro, cidade do Maranhão, creio que na baía do Turiaçu. Saíra daqui para ir à aldeia de João Arakú (um dia), seu tio, e de lá foi à aldeia Kii (três dias), de onde um grupo ia partir para uma dessas caminhadas para as cidades dos *karaíwas*. Foi com eles, eram dez ao todo. Antando como podiam, de um lugar ao outro, chegaram até aquela cidade, vendo coisas espantosas pelo caminho. Cavalos muito diferentes e mais bonitos que os do Canindé (que só tem burros). Bois muito maiores (zebus). Porcos enormes e outros animais desconhecidos, cujos nomes o intérprete não sabe traduzir e crê, também, serem coisas espantosas. Fala dos campos imensos que viu lá, onde se pode andar dias sem ver árvores como aqui. De Pinheiro, um grupo de índios foi ao “Maranhão” (São Luís) pelo ar. Ele não teve coragem de entrar no avião.

Foi o seguinte o roteiro deles:

Ianawakú – João Arakú (dois dias)

João Arakú – Kii (três dias)

Kii – Piquiá (um dia)

Piquiá – Guarimã (um dia)

Guarimã – Maracádó (um dia)

Maracádó – Pinheiro (a cavalo, um dia)

No diário do Darcy Ribeiro sobre os Ka'apor, a referência ao município de Pinheiro aparece seis vezes, sendo que em três delas, a palavra foi pluralizada (Pinheiros), mas, ainda assim, é possível entender que a referência é ao município da Baixada Maranhense e não a Pinheiros, Estado de São Paulo. A primeira referência é à viagem de Saracura descrita acima, posteriormente, os ataques dos Urubus aos moradores da linha telegráfica, conforme narrativa de um guarda-fios que esteve nessa função a partir de 1903. Segundo o guarda-fios, um homem

⁴³ Banha os municípios de Zé Doca, Santa Luzia do Paruá, Nova Olinda do Maranhão, Araguanã, Pedro do Rosário, Presidente Sarney, Santa Helena, Turilândia, Serrano do Maranhão, Bacuri e Turiaçu.

⁴⁴ Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, São Bento, São Vicente Ferrer, Viana, Bequimão, Central do Maranhão e Guimarães.

negro sem nome, “um preto velho”, como disse Darcy Ribeiro (Ibid., p. 343), “os ataques dos índios expulsaram toda a população dessas matas, fazendo-os rumar para Monção, Pinheiros, Penalva e São Bento”.

A outra menção a Pinheiro é feita quando Darcy Ribeiro descreve sua segunda expedição, realizada no ano de 1951, a qual partiu do Posto Indígena Gonçalves Dias, nas margens do rio Pindaré até as aldeias localizadas no Gurupi. Desse percurso, Darcy rabisca um croqui do trajeto que desejaria seguir e, posteriormente, traça um segundo croqui do que seria o território dos Ka’apor, conforme informações de João Carvalho, o guia/intérprete/encarregado de acompanhá-lo nesse trajeto:

Verificamos, agora, que o núcleo do território fica na serra do Tiracambu, entre os rios Gurupi e Tury, a oeste e leste; o Parawá e Gurupiúna, ao norte; e o Jararaca, um braço do Tury, ao sul. Fora desses limites só existe a aldeia de Karapanã, que é a mais meridional das aldeias que ficam em águas do Maracaçumé. Só o pessoal de Ingarussú, que o posto fez passar para a margem esquerda do Gurupi, fica fora. Agora, se o Serviço quiser delimitar o território tribal para esses índios, eu já tenho os necessários elementos para localizá-lo (RIBEIRO, 1996, p. 338).

Após saber com “precisão” a localização das aldeias Ka’apor, Darcy lamentou porque imaginava que os Ka’apor ocupassem também a margem direita do Tury, exatamente a margem que me interessa, o “espaço vazio” que compreende a margem direita do Turiaçu até a margem esquerda do rio Pericumã. Um espaço em que a narrativa sobre o trânsito de povos indígenas é uma constatação. Até a equipe do Darcy Ribeiro cruzou com indígenas a caminho desse território:

Nos dois últimos dias, crescia outra preocupação às ordinárias: nos perguntávamos se encontraríamos farinha no ponto do almoço. É que escolhemos, para essa parada, um lugar onde pousara e deixara farinha nosso pessoal ou um grupo de índios que o precedeu na estrada, rumo a Pinheiros (1996, p. 363).

O Jornal Cidade de Pinheiro e o diário de Darcy Ribeiro parecem alinhados com a narrativa do trânsito, *índios rumo a Pinheiro* até o final da década de 1950. Como já mencionei anteriormente, os meus interlocutores também falam desses trânsitos, “Eles vinham daí da Curva pra cá, pra Pinheiro.”, Dona Tomázia Ribeiro, de 92 anos, nascida e criada no povoado Aldeia, mas que atualmente vive na sede do município Presidente Sarney há quase 50 anos, adiantou-me de onde vinham os índios.

“Ah, eles passavam por aqui indo pra Pinheiro?”, eu quis entender o trajeto feito pelos índios.

“Eles dormiam por aqui, tinha ocasião que eles paravam e tinha ocasião deles seguirem, iam pra Pinheiro”, lembrou Dona Tomázia.

“Eles passavam lá onde a gente morava”, seu Sérvulo Soares, de 93 anos, esposo de Dona Tomázia, nascido no Recreio, próximo ao povoado Aldeia completou.

“Lá no Recreio?”, eu quis ter certeza.

“Era”, continuou Seu Sérvulo. “Passavam lá. Tinha a casa de um sujeito, sujeito eu tratei mau, um cidadão, chamado Benedito França e tinha um senhor de Sabino, agora o título de Sabino eu não sei, era muito colega com os índios, o Sabino. Eles se hospedavam lá na casa do Benedito mais do Sabino. Quando era de manhã cedinho eles pegavam a picada e iam embora, saiam pra Estrada Grande. Da Estrada Grande iam pra Pampilhosa, Maranhão Novo e Pinheiro.”

“Deixa eu imaginar, esse percurso que eles faziam passava por aqui, Presidente Sarney. Não passava pela Galiza?”

“Passava.”

“Da Galiza pegava Estrada Grande ou pegava Tiquireiro?”, queria entender bem esse percurso.

“Na Galiza entra na estrada que vai pra Aldeia”, Dona Tomázia entrevistou, no entanto Seu Sérvulo não gostou da intervenção e explicou como deveria funcionar a entrevista. “Não, peraí! Tu fala e eu falo, aí ninguém entende. Um fala pra depois o outro falar. Não, porque a pesquisa é assim, se vai fazer comigo, esse que tá aqui não dá voz, quem dá sou. Aí se eu souber, tudo bem. A mesma coisa é ela. Ela conta a história dela e eu não digo nada, porque a pesquisa é com nós”, depois da explicação perguntou-me: “Sim, nós tava aonde?”

“No caminho que eles seguiam, saiu da Curva, do outro lado do rio, aí passava aqui”, respondi.

“Saia da Curva se hospedava lá nas Três Voltas, pra cá de onde é a fazenda de Dr. Penaldon, parece que o nome é Curdolina, aí se hospedavam lá. De lá eles saiam e vinham se hospedar bem aqui onde é de Joêmio”.

“Lá que eles se hospedavam?”

“Era. Tinha um angelinzeiro grande, fazia rama, lá era o ponto deles. Bem onde é a casa de Joêmio. E daqui, eles saiam daí e iam se hospedar lá na Galiza. Lá ficava na Galiza e no outro dia saia, encostava lá no Benedito e ia embora. Panhava a Estrada Grande e ia embora.”

“Na Galiza entrava pela Estrada Grande, não saia pelo Tiquireiro não?”, quis entender bem para onde seguiam os índios porque na Galiza tem uma saída que segue para Pinheiro pelo Tiquireiro e outra pela Estrada Grande.

“Não, era difícil, porque aqui da Galiza pra lá pra onde nós morava tinha picada. Tinha picada que saia lá na Estrada Grande”.

“Entendi. O senhor chegou a olhar esses índios?”

“Ainda olhei muito.”

“O senhor lembra mais ou menos a idade que o senhor tinha?”

“Tinha mais ou menos de 5 anos pra 6 anos.”

“A senhora Dona Tomázia chegou a olhar eles?”

“Hum, hum!”

“Qual a idade a senhora tinha mais ou menos?”

“Uns 10 anos.”, acredito que pela riqueza de detalhes nas narrativas de Seu Sérvulo ele provavelmente também tenha mais ou menos a faixa etária que Dona Tomázia diz ter na época em que esses índios passavam.

“Olhou aonde, aqui ou lá na Aldeia?”, perguntei para Dona Tomázia.

“Lá na Aldeia. Eles passavam abeirando na casa que eu morava.”

O povoado Curva, ao qual Dona Tomázia e Seu Sérvulo se referiram, fica situado na margem esquerda do rio Turi, daí os indígenas atravessarem o rio e seguirem por um caminho até a cidade de Pinheiro. Eu refiz esse percurso de Pinheiro a Curva, marcando com um GPS todos os pontos que Seu Sérvulo indicou como parada dos índios. Fui até a sede do município de Presidente Sarney na companhia de Esmeralda. Na cidade, fiquei hospedada na casa de Dona Darlene, uma grande amiga da minha avó. Ali, tive a oportunidade de entrevistar a sua mãe, Dona Cristina, que migrou de Pinheiro para Presidente Sarney aos cinco anos de idade, sendo uma das primeiras moradoras daquele município. Chegou naquelas terras quando os índios ainda habitavam por ali. E não diferente das pessoas com as quais eu tenho cruzado, Dona Cristina é neta de uma mulher indígena, mas tudo que sabe é que seu pai era filho de uma índia. Retomarei em outro capítulo a história de Dona Cristina, ela é mais uma dentre as tantas mulheres que se encontram na rota dos índios aqui traçada.

Em Presidente Sarney, eu contratei o moto-táxi Selmir, que conhecia todos os locais destacados por Seu Sérvulo e me levou ainda para conversar com pessoas, conforme disse: “moça tem um pessoal ali que tem muita parecidoça com índio”. A companhia de Selmir foi fundamental, pois ele se envolvia na pesquisa de tal forma que nos lugares onde chegávamos, que indicavam outras pessoas para o diálogo ele dizia saber de quem se tratava e logo me conduzia até a pessoa indicada. E mesmo quando não conhecia, procurava até encontrarmos, como foi o caso da nossa busca por Seu Zé Maria Curtidor, filho de uma mulher indígena apanhada a cachorro, um senhor de 78 anos que vive no Povoado Três Furos. E foi nesse povoado que atravessamos em uma balsa o rio Turi, percorremos mais 5km de moto e chegamos

ao povoado Curva, município de Santa Helena, lá estávamos no lugarejo em que passava a linha telegráfica e os índios.

“Nesse tempo ainda se via muito índio aqui.”, foi com estas palavras que fui recebida por Dona Lúcia Furtado Lopes, de 90 anos, conhecida no povoado Curva por Dona Lucy. Ela foi a primeira moradora que Selmir me levou para conversar. A escolha de Selmir foi motivada pelo tempo de vida de Dona Lucy, a moradora mais antiga daquele lugar que ainda vive e tem muitas lembranças dos índios. E para minha surpresa Dona Lucy tem relações de parentesco no Povoado Galiza, é filha de Anedina Furtado e João D’Ávila. E foi ao ouvir o sobrenome de seu pai que comentei: “Tem uma família grande dos D’Ávila ali na Galiza”.

“É desse mesmo pessoal.”, respondeu Francisca, filha de Dona Lucy, 68 anos, ajudava a memória da mãe diante das minhas perguntas, mas Dona Lucy é corpo-documento que o tempo apaga e não apaga e, é por isso que ela lembra e narra. “Na Galiza tem muito. Quando eu fui na festa lá, aí eles tavam me chamando, aí a mulher veio de lá e eu saí, aí ela disse: *Aonde essa dona mora?* Ela respondeu: *Lá na Curva*. Aí ela disse: *Ela é minha sobrinha*”.

“A senhora é parente de quem lá?”, eu perguntei.

“Eu não me lembro o nome dela.”, a ação do tempo rasurando nomes no documento chamado Lucy.

“Tem uma senhora lá, Dona Ventura D’Ávila, tá com 100 anos, vai fazer 101 agora em agosto.”, acionei o nome de Dona Ventura na tentativa de que esse nome pudesse estar guardado em algum lugar nas lembranças de Dona Lucy, mas foi sua filha Francisca que se adiantou no comentário. “Eu acho que deve ser desse pessoal”. Enquanto Dona Lucy, explica-me, “Sabe, se espalha tudo”.

Esse espalhar, conjugado por Dona Lucy, quero pensá-lo de forma positiva, nesse sentido proposto por Jurema Machado (2019, p. 220), acerca dos *Pataxó Hãhãhãĩ*, de “um povo que tá espalhado na superfície de seu território”. Levando em consideração a extensão territorial entre os rios Pericumã e Turiaçu, temos famílias indígenas espalhadas dentro de um território do qual sempre foram os reais proprietários. No entanto, aqui é importante pensar o aspecto negativo que implica o espalhar, pois considerando a narrativa da bisavó apanhada a cachorro, é um espalhar que se dá a partir do sequestro de crianças e mulheres indígenas deslocadas para diferentes povoações e, nesse sentido, o *espalhar* pode ser sinônimo de *esparramado*, também no sentido proposto por Jurema Machado (Ibid., p. 170), em que “esparramar é ser expulso da terra sem a companhia da maior parte dos parentes, sem destino muito certo”. Espalhar e esparramar são categorias diferentes para os *Pataxó Hãhãhãĩ*, como observado na tese de Jurema Machado. Já nesta tese eu me utilizo dessas duas categorias para pensar um território

em que famílias encontram-se *espalhadas* e *esparramadas* ao mesmo tempo. Assim, *esparramar* é literalmente (des)aparentar.

Dona Lucy, uma mulher com aparência indígena, é uma mulher *espalhada* na superfície de seu território e *esparramada* dos seus parentes que habitam outras áreas desse mesmo território. Essa mulher *esparramada* traz ainda na memória a lembrança de uma tia *espalhada*, a tia Bertolina: “Eu tinha uma tia que morava lá na Aldeia, ela ainda me levou lá na Aldeia. Era Bertolina, ela era irmã de papai. Ela morreu nova.”. A memória sobre a tia é pouca, uma leve lembrança, mas a narrativa do tio Thomaz, língua dos índios, essa ela lembra é bem.

“Thomaz Furtado se comunicava com os índios?”, eu quis saber.

“Ele era língua de índio.”

“O que é o língua?”, eu fingi não saber o que era um língua, apesar de já ter ouvido de outras pessoas indicações de nomes de línguas.

“É porque ele não fala como nós, o índio a fala dele não compreende.”

“Mas o Thomaz compreendia?”

“Tudo! Eles viviam era na casa dele.”

“Era índio também o Thomaz?”

“Não. Ele era irmão de mamãe.”

“Quem sabe não era.”, Francisca lançou a dúvida que permanece. Essa é uma dúvida que tenho diante de tantos outros corpos, uma dúvida minha e de meus interlocutores quando falam de suas avós, bisavós... Essa é uma dúvida também de Seu Sérvulo, quando o questionei sobre sua bisavó, se a mesma não era índia. Ele apenas respondeu: “Eu não vou dizer que não. Eu não conheci”. Eu diria que mesmo quando se conhece, existe uma ruptura nessas histórias de parentesco indígena e logo outras narrativas são construídas sobrepondo o ser índio. “E que índios eram esses de que Thomaz era língua?”

“Eu não sei.”, respondeu Dona Lucy.

“Qual é os moreno?”, Francisca me perguntou.

“Pra cá tem Guajajara, Gamela, Tembê...”, chutei alguns nomes ao que fui interrompida por Dona Lucy: “Eles eram bem moreno esses que andavam por aqui”.

“Tem os Ka’apor também.”, continuei com minha lista de nomes de povos indígenas.

“Os que eu cheguei a ver era moreno.”, a insistência de Francisca na cor dos índios, me fez lembrar dos “Urubus negros”, a quem são atribuídos alguns ataques, conforme descreveu Darcy Ribeiro em seu diário ao ouvir narrativas acerca de um grupo de indígenas que havia atacado em 1928 um batelão: “os índios explicaram que o ataque partira de outro grupo, os ‘Urubus negros’, aldeados nas margens do Turiaçu, que sempre hostilizaram os ‘Urubus

brancos' e não desejavam relações amistosas com os civilizados" (RIBEIRO, 1996, p. 28). Como o próprio Darcy sugeriu, *a pele mais escura assim como os cabelo menos lisos desse grupo talvez se deva pelas relações estabelecidas com os negros mocambeiros da região*. A exemplo dessas relações tem-se as flechas com pontas de aço dos Ka'apor, as quais aprenderam com os negros a fundir o aço. Tais flechas com pontas de aço também aparecem no Jornal Cidade de Pinheiro quando da descrição da morte dos quatro lavradores no centro de roça Baixo Grande, dando indícios dos Ka'apor na margem esquerda do Turi: "Os cadáveres estavam quase irreconhecíveis, taes eram os estragos produzidos pelos ferimentos feitos por flexas aparelhadas de agudas e cortantes laminas de ferro, de cerca de 20 centimentros de comprimento, e cuidadosamente afiadas" (CARVALHO, CARDOSO e REBELLO, p. 2, 1926).

E muitos foram os aquilombamentos ao longo do Turi.

O ano de 1853, porém, começou movimentado. Autoridades do Maranhão desencadearam forte campanha militar contra os quilombos, especialmente os de Turiaçu. Na intensa correspondência trocada entre os subdelegados dos municípios de Pinheiro, Turiaçu e Santa Helena o objetivo era "dar providências a fim de cortar pela raiz um mal que tanto flagela a lavoura" (GOMES, 1997, p. 210).

A cada tentativa de "cortar o mal pela raiz", outras ramificações de quilombos estendiam-se para além das matas do Turiaçu. Assim como o quilombo São Benedito do Céu⁴⁵, conforme Flávio Gomes (1997, p. 347), que foi reconstituído no final dos anos 50 por quilombolas remanescentes dos quilombos de Jaguareguara, Pacoval, Queimado e São Vicente do Céu. As invasões ao Quilombo São Benedito do Céu em 1867 também possibilitaram a reconstituição de outros quilombos, tais como São Sebastião, Laranjal e Limoeiro⁴⁶. Ante as inúmeras tentativas de invasão ao quilombo São Benedito, centenas de aquilombados às margens do rio Turi organizaram uma grande revolta que envolveu vários municípios da Baixada Maranhense, com foco no município de Viana⁴⁷. No capítulo intitulado Encruzo, trago mais detalhes sobre a insurreição de Viana para pensar relações negro-indígenas.

Retomemos a memória de Dona Lucy, que lembra da tia Bertolina e do tio Thomaz, língua dos índios. Um outro tio que aparece em sua narrativa, é o tio Zeferino um guarda de linha como ela descreveu. Da linha telegráfica, Dona Francisca também tem memória e essa

⁴⁵ "Localizado "nas cabeceiras do Bonito, braço do rio Turi, a três dias e meio de viagem a pé de Viana"" (ARAÚJO, 2006).

⁴⁶ Ver maiores descrições em Mundinha Araújo (1994) e Flávio Gomes (1997).

⁴⁷ Ver *Insurreição de escravos*, em Viana – 1867, de Mundinha Araújo (1994). A autora faz uma análise de documentos históricos: ofícios, cartas, relatórios, depoimentos... destrinchando a revolta quilombola de Viana, na Província do Maranhão.

lembrança veio quando questionei Dona Lucy sobre onde morava seu tio Thomaz, ao que ela me respondeu: “Ele morava no Turi. Agora hoje é Araguanã.”,

“Essa estrada dá no Araguanã?”, eu quis saber.

“Pelo rio vai, mas antes tinha estrada, eu ainda conheci, tinha um poste ali de madeira e lá era o fio elétrico que tinha antes que passava lá. Tinha o posto lá, acho que era posto que a gente chamava, posto de telefone, não era estação na época, né?”, Dona Francisca puxou pela memória.

“Eles se comunicavam pelo telefone.”, lembrou Dona Lucy.

“A linha de telégrafo, né?”, eu quis ter certeza que as lembranças eram sobre a linha telegráfica.

“Hein, hein!”, respondeu Francisca. “Aí o posto de telefone era bem perto de Moía, e tinha a casa que era a estação.”

“Quando a senhora terminar aqui nós vamos lá na casa de Seu Moía.”, Selmir interrompeu, pois o moto táxi estava atento a conversa e logo se dispôs a me acompanhar até a casa onde antes ficava a estação. E de fato, lá estávamos nós dois diante de Seu Lourival Ribeiro Barreto, ou apenas Seu Moía, um senhor de 78 anos que chegou no povoado Curva aos 4 anos de idade e, quando questionado pelos índios, se adianta.

“Olhei índio aqui passando nuzinho pra Pinheiro”.

“Passa aqui nessa estrada?”

“Bem aqui. Aqui era linha, a estação de linha de telégrafo pra o Pará. Aí acabou, aí depois acabou. Eu fui e comprei a estação velha, aí fiz a casa. Era uma estação grande, deu duas casas, a madeira de dentro, a madeira com a telha deu pra cobrir duas casas.”, disse Seu Moía reparando para o telhado de sua casa que se encontra assentada no lugar onde um dia fora a estação.

“Os índios passavam aqui nessa estação?”, eu queria mesmo era saber dos índios e pouca importância dei para a antiga estação, mas sei dos impactos que a linha telegráfica trouxe para os povos indígenas daquele território.

“Nuzinho, nuzinho, nuzinho... Eles se acampavam bem aí defronte de Cosme, naquele mangal, lá eles dormiam. Eles davam farinha pra eles, fazia chibé deles, tiquara deles pra comer com peixe defumado”.

“O que eles iam fazer em Pinheiro?”, Selmir quis saber.

“Rapaz, eles iam lá. Já tava mais adomado, aí eles levavam, tinha o língua deles de lá, gente mesmo e levava eles lá onde o prefeito pra dar alguma coisa pra eles. Quando eles

voltavam era tudo com aquelas bolsa cheia de bagulho, nuzinho, nuzinho, nuzinho... as índias que andavam com as tanguinha de embira”.

“Esses índios eram Gamela, Guajajara, Ka’apor? O senhor não sabe que família de índio era?”, eu perguntei.

“Isso aí eu não sei. Eu sei que eles eram lá do Alto Turi que eles vinham pra cá.”, Seu Moía também faz referência ao Turi, ao mesmo lugar onde o tio Thomaz de Dona Lucy morava.

O Alto Turi é mencionado por outros interlocutores como sendo um dos lugares de onde vinham os índios que faziam “visitas amistosas” à cidade de Pinheiro. Esta pesquisa poderia ter seguido até o Alto Turi e dialogado com os povos indígenas aldeados nesse território, mas eu precisei parar ou o trabalho de campo nunca teria fim, e, de fato, isso aqui não será o fim, apenas uma pausa para a escrita da tese. Mas, antes de retornar para a margem direita do rio Turiaçu, Selmir me levou até o mangal onde os índios dormiam que, conforme narrou Seu Moía, ficava a aproximadamente uns 60 metros da antiga estação. E, se aquele mangal falasse, provavelmente falaria em alguma língua indígena, a língua daqueles que descansaram à sua sombra.

Além de Seu Moía, moradores de outros povoados também indicaram em suas narrativas pontos de descanso dos índios nessa jornada rumo a Pinheiro, como Dona Lourença Ribeiro Ramos, de 72 anos, conhecida como Dona Lolinha no Povoado Tiquireiro. Nesse povoado passou a morar depois do casamento, pois é nascida e criado no Povoado Rio do Meio que está localizado entre os povoados Pacheco e Galiza, todos bem próximos de onde Dona Lolinha vive atualmente.

Eu resolvi ir ao encontro de Dona Lolinha após uma entrevista com Juscelino Miguens que me contou que era ela quem anotava num caderno os nascimentos ocorridos no Povoado Tiquireiro: “Senhora, nesse tempo tinha velha Lolinha aqui, ela tá viva ali perto da igreja. Ela sabia a idade dos filhos dessas mulher tudinho. Aí procurava pra ela quando pariu. Aí eles dizia: *Rapaz, foi no tempo que Vicente fez uma roça grande lá na Pedra Grande*. Assim que eles dizia. Dona Lolinha não, ela botava o nome do cara num caderno, se chamava ela pra saber quando tinha nascido, quantos anos tinha.”

“Ela já faleceu?”, eu quis saber pois não tinha prestado atenção que ele já havia dito que ela estava viva.

“Tá vivinha. Sabia tudinho. Dona Lourença, mas só conhece ela por Lolinha.”

Eu fiquei curiosa pelo caderno de Dona Lolinha e foi essa curiosidade que me levou a bater palmas em sua porta e gritar um “*êh de casa!*”. Dona Lolinha, que estava no quintal, apareceu na cerca lateral da casa e, desconfiada quis saber o que eu queria. Eu me apresentei e

falei rapidamente alguma coisa sobre minha pesquisa e o certo é que já fui falando sobre os índios, ao que ela respondeu, “Eu conheci muito os índios”. E assim mais uma porta foi aberta e lá estava eu já sentada no chão de sua sala com o gravador ligado. Como fiz com todas as pessoas entrevistadas, iniciei pelo esquema de parentesco de Dona Lolinha e para assim retomar o seu conhecimento sobre os índios: “A senhora tava me contando que a senhora viu muito índio, né?”

“Hein, hein! Eu vi! Os índios dormiam lá na casa de papai.”

“Lá no Rio do Meio?”

“Lá no Rio do Meio. Quando eles vinham de lá de aldeia, de pé, aí eles dormiam lá. Quando eles iam daqui de Pinheiro pra aldeia embora, eles dormiam lá em casa.”

“A senhora tinha mais ou menos que idade?”

“Eu acho que eu não tinha nem 10 anos porque eu tinha medo pra danar deles. Eu era garota assim. Eu tinha medo pra danar, quando eles chegavam que papai não tava em casa e nem mamãe. Vixe! Eita meu Deus, eu tinha muito medo desses índios. Mas eles não faziam mal pra ninguém, já chamavam a gente, procuravam por papai. Eles chamavam papai era Siri.”

“Eram muitos?”

“Era muito. Mas tu sabe, porque papai ele viajava pra lá pras aldeias deles.”

“Onde era essas aldeias?”

“Era lá no Alto Tury, no... me esqueci o nome do outro lugar. Papai ia pra lá trabalhar e de lá ele ia com o língua dos índios, ele ia pra lá pra aldeia.”

“Isso era do outro lado do Turi?”

“Do outro lado do Turi, era longe. Eles chamavam Alto Turi nesse tempo. E tinha outro nome que eu não tô me lembrando agora... Alto Alegre. Ele ia pra lá pra aldeia. Ele passava era três dias pra lá com o língua.”

“Quando eles vinham que ficavam hospedados na casa do seu pai, tinha homem, tinha mulher e tinha criança?”

“Não, criança não tinha. Só tinha homem e mulher.”

“Eles andavam nu?”

“Andava só mais com aquela tanguinha.”

“O que eles vinham fazer em Pinheiro, a senhora não sabe?”

“Eu não sei. Eu acho que eles vinham atrás de alguém dar alguma coisa, roupa, né? Comer? Não sei. Mas eles passavam com as flechas, com aquelas coisas tudinho assim no ombro, aquele jamaxi na costa. Assim é que era.”

“A senhora não sabe que índios eram esses, se era Guajajara, Gamela...”

“Eu não sei. Eles foram embora daí de onde eles moravam que papai disse e depois não vieram mais. Depois eles já vinham de carro, já daí, aí onde eles olhavam papai, assim na beira da estrada, eles batiam com a mãe. Eles já conheciam ele”.

“Eles passavam só uma noite na casa dos seus pais?”

“Era só uma noite, na verdade duas noites, porque quando eles vinham de lá, eles dormiam lá em casa.”

“Eles passavam muito tempo pra cá?”

“Eles passavam pra cá pra Pinheiro uns cinco dias. Quando eles passavam, eles iam dormir de novo lá em casa.”

“Tinha uma história que eles vinham muito atrás de um santo deles que foi roubado, agora eu não sei se era desses mesmos índios.”

“Eu não sei, mas só podia era ser, porque eles disseram que os índios moravam em Pinheiro e depois foram morar em Aldeia, que tem um nome aqui por nome Aldeia, eles moravam praí. E de lá eles saíram daí e foram pra lá, eu acho que pra o lado do Alto Turi, pra lá assim, Alto Turi, Alto Alegre.”

Dona Lolinha também faz referência ao Alto Turi e é importante perceber como eu tenho dois sentidos de deslocamentos nessa menção ao Alto Turi: primeiro, um lugar para onde os índios foram e, depois, um lugar de onde retornam para fazer “visitas”. Daí a importância em tentar compreender se, anterior a essa jornada de índios que se deslocam até Pinheiro, esses povos estariam apenas do lado da margem esquerda do Turiaçu. O que eu constato a partir das narrativas é que existiu também um deslocamento do sentido leste para o oeste, do Pericumã ao Turiaçu, atravessando esse rio e ficando mais próximo do Gurupi. É importante destacar que o processo de pacificação dos Ka’apor foi datado, 1928, sendo o ano de encerramento de um processo que durou quase 7 décadas. No entanto, até a década de 1930 ainda era constante o conflito entre lavradores e povos indígenas entre os rios Pericumã e Turiaçu. Um território onde nunca foi implantado um Posto Indígena e sem nenhuma atuação do Serviço de Proteção ao Índio, conforme Jornal Cidade de Pinheiro:

Figura 15 – Jornal Cidade de Pinheiro, fragmento da p. 3, 24/05/1959

O S I N D I O S

A extensa faixa de terra firme onde se estende a actual cidade de Pinheiro termina em forma de virgula bem pronunciada, em elegante curvatura na direcção Leste, voltando o seu dorso para o lado da lagôa «Faveira», finalizando o apêndice na parte fronteiria ao «Laguinho».

Foi nesse local que o Capitão-Mór Inácio Pinheiro colocou a sua fazenda de gado e onde começou o povoado, formado pelos auxiliares do fidalgo, aos quais outros se reuniram em torno das novas fazendas que foram aparecendo posteriormente.

Já sabemos que quando ali chegou o Capitão-Mor encontrou um pequeno aldeamento constante de vinte indígenas «Gamelas», que viviam como domesticados, sob a direcção de um tucháua ou maioral.

É preciso que se saiba não serem apenas esses vinte, os indígenas que residiam no território pinheirense. Estes eram os que viviam proximos dos campos baixos, ali se localizando pela enorme fartura de peixe e caça do campo das redondezas, o que lhes facilitava a subsistencia, reduzindo ao mínimo o esforço da aquisição.

Se os «Gamelas» encontrados pelo fidalgo de Alcantara eram domesticados, as demais aldeias do centro viviam em completa selvageria, e desunidas. Várias delas se estendiam pelas matas a dentro, na direcção Sul e Sudoeste, até as margens do Gurupí.

Ainda hoje são conhecidos os lugares «Aldeia», «Galiza», «Roque», «Jandiá» e outros, como sédes de antigas tabas indígenas.

Existem nessa prolongada extensão várias aldeias de índios sendo tidas como mais importantes as dos «Urubús» e «Gaviões».

Outras se encontram, afôra as acima citadas, formadas dos ultimos remanescentes dos «Timbiras» e «Tembés» já em vias de desaparecer.

Os lavradores pinheirenses, que ainda adotam o sistema, extensivo, foram aos poucos se internando em busca de terras para suas lavouras. Encontraram, porém, forte oposição por parte dos selvagens, vivendo assim cercados de constantes perigos. Para fazer face a tão difícil situação, reuniam-se em numero de dez e mais, fazendo roçados em comum, dividindo os quinhões por linhas de mamona ou carrapato.

Ao lado da foice e do machado estava o rifle calibre 44, para a defesa.

A vigilância era constante e rigorosa. Mas o índio, sagaz, rancoroso e paciente, encontrava, de quando em vez, oportunidade de ferir e matar os que se entregavam ao laborioso amanho das terras.

Até o ano de 1933 os assassinatos eram frequentes. Os lavradores, por sua vez, tomavam desforra, armados de rifles e espingardas, matando os selvagens nas suas próprias aldeias.

A vingança levava os índios a novos ataques, que os lavradores nunca perdoavam. Sem o conhecimento do Serviço de Proteção aos Índios, organizavam grupos armados de trinta a cincoenta homens e a chacina era grande.

Nessa luta desigual, os indígenas recuaram de vez, deixando os agricultores em paz.

Mudaram por fim, essa tática inexequível e resolveram vir pacificamente à cidade, em busca de auxílios.

A primeira visita feita em tais condições, teve lugar no dia 16 de Dezembro de 1933, constante de quatro selvagens da tribo dos Timbiras, que ainda se localizam em pequenos agrupamentos, por várias partes do nosso Estado. O Prefeito Municipal os recebeu muito bem, dando-lhes hospedagem, havendo recebido roupas e outros presentes.

Animados pela ótima acolhida, voltaram de novo à cidade, no dia 3 de Janeiro de 1934, em numeroso grupo de dezenove, contados entre homens, mulheres e crianças, pedindo roupas, alimentos e ferramentas de lavoura. Foram hospedados no predio da cadeia pública, onde a filarmônica da vizinha cidade de Cururupú, que aqui se encontrava na ocasião, os deleitou por algumas horas com o harmonioso som do belo conjunto musical. Divertiram-se bastante, cantando e dansando. (A seguir)

Considerar os escritos sobre a presença indígena nesse espaço, alinhada a um modelo colonial de ocupação territorial que se resume a aldeamentos, é insistir em um silenciamento e não considerar o que dizem meus interlocutores sobre a presença de povos indígenas nesse território, sejam eles Ka'apor, Tembé, Gamela, Timbira ou outros, como listado na página do Jornal. Achei um tanto simbólica essa matéria do jornal que traz um “em vias de desaparecer”, posteriormente descreve que “a chacina era grande” e encerra com a narrativa de que “foram hospedados no prédio da cadeia pública”. Por que hospedar indígenas na cadeia? O que temiam as autoridades pinheirenses se as vítimas das chacinas eram justamente os povos indígenas, sempre na mira dos rifles?

A primeira vez que ouvi uma referência à presença do povo Gamela nessas terras, foi em uma história narrada por José Maria Ribeiro, de 76 anos, neto de Virgílio: “Papai contava muito isso aí. Eles passaram seis, passou cinco na frente, passaram por cima da ponte, aí veio o derradeirinho com o cofo na cabeça. Aí o Zacarias deixou eles passar todos cinco, aí quando chegou o derradeirinho, porque pra ele mexer no de lá da frente os que ficavam iam mexer com ele, tá vendo? Ele deixou passar os cinco primeiro, quando chegou o derradeiro que ia com o cofo assim, ele atirou nele. O velho Zacarias atirou nele e ele caiu e ele foi correr assim e o velho chegou nele. O Zacarias chegou, puxou o facão pra furar ele, pra acabar de matar, ele gritou pra ele assim: *Não mata Gamela*. O índio que disse pra o Zacarias: *Não mata Gamela*. Aí ele foi e falou pra ele: *Tu é Gamela? Tu é gamela e eu sou cocho*. E enfiou o facão. Esse ele matou, entendeu? E os outros correram. O Zacarias correu também, veio embora. Mas os outros índios não demoraram e vieram pegar ele. O Zacarias voltou, saiu logo porque ele sabia que eles iam voltar pra pegar ele, porque eles não deixam. Aconteceu isso aí. Papai contava muito isso.” Nessa narrativa, em que as palavras parecem sangrar, em nenhum momento eu cheguei a perguntar para Seu Zé Maria o nome do povo indígena que habitava essa região no que é hoje o território Aldeia, mas o nome foi mencionado em uma história que lhe era narrada por seu pai, Estevão Ribeiro, filho de Virgílio.

Sobre a presença do povo Gamela entre os rios Pericumã e Turiaçu, também escutei de Seu Sérvulo, que, com muita certeza, afirmou depois da minha pergunta sobre quem eram os índios que ele chegou a ver: “Era o índio Gamela, que eles chamavam Tapuio Gamela. Era o nome certinho”. Interessante que o Jornal Cidade de Pinheiro, conforme imagem anterior, vai destacar que, quando da chegada de Inácio José Pinheiro a essas terras, ele encontrou um pequeno aldeamento com vinte indígenas Gamelas. Nas primeiras décadas do século XIX, encontra-se vários documentos históricos, tais como ofícios, relatórios, cartas, que destacam aldeamentos Gamela nessa região configurada como Baixada Maranhense, mais

especificamente no que é atualmente os municípios de Monção, Viana, Matinha, Penalva e Cajari. Cesar Marques (1870, p. 418) destacou que, em 1820, existiam próximas à Vila de Moção, “tres aldeias de índios *gamellas* domesticados, e se chamavam *Cajary*, *Capivary* e *Guarapiranga*, e nelas se encontravam 280 habitantes”. Nimuendaju (1937, p. 62), também destacou que “por volta de 1820 o território desses índios começou na margem esquerda do Pindaré, entre o que hoje é chamado de Engenho Central e Vianna, estendendo-se dali para noroeste até o Alto Tury”. Aqui o noroeste interessa, assim como o Alto Turi fazendo fronteira com a Região do Pericumã, mas é preciso borrar as fronteiras, apagar as muitas linhas dos mapas e entender o território em questão como espaço liso. Essa compreensão de lugares sem fronteiras nos permite compreender o vasto território habitado pelo Povo Gamela, que, desde o ano de 2013 iniciou o processo de retomada de seu território tradicional. É válido destacar que 2013 não se configura como início da luta desse povo, pois essa luta pela terra tem suas origens no período colonial e ultrapassa fronteiras temporais, estendendo-se até os dias atuais⁴⁸.

O ano de 2013 marca também minha primeira ida ao Povoado Aldeia, acompanhada de duas amigas e de Seu Mário Ribeiro, conhecido como Seu Marinho, dele eu ouvi as primeiras histórias de violência e desumanização a que eram submetidos povos indígenas. Seu Marinho já morava em Pinheiro, porém, nasceu e se criou no Povoado Aldeia e foi ele quem nos guiou até o povoado onde ainda reside a maioria dos seus parentes. Ainda na estrada, a caminho do povoado, Seu Marinho recordou um episódio ocorrido quando tinha aproximadamente 10 anos de idade, sobre o tempo em que ele e o primo Lourenço capinavam o quintal do bisavô Virgílio: “Aí eu mais meu primo Lourenço, só quem capinava o quintal dele era eu mais Lourenço. Aí ele chamava e nós ia pra lá, capinava, terminava ele panhava tanja nós comia e vinha embora. Aí caiu um galho de pau, lá do olho de um pau, na raizada do pau, aquelas sapopemba que fica grandão. Aí se apoderou dois, dois índios lá no pé do pau, na rua assim. O dia que eles chegaram ele soube que eles tavam lá, ele sabia que eles tavam lá. Aí passou uns três dias ele disse: *Balbina, aí tem umas raposa que quer comer essas galinha, mulher, só tocando fogo nesse pé de pau que essas raposas tão intocada aí*. Aí eu cheguei de tarde lá mais Lola, ele disse: *Seu Lola*. Ele disse: *Senhor?* Aí ele disse: *Cadê o moreno?* – *Tá aí!*. Aí ele me chamou: *Olha, pega um palito de fósforo e essas ponta de pindoba aqui e me toco fogo nessas coivara de pau que tem umas raposas que vão espirrar já já daí, que eles querem comer essas galinha, elas não compraram galinha, elas querem comer*. Aí eu disse: *Rapaz! Meu avô tocar agora, numa hora*

⁴⁸ Existem alguns estudos sobre os processos de retomada do Povo Gamela, os quais fazem levantamentos históricos das referências acerca do povo, desde o século XVIII. Aqui vale citar, a tese “Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum”, de Maristela de Paula Andrade (1990).

dessa aí, tamanha 9h? – É pra tocar agora, porque se não elas vão comer as galinha de noite. Aí eu peguei uma pindobinha toquei assim. Aí ele disse: *Toca e sai daí, que elas vão espirrar daí.* Aí eu toquei o fogo, Lourenço arroteou, nós tocamos fogo e o fogo foi subindo, foi subindo, no verão foi subindo, foi subindo, aí fez a lavaredona. Ele disse: *Vem embora!* Aí nós ficamos uma distância como daqui mais ou menos nesse poste aí. Quando nós demos, eles meteram o pé na faísca e foram pra cima, dois, dois índios. Já saíram incendiadinho com fogo e tudo. Aí ele disse: *Lá vai saindo uma raposa e lá vai saindo a outra.* E entraram no mato. De lá eles cortaram dentro de um baixo que tem lá pra sair nessa estrada que nós vamos passar, entendeu? Mas não deu tempo de sair na estrada, lá eles morreram queimado. Aí ele disse: *É mais tarde eu vou ver se vocês saíram ou em qual local vocês tão acampado.* Aí o pessoal chegaram mais tarde, ele conversou: *Olha saíram dois raposão desse pé de pau aqui, que eu toquei fogo.* Aí eles saíram na batida, andaram mais ou menos uns 100m assim, dentro da juquirá, dentro do mato brabo, pindobal, anajazal, juçaral, marajazal. Eles tavam numa terra enchuta, eles tinha atravessado o baixo, deu pra atravessar mas não passou muito o baixo pra sair na estrada, aí eles morreram, todos dois”. Terminada a narrativa, entendi que o território onde eu estava prestes a pisar era um verdadeiro cemitério indígena, um lugar em que o SPI jamais atuou, de terra dos índios a terra de ninguém.

O famoso Velho Virgílio, tio da avó de Dona Zilma, era irmão de Gregório Ribeiro que era marido de Andreolina Eloya Barreiros, a bisavó de Dona Zilma que foi apanhada no mato a cachorro. E de quem Virgílio era filho? Fiz essa pergunta para muita gente no Povoado Aldeia e ninguém soube me responder e ao fazer essa pergunta para um dos netos do Virgílio, Seu Lourenço dos Santos Silva de 70 anos, filho de Dona Verônica Ribeiro com Sabino Silva, deixei-o curioso em relação ao nome da sua bisavó: “Esse velho Vergílio eu não sei, mas eu vou procurar saber quem era mãe dele. Aqui por aqui não tem um mais dessa geração pra saber. Eu vou procurar pra Marcos, porque ele é o mais velho mesmo dos nossos, talvez que ele saiba.”, em seguida falei pra ele que eu também iria tentar encontrar quando estivesse pesquisando nos arquivos, ao que ele disse: “Se a senhora encontrar, volte aqui pra me dizer o nome da mãe do meu avô Vergílio.”. E eu voltei com o nome da sua bisavó, Faustina de Jesus da Costa, esse é o nome que consta na certidão de casamento, no ano de 1905, de Virgílio Penalva Ribeiro com Balbina Rosa Dias, ela filha de Feliciano de Jesus Pinheiro, ambos sem filiação paterna.

Figura 16 – Certidão de Casamento de Virgílio Ribeiro e Balbina Dias

Virgílio Ribeiro do genitor do Justino de indole natural e civil, no sítio "Acacia", não havendo impedimento
 Balbina Dias de algum, em minha presença e de duas testemunhas João Francisco d'Almeida Furtado e
 Manuel Machado de Abreu, se casaram solemnemente por palavras de presente Virgílio
 Penabaz Ribeiro e Balbina Dias, elle filho natural de Faustino de Jesus Costa e
 ella filha natural de Felisiana de Jesus Ribeiro, parochianos desta freguesia e
 logo elles se casaram conforme os ritos e cerimoniaes da Santa Igreja Paroquial
 e para constar fi esta termo em o
 Curro Jo. Brás de Abreu

Fonte: PINHEIRO-MA, 1905.

Algo que chamou minha atenção nesse documento, assim como em outras certidões de outros interlocutores, é que Virgílio e Balbina são filhos naturais, mas não receberam o sobrenome de suas respectivas mães e isso me fez pensar até que ponto tais relações de parentesco indicam consanguinidade. Seria Virgílio um índio rendido ou mesmo uma criança vítima dessa captura no mato a cachorro? Apenas perguntas sem respostas, mas que trago da Comunidade Quilombola Imbiral algumas explicações de Dona Sebastiana para aqui dialogarmos, pois, quando questionei quem era que capturava os indígenas no mato ela se adiantou: “Era assim os portugueses, quando vieram tomando as terras e achavam eles. Aí botavam o povo pra correr, matavam, aí tomava conta. Às vezes, uns eles matavam e outros se rendiam pra eles, pra não morrer e ficava junto, se rendia pra ficar trabalhando pra eles.”

“Vocês ouviram falar num Velho Virgílio que tinha na Aldeia?”, eu quis saber de Dona Sebastiana e Seu Luís Lopes e antes de ouvir a resposta, continuei. “Lá na Aldeia cada um tinha um rifle papo amarelo.”

“Era que os português dava pra eles. Eles se rendiam com eles pra judiar com os próprios *pareceiro*.”, Dona Sebastiana se adiantou na resposta a minha pergunta e me fez lembrar dos barbadianos, personagens em *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*, de Michael Taussig. Os barbadianos eram homens descendentes de seres humanos escravizados e que eram utilizados para escravizar outras pessoas, “eram peões endividados, empregados não apenas para torturar e caçar índios, mas igualmente sujeitos à tortura” (1993, p. 58). Os barbadianos assim como os indígenas rendidos, mencionados por Dona Sebastiana, são exemplos do poder da colonização no processo de escravizar e fazer do escravizado um escravizador.

Nestas terras, a colonização teve o poder de convencer que povos indígenas eram inferiores e de que a captura/extermínio eram necessários. O Velho Virgílio, talvez não menos indígena do que os índios que ele capturou/matou, é um exemplo desse poder de convencimento, pois assim me contou Seu Paulo Oliveira, um homem de 83 anos, filho de uma mulher indígena:

“O avô desse aqui, finado Virgílio, matava índio sem frescura.”, disse Seu Paulo apontando para Seu Marinho, um dos bisnetos de Virgílio. Em seguida prosseguiu: “Tinha um Zacarias e tinha mais outro, esses aí era o matador deles mesmo. Eles não consultavam pra matar, nesse tempo cada qual tinha um rifle.”, após descrever os atos de atrocidade de quem manipulava o rifle papo amarelo, passou a narrar o altruísmo daqueles que estavam diante da mira do rifle. “Eles iam matando, e os vivos iam botando na costa, porque eles não deixam os índios, eles chega e junta e bota na costa e se manda. É um caindo e outro juntando, botando na costa e levando, vão enterrar longe. Eles não deixam lá, eles levam os amigos deles morto. Pode morrer o feixe todinho, mas eles conduz. Atirava num, eles juntava e levava.”

Esse altruísmo indígena ali diante dos olhos do colonizador nós não fomos capazes de herdar, deixamos os nossos para trás. Parece descontextualizado o que eu digo agora, mas hoje é dia 3 de outubro de 2022, um dia após os resultados da eleição presidencial que levam para o 2º turno a disputa entre os candidatos à presidência Luís Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. Este último, é candidato à reeleição e durante os seus quatro anos governando tem sido uma ameaça aos povos indígenas. No entanto, os resultados desse 1º turno demonstraram uma grande aceitação a quem é uma ameaça, pois pouco importa se territórios indígenas estão sendo invadidos e desmatados, pouco importa se o rifle papo amarelo ainda está sendo usado para caçar índios e quem os defende. Nesses mais de 500 anos de caçada a povos indígenas, continua-se apático ao genocídio desses povos. E muitas foram as formas de matar, técnicas as mais violentas possível foram utilizadas e naturalizadas entre os rios Pericumã e Turiaçu. A naturalização do genocídio de povos indígenas está escrita de uma margem a outra desses rios.

ARQUIVO MORTO⁴⁹

“Esses mais velhos só ia registrar quando
eles iam se aposentar,
assim que era.”

(Lourença Ribeiro Ramos, 72 anos)

⁴⁹ Concordo com todas as críticas dos arquivistas acerca dessa denominação de *arquivo morto* para se referir a documentos guardados, como se eles não tivessem mais importância. Aqui o arquivo morto tem outra configuração, é tão vivo como a capacidade que ele tem de matar.

O Silêncio dos Livros: sobre(nomes) não arquivados

Consultar documentos, folhear livros de óbito, casamento e nascimento teve como único objetivo encontrar pessoas e seus sobrenomes, especialmente os sobrenomes das crianças indígenas capturadas e que se tornaram uma bisavó apanhada a cachorro. Na maioria das entrevistas, as bisnetas dessas mulheres não lembram/sabem o sobrenome da bisavó e entender qual o sobrenome imposto para essas crianças é também objetivo desta tese. Sustento a ideia de que a imposição desses sobrenomes, seja pelo capturador ou pela pessoa com a qual se contraiu matrimônio, é também uma técnica genocida fundamental que (des)faz parentescos, originando rupturas e recomeços traumáticos.

A minha primeira ida ao cartório foi no dia 29 de março de 2022. Confesso que achei estranho e contraditória essa minha ida ao cartório. Fiquei pensando sobre como me propus trabalhar com as narrativas das pessoas, mas senti a necessidade de recorrer ao escrito, no caso, aos documentos do arquivo do cartório. Já havia até mesmo desistido de escrever este capítulo sobre minha incursão nos arquivos do cartório, achava que não fazia sentido, mas me deparei com a mesa redonda “Ficções e fabulações afro-atlânticas”, uma conversa com as escritoras Eliane Alves Cruz e Saidiya Hartman e foi a partir das falas delas que resolvi contar esta história e dar vida para um arquivo morto que não fez nascer por quem eu procurei. Assim, depois de uma busca incansável por nomes e sobrenomes, a maioria nunca rabiscados naquelas folhas amareladas e mofadas, cheguei à conclusão que mais importante do que encontrar pessoas era entender a ausência dessas pessoas, o silêncio dos livros.

Michel-Rolph Trouillot destaca uma diferença entre os silêncios envolvidos na produção histórica, pois, segundo o antropólogo haitiano,

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das *fontes*); no momento da composição do fato (na elaboração dos *arquivos*); no momento da recuperação do fato (na elaboração das *narrativas*); e no momento da significância retroativa (na elaboração da *história* em última instância). (2016, p. 58-59).

Eu me vi envolvida nesses quatro momentos de silêncios e em tentativas frustradas de compreensão de alguns desses silêncios, onde *fonte*, *arquivo* e *narrativa* parecem não concordar entre si, gerando ruídos cacofônicos, conforme passo a descrever nas próximas linhas.

O primeiro dia de contato com esses livros foi, de fato, um encontro quase que silencioso, não fosse a presença de uma graduanda em História que havia começado naquele mesmo dia a folhear os livros de óbito da década de 1950 a 1960. Fomos apresentadas aos livros pela Tabela Cynthia Pinheiro Abreu, que nos mostrou onde ficava cada sessão, nascimento,

óbito e casamento e destacou onde estavam os mais antigos, os intocáveis pelos funcionários do cartório e justamente os quais eu tinha interesse. No dia seguinte, era apenas eu e os livros, pois a graduanda não apareceu mais. No entanto, na semana seguinte, os livros foram trocados de sala e eu também, pois o cartório estava passando por uma reforma e, nessa nova sala para onde os livros foram transferidos temporariamente, era impossível folheá-los devido a problemas de infraestrutura os quais estavam sendo resolvidos. Essa mudança dos livros me proporcionou ser contemplada com uma mesa e cadeira, ali na sala de registros, onde o público era atendido, logo, o silêncio dos livros era quebrado pelo choro do recém-nascido que os pais insistiam em trazer para serem registrados, uma vez que não sabiam que a presença da criança é dispensável nesse momento. O silêncio era quebrado ainda pelas bênçãos do Juiz de Paz quando da realização de casamentos, tudo naquela mesma sala. O cheiro de mofo que vinha dos livros se misturava ao cheiro de perfume dos vivos que vinham fazer registros de nascimento, casamento e óbito.

Ali naquela mesa, folheando livros, geralmente eu era confundida com uma funcionária do cartório e logo vinham até mim para solicitar registros ou informações. Outras vezes era abordada por alguma pessoa conhecida que queria saber o que eu fazia ali olhando aqueles “livros velhos” e, quando não, eram as próprias funcionárias do cartório que pediam ajuda para localizar algum nome em um dos livros da década de 1920 a 1960 ou mesmo traduzir os manuscritos com os quais eu já tinha uma familiaridade. Acabei até recebendo uma proposta de emprego no cartório pela Tabela Cynthia Abreu, isso devido a habilidade que fui desenvolvendo em encontrar nomes e decifrar palavras nos livros para os funcionários do cartório. Essas funcionárias também faziam perguntas: “Tu não cansa desses livros?”, “Achou alguma coisa do que tu tava procurando?”. A verdade é que, muitas vezes, nem eu sabia o que estava procurando. Eu tinha uma lista de nomes para buscar nesses livros, alguns estavam ali manuscritos, porém, a grande maioria dos nomes aos quais eu queria ter chegado, não foi possível. Outras vezes, nomes e sobrenomes vinham até mim a partir dos povoados da minha pesquisa, pois alguns nomes desses lugares apareciam escritos nos livros. E foi assim que Idelfoncia Mariana Ramalho chegou em minhas lentes, pois fotografei umas certidões do Povoado Galiza em que esse nome aparecia. Fiz as fotos, mas não dei muita importância para esse nome, ou na verdade dei tanta importância que acabei sonhando três noites com o nome Idelfoncia escrito num papel amarelado e, em um dos sonhos, a folha de papel com o nome aparecia voando para longe, se perdendo no espaço.

Depois do terceiro sonho, resolvi mapear todas as certidões que havia fotografado nas quais aparecia o nome Idelfoncia Mariana Ramalho. Tal nome aparecia como mãe em uma

certidão de nascimento e como avó em sete certidões de nascimento e constava como mãe em duas certidões de casamento. A partir dessas certidões, que destacam nascimentos em Galiza, Três Furos e Pacas, resolvi rabiscar um esquema de parentesco partindo dessa mulher chamada Idelfoncia. E, para minha surpresa ela era avó paterna de Bertolina Silva⁵⁰, ou simplesmente Dona Biluca, uma senhora de 87 anos que entrevistei no Povoado Galiza e não lembrava o nome da avó, pois não sabia quem era a mãe de seu pai, Francisco Cunegundes da Silva, o qual dá nome à escola do povoado e era conhecido na Galiza e arredores por Chico Traíra.

Idelfoncia Mariana Ramalho é matriarca de uma das famílias mais conhecidas pelos povoados por onde eu percorri, a família Traíra. Os Traíra eram responsáveis pela festa de Nossa Senhora do Livramento, uma festa católica que teve início na década de 1940 no Povoado Rio Grande por Zé de Odata, companheiro de Maria Vita, uma das filhas de Chico Traíra. Depois, com a mudança de Zé de Odata para o Povoado Galiza, levaram com eles a santa e continuaram festejando e movimentando o Povoado Galiza de meados da década de 1960 até o ano de 2018. Pelos lugares por onde andei, bastava perguntar se conheciam os Traíra da Galiza que logo as lembranças da *Festa dos Traíra* comprovavam a popularidade da festa e da família. E não foi diferente quando perguntei para Seu Manoel Marcelino D'Ávila Lopes, de 89 anos, pertencente à Comunidade Quilombola Imbiral-Cabeça Branca: “O senhor conheceu um povo dos Traíra que tinha ali na Galiza?”

“Eu conheci um mucado deles.”, destacou Seu Manoel e em seguida completou, “Eu ainda fiz festa pra eles lá ainda”.

“O senhor cantava boi?”

“Tambor.”

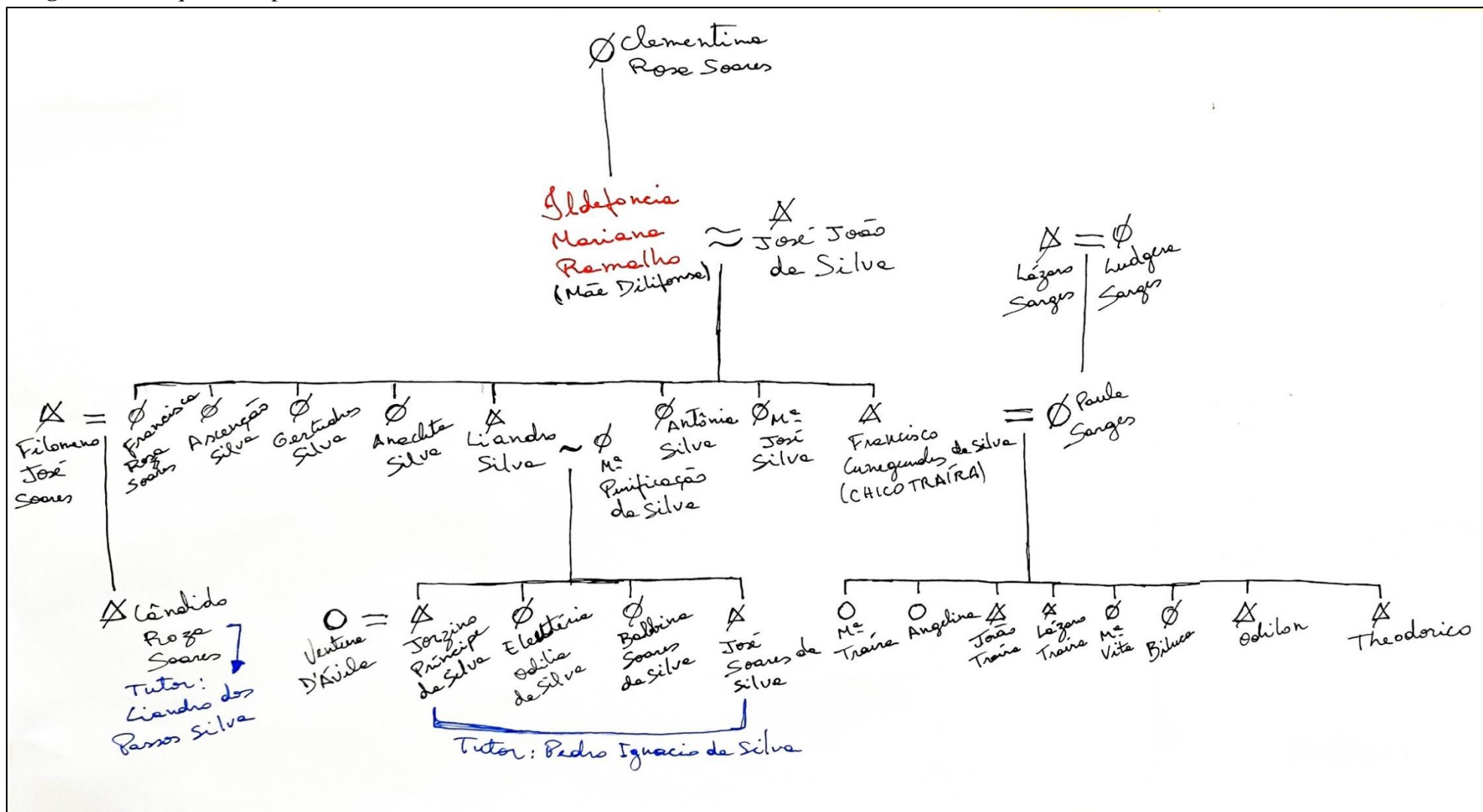
“Eles faziam uma festa grande lá, esses Traíras, né?”

“Era festa grande. Nós fomos tocar tambor pra eles lá, tamborim. Eu fui pra lá com Sebastião Piaba.”

Eu quis entender se Seu Manoel tinha relações de parentesco com os Piaba, outra família que aparece nas narrativas e, inclusive, em livros do cartório encontrei um óbito de Maria Piaba (PINHEIRO-MA, 1934), residente em Pacas. Logo o questioneei: “Sebastião Piaba era o que pra o senhor?”

⁵⁰ Faleceu no dia 9 de junho de 2022.

Figura 17 – Esquema de parentesco de Ildefoncia Mariana Ramalho



Fonte: elaborado pela autora.

“Ele era tambozeiro também, morava lá em Santa Luzia, perto do Pimenta. Eu fui falar com ele e ele pediu cinquenta mil réis pra ir tocar pra ele. Cinquenta mil réis era dinheiro que pobre não conhecia. Aí ele não achou jeito, foi lá onde Dionísio que nós era compadre e aí mandou o conjunto. Eu disse: *Tu me dá cinquenta mil réis?* Aí ele: *Não faz isso, Sebastião pediu cinquenta, eu te dou quarenta.* Eu disse: *Rapaz, eu nunca toquei tambor pago pra ninguém. Olha eu sou servo de São Benedito, onde tiver eu vou fazer com meus companheiros e nunca cobre um tostão.* Nós fomos, e de Pacas pra Galiza é longe, batemos os pés 4h da madrugada e chegamos lá 7h do dia. Chegamos lá tocamos tambor o dia inteiro.”

“O dia todinho tocando tamborim?”

“Tocamos a noite até umas 11h, aí paramos. Quando foi umas 3h da madrugada nós começamos de novo até 10h do outro dia.”

“A festa deles era pra santo?”

“Era. Mas tinha festa dançante também. Era festa falada, vinha gente de tudo enquanto é lugar.”

A Festa dos Traíra, realizada no mês de setembro, compreendia oito dias de novena (rezas) e missa no último dia, seguida de leilão, festa dançante de orquestra e reggae, tamborim, tambor de crioula e outras manifestações. A festa era um verdadeiro encontro, ali era possível topar com os anfitriões – os Traíra (Silva) – e também com as famílias de diversos povoados, como os Piaba, os Bacurau (Lopes), os Caranguejo (Ramos), os Veado (Pinheiro), os Cutia (Oliveira), os D’Ávila, os Miguens, os Ribeiro, os Teixeira, os Sarges e os Pimenta. Todas essas famílias têm uma história em comum, a história da *bisavó pega no mato a cachorro*. São famílias *espalhadas/esparramadas* por diferentes povoados, porém interligadas por relações de parentesco. Tais relações são descritas/desenhadas aqui a partir das narrativas das pessoas com quem eu dialoguei e, também, a partir da busca nos livros do cartório. Pensar essas relações de parentesco foi como montar um quebra-cabeça com muitas peças perdidas e aquelas peças das quais eu dispunha eram cheias de rasuras, daí a necessidade de fazer povoados conversarem entre si para montarmos juntos um esquema de parentesco cheio de silêncios e ausências, mas também carregado de memória, de lembranças e alcunhas não registrados nos livros de nascimento, casamento e óbito.

Ildefoncia Mariana Ramalho é a peça inicial deste quebra-cabeça que me levou a outros nomes e lugares. Dentre os documentos em que constavam o nome de Ildefoncia, havia certidões de nascimentos de crianças órfãs que estavam naquela mesma lista em que encontrei minha tataravó, Úrsula Soares. Nessas certidões, Ildefoncia aparecia como avó dos órfãos Cândido Rosa Soares, José Soares da Silva, Balbina Soares da Silva, Eleuteria Odilia da Silva

e Josino Príncipe da Silva, sendo os quatro últimos filhos naturais da mesma mãe, Maria Purificação da Silva. Até então, estes eram nomes que não despertaram nenhum interesse quando da visualização daquela lista de órfãos, pois, além do nome da minha tataravó e de sua filha órfã, Maria José Soares, apenas uma outra órfã chamou minha atenção, Amélia Gomes Boás, filha de Valéria Índia. O que chamara minha atenção, primeiramente, fora aquele Índia que eu não sabia se era sobrenome ou uma categoria de classificação de Valéria e, como mãe e filha, Valéria Índia e Amélia Gomes Boás, não possuíam um sobrenome em comum.

A presença de Valéria Índia naquela lista e de sua filha órfã com sobrenomes que pareciam romper parentescos, me fez ficar por dias pensando se todas as crianças órfãs naquela lista eram filhas de mulheres pegas no mato a cachorro ou se algumas das crianças seriam elas mesmas crianças indígenas capturadas no mato. Abandonei tal hipótese, mas a dúvida continua, porque esta tese é carregada de silêncio, e por que não dizer, uma etnografia do silêncio e de histórias inventadas. Mas, sobre Valéria e Amélia, não encontrei ninguém que pudesse me contar as suas histórias, apenas uma lista de órfãos, uma portaria de 1920 nomeando o seu tutor Antonio Florencio Diniz Braga e, para minha surpresa, folheando no cartório o Livro de Nascimento nº15, de 1920, encontrei o registro de nascimento de Amélia:

“Amelia Gomes Boás, sexo feminino, nasceu no dia oito de dezembro de mil novecentos e nove, as quinze horas, filha da falecida Valeria India. É avó de sua tutelada Maria Joana Índia” (PINHEIRO-MA, 1920).

A avó Índia. A mãe Índia. E Amelia? Que alguém possa no futuro preencher este silêncio com uma “fabulação crítica”, como faz Saidiya Hartman para preencher os silêncios acerca da escravidão negra na América. E, como já havia dito antes, é muito inspirada em suas fabulações que tenho tentado fazer o mesmo para preencher os silêncios sobre a presença indígena entre os rios Pericumã e Turiaçu. Mas devo confessar que não dei conta de Amelia, de Valeria e de Maria Joana, elas permanecem em silêncio no arquivo morto do cartório.

E, se para Amélia me faltaram histórias, para o órfão Cândido Rosa Soares, neto de Ildefoncia, as histórias sobraram e nem cabem todas aqui. A primeira vez que ouvi falar em Cândido foi no Povoado Ribeirão do Meio e, na época, nem me atentei que era o mesmo Cândido da lista de órfãos. A história me foi contada assim, por Seu Walter Lourenço: “Eu via falar que pra cá da Aldeia, teve umas moradas de uns índios. Lá teve uma morada desses índios. Inclusive, mas isso eu não digo de certeza porque já não foi do meu tempo, era dizer dos mais velhos, que eles andaram muito esses índios. Aqui na Galiza tinha uma família que morava lá,

isso eles me contaram e eu acho que foi certeza. Quando foi um belo dia, tinha uma mulher que tomou, parece que não era filho dela, ela adotou um índio assim, pequenininho e aí eles chegaram e invadiram lá. O velho, o homem da casa tava pra roça mais a mulher e eles chegaram e entraram lá pra roubar, o que eles panhavam, eles levavam as coisas. E agarraram o pequenininho jogaram lá no canto parece que levaram até a rede. E esse pequenininho quando eles vieram não acharam mais, a mulher correu até lá na roça e foi dizer. Esse pequeno botaram o nome dele Cândido, era Cândido Soares, ele deu um cara tão inteligente, ele era cantor de bumba boi. Ele cantava esse passado dele.”

Tomei nota do nome Cândido Soares para buscar por sua história quando estivesse fazendo trabalho de campo no Povoado Galiza, mas, ao longo dos deslocamentos que fui fazendo, entendi que Cândido era uma figura conhecida em vários povoados, bastava falar o seu nome, que logo destacavam, “Cândido Soares era cantador de boiada, e dos bons”. Mas a história de ser uma criança indígena, essa se perdeu, silenciou-se. Eu mesma só entendi que o Cândido cantador de boi estava na lista de órfãos quando encontrei seu registro de nascimento e identifiquei que tal registro havia sido realizado por um tutor. A presença do tutor me fez entender que se tratava de uma criança órfã, logo busquei por seu nome naquela lista de órfãos e o encontrei. Ali estava também a portaria de nomeação do seu tutor, Liandro dos Passos Silva, o mesmo nome que consta em seu registro de nascimento, livro nº 06, seguido de seus pais:

“Cândido Roza Soares seu tutelado nasceu no dia dois de Janeiro de mil novecentos e dezesseis, no lugar Tres Furos deste município, filho da falecida, digo filho legítimo dos falecidos Filomeno José Soares e Francisca Roza Soares e são seus avós, pelo lado materno João José da Silva e Idelphoncia Mariana Ramalho, quanto aos avós paternos ignora”
(PINHEIRO-MA, 1920).

A mãe de Cândido, conforme certidão, era Francisca Roza Soares, irmã de Chico Traíra, ambos filhos de Idelphoncia. E o menino órfão tinha como tutor o seu tio Liandro dos Passos Silva, também filho de Idelphoncia. Porém, Cândido não foi criado pelo tio Liandro, mas, sim, por sua tia Ascensão Silva, outra filha de Ildefoncia. E como o menino se tornou órfão? A história da criança indígena criada por um casal na Galiza, conforme me havia narrado Seu Walter Lourenço, é transformada na história de uma criança que teve os pais mortos pelos índios. Mas pode ter ocorrido o inverso também, a história dos pais mortos pelos índios, ter sido transformada em uma criança indígena órfã, que foi tomada dos pais indígenas. E, se não há registro sobre isso nos livros dos cartórios, os corpos-documentos das irmãs Maria Traíra

(Maria Silva – 82 anos) e Biluca (Bertolina Silva – 87 anos), netas de Ildelfoncia, filhas de Chico Traíra e primas de Cândido Soares, trazem inscritos o que não está no arquivo morto, porque é a narrativa/memória que se faz transmigrar, fazendo o passado sempre presente.

“O que eu ouvia dizer é que os índios vieram e mataram a mãe de Cândido e parece que mataram o pai. Eu sei que foi três ou quatro que índio matou. E Cândido tava bebezinho, aí a minha tia que criou ele escondeu ele dentro dum cofo de algodão.”, contou-me Dona Biluca, uma senhora já bastante debilitada e que três meses depois da nossa conversa se torna corpo-ausente, porém memória-presente porque transmigrou para os filhos, netos e pra mim que também ouvi dizer, porque ela me narrou. Sua irmã Maria Traíra também ouviu dizer, “Sempre papai contava a história dessa irmã dele que os índios mataram. Porque nesse tempo eles não faziam casa assim, fazia a casa aonde eles podiam olhar longe que os índios vinham, aí tinha os buracos na parede. Papai tinha dois rifles, uma espingarda e uma garrucha. Pra quê? Pra atirar nos índios. Aí quando eles vinham, aí eles iam pra roça... Dessa vez que eles mataram essa família, papai não tava lá. Aí o pessoal foram pra roça e deixaram tia Cenção com o menino e Cândido Soares que tinha dois anos.”

“O menino tinha quantos anos?”, eu quis saber.

“Acho que tinha uns 8 anos, 9 anos... Que quando eles olhassem os índios era pra ir chamar eles na roça. Era a ordem, que quando eles olhassem os índios era pra ir chamar eles na roça. Eles já levavam as armas pra roça, pra quando viessem de lá já vinha armado. Foi quando ela foi botar um peixe no fogo e subiu no girau pra pegar cebola e foi a hora que os índios chegaram. Tinha parece que um cafezal, aí quando ela deu os índios chegaram. Aí o menino foi chamar, quando eles vieram, na hora que eles foram subindo, eles olha, matou todos três. Matou o pai, a mãe e o menino. E Cândido ficou, mas diz que eles passaram por cima dele. Tia Cenção dizia que ele era assombrado de índio. E eles não mexeram com ela que tava em cima do girau. Aí entraram lá, já tinham matado mesmo e foram embora. E quando eles vieram não deu nem tempo. Esse foi um horror. Eu tinha medo.”

“Isso a senhora já ouviu que seu pai contava?”

“Meu pai que contava. Tia Cenção também contava que aconteceu com ela.”, Dona Maria Traíra lembra bem da sua tia Ascensão, irmã do Chico Traíra, quem criou Cândido e assim prosseguiu, “Cândido ficou com dois anos e tia Cenção foi quem cuidou dele, ele chamava pra ela Mãe Cenção. Eles moravam pertinho lá de casa. Lá na Galiza não tem um bar? Ali era a casa de tia Cenção, ela morreu velhinha, morou com a gente lá em casa”.

“E o Cândido nessa época que os pais foram mortos morava aonde, não era na Galiza?”, eu indaguei.

“Não. Eles moravam lá onde eles chamavam de Mata Cachorro, que hoje é Pimentinha.”

“Ah, é depois de Presidente Sarney, tem Pimentinha e depois Três Furos, né?”, fui situando os lugares porque, no livro de registros, Cândido nasce no lugar Três Furos. Lembrando que até a década de 1960 essa era uma região de mata, extremamente habitada por povos indígenas.

“Isso. Meu pai também era lá do Mata Cachorro, pra lá. Aí de lá que eles vieram, que hoje é Pimentinha. Ali tudo era mata. Lá nos Três Furos tinha só o Engenho de João Rodrigues. Era lá na beira do Turi. Quando a gente ia pra o Turi, a gente passava lá, pegava a canoa e ia pra boca do rio.”, destacou Dona Maria Traíra.

Eu quis saber de Dona Maria Traíra se Liandro era irmão do seu pai Chico Traíra, ao que ela respondeu: “Liandro era irmão de papai. Ele era pai de Lotéria, quer dizer Eleutéria mas nós chamava era Lotéria”. Com essa resposta mais uma criança órfã se encaixa nessa história, ou melhor os quatro filhos de Maria da Purificação da Silva, netos de Ildefoncia já descritos acima, José Soares da Silva (1910), Balbina Soares da Silva (1911), Eleutéria Odilia da Silva (1913) e Josino Príncipe da Silva (1914). Tendo até então como única fonte os registros de nascimento dessas quatro crianças, considerei que Maria da Purificação pudesse ser filha de Ildefoncia, pois nos registros realizados todos no mesmo dia, no Livro de nº12, de 1920, verifica-se alterações apenas nas datas de nascimento e sexo da criança, mas o enunciado da mãe e avó é igual para todos: **“filha da falecida Maria Purificação da Silva. É avó de sua tutelada Ildefoncia Mariana Ramalho, já falecida”** (PINHEIRO-MA, 1920). Não há registro de que o pai das crianças seja Liandro, porém consta o nome da avó, que eu estava considerando como avó materna, porém era paterna, Ildefoncia era mãe de Liandro dos Passos Silva e não de Maria Purificação. Eu tinha certeza de que Liandro era filho de Ildefoncia, pois já havia encontrado um registro de nascimento de um filho seu legítimo, Raimundo João da Silva (1905), onde constam avós paternos e maternos. Assim, de posse da certidão dos órfãos, deduzi que Maria Purificação pudesse ser irmã de Liandro, mas não era. E quem era Maria Purificação da Silva? Silêncio!

Trouxe Maria Purificação para minha conversa com Dona Maria Traíra, mas ela não tem lembrança, nunca ouviu falar de Maria Purificação. “Eu vou dizer uns nomes de uns filhos de Maria da Purificação que encontrei. Tinha Josino, Eleutéria, Balbina e José.”, eu tentando ativar a memória de Dona Maria Traíra.

“Pois era Eleutéria, o Josino que era marido de Ventura, dessa Ventura D’Ávila que você me perguntou antes se eu conhecia.”.

“Ah, esse Josino que era o marido de Ventura D’Ávila? Nossa, eu desconfiava, só que eu não tinha certeza”. Eu já havia conversado muitas vezes com Dona Ventura D’Ávila, ela é o corpo-presente de mais idade nesta tese, 101 anos, um corpo lúcido, que não sabe o nome dos pais de seu companheiro Josino, já falecido. Ela não sabe o nome porque nunca ouviu dizer e por isso não lembra, não foi lembrança transmigra para ela no tempo que se entendeu.

“Quem era seu marido?”, perguntei para Dona Ventura, achei necessário trazê-la para este diálogo.

“Eu não era casada. Eu morava com Josino.”

“Olha, nem papai eu sei quem é mãe de papai, quem era pai dele. Ela não sabe me explicar.”, completou Maria Lourdes, filha de Dona Ventura.

“Josino quem criou foi Pedro Soares, de Pinheiro. Josino era filho de outro homem, mas foi Pedro Soares que criou.”, essa é a lembrança que tem Dona Ventura. E eu fiquei a me perguntar se Pedro Soares era o mesmo Pedro Ignacio da Silva, nomeado como tutor dos filhos de Maria Purificação.

“E a mãe dele, a senhora chegou a conhecer sua sogra?”

“Não, eu não conheci.”

Era impossível Dona Ventura ter conhecido Maria Purificação, pois em 1920 ela já aparecia nos documentos como falecida e Dona Ventura nasce no ano seguinte, 1921. Eu prossegui com minhas perguntas a Dona Maria Traíra sobre Josino, ao que ela destacou: “Ele tinha o olho azul”. Confesso que fiquei confusa com os olhos azuis de Josino, da parte de quem teria vindo esses olhos, de Liandro ou Maria Purificação? Logo insisti com a paternidade de Josino: “Ele era filho de Liandro?”

“Era. Jorzino era irmão de Lotéria.”

“Eles eram filhos de Liandro com essa Maria Purificação?”

“Eu não lembro o nome da mãe de Lotéria. Eu sei que o pai dela que era irmão de papai.”

“A mãe deles morreu nova e eles foram tutelados. Eu encontrei eles num livro de órfãos de 1920. Eles foram tutelados por um Pedro Ignacio da Silva. Eu não sei quem é esse Pedro Ignacio da Silva que ficou responsável por eles.”

“Com certeza era tio deles.”, deduziu Dona Maria Traíra.

“Só pode, porque era Silva também.”, eu e a minha desatenção em achar que o sobrenome pudesse indicar parentesco consanguíneo em um território em que as famílias são feitas e desfeitas a partir da captura de crianças indígenas. Nesse contexto, é válido até mesmo inventar um nome para uma suposta mãe. A sensação que eu tenho é que os sobrenomes eram uma burocracia, imposta pelo Estado, a qual deveriam seguir. No entanto, o Estado não previu

que é justamente esse ato burocrático que torna aparente o parentesco indígena dos meus interlocutores. Para estes, mais do que a imposição de um sobrenome, o que importava era quem criava, quem se chamava de Mãe Velha, uma avó, daí a presença delas de forma tão marcante nos livros de registros de nascimento.

Eu não consigo compreender porque os filhos de Liandro foram tutelados por Pedro Ignacio da Silva, se o próprio Liandro ainda estava vivo em 1920 sendo também nomeado tutor do seu sobrinho Cândido Soares naquele mesmo ano. E a extinção da tutela de Cândido só vai ocorrer em 1926 por conta do falecimento do seu tutor Liandro. Seria Maria Purificação da Silva uma mulher indígena capturada por Liandro e seria ele de fato o progenitor dos filhos dela? Silêncio! E mais silêncio quando me volto para Ildefoncia.

“A senhora conheceu a Ildefônia, mãe do Francisco?”

“Não!”, afirmou Dona Maria Traíra.

“Essa eu acho que ninguém conheceu.”

“Ninguém.”

Eu também achei que ninguém pudesse ter ouvido falar em Ildefônia, mas Dona Ventura D’Ávila em uma de nossas conversas lembrou de uma senhora que a chamavam Mãe Dilifonsa, essa era a única coisa que lembrava dessa mulher. Eu deduzi que se tratava de Ildefônia, assim como Lotéria era Eleutéria, entendi que Dilifonsa pudesse ser Ildefônia. Assim, era mais um nome que não estava apenas nos registros de nascimentos e casamentos, estava na lembrança de Dona Ventura em um “ouvi dizer” de Dona Maria Traíra que, quando questionada, destacou que a Tia Cenção mais o seu pai falavam de Ildefoncia, mas ela não lembra.

Assim como a maioria das pessoas por mim entrevistadas, Dona Maria Traíra não conheceu nenhum de seus bisavós e conheceu apenas os avós maternos, Lázaro Ramos Sarges e Ludgera Moraes Sarges, pais de sua mãe Paula Quintina Sarges Silva (1907), conhecida no Povoado Galiza como Paula Traíra, a esposa de Chico Traíra (Francisco Cunegundes da Silva). Aproveitei que Dona Maria tinha lembranças visuais dos seus avós, e indaguei:

“A Ludgera era branca?”

“Era. Uma velhona branca.”

“A Ildefoncia a senhora não conheceu, não sabe se ela era branca?”

“Eu pra mim ela era morena.”

“Pra mim eu acho que ela era índia, essa mulher.”, eu imaginei.

“O meu avô, ele disse que a avó dele era índia, foi pegada a cachorro.”

“Quem?”

“A avó do Padrinho Lázaro, era índia, foi pegada a cachorro.”. Dona Maria Traíra chamava o avô Lázaro de padrinho, pois ele não gostava de ser chamado de avô.

“Como é isso de apanhada a cachorro?”

“Braba!”, Dona Maria exclamou, justificando a captura. Uma justificativa também transmigra até mesmo nas páginas do Jornal Cidade de Pinheiro, que trazem a imagem do índio brabo, selvagem.

“E aí, como é que faz, como apanha?”, eu querendo detalhes de uma técnica genocida.

“Bota o cachorro e apanhava. Ela fugia até a hora que caia e eles pegavam.”

“Isso criança?”

“Eu acho que sim. Eles contavam.”

“Deve ser horrível ser capturado desse jeito, ser levado pra uma casa.”, um lamento solitário, depois prossegui. “E Seu Chico Traíra, não falava nada de avô apanhada a cachorro?”

“Não. Papai era raça de índio, mas ele era de índio e quilombola.”

“Olha que interessante. Então, ou a mãe dele era índia e o pai dele era negro, né?”

“Eu digo assim, nós que tem a raça de índio e de quilombola. Índio era da minha mãe, porque a avó do meu avô era índia e bisavó da minha mãe. E do meu pai era quilombola.”

“O Chico Traíra era negro?”

“Não.”

“Ele tinha a pele mais escura do que a da senhora?”

“Isso. E o cabelo crespo.”, depois dessa resposta fiquei confusa e talvez a pergunta que eu devesse ter feito naquele momento era se Chico Traíra era moreno, uma classificação muito mais comum entre meus interlocutores do que a palavra negro.

“A senhora me lembra uma índia, o cabelo, a cor, esses olhos... É interessante, ali nessa região muita gente tem essa...”

“É raça de índio.”, completou Dona Maria Traíra.

“Galiza, Aldeia, Canta Galo, Tiquireiro, tudo. Eu entrevistei muita gente ali, muita gente com essa história da bisavó que foi panchada de cachorro. Muita gente mesmo!”

“É isso mesmo!”

“E Cândido Soares era branco?”

“Não. Era moreno.”

“A parte quilombola da família.”

“Isso.”

“E sua mãe, era branca?”

“Era da minha cor. Eu tenho até uma foto dela aí.”

Ter acesso a foto de Dona Paula Quintina Sarges me fez entender que as minhas perguntas sobre a pele das pessoas, conduziam a respostas que me deixavam confusa em relação ao que eu via e mais ainda em relação aos corpos que eu só ouvi dizer. Eu já havia escutado a narrativa de que Paula era uma mulher branca: “Ela era grandona, era mais aberta do que a sua cor. Eu acho que era da minha cor”, assim me narrou um morador da Galiza, um homem de pele e olhos claros. No entanto, Paula, a mulher que fiava algodão, que tecia redes e que eu vi naquela pequena fotografia pendurada na parede da casa de sua filha Maria Traíra, era uma mulher com aparência negro-indígena, era a imagem resumida dos corpos-documentos presentes nos mais de 20 povoados percorridos por mim entre os rios Pericumã e Turiaçu. Esses corpos, como já disse anteriormente, estão interligados pelo parentesco e pela narrativa da bisavó apanhada a cachorro. Fiz questão de mostrar para Dona Maria o esquema de parentesco que desenhei do seu Povoado Galiza. Enquanto fui abrindo várias folhas que mal cabiam em sua mesinha ali na varanda de sua casa, descrevi: “Esse aqui é um esquema de parentesco que eu fiz de vocês. Aí tem Dona Ventura, tem todo mundo. Com todos os dados eu consigo fazer um único esquema. É como se vocês fossem uma gente só lá na Galiza.”

“Uhum!”, pareceu concordar Dona Maria Traíra.

“Tudo tem um parente ligado com o outro.”, eu insistia afirmando a unicidade do Povoado Galiza.

“Ali na Galiza era duas famílias, Silva e D’Ávila.”, destacou Dona Maria Traíra.

“E depois chega os Teixeira?”, perguntei sem me dar conta de que “uma gente só”, a qual eu insistia era composta de três famílias, os Silva, os D’Ávila e os Teixeira, sendo as duas primeiras as maiores e principais famílias formadoras do povoado.

“Os Silva é da parte de papai”, completou Dona Maria Traíra.

“E sabe onde é que eu uno os D’Ávila com os Silva?”, perguntei e fui logo respondendo. “Eu uno bem com o Cândido porque ele vai casar com Dona Tomázia que é irmã do Justino e o Justino era casado com a Luzia D’Ávila, umas das irmãs de Dona Ventura D’Ávila. E agora dá pra eu juntar também com a Ventura, porque o Josino era marido da Ventura, que eu não sabia.”

“E o Domingos D’Ávila, irmão do João D’Ávila e de Ventura, era casado com a irmã de mamãe. Era casado com Aniceta.”, Dona Maria Traíra me mostrando outros elos. Logo, eu quis saber se Dona Paula tinha outros irmãos além de Aniceta, ao que ela destacou: “Era Onélio, Paula que era mamãe e Aniceta, que casou com Domingos D’Ávila. Mas meu Padrinho Lázaro (avó) criou tio Jacinto, criou Mogeno (Hermógenes) que era músico.”

Mogeno. (aqui caberia um emoji de pensamento), pois enquanto eu mostrava aquele esquema para Dona Maria Traíra, outras relações de parentesco emergiam de suas narrativas. Hermógenes ou Mogeno, como prefira o leitor, era um nome que eu já tinha escutado em Presidente Sarney, quando entrevistei Dona Maria Cristina Ribeiro da Silva⁵¹, de 76 anos, que fez questão de me dizer que sua avó paterna era índia. Dona Cristina era filha de Antonio João Ribeiro da Silva, conhecido como Antão, sendo seu pai protagonista em uma história trágica que marcou o povoado Pacas. E, se esta tese é feita de diálogos, Dona Cristina, lá da sede Presidente Sarney, cabe perfeitamente nesta conversa, uma vez que seu pai, Antão, era irmão do músico Hermógenes, primo de Dona Maria Traíra e sobrinho de Chico Traíra.

“Então, a minha avó do lado do meu pai era índia.”, contou-me Dona Cristina.

“A senhora nem chegou a conhecer?”

“Não. Porque quando meu pai morreu eu tinha 3 anos de gente. Meu pai morreu num poço envenenado.”

“Num poço?”

“Hein, hein! Morreram três homens com meu pai. Eles são enterrados em Pacas.”

“Eles tavam cavando um poço?”

“Não, o poço já tava cavado e aí a minha madrinha, mãe de Pedro Gázio, Dona Bárbara, aí ela tinha uma gata e a gata desapareceu. Aí ela enquistou que a gata tinha caído dentro do poço, aí o coisa do poço ele não encheu todo, ficou aquela pocinha d’água no fundo, mas o poço muito fundo, que ela olhou lá e olhou aquilo branco lá no fundo, ela pensou que fosse a gata. Aí ela botou o filho dela pra descer, um rapaz de 19 anos. Aí ela botou ele pra descer, que quando o pequeno bateu no poço, lá no fundo, escapuliu já com o veneno. O que ela faz? Corre lá pra casa do meu pai pra chamar meu pai. Meu pai era essas pessoas que matavam gado, tinha chegado todo sujo de sangue. E minha mãe tava fritando um fígado pra ele comer, pra poder banhar, pra deitar pra descansar. E aí foi quando ela chegou com aquele alvoroço e meu pai não esperou mais comer, não esperou mais nada. Já saiu na doida. Que quando ele chegou lá que ele foi montar na buraçanga, ele já foi de cabeça. Com o baque do rapaz que caiu primeiro, o veneno subiu, aí ele caiu com o joelho encostado assim na parede do poço, a cabeça encostada na parede e a outra perna assim por cima do que tava já atravessado. Aí tinha o Ricardo, que era compadre dele, tava numa roça arrancando mandioca, com um monte de mandioca. Aí eles foram lá dizer pra ele que meu pai tinha caído no poço. Aí ele largou mandioca por lá, tudo, e desceu no rumo do poço. Foi chegando, o carbureto já tinha subido, ele foi só espiar dentro, o

⁵¹ Já comentei sobre Dona Cristina no capítulo 1, mãe de Dona Darlene, uma amiga da minha avó, onde fiquei hospedada no município de Presidente Sarney.

bicho desceu. Aí não desceu mais ninguém, que o delegado não deixou mais ninguém descer. O delegado era Mundico Melo, o de Pinheiro, não deixou mais descer ninguém. Amarraram um cachorro e botaram o cachorro no poço, o cachorro gritava, puxaram o cachorro, esse cachorro ficou louco. Aí não desceu mais ninguém.”

“Eu acho que essa história que a senhora tá contando, tá no Jornal Cidade de Pinheiro.” Eu tinha certeza de que já tinha lido essa história em algum lugar e, de fato lá estava ela estampada no Jornal Cidade de Pinheiro, de abril de 1948. De posse da imagem daquela página do jornal, encaminhei para sua filha, Dona Darlene e para sua neta Dirlene (afilhada da minha avó) que não conhecia a história do bisavô.

Quando falei do Jornal, Dona Cristina recordou de uma fotografia, “Nós tava lá, as três criancinha que papai deixou, com os três caixão. Há muito tempo eu olhei essa foto, eu tinha 14 anos, depois eu não vi mais.”

“E como foi que a senhora veio pra cá pra Presidente Sarney?”

“Doroteu D’Ávila foi buscar mamãe lá em Pacas, aí nós viemos pra cá. Quando eu cheguei aqui eu tinha 5 anos.”

“Aqui no Pimenta? Aqui era Pimenta?”

“Não era Pimenta, aqui era Angelim.”

“Aqui onde hoje é Presidente Sarney?”

“Hein, hein! Tudo era mata.”

“E era Angelim?”, eu quis ter certeza de que o atual município de Presidente Sarney um dia se chamou Angelim.

“Angelim. Depois foi que eles começaram pescar de água fora, pra li tem um igarapé, aí eles acharam uma pimenteira na beira do igarapé. Eu acho que era pimenta que índio comia, então eles acharam essa pimenteira e botaram rio do Pimenta. Eles perguntavam: Aonde tu pescou? – Lá no rio do pimenta. Aí ficou Pimenta. Depois de Pimenta já é Presidente Sarney. Quando deu lá esse pessoal que morreu, aí Pedro Gázio, irmão do José que a velha tinha feito descer no poço, andou atrás pra saber o que tinha no poço, aí ele andou e trouxe uma firma de lá. E justamente essa firma botou a torre em Curva, foi que abriu essa estrada pra cá, porque aqui não tinha estrada, aqui não tinha nada. Quando nós viemos de Pacas praí, eu ia morrendo lá no Ribeirão, porque era só uma puidinha que ia entrando pra os animais ir com as pessoas, e eu montada na garupa do burro, ainda me lembra, que eu cair da garupa do boi dentro d’água, quase eu morria. Aí foi que nós chegamos aqui. Depois que nós chegamos aqui, aí justamente a firma veio e abriu essa estrada daí pra Curva, de lá saiu pra Boa Hora, cortando por dentro do Cocal, tá vendo? Aí foi entrando gente. Eu sei que quando eu cheguei aqui tinha quatro

quitandinha, quitanda não, a gente falava em taberna, porque ninguém tinha nada, era só aquelas caixinha de fósforo, pra vender um açúcar era duas, três colheradas. Era duas, três colheradas de café ... assim que era. Eu sei aonde eles moravam e sei o nome deles também. Agora tinha índio demais aqui. Porque nós era, depois chegou mais uma turma, contanto que nós era umas oito meninas e pra nós não olhar os índio nu, Dorotheo D'Ávila trouxe uns metrinhos daqueles riscado, aí eles chegavam tudo amarrado que era pra nós não ver os índios. Assim que era! Mas era mata de bicho! Tinha um bicho que passava berrando, que vinha daí do alto praí, chega ia berrando até onde a gente não escutava mais.”

“Quer dizer que aqui tinha índio demais. A senhora chegou a ver?”

“Hum, hum! Nós andava aí com eles tudinho aí.”

“Pra onde foram esses índios?”

“Quanto mais a mata foi indo embora, eles foram também.”, respondeu Dona Cristina, enquanto tentava enfiar a agulha na máquina de costura.

Eu fiquei pensando na morte da mata, que é também a morte dos índios. Quanto maior o desmatamento, mais povos indígenas tombaram. E se a relação dos povos indígenas com o território “é uma relação ancestral do território como corpo e espírito”, como dissertou Célia Xakriabá (2018, p. 26), entre os rios Pericumã e Turiaçu esse corpo-mata, foi morto, literalmente se (des)matou. Os corpos-matas que não foram (des)matados, avançaram em busca de outros territórios, de abrigo para (r)existirem. Enquanto os corpos-documentos com os quais eu dialoguei são frutos de corpos indígenas capturados, arrancados da mata e forçados a construir outras relações de parentesco em que nomes e sobrenomes são europeus, porém o parentesco é indígena.

Dorotheo D'Ávila. A cada história, mais personagens vão aparecendo e ampliando relações de parentesco e diálogo entre as comunidades. E, se os D'Ávila estão presentes em Pacas, na Galiza, em Presidente Sarney, estão também há uma distância aproximada de 79km da sede do município de Presidente Sarney, na Comunidade Quilombola Imbiral – Cabeça Branca, município de Pedro do Rosário. Essa distância de 79km diminui para menos da metade se o trajeto for feito pelo rio Turiaçu. De Imbiral, a priori, trago Seu Manoel Marcelino D'Ávila Lopes, de 89 anos, um Bacurau (Lopes) com relações de parentesco também no Povoado Apertado. Encontrei Seu Manoel sentado no quintal da sua filha Sebastiana, saboreando um pedaço de mamão. Ali me foram oferecidas uma cadeira e uma xícara de café para darmos início a nossa prosa.

“Como era o nome da sua mãe?”, eu indaguei depois de tomar nota de seu nome completo e da sua idade.

“Lourença Antera D’Ávila Lopes.”, respondeu-me Seu Manoel

“Quem eram os pais de Dona Lourença?”

“Era Manoel D’Ávila.”

“Na Galiza tem uns D’Ávila.”

“São tudo só uma gente.”, destacou Seu Manoel com uma frase que eu aprendi a reproduzir de tanto escutá-la nessas minhas andanças em busca de pessoas aparentadas.

“É mesmo só uma gente?”, perguntei para ter certeza.

“É senhora, são tudo parente.”

“E quem era a mãe da Lourença?”

“Parece que era Rita Francisca D’Ávila.”

“Eles eram da Galiza?”

“Não, eles eram de Pacas.”

“E a Lourença tinha irmãos?”

“Tinha e bastante.”

“Vai me dizendo os nomes de alguns.”

“Irmão de mãe com pai era Maria Paula D’Ávila, morava em Pacas. Tinha Manoel, Domingos, Raimunda, esses eram irmãos de parte de pai e mãe, esses quatro. Agora filho com outras mulheres ele tinha um punhado.”

“O Manoel?”

“Hum, hum! Ele era viúvo, a esposa dele morreu e ele casou com uma senhora chamada Gregória. Ele casou com Gregória e tem uma porção de filho.”

“Sabe onde eles tiveram muito filho, ali na Galiza.”

“Era Pacas.”, Seu Manoel me corrigiu.

“E depois eles não mudaram pra Galiza, alguns parentes deles?”, insisti pra entender a presença dos D’Ávila no Povoado Galiza.

“Na verdade foi um filho dele que se mudou pra lá pra Galiza.”

“Que filho dele?”

“Mudou pra o Pimenta.”

“Dorotheu?”, perguntei.

“Dorotheu D’Ávila, era filho de Manoel D’Ávila.”

“Dorotheu é famoso, foi um dos primeiros moradores ali do Pimenta.”

“Foi quem fundou o Pimenta foi ele.”, disse-me Seu Manoel.

“Então o senhor era sobrinho dele?”

“Era.”

“Ele era negro?”

“Era negro, era tudo negro. Agora da minha parte mais minha mãe, nós tem duas mistura. Nós tem uma mistura de índio de pai e uma mistura de índio de mãe. Papai era índio Marajó e Lourença Antera era índia Gamela.”

Os mesmos sobrenomes utilizados como técnica para (des)aparentar crianças indígenas capturadas, culminando em “histórias de rupturas” e pareências borradas, são também esses sobrenomes que me possibilitam ouvir suas histórias de parentesco que levam a povos indígenas. Seu Manoel, ao destacar que sua mãe era índia Gamela vai tecer uma rede de parentesco em torno dessa índia, trazendo sentidos para as expressões, “são tudo só uma gente”, “é raça de índio”. Dessa forma, negações em torno de um parentesco indígena parecem impossíveis no território desta pesquisa, pois o silêncio de uma pessoa pode ser quebrado pelas narrativas de uma outra, de um parente que pode estar há quilômetros de distância, mas interligados por um sobrenome e pelo sangue indígena. E, se a finalidade do sobrenome foi sobrepor nomes indígenas, apagar existências, aqui a onomástica europeia, os assim denominados “nomes familiares”⁵², nos dizem muito sobre famílias indígenas. Nestas terras, o sobre(nome) ao soterrar um repertório onomástico indígena, deixou aparente o parentesco o qual teve pretensões de soterrar. É válido destacar que é um aparente não evidente, mas que é possível se tornar visível quando corpos-documentos são ouvidos.

Aqui retomo meu diálogo com Dona Cristina e nossa tentativa em juntar as partes de um parentesco tão emaranhado e cheio de rasuras e excessos. Algumas dessas rasuras tentei preencher com nomes encontrados nos livros do cartório, mas que geraram ainda mais cacofonias quando alinhadas às narrativas de Dona Cristina e outros interlocutores. Porém, mais do que preencher ausências, o diálogo com Dona Cristina é um exemplo de uma pesquisa colaborativa, no sentido de que estamos juntas tentando chegar a algo que parece interessar a mim e a ela. É nítido que ela também quer saber sobre o seu passado, especialmente sobre a avó indígena. E é mais nítida ainda a nossa dificuldade em conectar as partes de um parentesco que foi espalhado/esparramado entre os rios Pericumã e Turiaçu. Nossa conversa ocorreu em um momento em que eu ainda não tinha os documentos de Ildefoncia Mariana Ramalho e nem de seus netos órfãos (Josino, Eleutéria, Bárbara e José), encontrados no cartório, mas já tinha conhecimento dos Traíra do Povoado Galiza e de Dona Ventura D’Ávila, com quem conversei algumas horas antes da entrevista com Dona Cristina.

⁵² Ver João de Pina Cabral (2008, p. 8).

E como foi que cheguei até Dona Cristina? Olhei uma foto sua tomando a primeira dose da vacina contra Covid no status de whatsapp de sua neta Dirlene, que é também afilhada da minha avó materna e, por isso, nos tratamos como se fôssemos parentes. O que chamou minha atenção foi a aparência de Dona Cristina com povos indígenas, vale lembrar que quando falo em aparência estou falando de uma aparência descarada, que tá ali diante dos nossos olhos prestes a nos dizer algo sobre genocídio indígena. Diante daquela imagem de Dona Cristina, perguntei para Dirlene se a sua avó era aparentada com índio, ao que respondeu: “Ela diz que a avó dela era índia”. E foi assim que em março de 2022 cheguei no município de Presidente Sarney, antigo Povoado Pimenta, para conversar com Maria Cristina Ribeiro da Silva, a filha de Antônio João Ribeiro da Silva (Antão) e Mathilde Paula Ribeiro da Silva.

Ali, sentada na sala de Dona Cristina, fui fazendo inúmeras perguntas, algumas já destacadas acima, enquanto ela tentava me responder e costurar ao mesmo tempo. “A senhora disse que é parente de Dona Ventura?”, retomei seu parentesco com Dona Ventura.

“Eu chamo ela de tia Ventura, porque diz que ela é prima do meu pai.”

“Ela é prima do Antônio João Silva. Então o pai dela, que era Antônio D’Ávila, será se ele era irmão do pai de Antônio João da Silva?”

“Aí que tá o problema. Eu acho que não. Meu pai era irmão de Hermógenes Músico, mas era irmão também só parte de mãe, de pai não.”, destacou Dona Cristina trazendo o nome do tio Hermógenes, sendo este o mesmo Mogeno criado pelo avô de Dona Maria Traíra.

“Essa sua avó que era índia, ela teve quantos filhos?”

“Eu não sei minha filha. Meu avô era um homem solteiro e achou essa índia bonita e emprenhou ela, tu tá entendendo?”

Eu estava entendendo que depois que mulheres indígenas eram emprenhadas/estupradas, tudo que se tinha era um silêncio em torno de quem teriam sido essas mulheres e um parentesco confuso das crianças frutos desse estupro, que parecem (des)amparadas pela figura do tutor, de alguém que as criou, nem mãe e nem pai. E nesse jogo em que Dona Cristina perde o pai, ao morrer envenenado em um poço em Pacas, resta a mãe Mathilde para cuidar de três crianças órfãs de pai.

“A senhora foi criada só por Dona Matilde, né?”, eu quis ter certeza de que Dona Cristina e os irmãos ficaram apenas sob os cuidados da mãe.

“Hein, hein! Eu, Raimunda minha irmã e João.”

“Os outros já faleceram?”

“Só tem eu. Eu sou a do meio.”

“Mais velha era quem?”

“A Raimunda. Mamãe morreu com 48 anos.”

“Morreu jovem. A senhora tava com quantos anos quando ela morreu?”

“Eu acho que eu tava com 19, por aí. Acho que era isso mesmo, porque eu não tinha filho nenhum.”

“Então só veio a senhora, sua mãe e seus irmãos. Por que ela resolveu sair de lá de Pacas e vim morar pra cá?”

“Ah, porque lá ela tinha um gadinho e por lá os irmãos... Plínio Costa Leite era irmão dela de parte de pai, Tomaz Costa Leite, aí disseram que era pra ela vim, porque lá aonde nós tava era muito dentro do mato e aí era pra ela vim. Aí Dorotheo foi buscar nós e nós viemos pra cá.”

“Aí trabalhava de roça?”, perguntei.

“Hein, hein! Ela trabalhava de roça, nós não trabalhava ficava em casa, era criança.”

“A senhora só viu índio aqui ou viu também nessas estradas?”, retomei a conversa sobre os índios.

“Por onde a gente andava era olhando.”

“Era lugar deles?”

“Era. Me lembra que minha mãe mandou fazer uma roça, abaixo da ladeira do Chicão. Quem vai para os Três Furos não tem um alto de Chicão que eles chamam, desse lado aqui abaixo?”, disse-me apontando para o lado esquerdo da estrada no sentido Três Furos, sem seguida prosseguiu. “Mamãe mandou eles roçarem lá, era um sororocal, pra plantar mandioca. Era um cemitério. Era só sepultura, aquelas leiloas, durante a roça dela. Era só sepultura de índio. Tinha aqueles cacos daquelas tigelas bordadas, passado aquelas listas com aquelas coisas.”

“Uns cacos de cerâmica?”, perguntei com espanto.

“Hein, hein! De pote, essas coisas... é bem aí abaixo da ladeira de Chicão.”

Fiquei extremamente interessada em saber a localização exata desse lugar que Dona Cristina descreveu, talvez mais um dos muitos sítios arqueológicos submersos nessa região da Baixada Maranhense. Espero que arqueólogos possam em algum momento chegar ao território em que, um dia, a mãe de Dona Cristina tentou fazer uma roça, mas se deparou com cacos de cerâmica, atestando a presença humana muito antes das políticas de (des)povoamento dessa região. Eu mesma quis ir ao território em que continha “só sepultura de índio”, como disse Dona Cristina, mas faltou tempo e companhia para adentrar territórios desconhecidos.

E, se nossa conversa era sobre os índios antigos e os presentes que por onde ela andava olhava, aproveitei para perguntar sobre o tema que motiva esta tese, as histórias de bisavós apanhadas a cachorro: “A senhora já ouviu essa história de pega no mato a cachorro?”

“Eu já! Agora não me lembra...”, em seguida um breve silêncio e depois retoma. “Eu não lembro se isso foi com meu pai.”

“Do seu pai ter sido pego assim?”

“Eu não me lembro. Eu só ouvi dizer que ele foi criado num cofo de algodão, no mato, com a mãe dele lá.”

“Ele foi criado num cofo de algodão?”

“Assim eles diziam, agora eu não sei se é verdade. Agora depois que ele tornou rapazinho, tá vendo? Aí começou tá andando por lá, aí foi embora pra povoação.”

Dona Cristina traz evidências de um deslocamento que ocorre do mato para a povoação. Fiquei pensando na voluntariedade desse deslocamento, naquele “quanto mais a mata foi indo embora, eles foram também”. Eles foram adentrando outras matas ou borrados nas povoações que adentraram as matas? Nesse movimento do mato para a povoação fica fácil entender o porquê de os povoados desta tese terem tantas parecenças indígenas. A povoação é o resumo do povo do mato sem a mata. A mata foi embora, mas muitos são os sobreviventes que herdaram “um nome doido”, pois assim me disse Dona Cristina “o índio eles não chamam pelo nome, caçam um nome doido, Antônio João, que era o nome do meu pai, chamavam Antão”. E se Antônio João guardasse em suas lembranças um nome indígena chamado por sua mãe? Porém, um nome que não transmigrou para as lembranças de Dona Cristina porque quando o pai morreu ela ainda não tinha o entendimento da lembrança, foi bem antes daquele no tempo quando eu me entendi, onde nem a imagem do pai ela guarda na memória. O que Dona Cristina guarda são fragmentos de um parentesco que é “um vira e veste”, assim ela me descreveu quando lhe perguntei: “A senhora conheceu Dona Ventura aonde?”

“Ah, tia Ventura eu conheço de muitos anos.”

“Como assim de muitos anos?”

“É porque ela morava em Galiza. Pequena, isso é um vira e veste, como eu digo logo, um troce e revira. Porque já disseram um tempo que tia Ventura, nós chama ela de tia Ventura porque ela era casada com um irmão de meu pai, com Josino. Agora se Josino é irmão de meu pai, ela não pode ser minha tia, né? Porque aí ela não tem parte nisso, ela é D’Ávila.”

“Exatamente! Ela não sabe o nome do pai de Josino, só sabe que ele foi criado por Pedro Soares.”, comuniquei para Dona Cristina.

“Eu sei que meu pai era matador de gado pra Pedro Soares, porque justamente no dia que ele morreu, ele tinha chegado de lá, tava matando gado pra Pedro Soares. Ele chegou era quase umas 11 horas. Aí é que eu não sei. Talvez a gente chama Ventura de tia considerando Josino, será? Aí ela não é nada pra meu pai.”, Dona Cristina destaca um parentesco por consideração, em que a esposa do irmão de seu pai é também considerada tia. Esse tipo de parentesco é muito comum na região da pesquisa, considerar como tio ou tia os cônjuges dos tios ou tias consanguíneos, daí um parentesco por consideração. Isso eu percebo até mesmo em meu seio familiar, onde todos os sobrinhos do meu pai, filhos de suas irmãs, consideram minha mãe também como tia. Daí a dificuldade em destrinchar um parentesco que já nasce com um rompimento no laço de sangue, porém, outros laços consanguíneos e, conseqüentemente, parentescos por consideração são gerados. E não é só uma tia ou um tio que se considera, mas quem capturou, quem criou... são todos esses laços de consideração, que fazem da criança capturada uma vítima de um parentesco de rupturas.

“É difícil destrinchar esse parentesco.”, falei para Dona Cristina e em seguida lhe perguntei: “A senhora chegou a conhecer um Cândido Soares que tinha ali na Galiza?”

“Cantador de boi?”

“Exatamente!”

“Tio Cândido. Nós chamava ele tio, agora eu não sei porque.”

“A filha de Dona Ventura também chamava ele tio Cândido. Agora ela me disse que ela chamava ele de tio Cândido por causa do pai dela, do Josino. Então o parentesco de vocês deve ser mesmo pelo lado do Josino.”

“E quem será D’Ávila? É Ventura?”

“Era o pai dela, Antônio D’Ávila.”

“E o Josino, o nome dele não tá aí?”, Dona Cristina perguntou enquanto apontava para o meu caderno de campo.

“Tem mas não tá o sobrenome.”. Eu ainda não tinha nada sobre Josino em meu caderno.

“Então era Silva.”, Dona Cristina deduziu.

“Ou Soares... mas acho que era Silva.”, eu lancei a dúvida, mas hoje tenho certeza que era Silva.

“Ai meu Deus! O bicho pegou agora, ninguém sabe pra onde a gente vai.”, disse Dona Cristina em meio a risadas, enquanto eu trazia os Traíra para o nosso diálogo.

“Lá na Galiza tem os Traíra.”

“Os Traíra são nossa gente também.”, afirmou Dona Cristina e depois prosseguiu: “Pequena, parece que foi a mãe de Cândido que foi panhada com cachorro. Parece que foi a mãe de Cândido.”

“Lá na Galiza eles disseram que ele foi criado por essa Ascensão Silva que era irmã da Gertrudes, de Anacleto, de Antônia, de Francisco...”

“Pequena, nós somos dessa turma aí, Mãe Cenção. Eu me lembro que eu ainda fui tomar bênção pra essa velhinha, a cabeça branquinha, Mãe Cenção, me lembra.”

“Ela que criou o Cândido.”

“Eu me lembro de Mãe Cenção. Aí eu não sei porque eu chamo ela de Mãe Cenção. É uma embrulhada doida.”

“Ela é Silva.”

“Será que ela não era a mãe do meu pai?”, Dona Cristina ficou pensativa com a possibilidade de Ascensão ser a mãe do seu pai. E em outro momento destacou: “Eu ainda fui uma vez em Galiza tomar bênção pra Mãe Cenção. Nós fomos na festa dos Traíra e eles me levaram lá: Vamos na casa de Mãe Cenção! Aí me levaram lá na casa da velhinha cabeça branca pra mim tomar bênção pra ela, que ela era quase a minha avó. Sabe lá se não era essa velha?” Em seguida desejou: “Eu queria até saber o nome da minha avó do lado do meu pai.”

“Se eu descobrir eu lhe digo.”, disse sem ter certeza se encontraria o nome da mãe de Antão no arquivo do cartório ou mesmo entre os corpos-documentos com quem eu conversaria.

“Porque a Cenção nós chama avó, ninguém sabe porquê. Era Mãe Cenção que nós chamava, Vó Cenção, Mãe Cenção, aí eu não sei se é de verdade ou só porque nós queria chamar, porque antigamente se tu olhasse uma pessoa mais velha, tu tinha que tomar bênção, não era? Chegava na tua porta tu tinha que tomar bênção, que a mãe botava. E agora não, nem filho não toma bênção pra mãe. Eu tinha vontade de saber. Olha, ainda tinha essa Benvenuta, ela era irmã do meu pai também, mora em Santa Helena.”

Eu não sei se é de verdade... Eu também quis dizer para Dona Cristina que eu não sei se é de verdade os nomes que indicam filiação manuscritos nos muitos documentos de nascimentos aos quais eu tive acesso. Não estou me referindo a uma verdade que se opõe ao falso, refiro-me a uma verdade consanguínea no parentesco dos ancestrais dessas pessoas com as quais eu dialoguei. Nessa relação de consanguinidade, o que é nítido são os laços de sangue indígena entre essas pessoas.

“Eles disseram que a minha avó foi panhada de cachorro, a mãe do meu pai.”, disse-me Dona Cristina.

“Essa que a gente não sabe o nome, né?!”, eu confirmei.

“Diz que ela era bonita era muito, Laudelina contava que ela era uma índia tão bonita, os cabelo dela era pretinho, bonito e ela não saia lá do lago.”, Dona Cristina descreve a avó através das lembranças transmigradas da tia Laudelina, esta era uma das irmãs de sua mãe Mathilde. E isso é tudo que sabe da avó.

E quando eu tentava me despedir, finalizar nossa conversa, outras histórias e nomes eram acionados e sem muita certeza do grau de parentesco, disse-me Dona Cristina com dúvidas: “Eu pra mim Benvenuta é irmã do meu pai. Eu acho que tia Ventura sabe quem é a mãe de Mãe Benvenuta.”. Em sua fala é evidente a presença de mais uma tia chamada de Mãe e enquanto eu ouvia sua narrativa, fiquei pensando nesse parentesco que faz a tia de Mãe, a avó de Mãe Velha e o avô de Pai Velho. Impossível não lembrar da diversidade de povos indígenas, de norte ao sul do Brasil, que em suas relações de parentesco a tia paralela assume a função de mãe e o tio paralelo assume a função de pai⁵³.

“E será que Benevenuta e Antão eram irmãos de parte de pai e de mãe? Os irmãos de seu pai eram Hermógenes músico, a Benvenuta, Thomaz... Só esses que a senhora lembra?”

“Hein, hein! O Hiporto também era irmão do meu pai, Hipólito.”

“Hipólito Silva?”, perguntei.

“Nós chamava era Hiporto.”, disse-me Dona Cristina dando risadas e em seguida completou. “Esse eu conheci. Ele fumava maconha, nesse tempo maconha não era um absurdo que tem agora. Todo mundo fumava. Ele tinha uma cabaça grande dele fumar.”

“Quem era esse?”, perguntei.

“Meu tio Hipólito, irmão do meu pai.”

“Eles eram índio?”

“Não, esses aí não eram.”, Dona Cristina me respondeu com muita certeza. E somente muito depois me dei conta de que havia feito a pergunta errada. Eu poderia ter focado na maconha e na cabaça, nesse todo mundo que fumava.

“O Hipólito morava aonde?”, eu quis saber.

“Morava dentro do mato mesmo.”, disse-me Dona Cristina.

O povo do mato que fuma maconha em uma cabaça e que não é índio. E se não era índio, seria Hipólito um homem negro amante do fumo-de-Angola que aprendeu a cultivá-lo com seus ancestrais negros ou com os povos indígenas que aprenderam com os negros que nestas terras foram escravizados? Pensei: Encruzilhada! Mas meu pensamento fora interrompido por Dona Cristina que insistia em saber da avó indígena: “Agora pra mim tia

⁵³ Sobre o Povo Canela, ver Josinelma Rolande (2017).

Ventura sabe quem é minha avó do lado do meu pai, porque do lado da minha mãe é Francisca Ribeiro.”

“E a senhora conheceu a Francisca?”

“Eu conheci minha avó.”

“Ela era branca?”

“Minha velhinha era branca.”

“O João Costa Leite também era branco, o seu avô?”

“Não. Ele era bem moreno, assim alto. Esse eu conheci também. Tem Plínio Costa Leite, filho dele, Thomaz Costa Leite... moram tudo em Pacas.”

“São tudo irmão da Mathilde?”

“São.”

“A Mathilde é Ribeiro, né? Pegou só o sobrenome da mãe.”

“Hein, hein!”

“Eu vou voltar onde Dona Ventura pra ver se ela destrincha.”

“Tia Ventura tá com 100 anos, ela sabe quem é... Eu tenho certeza que ela sabe, mas ela pode até tá esquecida, né ôh? Eu sei que tia Ventura sabe quem é, ela pode é não tá se lembrando.”, insistia Dona Cristina.

“Ela falou de uma Romana também.”

“Eu pra mim a mãe de meu pai era Romana.”, Dona Cristina fazia esforço para lembrar do nome da avó que não conheceu, pois além do nome Romana, outros nomes também foram acionados, mas nenhum tinha certeza.

“Ela falou assim: *Não, Romana eu sei que... parece que Romana era índia.*”, eu repeti para Dona Cristina as palavras de Dona Ventura.

“Eu sei que eu venho de uma turma de índio.”, disse Dona Cristina com muita certeza. Essa era a minha única certeza também, que se tratava da produção histórica de um parentesco indígena, que mesmo que eu tivesse acesso a todos os registros de nascimentos, ainda assim silêncios e ausências não seriam preenchidos.

Passado quase um mês da minha conversa com Dona Cristina, eu tive acesso a sua Certidão de Nascimento, uma certidão tirada por ela mesma no ano de 1978, quando já estava com 33 anos de idade. No referido documento consta os nomes dos pais, Mathilde Paula Ribeiro da Silva e de Antonio João da Silva. Está também assinalado na certidão o nome da avó paterna *Romana Rosa Silva* e da avó materna Francisca Paula Ribeiro. O nome da mãe de Antão, que Dona Cristina queria tanto saber, estava ali estampado em sua Certidão de Nascimento, *Romana Rosa Silva*, mas ainda assim Dona Cristina não tinha certeza se essa era a índia que gerou Antão,

se de fato era essa sua avó materna, pois não tem nenhuma lembrança de Romana. Já Dona Maria Traíra guarda lembranças de uma tia Romana que ela acredita ser prima do seu pai Chico Traíra, porém não sabe de quem Romana era filha.

As narrativas de Dona Cristina, de Maria Traíra e de Ventura D'Ávila, destacam Antão e o órfão Josino como irmãos, porém os documentos encontrados no cartório destacam mães diferentes para esses homens, sendo Antão filho de Romana Rosa Silva e Josino filho de Maria Purificação da Silva e, conforme narrativa, este último era filho de Liandro dos Passos Silva. Seria Antão também filho de Liandro ou essa irmandade entre Josino e Antão é fruto de uma relação de parentesco que faz da tia, Mãe? Silêncio! Uma pergunta difícil de responder, especialmente porque a geração das mulheres indígenas capturadas, as avós e bisavós das pessoas com quem eu conversei, é uma geração em que a maioria não foi registrada, pois muitas das mulheres só tiveram os seus nomes registrados nos livros do cartório quando da exigência de um documento de nascimento para se aposentarem, o que dificulta a busca por esses nomes nos livros do cartório. Procurar por esses nomes é como buscar por uma agulha em um palheiro, nem mesmo os meus cálculos de nascimento e morte dessas pessoas, foram suficientes para encontrá-las, talvez porque nunca foram colocadas ali e, se foram, encontram-se perdidas e em silêncio no arquivo morto do cartório. Como diz Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 89), “silêncios são inerentes à história, porque qualquer evento específico entra para a história sem algumas de suas partes constitutivas. Alguma coisa sempre é deixada de fora, enquanto alguma outra coisa é registrada.”. O interessante é pensar aqui nessa “alguma coisa” que é sempre deixada de fora. E o que se deixa de fora? Por que crianças indígenas capturadas tornaram-se duplamente *ausências inatas*⁵⁴? É evidente que a história de crianças indígenas capturadas foi deixada à margem, esquecida nas margens dos rios Pericumã e Turiaçu, literalmente sem registros.

E se não há registros nos livros, existem *corpos-documentos* com suas alcunhas e sobre(nomes), preenchendo *silêncios*⁵⁵. É nesse sentido que chamo atenção para o arquivo do cartório como um silenciador, uma vez que torna ausente uns em detrimento da presença de outros. No entanto, remexendo esse arquivo morto e conectando silêncios a algumas certidões ali encontradas em um compilado de documentos guardados, fui deparando-me com os ruídos

⁵⁴ “Assim, o que quer que se torne fato, ao fazê-lo, traz consigo suas ausências inatas, específicas de sua produção.” (TROUILLOT, 2016, p. 89 e 90).

⁵⁵ Aqui retomo Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 88 e 89) com sua noção de *silêncio*, como “um processo ativo e transitório: ‘silencia-se’ um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. A prática de silenciamento exige engajamento. Menções e silêncios são, portanto, ativos, contrapontos dialéticos dos quais a história é a síntese.”

de um arquivo vivo. E o que faz do arquivo morto um arquivo vivo é a possibilidade de ser reaberto e lido, e foi na leitura, ao remexer esse arquivo, que as ausências e silêncios se tornaram visíveis e audíveis, uma vez conectados aos *corpos-documentos*. Assim, ainda que muitas tenham sido as tentativas de queima de arquivo acerca da história das bisavós pegas no mato a cachorro, não conseguiram queimar a ancestralidade, pois como poetizou Nego Bispo,

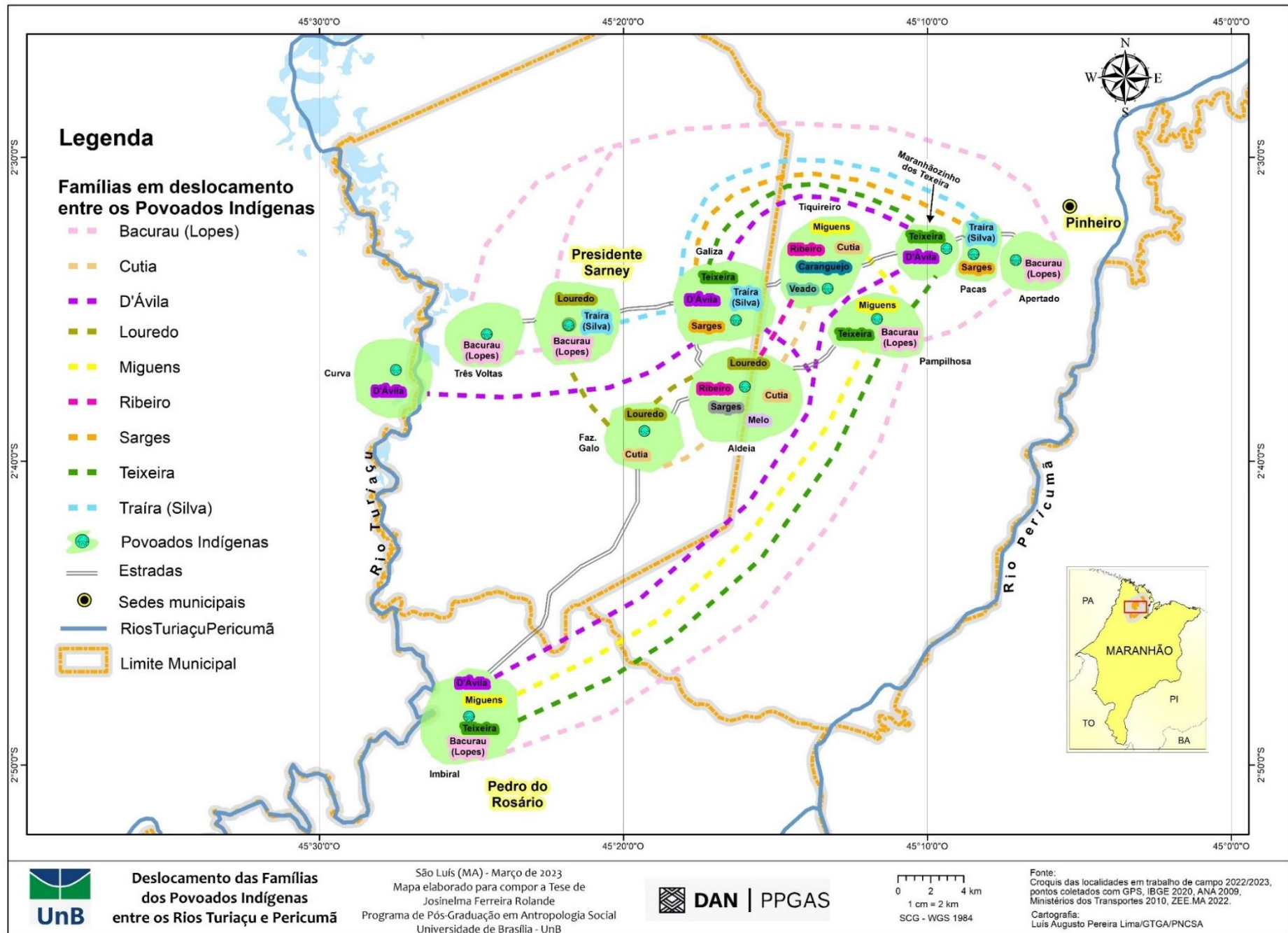
Fogo!... Queimaram Palmares,
 Nasceu Canudos.
 Fogo!... Queimaram Canudos,
 Nasceu Caldeirões.
 Fogo!... Queimaram Caldeirões,
 Nasceu Pau de Colher.
 Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
 E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem
 queimando.
 Porque mesmo que queimem a escrita
 Não queimarão a oralidade.
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimarão os significados.
 Mesmo queimando o nosso povo,
 Não queimarão a ancestralidade.

É essa oralidade e ancestralidade que trago nas páginas que seguem, rompendo o esquecimento e o silêncio dessas populações que me disseram muito sobre o que os documentos que estão nos arquivos omitiram sobre os povos indígenas nesta região. Chamo a atenção no capítulo que segue para a persistência da memória de mulheres que foram colocadas à *margem* na produção de narrativas históricas, narrativas estas acerca de mulheres que foram pegas às margens dos rios Pericumã e Turiaçu.

(DES) APARENTADAS



Mapa 3 – Mapa das famílias dispersas pelos povoados



Histórias de Rupturas

Gostaria de abrir este capítulo falando acerca do passado, das rupturas no parentesco de crianças indígenas capturadas que se configuram como genocídio, porém, início esta escrita no mês de janeiro de 2023, quando a manchete da vez é **“Crianças Yanomami com desnutrição severa e malária”, “Indígenas Yanomami sofrem com desnutrição grave”, “Garimpo e inação do governo levaram Yanomami à tragédia”**. O genocídio passado é atravessado pelo genocídio presente, demonstrando que não há ruptura no genocídio indígena, o que temos é a *persistência do genocídio*. A técnica não é (des)aparentar, mas sim **desnutrir**, sem o **des** entre parênteses porque, nessa ação, o movimento é único, que é de impossibilitar que uma pessoa *receba nutrientes suficientes* para sobreviver. Diante da circulação de imagens de crianças Yanomami desnutridas, me veio a legenda, *Ceci n'est pas le cadeau* (Este não é o presente), é a persistência do tempo, de um passado presente, do genocídio indígena.

Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 41) escreveu que *não existe passado independente do presente*. Considero oportuno inverter tal afirmativa, *não existe presente independente do passado*. O presente genocídio indígena tem raízes no passado, no desencontro entre o invasor e os originários, o primeiro sempre deixou morrer o segundo. A literatura acerca de doenças que exterminaram povos indígenas inteiros é vasta, assim como são amplos os rios contaminados de forma proposital para eliminar indígenas de norte a sul do Brasil. E o que há de novo no crime de genocídio contra os Yanomami? Eu pergunto, mas nem sei responder. Estamos diante de um tempo presente com imagens de dezenas de corpos, que só comprovam que o genocídio de povos indígenas persiste, tendo variações somente nos métodos. As histórias de rupturas, as quais me proponho trazer neste capítulo, são narrativas de mais uma prática genocida contra povos indígenas que consistiu em rompimentos de parentescos, (des)aparentamentos, os quais geraram “feridas históricas”.

(Des)aparentar, esse movimento de refazer parentesco, é um ato de sutura. Aqui cabe o conceito de sutura de Rosana Paulino, a partir de sua obra “Assentamento”. Nessa obra a artista mostra fotografias de corpos de mulheres negras escravizadas fazendo intervenções nessas imagens que são por ela recortadas e suturadas/costuradas. Nesse ato de suturar, as partes desses corpos não se encaixam e, assim, ela traz um debate acerca da violência que foi a escravidão negra no Brasil. De acordo com Rosa Paulino (2021), “o Brasil é uma sociedade meio Frankenstein, pois ela pega os diferentes e quer costurar na marra” e, como destacou Hanayrá Negreiros (2021) acerca da obra de Rosana Paulino, “a costura não fecha e há um desencontro”. E é exatamente o que se observa nessa violência que se constituiu na captura de mulheres

indígenas, as quais foram levadas a força para constituírem outras famílias, uma costura na marra, uma sutura, um desencontro, uma tentativa de aproximar/encaixar à força o que foi rompido utilizando-se também da força. O que corrobora com a fala de Rosana Paulino (Ibid.), “se engana quem pensa que esse é um trauma da população negra: esse é um trauma do país”, logo, da população indígena também. Traduzo essa noção de trauma como ferida, mais precisamente como *ferida histórica*, suturada na marra, deixando cicatrizes. E como já disse anteriormente, a cicatriz é a memória da *ferida histórica*. E são essas memórias/cicatrizes que passo a descrever abaixo.



Floriana Miguens,
"panharam a mulher
como quem caça um veado"

Floriana Miguens, “panharam a mulher como quem caça um veado”.

Os Miguens aparecem na introdução desta tese, é a família com parentesco indígena, conforme indicação do arqueólogo Deusdedit Leite. O encontro com Dona Floriana Miguens, sua irmã Pedrolina Miguens e seu primo Juscelino Miguens aconteceu pela primeira vez em 2015, no Povoado Tiquireiro. Perdi as contas de quantas vezes estive no povoado, mas ali realizei 11 entrevistas nos anos de 2015, 2021 e 2022, foram sete entrevistas com mulheres e quatro conversas com homens. Todas essas pessoas estão interligadas por um parentesco que se estende especialmente aos Povoados Pampilhosa, Pacheco e Imbiral. Esse encontro com os Miguens foi casual, pois ouvi aquele sobrenome que estive procurando por meses, quando Dona Floriana se apresentava para minha amiga Beatriz Souza:

“Eu me chamo Floriana Miguens Ramos.”

“A senhora é Miguens?”, perguntei surpresa.

“Sim!”

“A senhora já escutou alguma história de índios nessa localidade?”, emendei logo outra pergunta porque eu confesso que fiquei eufórica ao ouvir o sobrenome Miguens.

“Uhum! Eu tenho sangue de índio!”, disse Dona Floriana com empolgação e prosseguiu: “Meus bisavós que foi pego no mato a cachorro.”

Dona Floriana Miguens Ramos⁵⁶, 74 anos⁵⁷, era a pessoa por quem estive procurando durante alguns meses e é sobre essa mulher com sobrenome galego e sangue de índio que inicio rabiscando *histórias de rupturas*, histórias do tempo dos seus bisavós, do tempo em que “caçadores” transformaram crianças e mulheres indígenas em “caça”, conforme aconteceu com a bisavó e o bisavô de Dona Floriana. A minha primeira entrevista com Dona Flôr, como é conhecida no Povoado Tiquireiro, aconteceu em 2015, na companhia do meu ex-aluno Isaías. Ali, sentados em bancos no quintal da sua casa, sentindo o cheiro da comida que cozinhava em uma tacuruba, comecei a lhe indagar.

“Qual o nome de seus pais?”

“Sebastião França, mas já não é mais vivo. E Adelaíde Miguens, também já não é mais viva.”, respondeu Dona Floriana.

“Seus pais nasceram onde?”

⁵⁶ O sobrenome Ramos é do esposo de D. Floriana, Saturnino Ramos, parente de Seu Manoel Ramos.

⁵⁷ Nosso primeiro encontro aconteceu no ano de 2015, nessa época D. Floriana estava com 67 anos. Acho interessante como já se passaram sete anos de nossa primeira conversa e muita coisa que havia me contado na primeira entrevista, ela já havia esquecido. Em 2022, ela me pediu para eu contar trechos que ela não lembrava mais e citar nomes que ela também não recordava.

“Aqui mesmo no Tiquireiro. Nasceram, se criaram e até o dia que morreram. Nunca se mudaram pra outro lugar.”

“A senhora sabe o nome de seus avós?”

“Eu sei! Da parte de mamãe era, a mulher a minha avó, era Virgínia e Martilhano.”

“A senhora chegou a conhecer eles?”

“Conheci!”

“E do paterno, do lado do pai?”

“Do lado do pai é Ramiro, chamavam pra ele Ramiro Ramos.”

“E sua avó?”

“Era Marculina França.”

“A senhora me disse que vocês têm sangue de índio, né?”, retomei as palavras de Dona Floriana, proferidas em nosso primeiro encontro.

“Tem, tem!”, afirmou Dona Floriana com veemência.

“Foi seus avós que a senhora disse que foi pego no mato a cachorro?”, eu quis saber.

“Não, foi já o bisavô.”

“E seus avós contavam o quê?”

“Contavam que eles panharam eles, que foi uma luta pra panhar a primeira. Me esqueceu como era o nome dela, não sei. Aí panharam a mulher, depois foram caçar no mato, como quem caça um veado, pra apanhar o mais velho e apanharam. Pra domar em casa, minha filha, tiveram que fazer o quarto, aí tinha uma brechinha pra botar comida, aí tiravam pra banhar, era vigiado pra banhar, porque se não eles tornavam ganhar o mato. Foi indo, foi indo... até domaram.”

“Quem era que pegava? Que corria atrás?”, eu indaguei.

“O Hipólito, que morava com a minha avó, se ajuntaram e panharam. Aí nesse mato, praí era um matão muito grande, nessas estradas que vocês passam, era mata.”

“Foi aqui que pegaram eles?”

“Pegaram aqui já no rumo do Bororó. O Bororó é um centro de roça, praí pra dentro tem o Bororó, né? Mas foi pra outro Bororó pra cá. Panharam ela e depois panharam ele. E aí foram adomar e depois quando pensaram que não, que já podia libertar, eles já estavam marido e mulher, porque eles não prenderam separado, tá vendo?”

O sangue de índio, ao qual D. Floriana faz referência vem dos seus bisavós maternos, caçados e domados. Nas narrativas de Floriana, seus bisavós foram pegos e “domados” juntos, colocados no mesmo quartinho, ali se tornaram marido e mulher, ao sair do quarto cada um recebeu um nome e um sobrenome, assim o casal se tornou Antônio Miguens e Rita Ribeiro Miguens.

“Hipólito foi o que mandou pegar? Hipólito era casado com quem?”, eu indaguei.

“Nesse tempo, o casamento parece que era tão longe. Era com minha bisavó, morava com minha bisavó, mas nesse tempo não tinha negócio de casamento.”

“Hipólito morava com sua bisavó de que parte?”

“Da parte de pai.”

“E sua bisavó de parte de pai não era índia?”

“Não, ela não era índia.”

“E seus avós sabiam de que povo eles eram?”

“Não. Nem eles sabiam de onde eles vinham, como era o nome de pai deles. Eu ainda indaguei: Papai porque que vocês não cobraram eles de onde eles nasceram, de onde eles eram? – *Minha filha, nem eles sabiam*. Eles se criaram foi assim, um pega, acha um, cria um tempo, aí outro já pega e já cria outro tempo. **Até se juntaram e fizeram a família**. Eles não sabem de quem eles nasceram, nem quem é pai e nem quem é avô. Viviam nesse mato.”

Dona Floriana parece descrever capturas e fugas de um mesmo casal de crianças indígenas. Na última captura foram colocados em um quarto até serem “domados” ao ponto de não mais fugirem, “se acostumaram” e ganharam a “liberdade” fingindo esquecerem de onde vieram, *de quem eles nasceram*. Esse “esquecimento fingido” foi a estratégia que muitas crianças e mulheres indígenas encontraram para serem libertas do cativeiro. Uma vez liberto, restava sobreviver com essa ferida, com o trauma de um corpo costurado na marra.

Na fala de Dona Floriana, fica ainda subtendido que os bisavós resolveram se juntar e formar família, mas conforme suas próprias narrativas, a família Miguens, essa iniciada a partir de um casal de crianças indígenas, nomeados de Antônio e Rita, é fruto de uma união forçada, talvez até “incestuosa”⁵⁸, visto que os apanhadores não sabiam quais as relações de parentesco entre os dois antes de serem trancados juntos dentro de um quartinho.

“Seus pais lhe diziam mais ou menos a idade que seus bisavós foram pegos? Que tamanho eles estavam?”, eu quis saber.

“Eles tavam meninos, um tava com 10 anos e outro com 15, o mais velho [o homem] tava com 15. Agora vamos saber com quem vieram. Diz que eles vieram com um velho chamado de Bertoldo, juntaram eles, pegaram numa mata não sei por onde, aí quando chegou aqui eles largaram. Ele disse que não ia levar eles pra casa porque a mulher dele era muito ruim, aí ele deixou. Eles ficaram escondido, escondido, escondido, comendo frutinha, até eles [Hipólito e outros] se juntarem e panharam.”, Dona Floriana me respondeu com precisão a

⁵⁸ Utilizo a palavra incestuosa entre aspas, porque não é possível compreender o que era o incesto para o homem e a mulher capturados.

idade do casal, porém é evidente que essa idade não passa de uma suposição, pois naquele contexto de captura a única certeza que tinham era que se tratava de crianças indígenas. E nessa captura dos seus bisavós, conforme sua narrativa, primeiramente tem-se um pegador chamado de Bertoldo, o qual teria apanhado o casal em outra mata e deixado nas matas do Tiquireiro. O curioso é que nas proximidades do Tiquireiro, numa distância de 12km aproximadamente fica localizado o povoado chamado Galiza, segundo dados históricos sobre a região, era uma localidade com um grande número de galegos. Antônio Miguens e Rita Ribeiro Miguens já teriam sido aprisionados em alguma mata no povoado Galiza e ali foi imposto sobre as crianças capturadas o sobrenome galego Miguens? O que posso afirmar é que o menino capturado continuou com o sobrenome o qual dizia ser seu nome, pois Dona Floriana teve a mesma curiosidade que eu e indagara os seus pais quando ainda eram vivos sobre a escolha dos sobrenomes. “Eu perguntei como foi pra vocês botarem esse nome neles, aí eles diziam que eles sabiam que eles eram da família Miguens. E esse Miguens tá muito grande. Tem Miguens em Presidente Sarney, a família é muito grande.”

“Família de índio?”, eu indaguei.

“É família de índio. E tem gente que tem o cabelo igualzinho. Tem meu irmão que o cabelo dele é mais duro do que o meu, mais duro, mais liso, mais liso.”

“A senhora parece uma índia.”

“Eu tenho sangue de índio. Pode ser já de segundo grau, mas tem, né?”, afirmou Dona Floriana e o meu comentário sobre sua aparência só foi feito porque percebi que Dona Floriana não negava seu (des)aparentamento com povos indígenas.

Hipólito Oliveira, um dos capturadores, tornou-se bisavô paterno de Dona Floriana e, em seu segundo relacionamento, teve filhos com a avó paterna da mesma. O filho do primeiro relacionamento de Hipólito, Martilhano, casou-se com Virgínia Miguens, filha do casal que foi por ele caçado. Assim, D. Floriana tem um bisavô caçador e um bisavô caça. O curioso nessa história é que o caçador, Hipólito Oliveira, era filho de Cunegunda, uma mulher que também foi pega no mato a cachorro. A história de Cunegunda eu ouvi de seus netos Antônio Romão França, de 90 anos, e de Leônidas da Silva Ramos, de 78 anos, o primeiro conhecido no Povoado Tiquireiro por Sarney e o outro Leônidas Cutia, uma referência à família Ramos que é também denominada de Cutia. Aproveitei para entrevistá-los ali sentados na varanda da frente da casa de Dona Pedrolina Miguens, pois era comum sentarem a varanda para jogarem conversa fora.

“O senhor é nascido e criado aqui no Tiquireiro?”, comecei indagando Seu Antônio França.

“Nascido e criado.”, respondeu-me.

“Como era o nome da sua mãe?”

“Era Marculina França.”

“E o pai?”

“Hipólito Oliveira.”, disse-me Seu Antônio e ali compreendi que estava diante de um dos filhos do capturador das crianças Miguens. E que também era filho de Marculina França, a avó paterna de Dona Floriana Miguens, conforme já mencionei. Marculina teve quatro filhos com Ramiro Ramos e três filhos com Hipólito.

“E o nome da sua avó de parte de mãe?”

“Eu não conheci a mãe da minha mãe. Nem pai.”

“E de Hipólito?”

“Eu conheci. Meu avô era Cândido e minha avó era Cunegunda.”

“Ela era índia?”

“Eu acho.”, respondeu com dúvidas e com um silêncio prolongado após esse “eu acho”.

“O senhor chegou a conhecer ela?”

“Conheci. Ela morreu na casa de papai. Eu era criança, eu me alembro.”

“O senhor conheceu alguma irmã dela, de Cunegunda?”

“Não! Nem gente dele eu não conheci, do meu avô. Só conheci os irmãos do meu pai.”

“Quem era os irmãos dele?”

“Era Pedro Cutia, Lázaro Cutia, Inocência Cutia. Era filho do velho Cândido com Cunegunda.”

Seu Antônio França faz parte de uma geração que não conheceu os bisavós, nunca ouviu falar. A memória acerca dos seus parentes termina nos avós. E, se Cunegunda, a sua avó, foi uma criança indígena capturada, ele nada saberia sobre a mãe da mesma, não tem memória nem de quem a criou. E se ouviu histórias contadas pela avó Cunegunda, acerca do seu parentesco com povos indígenas, nada quis me contar. E ainda assim, todos ali presentes na varanda da casa de Dona Pedra insistiam: “Sarney sabe de coisa, ele é o mais velho dessa turma. O negócio é que ele não quer contar dos índios”. E se ele não quis ou não lembra porque quis esquecer ou porque o tempo se encarregou de apagar tais histórias de sua memória, eu resolvi insistir com seu primo Leônidas Cutia.

“Seu Leonidas, o senhor disse que Cunegunda que foi panhada de cachorro?”, perguntei.

“Eles me contavam.”

“Quem lhe contava essa história?”

“Meus tios, contavam que a mãe deles foi panhada de cachorro.”

“Quem será que apanhou ela?”

“Foi esse pessoal que criaram ela.”

“Quem criou ela?”

“Isso eu nunca procurei.”

“Mas ela foi criada aqui dentro do Tiquireiro?”

“Foi lá em Pinheiro, num lugar que eles chamavam Cutia. Não tem um lugar que eles chamam lá de Cutia? Por isso que eles chamavam ele de Cândido Cutia.”

“Ah, o Manoel Cândido que era marido dela, esse que era o Cutia velho?”

“Era. Eles chamavam ele de Cutia porque ele morou lá nas Cutias. Por isso que chamava ele de Cutia.”

“E pegaram ela foi pra cá, né?”

“Por aí tudo era mata nesse tempo. Pegaram, criaram e ela casou com o Cândido.”

“Como é isso de panhada de cachorro?”

“Ela era índia, eles correram atrás não panharam, botaram cachorro pra acuar, pra poder panhar, se não, não panhava. Aí panharam ela, trouxeram, amansaram ela e criaram.”, explicou-me Seu Leônidas. Ao iniciar dizendo que Cunegunda era índia, ele parece querer justificar a captura. Em outras entrevistas, quando questionava o porquê da captura, muitas vezes era surpreendida com um *porque era índia* e esse ser índio era sinônimo de diferente, era alguém que *falava atrapalhado*, que era *bravo*, logo precisava ser amansado. E amansar implicava em criar a imagem e semelhança do colonizador. E foi assim que uma criança indígena que dominava uma língua e possuía um outro nome foi capturada, amansada e transformada em Cunegunda, a avó de Seu Leônidas.

A história de Cunegunda não encerra aqui, tem outros atravessamentos, que trarei posteriormente. Preciso retomar os Miguens, através das narrativas de Dona Floriana que tem detalhes sobre o passado dos bisavós capturados, coisa rara por estas bandas. E Dona Floriana tanto sabe, como faz questão de narrar, de contar histórias.

“E a senhora lembra se eles falavam alguma palavra assim na língua?”, perguntei para Dona Floriana.

“Eles falavam tudo era atrapalhado. Eu tenho um irmão que fala meio atrapalhado, o Pedro.”

“A senhora não lembra de nenhuma palavra que eles falavam na língua deles?”, perguntei sem grandes pretensões, porque as pessoas resumiam a língua indígena a uma fala atrapalhada, porém com Dona Floriana foi um pouco diferente.

“Não, eles falavam só besteira minha filha. Eles falavam o quê? *Ehko, mehiká... mehiká* o que era? Era boa noite. A gente não entendia quase nada.”, ao lado do que ela considerava besteira vieram as primeiras palavras na língua de um povo que eu não sei destrinchar.

“Ninguém aprendeu a língua deles? Seus pais sabiam?”

“Papai sabia. Quando ele tava meio com uns dois grodes, ele falava igualzinho meu bisavô.”

“E nome de animais, galinha como é que eles chamavam?”, insisti com minhas perguntas, tentando obter um vocabulário.

“Galinha eles chamavam era *ciscan*. Dizia, hoje o que nós vamos comer aqui? – Galinha. – o que rapaz? Mas ele não dizia assim o que rapaz, ele fazia o *ehko*. Eu dizia o que é, aí ele dizia. Rapaz, mas era muito ruim da gente conversar.”

“A senhora deveria ter aprendido pra poder conversar com eles.”

“Mas era muito ruim.”, as palavras de Dona Floriana soaram como um lamento. Mas se não aprendeu a língua, outras formas de ser foram apreendidas, pois aquelas mulheres indigenizaram aquele povoado com suas técnicas de produção de redes, com seus modos de tecer artefatos de fibras, com seus saberes no manejo de roças. Dona Floriana é uma mulher que conhece todas essas técnicas e é a mulher no Povoado Tiquereiro que a comunidade procura quando o assunto são plantas e medicina. Ela domina o idioma das plantas que curam, conhecimento que herdou dos seus ancestrais indígenas.

E se para Dona Flôr era difícil aprender ou mesmo conversar, imaginemos a dificuldade que foi para seus bisavós que passaram anos sem serem compreendidos e forçados a aprenderem uma outra língua que não era a língua materna, a língua de seus ancestrais. Em outro momento de nossa conversa, Dona Floriana continuou caracterizando a língua dos bisavós: “Falavam atrapalhadinho. Aí depois eles foram deixando, deixando... quando foram daí, que depois de um tempo eles foram embora, né? Mas já tavam com um casal de filho deles grande. Foram embora, diz que iam voltar mas nunca mais, nunca mais voltaram. Na certa que terminaram ou acharam, que eles tinham gente, tá vendo?”

“Deviam ter parente, né? Podem ter matado os pais deles também com esse negócio de caçar índio.”, comentei.

“Eles matavam muito índio. Por isso que eles se esconderam praí, esse casal.”, destacou apontando em direção a uma mata no povoado.

“Aí botaram dentro de um quartinho. Quando eles tiraram eles de dentro desse quartinho? Ficaram quanto tempo, será?”, eu quis entender quanto tempo durava a técnica de amansar.

“Ficaram com um tempo, com um tempo. Aí eles foram conhecendo, aí chegava uma pessoa eles chamavam, diziam vamos conversar com esse povo aqui. Eles foram pegando aquele entendimento, foram reconhecendo e depois ficaram libertos.”

Assim, toda criança ou mulher indígena capturada precisava ser amansada. Deixar de falar a língua indígena para falar o português era uma dessas formas de *amansamento*, uma forma de (des)aparentar. Como bem descreve D. Floriana, “*foram pegando aquele entendimento*”, que pode ser compreendido como foram se fazendo parentes de quem os capturou. Ao mesmo tempo foi gerado uma *história de ruptura*, visto que foram conhecendo sobre o mundo de quem os pegou no mato a cachorro e “fingindo esquecer” dos parentes consanguíneos, de quem nasceram e onde nasceram. Antônio e Rita são vítimas de um processo genocida que implicava em capturar, (des)aparentar (amansar/acostumar/esquecer), *libertar*. A *liberdade* era concedida para aqueles que fingiam esquecer dos seus consanguíneos, pois, mesmo na persistência em lembrar, acabavam esquecendo porque não era permitido lembrar ou porque muitas vezes não se desejava lembrar de uma *ferida histórica*. É nesse sentido que afirmo que a *liberdade* era negociada dentro de um tempo, o tempo para (des)aparentar/amansar, o tempo do “esquecimento fingido”, esse é o tempo da cicatrização de uma *ferida histórica*, que mesmo na persistência em esquecer, a cicatriz – memória da ferida, está ali fazendo lembrar. E foi o que aconteceu com Antônio e Rita, pois passados muitos anos eles saíram em busca dos seus outros parentes, foram tentar encontrar o caminho de casa, um caminho de mata que o casal guardava na memória, tentando refazer o parentesco que foi desfeito quando foram aprisionados como uma caça.

“Passado um tempo eles saíram pra viajar e nunca mais apareceram. Foram ver se acertavam de onde foi que eles saíram e nunca mais apareceram. Disseram: *Nós vamos procurar de onde nós viemos*. Aí eles não deram mais solução pra gente.”, contou-me Dona Floriana sobre os bisavós.

“Eles foram embora e ficaram só seus parentes aqui?”, eu perguntei.

“Foi! Foram ver se encontravam os familiares e aí nunca nem notícia. Talvez acharam, ficaram mais velhos e aí por lá ficaram mesmo.”

Antônio Miguens e Rita Miguens “foram ver se encontravam os familiares”, aqueles de quem receberam o “sangue de índio” que chegou até a geração de Dona Floriana. O casal capturado saiu em busca dos familiares construídos em outras relações de parentesco, na primeira década de suas vidas. Ao receberem nomes e sobrenomes, têm suas histórias de 15 e 10 anos anteriores silenciadas, porém, em suas memórias ainda estava vivo o tempo antes de serem caçados e foi em busca desse tempo, desses parentes, que saíram guiados pelo “coração-

memória” (bell hooks, 2019, p. 324). Guiados pela cicatriz de uma *ferida histórica* gerada quando de suas capturas, de seus (des)aparentamentos.

A história dos Miguens não acaba por aqui, pois, em uma das muitas entrevistas que realizei com o primo de Dona Floriana, Seu Juscelino Miguens, este destacou em uma narrativa que envolvia Guerra do Paraguai, como os Miguens adquiriram um documento que lhes dava direito a posse de uma grande extensão territorial. Essa história de terra surgiu quando perguntei para Seu Juscelino de quem sua avó Juliana Pacheco era filha, ao que ele respondeu: “Juliana era filha de velha Mundica Pacheco, morava no Tremedal, aqui dentro do mato, que no tempo da guerra que teve no Paraguai, eles correram pra cá. Vieram buscar velho Zé Miguens aqui, aí ele foi pra guerra pra lá, quando ele veio de lá...”

“Quem foi pra guerra?”, interrompi Seu Juscelino.

“Zé Miguens.”

“Quem é esse Zé Miguens?”, perguntei um tanto confusa com a presença de um Miguens na guerra.

“Irmão de Antônio Miguens. Aí eles foram daqui pra lá, tá vendo? Vieram buscar pra guerra e ele foi. Quando chegou lá a guerra já tinha terminado. Então o governo procurou pra ele o que ele queria. Nesse tempo minha avó Juliana contava pra nós.”, destacou Seu Juscelino e eu já estava mais confusa com as relações de parentesco, tentando entender se Zé Miguens era irmão do mesmo Antônio Miguens bisavô de Dona Floriana e de Seu Juscelino.

“A Juliana contava que o Zé e o Antônio foram pra Guerra do Paraguai?”

“Foi senhora. Lá eles procuraram o que eles queriam. Eles disseram que eles queriam o documento da terra pra eles trabalhar. Então eles deram a escritura da terra todinha pra eles. Aí todo mundo era besta, aí vinha um pedia uma folha e eles davam, vinha outro pedia, até deram descaminho. A baliza era lá na Vitória dos Braga e de lá até no Bebe Fumo, tinha as pedras de rumo. Então o velho era besta, eles pediam pra ele e ele ia dando as folhas.”

“Bebe Fumo não é depois de Galiza praí?”

“É praí. Bebe Fumo é depois de Presidente Sarney.”

“Então quer dizer que essa área aqui todinha, Galiza...”

“Era isso aí tudinho, o velho deu a papelagem pra eles.”, Seu Juscelino me interrompeu e continuou com sua narrativa. “Aí o velho, gente besta, gente ia lá, conversavam, conversam e eles iam tirando a folha. Hoje tem essa terra nossa aqui porque foi comprada. Aí foi se acabando. Mamãe é da turma dos Miguens.”

Eu confesso que fiquei admirada com a dimensão de terra a que os Miguens tiveram direito, uma área que ia do Povoado Vitória dos Braga, às margens do rio Pericumã, ao Povoado

Bebe Fumo, às margens do rio Turiaçu. Os Miguens eram simplesmente donos de um território localizado entre os rios Pericumã e Turiaçu, o mesmo território que compreende esta pesquisa. Esse meu olhar de admiração em relação a posse de um grande território se deve ao fato de atualmente os Miguens, que detêm a narrativa da posse da terra, estarem limitados em um território cuja extensão é igual a 2.994 hectares, o que não chega a 1/5 do que Zé Miguens havia recebido em documento por ter se arriscado na Guerra do Paraguai. Antes mesmo do risco, os Miguens, constituídos de crianças e mulheres indígenas capturadas dentro de seus respectivos territórios já eram proprietários natos dessas terras. E muitos negros e indígenas, para escaparem da Guerra do Paraguai, esconderam-se nas matas do Tiquireiro.

“Eu tô lhe falando que nesse tempo dessa guerra, essa turma se mudaram pra muito dentro dos matos aí.”, contou-me Seu Juscelino e prosseguiu em sua narrativa. “Anjo Cutia contava pra nós tudinho também. Uma vez o velho Tito fez uma casa aqui dentro do mato, que ninguém sabia que Tito morava pra lá.”

“Quem era esse Tito?”

“Era um que veio daí fugido.”, disse-me apenas. E somente agora, ao analisar esta entrevista, me dei conta que Seu Juscelino poderia estar se referindo a Tito Soares, o homem negro acusado injustamente de roubo de gados da Fazenda Teresópolis. Porém além de Tito, Seu Juscelino prosseguiu destacando outros homens que buscaram por esconderijo nas matas do Tiquireiro. “Aí veio outro, Malaquias e fez outra casa lá no Bastos, senhora muito longe. Aí veio Bertoldo fez uma casa mais embaixo. Aí depois que terminou a guerra que eles foram saindo.”

“Eles eram preto ou índio?”

“Eles eram moreno, assim da minha cor.”, respondeu-me Seu Juscelino enquanto esfregava as pontas dos dedos da mão direita em seu braço esquerdo. E talvez estivesse dizendo que os homens fugidos eram índios e negros ou nem uma coisa e nem outra, porém em resumo se pareciam com ele. Eram os rostos negados nos campos da Baixada Maranhense.

Sobre esses homens fugidos, Seu Leônidas também ouviu falar. “Dona, morava aqui uns homens que vieram embora fugido por causa de uma guerra que teve aqui no Paraguai.”

“Quem veio fugido dessa guerra?”, perguntei para Seu Leônidas.

“Olha, morou um cara, botaram o nome dele Paraguaia. Fez uma campina e fez um mangal lá acolá. Veio outro por nome Raimundo Braso, veio Domingos Correa, veio Zé Preto e só esse que trouxe mulher, Rosária que era o nome da mulher dele, mas eu não conheci. Aí eles tavam caçando no mato, aí eles se encontraram com meu avô, aí foi que eles foram dizer de onde que eles tinham vindo. Eles caçando no mato se encontraram com meu avô, Manoel

Cândido. Aí disse: *De onde tu é?* Aí ele disse: *Eu tô corrido da guerra. Tô aqui no mato.* Aí ele disse: *Eu moro pra cá.* Aí eles pegaram se conheceram. Quando esse povo morreram foram tudo enterrado na barraca deles. Morreu Domingos Correa, Agostinho Sabiá, Raimundo Braso, moravam tudo aí pra dentro. Tudo eles fizeram sítio, tudo ficou o nome.”

“Aonde eles moravam ficou o nome do lugarzinho?”

“Foi. Domigos Correa? Ah, ele morou aqui. Ele tinha um sítio de jaca, nós cansamos de panhar jaca. E o Raimundo Braso que morou lá pra frente. E o Agostinho Sabiá morava pra cá.”

“E esse povo era o quê? Era branco, era índio, era preto...?”

“Vieram do Paraguai corrido da guerra. Aí se conheceram, depois foram morrendo tudinho e só quem trouxe mulher foi o Zé Preto que eles chamavam.”, destacou Seu Leônidas e eu fiquei sem saber se ele havia entendido a minha pergunta ou um desvio proposital em sua resposta.

“O Seu Manoel Cândido, marido de sua avó Cunegunda, já morava aqui?”, eu também desviei.

“Já morava aí. Aí eles se encontraram aí no mato caçando.”

“O senhor conheceu o Manoel?”

“Conheci.”

“Ele era branco?”, eu insisti.

“Ele era assim da minha cor.”

“Ele era índio?”

“Não ele não era. Na verdade eles todos acho que eram. Eles eram tudo índio.”, Seu Leônidas primeiro negou, depois duvidou e concluiu afirmando, rompeu o silêncio ao dizer que *eles eram tudo índio*. Conforme já disse anteriormente, é gritante o silêncio sobre os povos indígenas por estas bandas, um silêncio que faz barulho porque informa. Até mesmo o Jornal Cidade de Pinheiro ao tentar silenciar/negar doação de terras para indígenas traz informações fundamentais que só corroboram com a fala de Seu Leônidas. O referido Jornal, edição de 13 de julho de 1930, traz uma matéria envolvendo A Companhia Industrial e Agrícola de Pinheiro – comandada por franceses – e quatro mulheres que enviam um telegrama ao presidente do Estado, destacando suas respectivas descendências “de índios dispersos de Alcantara, aos quais foram doadas terras no alto da chapada deste município”. O Jornal Cidade de Pinheiro em sua matéria contesta tal doação de terras a indígenas no alto da Chapada, tratando como inveracidade o telegrama enviado por Marianna Souza, Salustiana Silva, Marianna Soares e Andresa Cruz. Ao contestar a veracidade do telegrama o redator da matéria escreve:

Existe é verdade um senhor **Miguel Miguens**, que se diz proprietário de terras por se julgar descendente dos índios, coisa aliás, sem nenhum fundamento, visto como lhe falta competência para alegação. Mas essas terras de que fala o disfructavel senhor Miguens ficam localizadas entre esta cidade e pouco além da povoação Pacas longe e muito longe da chapada de Pinheiro. (CARDOSO e ABREU, 1930, p. 1).

Da Chapada além da povoação Pacas *eles eram tudo índio*. Foi assim que li essa matéria e lembrei do que havia me dito Seu Leônidas e também o arqueólogo Deusdedith Filho, pois este último me indicou procurar por uma família de sobrenome Miguens. E lá estava um Miguens estampado no jornal, como exemplo para contestar a verdade das mulheres da Chapada, mas que também tem a sua própria descendência indígena contestada. E quem era Miguel Miguens e em qual povoação além de Pacas ele residia? Silêncio!

Figura 18 – Página do Jornal Cidade de Pinheiro de 1930

CIDADE DE PINHEIRO

— : — EDIÇÃO DE 8 PAGINAS — : —

DIRETOR: — ELISABETHO DE CARVALHO

REDACTOR-GERENTE: — JOSIAS PEIXOTO DE ABREU

Anno IX — Pinheiro — Maranhão. 13 de Junho de 1930 — N. 448

A Companhia Industrial e Agrícola de Pinheiro

Um telegramma dirigido ao exmo dr. Presidente do Estado, que precisa de ser fundamentado

O nosso confrade «O IMPARCIAL», de 8 Luiz, na sua edição de 4 do corrente mez, transcreve o seguinte telegramma, daqui enviado ao dr. José Pires Sexto, d. d. Presidente do Estado:

*Signatarias abaixo, mulheres pauperissimas, descendentes de indios dispersos de Alcantara, aos quaes foram doadas terras no alto da chapada deste municipio, onde vivemos conjuntamente com os nossos filhos. Anexa ás mesmas terras está a zona concedida pelo governo do Estado á Companhia Francesa. Acontece no anno passado havermos perdido nossos roçados, por embargo das autoridades locais, para satisfazer aos estrangeiros occupantes.

Para não morrermos de fome nos entregamos ao quebramento de babassú juntado em nossas terras. Inesperadamente fomos intimadas por soldados armados a não continuarmos no quebramento do babassú dizendo tudo pertencer aos francezes, conduzindo nossos filhos presos á cadeia publica. Apellamos ao governo de V. Exa. no sentido de fazer cessar vexames aos nossos patriotas, que, desprotegidos pedem justiça.

Marianna Souza, Salustiana Silva, Marianna Soares, Andressa Cruz.

Todos aquelles que conosco convivem, neste municipio, e a quem não falte uma pequena sementinha de

consciência e intelligencia podem attestar a inveracidade do telegramma acima, sem base nenhuma aproveitavel, movido apenas por espiritos tacanhos, aos quaes não é dado avaliar com imparcialidade as melhores iniciativas, attinentes ao progresso desta terra.

Inveracidade, dissemos, porquanto vamos ponderar.

Nunca que nos chegasse ao conhecimento, houve quem fallasse neste municipio, em doação de terras no alto da Chapada, aos indios das pessoas de Alcantara.

Existe, é verdade, um senhor Miguel Miguens, que se diz proprietario de terras por se julgar descendente dos indios, coisa aliás, sem nenhum fundamento, visto como lhe falta competencia para alegação. Mas essas terras de que falla o disfructuário, o senhor Miguens ficam localizadas entre esta cidade e pouco além da povoação Pacas longe e muito longe da chapada de Pinheiro. E além dessas terras que pertencem ao patrimonio do municipio e ao governo do Estado, ainda formos dar credito á essa infundada alegação de doação aos indios, de terras no alto da Chapada, então provado faltar a que ao governo do Estado não caberá dentro deste municipio patrimonio algum.

Mesmo que se quisesse dar logar a essa idéa, isto é, a de que as terras devolutas em questão, fossem doadas aos indios, por D. João VI caberia aos seus proprietarios, o direito necessario e imprescindivel de legalisal-as, o que nunca trataram de fazer.

Logo, provado está que o unico proprietario de terras devolutas deste municipio, fóra do patrimonio municipal, é, sem contestação alguma, o governo estadual que as alçou, por um contracto vantajoso para o mesmo: á Companhia Industrial e Agrícola de Pinheiro.

Outro ponto que carece de fundamento é aquelle em que dizem as signatarias do telegramma acima, que perderam os seus roçados, no anno passado, por intimação das autoridades de Pinheiro.

Sabido é que o gerente da Compa-

nhia CIAP nunca procurou crear a menor difficuldade aos lavradores, no perimetro da sua concessão, com a prohibição de roçados, limitando-se apenas a evitar a devastação dos palmeiraeas.

E si as autoridades desta cidade prohibiram os roçados dentro dos palmeiraeas, foi porque receberam queixas fundamentadas, do dito gerente, de que alguns lavradores, insuflados por pessoas perniciosas residentes na zona em questão, fizeram derrubada de extensos palmeiraeas, dentro da sua concessão, apesar de avisados, havendo os mesmos individuos declarado que respeitariam o aviso. Só um delles, o sr. Manoel Severo Nunes, derrubou cento e trinta e tantas palmeiras adultas, dentro de um roçado! Tudo isto ficou provado por exame feito pela policia ao dito roçado.

Ainda na parte em disem as signatarias que os seus filhos foram conduzidos presos á cadeia desta cidade por soldados armados, há falta absoluta de veracidade. De facto o delegado de policia, de posse de uma representação do gerente da CIAP, mandou intimar quatro homens, que foram encontrados furtando babassú dos depositos da Companhia, os quaes vieram no dia marcado por aquelle autoridade que lhes deu prisão correcional.

Isto, e só isto deu-se.

Agora vejamos o modo por que há actuado neste municipio a CIAP.

Abrimos, em tempo um parentese para adiantar que nada nos move em favor da Companhia Francesa, como tambem é conhecida a CIAP aqui, mais do que fazer justiça, como orgão, que somos, pelo programma traçado, e do qual ainda não nos desviamos, durante quasi dois lustros de vida, defensor dos interesses deste municipio, reprovando tudo o que a nós pareça contrario ao seu desenvolvimento e apoiando as causas boas, tendentes a melhorar as suas condições financeiras.

Feita esta pequena observação, voltamos ao assumpto.

(Continua na 5. pagina)

Paulo Oliveira
"eu sou filho de pessoas indígenas"



Paulo Oliveira: “eu sou filho de pessoas indígenas”

O movimento feito por Rita Ribeiro Miguens e Antônio Miguens, na busca pelos parentes, me impulsionou a contar a história de Seu Paulo Oliveira, 83 anos⁵⁹, também nascido no povoado Tiquireiro. Foi através de Seu Marinho, aquele que me narrou sobre os dois indígenas incendiados, que cheguei até Seu Paulo no Povoado Canta Galo, localizado a 5km de distância do Povoado Aldeia e a aproximadamente 15km do Povoado Tiquireiro. O encontro com Seu Paulo ocorreu na companhia das amigas Beatriz Sousa e Betânia Lobato e também de Seu Marinho, logo, esse foi um diálogo entre cinco pessoas, das quais quatro estavam extremamente curiosas para saber dos índios.

“A primeira coisa que eu quero saber é seu nome.”, dei início a nossa conversa.

“Meu nome é Paulo dos Santos Oliveira”.

“Quantos anos o senhor tem?”

“Eu tenho 75 anos.”, disse-nos Seu Paulo naquele ano de 2014⁶⁰.

“Nasceu aqui?”, perguntei.

“Não, eu nasci no Tiquireiro, sou filho de pessoas indígenas. A minha mãe era bem da sua cor, cabelo liso. O meu pai que era branco dos olhos azul.”, contou-nos Seu Paulo.

“Só um pouquinho, me diz uma coisa, eu tô pra saber agora, eu já conversei contigo uma porção de tempo, mas nunca procurei o nome da tua mãe.”, Seu Marinho antecipou a pergunta que eu estava prestes a fazer.

“Da minha mãe?”, Seu Paulo quis ter certeza da pergunta e prosseguiu, “Minha mãe era Máxima Oliveira e meu pai era Inácio Teodoro Soares.”

Antes que eu pudesse dar continuidade ao parentesco de Seu Paulo, outras questões foram atravessando o nosso diálogo, porém não menos importantes. Somente em 2019 tive a oportunidade de rabiscar fragmentos/galhos de sua árvore genealógica, aonde Cunegunda é também galho que atravessa sua *história de parentesco*. Conforme Seu Paulo, sua mãe, Máxima Oliveira, era filha de Zídia, que foi capturada juntamente com Cunegunda e tratadas como irmãs. Utilizo o termo “tratadas” uma vez que não é possível dizer se as mesmas eram irmãs consanguíneas ou se o aparentamento de ambas deu-se a partir da captura. Sobre Cunegunda, ainda tenho muitas dúvidas, pois demorei entender que Seu Paulo e Antonio França falavam da mesma pessoa, pois suas narrativas trazem desfechos diferentes acerca dessa mulher capturada.

⁵⁹ No ano de 2014, quando me concedeu a primeira entrevista estava com 75 anos.

⁶⁰ Após essa entrevista foram realizadas várias outras visitas a Seu Paulo, culminando em outras duas entrevistas gravadas nos anos de 2015, 2019 e 2022.

Já sobre Zídia, não encontrei um único documento no cartório que registrasse o seu nascimento ou óbito, pois sua presença só está registrada nos *corpos-documentos*, como avó ou tia dos meus interlocutores. E como já disse anteriormente, estes *corpos-documentos*, nesta tese, conversam mesmo que a quilômetros de distância.

“Zídia era irmã da minha avó.”, contou-me Seu Antônio França.

“Irmã de Cunegunda?”, perguntei pra ter certeza que estava se referindo a sua avó paterna.

“Era.”

“Zídia Oliveira? E Cunegunda era o quê?”, indaguei.

“Eu não sei. Elas eram filhas de preto, elas eram morena.”

“Não era índia não?”

“Eu acho que era.”, disse Seu Antônio França sem muita certeza.

Confesso que só fiz essa pergunta acerca da identidade de Cunegunda, porque já tinha os dados de Seu Paulo que faziam referência às irmãs como mulheres indígenas que foram capturadas, pois assim ele me contou: “A irmã da minha avó morreu injuriada⁶¹. Não quis comer, porque eles prenderam elas. Elas foram presas! Eles prenderam e esconderam elas, as duas, a minha avó e a outra irmã dela, que eles chamavam de Cunegunda”. O desfecho de Cunegunda a partir das falas de Seu Paulo é de uma mulher que se recusou (des)aparentar, que *morreu injuriada*. Já para os netos, Antônio França e Leônidas Cutia, a avó foi criada por uma família em Pinheiro e depois retornou com Cândido para o Povoado Tiquireiro, morrendo velhinha ali naquela povoação. Esse desfecho diferente me fez deduzir que, ao serem capturadas, Zídia e Cunegunda foram separadas, ficando na memória de Zídia, transmigrada para o seu neto Paulo, a narrativa de morte de Cunegunda.

Nas histórias ouvidas por Juscelino Miguens, bisneto de Cunegunda, as narrativas sobre a bisavó ganham novos elementos, mas ainda assim podem ser resumida na frase “minha bisavó foi panhada de cachorro”, pois assim iniciou Seu Juscelino: “A mãe do meu avô foi panhada a cachorro. Era Cunegunda. Ela era índia. Foi pega pra cá pra aldeia. Foi panhada ela e uma senhora que era mãe do irmão dele de parte de pai, uma senhora que era chamada Dona Esculasca. Dona Esculasca era mãe do irmão do meu avô, porque era o pai e teve duas famílias. O pai de vovô que teve essas duas famílias”. A história de parentesco de Seu Juscelino embaralhou minha cabeça, custei entender que o homem com duas famílias ao qual ela fazia referência, era seu bisavô Cândido Oliveira, que teve filhos com Cunegunda e Esculasca, ambas

⁶¹ No estado do Maranhão, este termo refere-se a alguém irritado, com raiva.

apanhadas a cachorro, capturadas. Sobre os capturadores de Cunegunda, Esculasca e Zídia, sabemos apenas o sobrenome, Oliveira, mas este pode ser o sobrenome tanto de quem capturou, como de quem as criou, ou mesmo com quem se casaram.

Retomando nossa conversa com Seu Paulo Oliveira, a minha amiga Betânia em meio às descrições de Seu Paulo sobre o Povoado Canta Galo, quis saber: “O senhor chegou ainda a ver algum índio por aqui assim?”.

“Não! Só que eles ainda vieram me visitar, minha mãe se escondeu e quase minha irmã morre.”, disse Seu Paulo.

“Eles vieram lhe visitar?”, perguntei espantada e um tanto curiosa com a palavra visita. E quis saber mais sobre isso. “Então conte aí pra nós sobre essa visita.”

“Eles vinham aqui, nesse tempo Aldeia era lugar, onde esse morou, era aldeia deles.”, disse Seu Paulo apontando para Seu Marinho. Depois prosseguiu, “Eles mataram muitos índios e índio matou muitos deles. Quando eu vim pra cá eles me visitavam no Tiquireiro e minha mãe tinha medo deles nos roubar. Inclusive eu tenho primos-irmãos nas aldeias, morando ainda.”

“Qual é a aldeia?”

“Aqui do Gurupi. Tem no Xingu. Então eles vinham nos visitar e o pessoal aqui não conhecia, não sabia. Eles vinham e se escondiam no mato. Aí quando eles apareceram, eu tinha um primo, que eles chamavam ele... parece que eles chamavam pra ele Tapuio. E aí ele veio nos visitar, Mocinha tava sentada mesmo assim e minha mãe assim. Aí ela disse: *Mamãe, lá vem!* Elas pensavam que eles fosse matar elas, mas eles vinha pra nos visitar e minha mãe tinha medo deles nos roubarem. Aí nós saímos do Tiquireiro, fomos pra Pinheiro, eles não acertavam e andavam procurando. Aí foram atrás de Zé, meu irmão, pra levar, aí falaram onde ele tava. Depois nós fomos pra Estrada Nova, aí eles não acertaram mais. Quando nós viemos pra cá [Povoado Canta Galo], eles tornaram vim uma vez.”

“Porque eles visitavam vocês?”, perguntou Beatriz.

“Porque eles queriam, índio tem um amor pelo outro.”, Seu Paulo nos ensinando sobre amor e cuidado e agora me veio à mente as narrativas que eu ouvi sobre a preocupação que os indígenas tinham em não deixar ninguém para trás, quando era ferido com balas de rifles papo amarelo, colocavam no ombro e percorriam quilômetros com o companheiro ferido e as vezes já sem vida, mas lhe eram reservados cuidados. E se os feridos mereciam cuidados, aos parentes separados eram realizadas visitas com a esperança de um retorno, conforme prosseguiu Seu Paulo. “Aí eles queriam visitar e levar a gente pra lá. Aí quando eles vieram visitar a gente aqui numa ocasião, eu não sei se esse aqui lembra, ele era pequeno”, disse Seu Paulo apontando para Seu Marinho e em seguida prosseguiu, “Eu não tava, eu tava pra uma pescaria junto com outro,

aí eles foram me chamar. Tinha uma senhora que era até aleijada, Patrocínia, aí correram, um irmão meu caiu no caminho, que era menor, aí eles pisaram ele todinho, eles com medo. Mas eles não iam fazer nadinha, que eles já tava mais adomado, só se a gente fosse fazer alguma coisa aí eles ficavam agressivos. Aí depois eles saíram. Tá Antônio, finado Pascoal, tá Tapuio e eu tenho outro sobrinho também.”

“Pascoal?”, perguntei.

“É! Esse tá aqui no Xingu.”

“O senhor ainda tem contato?”

“Não, não tive mais contato com eles.”, lamentou Seu Paulo e em meio as lamentações trouxe parecenças para a nossa conversa: “E meus filhos tudinho tem aparência”.

“Mas quem era índio mesmo? Era seu avô?”, minha amiga Beatriz quis saber.

“Minha mãe. Meu avô eu não sei nem o que ele era. Minha avó era bem negra, eu conheci. Eu chamava ela Bem-Bem, porque eu gostava muito dela.”

“Negra descendente de escravos?”, Beatriz lançou a máxima, nem tive tempo para corrigi-la e dizer-lhe que nenhum negro descende de escravos, mas sim de *seres humanos que foram escravizados*, já dizia Makota Valdina.

“Meu amor eu já não sei se era escrava, agora índia ela era.”, respondeu Seu Paulo com muita certeza e eu fiquei entusiasmada com sua resposta. Prosseguiu falando da avó índia: “Quando ela vinha da roça ela trazia um pau como daqui ali, porque nesse tempo se cozinhava a lenha, né? Ela trazia um pau e *bazugava* que fazia *beeee* no chão e fazia *fiuuuu*, era um assobio que ela fazia. Já a avó de parte de meu pai eu conheci mas não gostava dela, porque ela era braba demais. Nós era três, nós passava abaixado debaixo do buriti pra ela não nos ver”, contou sua façanha entre sorrisos.

Nas narrativas de Seu Paulo sobre deslocamentos, são os parentes indígenas de sua mãe que se movimentam na busca pelos parentes (des)aparentados. O movimento de busca é contrário à história dos bisavós de D. Floriana Miguens. As visitas realizadas pelos parentes indígenas de Seu Paulo vão desde o período em que sua mãe passa a morar com o seu pai, Inácio Teodoro Soares, até quando Seu Paulo já estava no segundo casamento, aproximadamente no início da década de 1980. Assim ele contou sobre uma ida dos parentes indígenas quando morava ainda no Tiquireiro com sua mãe. “Ela contava, eu não me lembro porque eu era pequeno, no Tiquireiro eles chegaram pra entrar na casa, aí tinha Joana, uma prima minha, ela tinha uma risada, o jeito dela todo era de índia. Aí eles queriam entrar pra nos ver, né, aí ela abriu o braço assim na porta, nesse tempo era só porta de meansaba. Aí ela bateu no peito assim, dava aquele ri, ri... ela também fazia e batia no peito. Ela queria ver e ela não

queria deixar. Nós morava lá essa época, aí minha mãe que contava, eu não me lembro, porque eu saí de lá pequeno”. As narrativas de Seu Paulo para além de falarem sobre deslocamentos, destacam o quão indígena é/era o Povoado Tiquireiro, pois cada personagem, morador do referido povoado, que aparece em suas narrativas é tão indígena quanto a bisavó apanhada a cachorro e quanto os seus primos que moravam em uma aldeia.

As visitas de seus parentes indígenas continuaram. Ali mesmo no Povoado Canta Galo, onde realizamos esta entrevista eles os visitaram. “Eu tenho uns primos que moravam ali do outro lado, filho do meu tio Antônio. Eles vieram aqui um tempo, eles vieram lá do Xingu pra cá, quase a Preta [companheira do segundo casamento] morre de ataque. Eles vieram aqui aonde eu, aí me conheceram. Só vieram procurando pelo nome, eu acho que ele deu, o meu tio. Quando ele chegou, que ele me olhou de longe, ele fez assim pra mim, bateu no peito. Preta ficou com medo dele, ela pensava que fosse assaltante. Ele era morenã, cabelo comprido. Aí ele disse pra mim: Tu é Paulo? Eu disse: é eu mesmo. Aí ele disse, eu sou filho de Antônio vim te chamar pra te ir lá na aldeia mais eu. Aí eu fui mais ele.”

“Isso foi quando?”, eu perguntei.

“Faz muito tempo, logo quando eu me ajuntei com a Preta.”

“Faz quanto tempo que o senhor mora com ela?”, eu insistia em saber a data aproximada da visita.

“Faz 33 anos.⁶²”, afirmou Seu Paulo, confirmando minhas suspeitas de que se tratava de um passado recente/presente.

“Eles apareceram aonde pra o senhor?”

“Era um só. Apareceu aqui [Fazenda Canta Galo], veio a minha procura. Também foi embora e não veio mais. Eles foram embora praí pra o rio Xingu e não vieram mais.”, disse Seu Paulo em tom de lamentação. E em outra ocasião, Seu Paulo destaca a sua visita rápida a aldeia dos primos, que ficava no Gurupi, aldeia do índio Pedrinho: “Lá eu não demorei não, **não achei jeito**, porque ainda tem uns que tão quase na mesma tradição e aí **a gente não acostuma, porque a gente se cria em outro costume**”.

Manuel Zapata Olivella (1988), para falar da presença negra na literatura escrita, destaca que “o testemunho do africano, duro e fabuloso, surgirá apenas na literatura oral, a única língua disponível para os analfabetos privados de liberdade e educação”. Dessa forma, completa destacando que a mente recriadora desse africano escravizado insistirá numa África onde ele gozou de uma liberdade, insistirá no passado, nessa “memória do retorno”; que é uma memória

⁶² Essa conversa aconteceu entre mim, Isaias (ex-aluno) no ano de 2015.

que se volta para a África, para o lugar de origem. O que temos nas narrativas de Seu Paulo é um primo guiado pela *memória do retorno* do seu tio Antônio, que faz uma viagem em busca dos parentes que ficaram para trás. Nesse encontro, muitos estranhamentos, pois Seu Paulo não “acha jeito” de viver na aldeia dos primos porque foi criado/aparentado em outro costume. Ele achou difícil se acostumar com o modo de vida dos primos/parentes consanguíneos, por isso não demora na aldeia de Pedinho e retorna para junto dos outros parentes, também consanguíneos. As relações de parentesco de Seu Paulo, parecem fundadas a partir da captura de Zídia. Captura-se uma desconhecida, tornada “semelhante” e num longo processo vai sendo consanguinizada e consaguinizando o espaço para onde é levada. Nesse processo em que Zídia é aprisionada e (des)aparentada, faz-se outros consanguíneos, outros parentes, com outros costumes.

Seu Paulo não apenas não se acostumou como perdeu o contato com os parentes, os quais voltaram muitas vezes para fazer visitas e dar o endereço. E é na perda do contato e na busca pelos parentes que as narrativas de Seu Paulo Oliveira e D. Floriana Miguens se entrecruzam. Os parentes de Seu Paulo fizeram muitas viagens à procura dos descendentes daquela que foi pega no mato a cachorro. Enquanto nas histórias de D. Floriana, são seus próprios parentes pegos no mato, Antônio Miguens e Rita Ribeiro Miguens é que fazem a viagem da busca. Antônio e Rita também construíram outras relações de parentesco, porém acredito que não desacostumaram/desaparentaram das antigas relações e, portanto, também guiados por suas *memórias do retorno* insistem em reencontrar os outros parentes consanguíneos, dos quais tiveram suas relações sociais cortadas. E, para além das narrativas da avó apanhada a cachorro, o que Seu Paulo aprendeu com a mãe indígena?

“Sua mãe sabia falar a língua dos índios?”, eu lhe perguntei.

“Sabia!”, afirmou Seu Paulo.

“E o senhor lembra de alguma palavra que ela falava que era na língua?”

“Quando ela dizia assim, a gente criava no terreiro, ela dizia vamos matar um *balixin*.”

“Um *balixin*? O que era um *balixin*?”

“Um porco. Uma *garijon*.”

“*Garijon*, o que é *garijon*?”

“É uma galinha.”

“O senhor sabe outras palavras?”

“Eu sei, mas a gente não lembra.”, disse enquanto fazia esforço para recordar de mais outra palavra de uma língua que era impossível sobreviver, uma vez que seus falantes foram esparramados. E se a língua não sobreviveu outros modos de ser resistiram.

“O senhor ainda caça?”, eu quis saber.

“Ainda espero até de noite.”, disse Seu Paulo com entusiasmo.

“Qual é o tipo de caça?”

“Mato tatu, paca, veado às vezes.”, destacou Seu Paulo e depois prosseguiu falando da sua relação com a mata: “No mato eu me dou mais do que na cidade. Na cidade é possível eu me perder e no mato não.”, disse com empolgação e prosseguiu falando do seu gosto por plantação. “Ainda hoje eu sou fanático por plantio, porque o índio trabalha muito de plantação. Hoje eu sou fanático, tudo que tem plantado aqui eu já passei pra os filhos. Eu gosto de plantio. Você quer ver como é plantio? Vamos aqui no quintal.”. Acompanhei Seu Paulo até o quintal, e ali ele me mostrou com orgulho as fruteiras, a roça de milho, de mandioca e de feijão. Depois, apontando para uma área que um dia foi mata, destacou. “O índio ele conserva o patrimônio, ele não quer desperdiçar esse patrimônio, até as árvores serve. E hoje é o desperdício, hoje tá tudo desmatado. Hoje aqui você não conhece mata, eu ainda conheci aqui. E você não conhece mais, não sabe o que é mata, ela é um dos principais, é o que chama a chuva. É o principal que nos traz coisas maravilhosas pra nós, principalmente a água, sem água ninguém vive. Água é vida! Hoje tá em falta, porque quem atrai a chuva é as árvores, mas não tem mais, tá tudo devastado. Se você conhecer mata é muito longe daqui, há algum que conserva. E o índio não, ele tem o amor pela mata, ele vive da mata.”, dizia Seu Paulo com sabedoria. Enquanto ele falava sobre *o índio* que preservava, fiquei pensando que ele era a própria imagem desse índio sobre o qual ele discursava. E suas palavras prosseguiram, destacando que o espaço geográfico do qual é composta esta tese, tem seus rios referenciados por topônimos indígenas. “Cada um rio é eles que bota o nome, é eles que bota o nome nos rios. Olha, esse rio do Galo alguém pensa que seja alguém daqui que botou nome, mas não, é eles que bota. Cada uma passagem os índios sabe dar o nome dos rios tudinho.”

E, conforme destacou Seu Paulo eram muitos os lugares e passagens. “Olha, de Murundé pra cá, pra Galiza, essa área toda é desses índios, era deles. Aí no Pacheco.”

“Ali o povoado Tiquireiro e o povoado Pacheco era tudo chamado de Murundé?”, perguntei.

“Era tudo só um lugar.”

“E o que é Murundé?”, fiquei curiosa com essa palavra.

“Murundé é mode as serras que tem.”, explicou-me Seu Paulo e minha curiosidade só aumentou acerca da etimologia da palavra Murundé. Fiz uma busca e o mais perto que encontrei foi a palavra *murundu*, que tem origem etimológica no quimbundo *mulundu*, significando monte, montanha. Murundé e Murundu teriam as mesmas origens etimológicas? Seria Murundé

um topônimo indígena ou uma encruzilhada negro-indígena? O estudo dos topônimos entre os rios Pericumã e Turiaçu merece uma tese a parte, especialmente quando por essas passagens nas matas também estiveram negros aquilombados referenciando lugares e convivendo com indígenas. Essas encruzilhadas serão descritas no capítulo seguinte, por hora continuo com as narrativas de Seu Paulo que, do início ao fim de nossa conversa, destacou a sabedoria dos povos indígenas: “O índio tem uma sabedoria doida. Eu não sabia, eu vim saber por eles, uma coisa que hoje muito me chama atenção, que até os filhos às vezes ignoram. De que serventia tinha a terra, porque nós somos formados dela. A terra ela tem um contato de saúde pra nós.”, disse-me Seu Paulo batendo os pés descalços no chão de terra batida e prosseguiu. “A pessoa que não pisa quase na terra, é só no chinelo, no sapato, ela adocece depressa. Eu não sabia dessa, eu fui saber por eles. Tem terra que tá contaminada, mas tem terra que não tá. Você tá entendendo? A gente pode andar porque a terra ela faz parte do corpo da gente. Eu não sabia, fui saber por eles.”

Seu Paulo me fez lembrar do conceito *corpo-território* elaborado por intelectuais indígenas, dentre elas Célia Xakriabá, que, em sua dissertação, nos ensina sobre a importância em considerarmos o território como elemento que nos alimenta e nos constitui como pessoa no mundo, pois, segundo a autora, somos parte indissociável do território, sendo o território o nosso próprio corpo. (CORREA XAKRIABÁ, 2018, p. 80). Quando Seu Paulo destaca que aprendeu com indígenas que “a terra faz parte do corpo da gente”, ele é esse próprio corpo-território que aprende no território, pois quando o questionei sobre onde teria aprendido tais ensinamentos com povos indígenas, ele respondeu-me: “Aprendi desde o Tiquireiro. Quando eu saí de lá criança, eles entravam pra o mato pra catar cipó-mochila, imbaúba, eu sei tudo enquanto. Eu aprendi com eles tirar água de imbaúba, janaúba que é remédio, de jupindá que é saúde pra gente.” Seu Paulo falava de uma aprendizagem que se dava no interior de sua comunidade, no povoado Tiquireiro, destacando-a enquanto território indígena e reafirmando ainda mais que ele é corpo-território, conforme ressaltou. “Hoje o pessoal não quer ter parentesa com os índio, mas eu não tenho disso, eu tenho parentesa.”

Acho interessante como meus interlocutores em sua maioria falam em *parentesa* e não em parentesco. Em algumas ocasiões eu mesma já estava utilizando essa palavra, especialmente quando percebia que não compreendiam quando eu perguntava por parentesco, mas era só acionar o *parentesa* que o diálogo fluía. Gosto de *parentesa*, pois de acordo com a gramática portuguesa utiliza-se o sufixo *esa* em substantivos que indicam origem, nacionalidade. E era sobre origem que meus interlocutores falavam quando utilizavam a palavra *parentesa*. Seu Paulo ao dizer que tem *parentesa* com os índios, estava destacando sua origem indígena.



Sebastiana dos Santos
Lopes Teixeira,
"nós sabe lá se nós era Teixeira?"



Sebastiana dos Santos Lopes Teixeira, “nós sabe lá se nós era Teixeira?”

Eu cruzei com a história de Dona Sebastiana estampada nas páginas da dissertação, “Memória e história da comunidade de Imbiral: alianças interétnicas constituídas entre indígenas e quilombolas”, de Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen. Uma dissertação que já chamara minha atenção pelo título e mais ainda quando encontrei em seu interior Dona Sebastiana Teixeira, uma mulher nascida no Povoado Pampilhosa, conforme consta na dissertação:

Eu nasci em Pampilhosa, lá era um pedaço de aldeia, onde tinha um engenho que os portugueses fizeram, meus pais trabalharam muito cortando cana, ainda tem gente por lá, minha última tia ainda mora por lá. Mas nossos ancestrais eram daqui, quando as pessoas começaram a invadir aqui, as pessoas corriam pra outro lugar, com o passar do tempo fomos voltando de novo. A gente era de uma nação só, uma só família, filhos dos negros e dos índios. (TEIXEIRA, 2021b, informação verbal apud VAN DEURSEN, 2022, p. 60).

O lugar de nascimento de Dona Sebastiana chamara minha atenção, uma vez que o Povoado Pampilhosa pertence ao município de Pinheiro, estando localizado nas proximidades do Povoado Tiquireiro, Estrada Grande e Aldeia. Assim, comecei a me questionar: Quais relações de parentesco Dona Sebastiana ainda poderia ter em seu lugar de nascimento, um lugar que ela diz ser *um pedaço de aldeia*? Quem era aquela mulher que trazia em sua narrativa o parentesco com negros e índios e a história da bisavó pega no mato a cachorro? Na Comunidade Quilombola Imbiral – Cabeça Branca, à margem direita do Turi, estariam os indígenas que eu procurava? Foi com essa expectativa que cheguei à Comunidade Imbiral⁶³ e, para minha surpresa, Dona Sebastiana dos Santos Lopes Teixeira era aparentada com os D’Ávila do Povoado Galiza e Pacas, com os Miguens que se fazem presentes nos Povoados Tiquireiro e Pampilhosa e também com os Bacurau (Lopes), do Povoado Apertado. Mas é no Povoado Pampilhosa que ainda reside um grande número de parentes com quem Dona Sebastiana e seu companheiro Luís Carlos Teixeira estabelecem relações. O casal Sebastiana e Luís também são aparentados, conforme me explicaram.

“Minha mãe era Lopes e meu pai era Teixeira, aí misturou. E já a mãe dele era Teixeira e o pai Lopes.”, relatou Dona Sebastiana acerca do seu parentesco e do companheiro.

“Seu Luís como é o nome dos seus pais?”, eu perguntei.

“Manoel Marcelino D’Ávila Lopes e Francisca Joaquina Teixeira.”

“O senhor conheceu avô e avó das duas partes?”

⁶³ Agradeço a Alice Van Deursen pela mediação de minha primeira ida ao território de Dona Sebastiana.

“Da parte da minha mãe eu conheci a avó e o avô.”

“Quem era?”

“O avô era Martiliano Miguens, era conhecido como Dodô.”

“E a avó?”

“Era Marta da Conceição Teixeira.”

“E do lado do pai?”

“Lourença Antera D’Ávila Lopes.”

“E o avô, o pai de Seu Manoel?”

“Era Antônio Fernandes Lopes.”

“O senhor conheceu seu bisavô?”

“Meu bisavô eu não conheci. E nem meu avô da parte do meu pai eu não conheci.”

“O Antônio Fernandes o senhor só sabe o nome, não conheceu?”

“Não conheci.”

“E bisavô o senhor sabe o nome?”

“Do bisavô do lado de papai eu sei. Era Pedro Celestino Lopes, fundador de São Benedito do Céu. Esse que é o fundador do Quilombo São Benedito do Céu.”

“Esse era seu bisavô. E o senhor sabe o nome da bisavó?”

“O nome dela era...”, tentou puxar da memória enquanto a descrevia, “Ela era mãe de santo. Que doidice pra eu me esquecer o nome da minha bisavó, agorinha eu tava me lembrando do nome dela.”

“Agora o nome de pai e mãe de Lourença o senhor não sabe quem era?”

“A mãe dela eu não sei, mas o pai da minha avó era Manoel D’Ávila.”

“Enquanto o senhor tá lembrando o nome da bisavó...”

“Era Thereza o nome dela, era Thereza.”, recordou Seu Luís e prosseguiu. “Ela se assinava em dois títulos, parece que ela se assinava com Silva e Barros. O nome do pai dela eu não sei como era. Ela nasceu em, deixa eu ver se eu me alembro o nome do lugar, ela é filha de Viana, da aldeia chamada Jaguaribe, na beira do rio Jaguaribe, é município de Viana. Lá que ela se casou com meu bisavô. O meu bisavô ele era capataz, ele era mandante de negro na senzala.”

“Mas ele era negro, né?”

“Ele era negro.”

“Geralmente o capataz era negro.”, eu lamentei.

“Era negro, porque eles botavam um negro pra chicotear os outros negros.”, afirmou Seu Luís e em seguida prosseguiu descrevendo o encontro da sua bisavó índia com o bisavô

negro, mas essa história de encruzo deixo para narrar no capítulo seguinte. Agora considero importante destacar as relações de parentesco entre Seu Luís e sua *esposa-prima*, Dona Sebastiana. Após ela destacar o nome de seus pais, Silvestre Teixeira e Etelvina Lopes Teixeira, e da sua avó materna, Joana Rosa Lopes, eu continuei sem saber onde estava o parentesco entre o casal Luís e Sebastiana, ao que perguntei:

“Agora me diga uma coisa, onde que é que tá o parentesco de vocês dois?”

“Deixa eu lhe dizer, é da mãe da minha mãe. A mãe de Joana era Lourença que é a avó desse daqui e era minha bisa.”, contou-me Dona Sebastiana.

“A mãe de Joana é essa Lourença Antera D’Ávila, avó de Seu Luís?, eu perguntei.

“Hein, hein!”

“A Joana é irmã do meu pai e era avó dela.”, destacou Seu Luís.

“A Lourença era minha bisa e aí que tá o parentesco, tanto de um lado como de outro, porque a avó desse aqui também é irmã do meu pai, a Marta da Conceição”, acrescentou Dona Sebastiana deixando minha cabeça um tanto confusa.

“A Marta da Conceição era irmã do pai dela aqui e era minha avó, era mãe da minha mãe.”, explicou Seu Luís.

“A Marta da Conceição é irmã do Silvestre?”, perguntei recorrendo aos rabiscos de um esquema de parentesco que eu desenhara em meu caderno de campo.

“Hein, hein!”, afirmou Dona Sebastiana.

“E a senhora sabe o nome do seu avô, do pai de Dona Etelvina?”

“Eu não conheci.”

“E os pais de Silvestre?”, eu insistia em saber o nome dos avós de Dona Sebastiana.

“A mãe dele eu sei que era Cândida Vitória Teixeira. Agora o pai dele eu não sei como era o nome.”, disse Dona Sebastiana.

“Alexandre.”, interrompeu Seu Luís.

“Parece que era Alexandre, mas eu não sei da assinatura do Alexandre.”, confirmou Dona Sebastiana.

“E quem era lá da Pampilhosa?”, eu quis saber.

“Minha avó Cândida, a mãe dela, nesse trecho de ir e voltar, nessas viagem aqui de índio corrido também, foi panhada também assim de cachorro, a mãe de Cândida, eles panharam e criaram também.”, afirmou Dona Sebastiana e prosseguiu: “Essa minha bisavó, eu não sei o nome dela, mas sei que papai dizia que a avó dele foi panhada de cachorro”.

“Eu escuto muito essa história da bisavó que foi panhada de cachorro.”, comentei.

“Eles panhavam, porque eles corriam e não dava conta de levar as famílias toda e achavam aquelas crianças, acho que ficavam com dó de matar, aí criavam, mudava o nome, assim a assinatura como se diz. Nós sabe lá se nós era Teixeira? Não, nós era os índios que habitavam, era os índios Gamela, era os Tapuio Gamela. Aí pra ele criar bota outro nome.”

A princípio fiquei um tanto intrigada com esse “dó de matar”, verbalizado por Dona Sebastiana. Fiquei a me questionar onde existe *dó*, quando crianças são sequestradas de suas mães. Por que processos violentos podem ser narrados, em certos momentos, abrandando a violência? Talvez porque eu não esteja lidando com a memória de uma criança que se tornou bisavó a partir da violência do estupro. O que tenho são memórias de quem não viveu o cativeiro, memórias de alguém que não foi colocado num quartinho para amansar depois de perder a mãe e, conseqüentemente, o nome⁶⁴. Estou lidando com memórias transmigradas de corpos violentados para os corpos frutos dessa violência e, como já disse anteriormente, é nessa transmigração da memória que muita coisa se esquece e se recria.

Dona Sebastiana lança a dúvida, “Nós sabe lá se nós era Teixeira?”, mas logo em seguida a certeza de que eram os Tapuio Gamela, os quais foram nominados de muitas formas, diversas “*assinaturas*” foram impostas. O “Nós sabe lá se nós era Teixeira?”, lançado por Dona Sebastiana pode reverberar em outros sobrenomes: Nós sabe lá se nós era D’Ávila, Miguens, Lopes, Sarges, Ribeiro, Silva...? Por que nomear o já nominado? Teriam essas mulheres se recusado a revelarem seus nomes, assim como o fez a índia Rosalina que se “recusou a dizer que nome trazia do mato”?, conforme observado na tese de Jurema Souza (2019, p. 103) acerca dos Pataxó Hãhãhãe. Ou como fez Ishi, o índio sobrevivente do povo Yahi na Califórnia, que foi capturado e também se recusou a revelar o seu nome yahi? (bell hooks, 2019, p. 332). Nessa lógica de nominação, as pessoas capturadas carregam sobrenomes dos seus capturadores. Como relatou Josefina Serra dos Santos, mulher quilombola da Baixada Maranhense: “eles tiraram tudo da gente, tiraram nossa referência, tiraram nosso nome, nosso sobrenome. A gente não tem nome dos nossos antepassados, a gente não tem sobrenome, a gente tem nome deles”. (Podcast Opará, 2021⁶⁵). É o parentesco se (des)fazendo na captura e na imposição de outros nomes. E é justamente pelo sobrenome que parentescos indígenas se tornam aparentes e povoados são revelados como territórios indígenas. O que se observa entre os rios Pericumã e Turiaçu é que a estratégia de desaparentamento a partir da imposição de sobrenomes, atualmente tem o efeito de nos revelar a geografia de um parentesco indígena soterrado há séculos de sileciamento, em

⁶⁴ Ver Saidiya Hartman (2021, p. 292).

⁶⁵ Podcast Opará Ep. #1: A Baixada é Quilombola. Entrevistada: Josefina Serra dos Santos. Entrevistadora: Zane do Nascimento. 7 de fevereiro de 2021.

que o único barulho repercutido ao longo do tempo pode ser resumido na máxima, “a minha bisavó foi pega no mato a cachorro”.

Entre esses rios temos uma rede de povoados e sobrenomes. E quando falo em rede, refiro-me também a esse artefato entrelaçado de fios que forma um tecido de malhas. Em todos os povoados pesquisados se teceu no passado redes de fios de algodão. E a sensação que tenho é que uma grande rede de fios foi tecida coletivamente por Miguens, Teixeira, D’Ávila, Lopes, Sarges, Ribeiro e Silva, dando origem a uma trama de povoados indígenas. Nessa rede, os fios são sobrenomes que se entrelaçam, pois, ao mencionar um dos sobrenomes em quaisquer dos povoados pesquisados, histórias de parentesco são narradas conectando territórios.

“E esse D’Ávila, de seu pai Manoel Marcelino D’Ávila Lopes, vem de onde? Tem parente lá pela Galiza?”, indaguei Seu Luís.

“Tem na Galiza, tem nos Três Furos, no Pimenta que a gente chama Presidente Sarney. Maria D’Ávila era irmã da minha avó.”

“Tinha um Dorotheu D’Ávila, né?”

“Deixa eu lhe dizer, tinha Dorotheu, Adão, Simão...”, Seu Luís foi destrinchando uma sequência de D’Ávila, todos irmãos de sua avó Lourença Antera D’Ávila Lopes. Enquanto ele narrava eu ia rabiscando em meu caderno, completando um esquema de parentesco que já se tornara quilométrico, assim como as distâncias entre os povoados, mas estas distâncias são encurtadas por caminhos, conforme descreveu Seu Luís: “Esse caminho do Basto vai sair lá na Estrada Grande. Deixa eu dizer pra você o que se trata de Estrada Grande, ali tudo era só uma aldeia, eu digo porque eu conheci demais, chamada rio Pelônia. Lá tem um igarapé chamado Baixa Verde, ficava lá perto da onde a avó de Sebastiana morava”. Seu Luís vai descrevendo os povoados como aldeias indígenas, como um único território, um *espaço liso*, conforme prosseguiu: “Lá em Forquilha tem um povoado chamado Pau Furado, é um território que era só um, isso tudo era só aldeia. Tiquireiro é aldeia grande, a estrada passou dentro.”

“Tem um Murundé pra lá, pras banda do Tiquireiro.”, eu comentei.

“Murundé é a terra aonde meu avô morreu. Lá foi que Antônio Fernandes morreu, quando ele saiu daqui, da Maria Piaba, ele foi pra lá, porque ele tinha uma tia minha que morava lá.”, fui surpreendida com mais uma conexão entre Seu Luís e os protagonistas dos capítulos anteriores, Seu Paulo Oliveira e Dona Floriana Miguens. Murundé, “área toda desses índios”, como disse Seu Paulo, era também território habitado pelos antepassados de Seu Luís, também neto de um Miguens, Martiliano Miguens, que era filho de Paulo Miguens, do povoado Pampilhosa.

E foi justamente em uma conversa com Seu Manoel Marcelino, 89 anos, pai de Seu Luís que aproveitei para perguntar: “Esses Miguens eram tudo índio?”

“Era, tudo índio, tudo índio.”, afirmou Seu Manoel.

“Só não tinha era a identidade revelada.”, completou sua filha.

“Lá era tudo índio, senhora. O velho pai deles, o Paulo Miguens, diz que eles panharam como quem panha bicho no mato. Era índio puro, índio que pra falar era uma luta. Ele falava enrolado.”, destacou Seu Manoel.

Fiquei pensando nessa luta de Paulo Miguens e de muitas outras crianças indígenas capturadas para falarem uma língua que não era a língua materna, mas uma língua imposta em que a necessidade dessas crianças em serem compreendidas lhes obrigava a tentarem falar um português que só pode resultar em uma fala enrolada, emaranhada com tupi/jê. E é nesse emaranhado que sobrenomes se tornam famílias de bichos, Cutia, Veado, Caranguejo. Essas famílias de animais percorrem longas distâncias nas memórias de quem narra histórias de parentesco. E foi acionando o apelido animal que perguntei para Seu Manoel: O senhor conheceu os Cutia que tinha ali no Tiquireiro? Leônidas Cutia?

“Conheci demais!”, afirmou Seu Manoel e perguntou em seguida: “Leônidas ainda tá vivo?”

“Tá!”, afirmei.

“Faz tempo que eu não olho Leônidas. Tá gordo?”

“Tá, tá gordo. Conta história que só ele.”. Lá estava eu levando notícias de um amigo para outro, de um povoado para outro, recontando histórias: “Ele era neto de Cunegunda, a avó dele foi panhada de cachorro.”

“A cara dele é de índio, não esconde.”, Seu Manoel chamou atenção para a aparência, para o parentesco soterrado que se torna aparente quando da análise dos sobrenomes/apelidos.

“Rapaz, aí no Tiquireiro, falar a verdade que no Brasil, tem muita gente. Agora o problema é que as identidades é que não são reveladas.”, mais uma vez a filha de Seu Manoel adentrou nossa conversa, insistindo em identidades não reveladas: “Se você vai em Pampilhosa ali onde a família da minha mãe, você não olha outra pessoa que não seja, mas aí a identidade não é revelada.”

“É tudo índio, senhora, não esconde.”, completou Seu Manoel.

Talvez nunca se tentou esconder, assim como nunca foi dado ouvido as histórias de parentesco dessas pessoas, por isso *identidades indígenas não eram reveladas*. É o exercício da escuta, ouvir palavras e o silêncio de corpos-documentos ao qual eu me permiti, que tem me mostrado como o parentesco indígena dessas famílias pode ser tão aparente quanto as tentativas

de invisibilidade de tais parentescos. Eu fui seguindo sobrenomes/apelidos, conforme eu os escutava:

“Olha, tem uma família de Lopes que é parente da gente também. É uma família de Bacurau.”, destacou Seu Luís. Essa era a primeira vez que eu ouvia falar nos Bacurau, sendo mais uma família conectada com os Teixeira e Miguens. Seu Luís prosseguiu destacando que esses Lopes eram de um lugar chamado Apertado. Foi então que eu me recordei que eu havia entrevistado uma senhora no lugar Ilha Grande, de nome Maria Maura Lopes, mas que cuja mãe era do Apertado. Comecei a especular que Dona Maura, conhecida como Dona Cotinha, tataraneta de uma mulher indígena pega no mato a cachorro, era uma Bacurau e que era aparentada com Seu Luís Lopes do povoado Imbiral.

“Eu sei onde é o Apertado. O senhor tem parente ali?”, continuei indagando Seu Luís.

“Tenho!”, afirmou Seu Luís.

“Lá tem mesmo uma família grande de Lopes.”

“Lá esse pessoal são Bacurau. E eles são parente de papai, mas a gente quase não se conhece assim.”, lamentou Seu Luís e eu parei de perguntar sobre os Bacurau, uma vez que ele sabia pouco sobre esses parentes. Porém, por mais que eu não tenha dado tanta atenção aos Bacurau naquele momento, eles reapareceram em outros povoados demonstrando o quão indígena é a história de parentesco da família Bacurau.

Odinéia Lopes, "eu sou Bacurau"



BACURAU

Odinéia Lopes, “eu sou Bacurau”

Como cheguei até Dona Odineia Lopes ou como ela chegou até mim? Em uma das minhas idas a campo, fiz uma parada no Povoado Ribeirão do Meio, e somente no dia seguinte eu prossegui viagem para o Povoado Galiza, para o município de Presidente Sarney. Ali no Ribeirão fiquei hospedada na casa da minha amiga Girlene Pimenta. Essa hospedagem rendeu boas conversas à noite e o encontro com o seu cunhado Dedé, que, ao ouvir sobre minha pesquisa começou a falar da mãe e das histórias que ela contava sobre a bisavó que era *índia*. Nas histórias que Dedé contara naquela noite, uma coisa chamara minha atenção, pois ele insistia com uma narrativa de que a avó não falava direito, apelidava os netos por nome de bichos.

E foi em busca dessa história que cheguei até a mãe de Dedé, Inácia de Jesus Lopes Ferreira, ou simplesmente Dona De Jesus, como é conhecida. Iniciei nossa conversa com as mesmas perguntas que geralmente iniciava qualquer entrevista, nome dos pais, avós e bisavós. A partir desses dados já era possível perceber as relações de parentesco, mesmo os entrevistados estando em povoados os mais distantes possíveis. E foi somente depois de saber a filiação de Dona De Jesus, que eu trouxe para a nossa conversa esses outros lugares e pessoas.

“A senhora tem alguma parenta ali na Ilha Grande?”, perguntei.

“Eu acho que tem.”

“Uma que eles chamam Cota, Cotinha...”, eu insisti.

“Essas já são parenta do meu avô Anselmo. Tinha uma Cota velha que morava com um tal de Hipólito... Agora já a mais nova eu nem conheço. Eu conheci a velhona, eu tava criança quando eu vim de lá.”

“Essa mais nova é Dona Maria Maura, mas eles chamam ela de Cotinha. Agora essa velha era a Maria José Lopes que eles chamavam Cota. Ela morreu com 100 anos. Era filha de Desidério mais Graciliana Lopes.”, eu recontando a história de parentesco que escutei de Dona Cotinha.

“Isso! Esse Desidério foi padastro do meu avô Anselmo. Eu não sei se quando ele se largou com essa mulher, mas o certo é que ele ainda morou com a mãe do meu avô, aí tiveram uns filhos. Mas só que Desidério não era o pai do meu avô, era padastro.”

“E quem era a mãe de Anselmo?”.

“Era Jacinta Raimunda Lopes.”

“Que era a esposa de Onofre.”, eu me adiantei.

“Isso! Onofre que era o pai do meu avô. Depois que o Onofre morreu foi que ela morou com Desidério.”

“Como o Onofre se assinava?”, interroguei.

“Onofre eu nunca vi chamar o nome dele completo. Quando eu nasci ele não existia mais, já tinha morrido. Aí a Jacinta Raimunda eu sei porque eu ouvia meu avô dizer, dava assim o nome da mãe quando chegava gente.”

“O seu avô Anselmo é irmão do Venâncio.”

“Isso!”, afirmou entre sorrisos e parecia confiante em dialogar comigo, talvez porque eu já soubesse partes do seu parentesco. Ela prosseguiu: “Anselmo era irmão do Venâncio Lopes, do Pedro Bacurau que eles chamavam.”

“O Venâncio eles também chamavam de Venâncio Bacurau, né?”

“Era! Era uma família só.”

“A senhora sabia que a senhora é mesmo parenta de um pessoal que tem na Pampilhosa.”

“É. É só uma parentagem.”, destacou Dona De Jesus e eu quase completo que era só uma parentagem com sangue indígena. Mas esperei pelas histórias que eu tinha ido em busca, a história da bisavó indígena apanhada a cachorro, que apelidava os netos por nome de bichos. E se essa história não surgiu espontaneamente, lancei a pergunta: “Eles contavam essa história de alguém panhado a cachorro?”

“Eles contavam que a minha bisavó diz que foi panhada a cachorro, era *índia braba*.”

“Qual bisavó?”

“A mãe de Maria Catarina, da parte de meu pai. Essa bisavó eu não conheci. Essa diz que era *índia braba*. Meu avô contava que foi não sei quantos vaqueiro com cachorro e tudo pra poder panhar ela.”

Índia braba (*subst. fem + adj; exp. pop.*). Criança indígena que resiste à captura, à separação da sua família. Resiste ao desaparentamento, à perda da língua, à imposição de um outro nome e sobrenome, portanto luta com todas as forças para não se deixar ser (des)aparentada.

Continuando o diálogo com Dona De Jesus, puxei a história que o seu filho Dedé me contou acerca dos apelidos, nomes de animais. Ela mencionou o seu apelido, Tijuba, conforme destaquei na introdução e também mencionou os apelidos das irmãs: Lobo e Cutia. Porém, sobre essa história de apelidos e da bisavó apanhada, eu quero trazer outros parentes de Dona De Jesus para contar, pois o diálogo com ela me conduziu até o Povoado Apertado para entrevistar o seu tio de quase 80 anos de idade, João Sarges, conhecido como João Lopes, filho de Maria Catarina e neto da mulher indígena apanhada. Para chegar até Seu João Lopes, no

Povoado Apertado, eu entrei em contato com uma amiga, Ana Luzia Ferraz, que é moradora do lugar. E foi por intermédio dela que no dia 29 de julho de 2022 eu estava sentada na varanda da casa de Seu João Lopes a prostrar com ele e sua companheira Francisca das Chagas Lopes (Dona Chiquinha) que, por sinal, é sua prima e esposa. Ali naquela varanda estavam presentes também o filho do casal, Luan Lopes, minha amiga Luzia e meu companheiro André.

“O senhor que é o João Lopes?”, já fui perguntando.

“João Sarges. Eles me conhecem pelo Lopes, mas eu não sou Lopes.”

“Por causa do pai que era Lopes, mas não assinou o documento dele, só a mãe.”, explicou-me seu filho Luan.

“E o nome do seu pai como era?”

“Raimundo Lopes.”

“E a sua mãe era Maria Catarina, né?”

“Maria Catarina Sarges.”

“Ela tá bem informada.”, disse Dona Chiquinha, dando risadas.

“Eu tô dizendo que ela já descobriu a nossa família todinha.”, confirmou Luan entre os risos de todos ali sentados na varanda.

“A sua esposa é Lopes por causa do senhor?”

“Não. É da mãe dela.”

“Vocês são parentes, o senhor e sua esposa?”

“É.”, afirmou Seu Luís Lopes. E em seguida o Seu filho Luan confirmou: “Tem uma meia parentagem.”

“Quem eram seus pais Dona Chiquinha?”, eu perguntei.

“João Pereira e Joana Lopes.”

“Vocês têm uns parentes lá em Imbiral?”

“A gente não sabe, aí só você pra descobrir.”, respondeu Luan, já me dando uma missão.

“Eu não sei se a gente não tem.”, respondeu Seu João Lopes.

“De quem Joana era filha?”

“De Inácia Lopes. Ela era irmã de meu pai.”, disse Seu João Lopes que a princípio parecia desconfiado com meu interrogatório.

“Agora eu já sei de quem vocês são parente, de um pessoal lá da Ilha Grande, Cotinha, Cota, não é?”

“É nossos parentes.”, afirmou.

“Eu conversei com a Cotinha.”

“Ela ainda é viva?”, perguntou-me Seu João.

“A Cota não, só a Cotinha a mais nova, a velha já morreu.”, eu levando notícias.

“A velha já morreu.”, lamentou Seu João.

“Rapaz, ela já descobriu nossa parentagem.”, Luan continuava abismado com as informações que eu já tinha sobre o parentesco da sua família.

“Agora vamos lá na história de sua mãe. Dona De Jesus, sua sobrinha, que é filha de Seu Genésio, contou que a bisavó dela foi panhada de cachorro, que era mãe de Maria Catarina, é isso?”

“Não. Então ela errou.”, disse Seu João.

“Então me diga aí quem foi, me conte a história.”

“Essa que foi panhada de cachorro foi minha bisavó.”

Permitam-me trazer para esta varanda, Dona Odinéia Lopes, 80 anos, irmã mais velha de Seu João Lopes. Apesar do meu encontro com ela ter ocorrido em outro espaço, no terraço da casa de sua filha em Pinheiro, dois dias depois de encontrar com Seu João Lopes no Povoado Apertado, considero oportuno trazê-la de volta ao seu lugar de origem, ao lado do irmão mais novo, pois enquanto Seu João diz que não foi a avó que foi apanhada de cachorro, Dona Odinéia ressalta que foi a avó Camília, mãe de Catarina, que foi a criança indígena capturada.

Sobre a captura de Camília, descrevi no capítulo 1, mas segue um trecho dessa captura narrada por Seu João Lopes. “Aí essa mulher, a que era índia, disse que era uma menina desse tamanho assim (em média 7 anos), gorda que ela não podia correr só de gorda. Aí eles mataram um mucado e cercaram, aí ela ficou dentro da casa, não pôde sair, desse tamanhinho. Aí ela, assim que mamãe me contava, aí os outros chegaram pra matar e ele disse não, que não era pra matar ela. Aí eles procuraram pra ela, falaram com ela e ela não falava. Aí ele convidou ela pra ir embora com ele, ela disse não, só sacudiu a cabeça. E aí os outros: *Rapaz, então vambora logo matar ela*. Aí ele disse: *Não, não mata, não mata ela*. Aí pelejou, pelejou, até trouxe ela pra casa. Aí ela não comia comida assim. Aí ele foi criar essa menina, ele foi criando ela, o que ela comia era farinha d’água escaldada, tinha que fazer todo dia aquela massa escaldada pra ela, mas ela não falava com ninguém. Aí depois ela começou falar com ele. Aí dessa que ele foi criar ela, aí ele se casou com ela.”

Virando-me para Dona Odinéia, perguntei. “Agora me conte essa história, quem era que eles contam que foi panhada de cachorro?”

“Foi a Camília. Meu avô Furtoso tava caçando, aí diz que ela era muito gorda e aí ela se atrasou e eles tinham o cachorro e panharam. Eles andavam atrás dele pra matar.”

“Os índios andavam atrás do Furtoso pra matar?”, perguntei.

“Pra matar por causa da índia, diz que era muito bonita. Ela era grandona, essa conheci que eu ainda me lembra da feição dela.”

“Ah, a senhora ainda conheceu a Camília.”

“Eu conheci. Nós era criança e nós ia pra lá mais minha mãe.”

“Ela morava com o Furtoso ou a senhora não chegou a conhecer o Furtoso?”

“Não, ele já tinha morrido.”, afirmou Dona Odinéia. E, assim ocorreu na maioria das histórias que eu escutei, o avô/bisavô morrendo primeiro e não porque a média de vida deles era mais baixa do que as bisavós indígenas, mas sim porque eram homens se relacionando com crianças capturadas.

“Ele pegou ela aonde?” eu insistia nos detalhes.

“Ele trouxe ela e morava no Ribeirão.”, Dona Odinéia só recordava do lugar onde moravam. “Lá que eles moravam ali pra o Ribeirão. Como é que eles chamavam? É Segredo, que agora é Ribeirão. Aí ele trouxe ela.”

“Eles vieram e foram morar no Segredo, no Ribeirão, o Furtoso, né?”, eu querendo ter certeza de que havia entendido.

“Hen, hein! Era Segredo que eles chamavam, agora virou Ribeirão.”

“Então ela não tinha irmã, a Camília?”

“Não!”, afirmou Dona Odinéia e sua filha Telma completou: “Não, não tinha porque foi panhada a cachorro e foi separada da família.”

A criança foi separada e levada por Furtoso para a sua casa. “Na hora que chegava uma pessoa ela corria e se escondia.”, descreveu Seu João Lopes. “Aí ela não comia, comer de outra pessoa de jeito nenhum, só comia o comer que ele fazia. Aí ele tinha que botar pelo menos um tipiti de massa hoje pra amanhã ou depois, pra quando tivesse mole pra ele ir pra casa do forno, porque ela não comia farinha torrada. Só comia a hora que escaldava e fazia o bulão. Aí ele fazia essa, no outro dia já não tinha, aí ele ia fazer pra ela.”

As narrativas sobre o que comia Camília, foram memórias transmigradas tanto para Seu João Lopes quanto para Dona Odinéia, pois nem precisei perguntar para ela sobre os estranhamentos de Camília em relação à comida. “Ela não comia farinha que a gente comia, ela comia era bulão. Eles tinham que escaldar a farinha pra dar pra ela comer aquela massa escaldada.”. Essa massa escaldada, chamada *bulão*, aparece em outras histórias de crianças indígenas capturadas, em histórias em que essas crianças passavam vários dias sem comer, incompreendidas no paladar e na língua. E é sobre os modos de fala que Dona Odinéia dá prosseguimento em sua narrativa: “Minha mãe não sabia falar. Ela falava meia língua, ela não

sabia chamar nome não. Ela não chamava nome assim, só pela metade que ela tinha a língua pegada, sei lá.”

“E Camília quando a senhora conheceu ela, ela falava português?”, fiquei curiosa acreditando que Dona Odinéia pudesse lembrar de uma palavra em uma língua indígena.

“Ela todo tempo não sabendo falar.”, destacou.

“E a Dona Maria Sarges já foi aprendendo com ela esse jeito de falar.”

“Nasceu assim.”

“Diz que a Maria Sarges apelidava vocês, chamava por apelido, os netos por nome de bicho, né?”, enfim cheguei à pergunta que me levou a Dona De Jesus, consequentemente a Seu João Lopes e a Dona Odinéia.

“Era, tudinho.”, afirmou Dona Odinéia.

“A senhora tinha algum apelido que ela chamava?”

“Ela me chamava era Dida e até lá no Apertado tem gente que me chama Dida. Ela me chamava Dida porque não sabia chamar Odinéia.”

E nessa história dos apelidos me volto pra Seu João Lopes. “Como ela chamava o senhor?”, minha pergunta gerou muitos risos naquela varanda.

“Ela apelidava o que, os netos, os filhos? Era o filhos, netos... Neto ela não conheceu.”, Seu João se fez de desentendido.

“Ela conheceu neto.”, afirmou Dona Chiquinha.

“Cadico, né, que ela botou Urubarana. Não foi ela que botou Urubarana?”, perguntou Luan.

“Foi.”

“Quem é Cadico?”, eu quis saber.

“É filho de Dona Odineia.”, afirmou Luan.

“Urubarana que ela chamava ele.”, destacou Dona Chaguinha e seu filho Luan completou. “Até hoje ele ainda é conhecido assim, o filho de Dona Odineia.”

“Era Urubarana, tudo ela chamava. O que dava certo ela chamava.”, destacou Seu João Lopes.

“Urubarana é o quê?”, eu querendo saber que bicho era esse, mas Luan não entendendo minha pergunta adiantou. “É o filho de Dona Odineia.”

“Mas é o que, um peixe?”, perguntei.

“É um peixe.”, afirmou Dona Chiquinha.

“As filhas de Seu Genésio, uma lá chamava Cutia, a outro era Lobo e a outra era Tijuba. Agora eu não sei o que é Tijuba.”, destaquei.

“Parece que é uma formiga.”, Luan opinou.

“Não. É um maracanã. Ele é disso assim pra cabeça, ele é bem amarelo que é uma beleza.”, descreveu Seu João Lopes.

“Ah, é um pássaro?”, eu duvidei.

“É um maracanã. É dos maior que tem.”, insistiu Seu João Lopes.

“Ah, é um tipo de pássaro maracanã?”, perguntei novamente pra ter certeza que entendi.

“É. Esse aí é pouca gente que conhece ele, porque ele fala estrangeiro, mas ele é difícil aqui nesse lugar.”, afirmou Seu João Lopes e eu vi muito sentido no apelido dado para a neta. Dona Maria Catarina é descrita como aquela que não sabia falar direito, a estrangeira, incompreendida em sua fala herdada da mãe Camília. Ao apelidar a neta de Tijuba ela inverte a lógica da fala estrangeira e curiosamente Dona De Jesus tem a pele mais clara de todos os netos, é como a tijuba, “bem amarela”, conforme destacou Seu João Lopes.

E o apelido de João Lopes? Eu insistia. “O senhor tinha alguma apelido que sua mãe chamava?”

“Eu? Meu?”, sempre desentendido quando o assunto era o seu apelido.

“Hen, hein! Ela lhe chamava por algum apelido?”

“Não.”, afirmou Seu João enquanto o filho dizia baixinho. “É Tamangá.”

“Como era?”, perguntei virando-me para Luan.

“Tamangá.”

“Tamandúá?”, perguntei tamandúá acreditando que Luan teria errado o nome do animal, mas ele repetiu. “Tamangá.”

“Genésio ela chamava Periquito.”, destacou Seu João Lopes.

“Olha aí, ele sabe dizer os dos outros e o dele ele não diz.”, disse minha amiga Ana Luzia, que a princípio só ouvia as histórias.

“Eu não tenho apelido.”

“O dele ele não diz.”, disse Dona Chiquinha.

“E o que é Tamangá?”, insisti com o apelido que Luan falou que era do pai.

“Era tamandúá. Ela chamava Tamangá.”, explicou-me Luan,

“É porque ela não sabia, ela não falava direito.”, destacou Seu João

“Ela falava outra língua.”, eu quis deixar evidente que ela sabia falar, porém uma outra língua.

“Ah, quando ela se zangava, ela falava e tu não escutava como daqui aí. Ela puxava logo a geração da índia.”, recordou Seu João Lopes acerca de sua mãe, Maria Catarina Sarges. Maria Catarina puxava uma geração indígena através das palavras, das memórias transmigradas de

sua mãe Camília Sarges, uma criança indígena raptada, uma *índia braba*, pois esta foi a única ancestral de seu parentesco materno que Maria Catarina conheceu. No entanto, mesmo não conseguindo recuar para além da geração da mãe, as relações de parentesco construídas mesmo a partir da captura de Camília, demonstram que para todos os lados Maria Catarina tinha ancestralidades indígenas, porque muitas vezes um capturador era ele próprio filho/neto de uma mulher indígena capturada.

O diálogo que tive com Dona Odinéia, a filha mais velha de Maria Catarina Sarges, demonstra bem essas redes de parentesco entre famílias formadas a partir da captura de crianças indígenas. Quando iniciei a entrevista com Dona Odinéia uma das primeiras perguntas que eu fiz, foi se ela era parente dos Bacurau e obtive com muita empolgação sua resposta. “Eu sou Bacurau.”. Ao longo da nossa conversa, pouco falamos sobre os Bacurau, os Lopes, seu parentesco paterno. Eu comecei a interessar-me pelo sobrenome de sua avó materna Camília Sarges e já no encontro com Seu João Lopes também questionei o (sobre)nome da avó.

“Dona Camília ela era Sarges?”

“Rapaz, eu acho que botaram por causa do homem que trouxe ela e casou com ela.”, disse Seu João.

“Por causa do Furtoso?”, perguntei.

“É.”

“O senhor acha que ele que...”

“Ele que botou esse título pra ela, porque ele trouxe ela, acabou de criar e foi fazer família com ela.”, Seu João completou meu pensamento e prosseguiu. “Aí ele era Sarges e botou o nome dela Sarges. Aí foi introduzindo a produção e já foi saindo esse sobrenome por causa dele.”

“Por causa desse que pegou, né?”

“É. Eu sei que ela não tinha esse sobrenome lá dentro da aldeia deles não.”, afirmou seu João.

“A propriedade era dele, ele botava o nome e o sobrenome...”

“Que ele quiser.”, Dona Chiquinha completou.

“O direito de propriedade.”, sussurrei. Em seguida quebrei o breve silêncio que se instaurou e me virei para o filho de Seu João Lopes. “Tu sabia dessas histórias Luan?”

“Bem pouquinho.”, respondeu um tanto surpreso. Talvez não imaginasse a quantidade de detalhes e a violência por trás de uma bisavó apanhada no mato a cachorro.

Enquanto Seu João Lopes afirmava com certeza a origem do Sarges, como um sobrenome imposto por seu avô Fortuso para a sua avó Camília, Dona Odinéia, inicialmente,

tinha dúvidas sobre a origem do sobrenome. Conforme eu lhe indaguei. “Quem era Sarges, devia ser ele, né?”

“Sarges eu acho que só podia ser a Camília. Eu não sei.”, disse Dona Odinéia com dúvidas.

“Eu tô achando que esse Furtoso que era Sarges e botou nome e sobrenome na Camília.”, eu insisti com o que eu já havia escutado de Seu João Lopes.

“Eu acho que foi mesmo. Eu acho que ele é que era, porque nossa família tinha um Lázaro Sarges, que fazia festa em Pacas.”

“Rum?! Os Traíra?”, perguntei surpresa, pois até então não tinha associado o Furtoso Sarges ao Lázaro Sarges, a família dos Traíra.

“Hen, hein! Ele é Sarges e nós somos uma parentagem com eles.”

“Ah, vocês são parente dos Traíra.”, eu disse ainda perplexa com essa rede de parentesco.

“Pois é, verdade. Sarges é ele.”

“Lá tem uma família grande na Galiza.”

“É, eles moram na Galiza.”

“Então o Lázaro era irmão do Furtoso?”

“Eu não sei. Só podiam era ser parente.”

“Parente de Lázaro Sarges. Esse Lázaro era marido de uma Ludgera.”, afirmei.

“Eu conheci ela.”

“A senhora conheceu a Ludgera?”

“Hum, hum! Eu fui criada lá em Pacas na casa de meu padrinho. Aí eu estudava lá.”, disse-me Dona Odinéia e eu fiquei pensando: *Nossa que mundo pequeno!*, ou melhor, pequeno é o espaço entre os rios Pericumã e Turiaçu, pouca terra para muitas bisavós apanhadas no mato a cachorro. Lázaro e Ludgera eram pais de Paula Traíra (Paula Quintina Sarges) que era esposa de Chico Traíra (Francisco Cunegundes Silva), este último, filho da mulher dos meus sonhos, descrita no capítulo anterior, Idelfoncia Mariana Ramalho.

Eu perguntei novamente, porém num tom de afirmação. “Ah, a senhora conheceu a Ludgera que era esposa desse Lázaro.”

“Pois é, sim senhora. Eles faziam a gente ir pra igreja. Lá eles faziam festa. Eu fui pra lá com 7 anos que meu pai me botou pra lá, diz que pra aprender, mas não aprendi porque todo ano ela tinha um filho e me botava pra ser escrava.”

“Eu imagino.”

“Era senhora! Aí eu não aprendi nada.”

“A senhora foi criada por quem?”

“Com Luiza Beckman e Celso Peixoto. Eles moravam bem ali, a casa era na direção da...”

“Perto do Paraíba.”, completou sua filha Telma.

“Servindo de escrava pra eles?”, eu perguntei.

“Servindo de escrava, eu era criança.”, afirmou Dona Odinéia fazendo-me lembrar da “menina-brinquedo” que abre as páginas desta tese, minha tia Benedita Ferreira, bisneta de uma mulher negra escravizada. Agora eu estava diante de uma outra “menina-brinquedo”, uma neta de uma mulher indígena capturada, uma Bacurau, aparentada com os Traíra. Parecenças negro-indígenas nos conectando.

OS INDIOS

s indios de praticar um terrivel massacre
este municipio.

tes, e uma creança agonizante. O exodo dos
municipio de Vianna. O dr. juiz de direito
cimo do Estado.

o o facto ao conheci
Professor Appolinario
«ca», municipio de Via
referido professor tel
autoridades de Munc
do lugar «Alto T
os da invasão dos

Tury», mandaram i
e muitos indios ha
o rio em direcção
e Pinheiro.
é Francisco Gonç
nte no lugar «Cap
de Vianna, proxim
nta», onde se dessenn
ia, se dirigio por carta
subdelegado, em «Pericu
o ao por dessas tristiss
rencias.

subdelegado referido, sr.
undo Nonato Araujo, veio a
dade onde esteve no dia 27, e
r se com as auhioridades l
re as providencias a serem t
contra novas invasões de in
estão a receiar os lavra
lla zona, havendo o dr. ju
da comarca transmitti
per telegramma ao dr. p
do Estado.

anta nos o subdelegado
do Nonato Araujo, a
a gentileza das inform
cam sobre o massacre
os cadaveres encontr
saqueada, estão atr
uas a tres flexas.
mais mesmo subde
radores da zona
proximidades, nã
io como os de V
preparam para
ria no caso de r

Conceição Quatí,

"diz que a minha toda nação é de índio"

Conceição Quatí, “diz que a minha toda nação é de índio”

Dona Maria da Conceição Leite Pimenta, conhecida no Povoado Aldeia por **Conceição Quatí**, apelido que herdou do pai Inácio Quatí, Inácio Costa Leite, é um *corpo-documento* bisneta de uma mulher indígena “apanhada no mato a cachorro”, capturada, sequestrada. Filha de Maria **Norata Pinheiro**, neta de **Servina Pinheiro** e bisneta de **Catarina**, da qual ela não lembra o sobrenome, não sabe se era Pinheiro, mas recorda: “Minha avó já era mistura do índio, tá vendo? Mas a bisavó já era mais índia”. Dona Conceição Quatí traz no corpo e nas práticas cotidianas parencas indígenas que ela não nega, destaca: “Eu vejo dizer que minha avó, a minha bisavó era gente de índio, era aparentada com índio. E eles me olham e diz que eu sou igual índio porque tenho os olhinho pequeninho. Por isso que muita gente me olha e diz, tu é raça de índio. Eu não digo nada porque diz que a minha toda nação é de índio.”

Conheci Dona Conceição Quatí através da atividade com estudantes do Ensino Médio, já descrita na introdução desta tese. Dona Conceição me foi apresentada, a princípio, indiretamente por sua neta e minha ex-aluna, Thaís Pimenta. Digo indiretamente porque Thaís realizou o trabalho tendo como fonte o seu avô José Pimenta, esposo de Dona Conceição. A avó só fui conhecer quando iniciei o projeto de pesquisa “Tecendo Fibras, Tecendo Histórias: um estudo da influência indígena na produção de artefatos trançados de fibras”, quando me veio o convite de Thaís para ir ao seu Povoado Aldeia conhecer o seu avô, pois, segundo ela, o mesmo sabia fazer cofo, abano e contar histórias.

Em 2015, estive pela primeira vez na casa de Thaís e ali fui atraída pelo silêncio de sua avó, Dona Conceição, na época com 78 anos. Após esse primeiro encontro, outras idas e vindas ocorreram ao Povoado Aldeia, mas foi em março de 2022, que a casa de Thaís se tornou refúgio para realização do trabalho de campo realizado em Aldeia e nos povoados vizinhos. Dona Conceição, com seus 84 anos de idade, já era uma amiga, uma avó, uma das senhoras com quem eu mais conversei, mas quase nada gravei, porque o que eu queria saber, Dona Conceição Quatí me dizia com o seu modo de ser.

Considero difícil descrever *modos*. O que posso dizer é que Dona Conceição era mulher fiadeira e que até os dias de hoje só dorme em rede, mesmo a cama estando ali do lado. Gosta de comer peixe assado com farinha e adora comer *tiquara*⁶⁶, conforme ela mesmo destaca, “Tiquara era comida dos índios”. E muitas vezes reclamou porque eu passava o dia rodando pelos povoados vizinhos e não parei pra ela fazer uma tiquara pra eu provar. No passado, como

⁶⁶ Palavra de origem tupi, *tikuàra* que dá nome a um alimento que consiste na mistura de farinha de mandioca molhada com alguns temperos, tais como cebola, cebola de folha.

ela disse, o copo era cuia, que ela tingia com uma planta chamada *cumaxi*, o que deixava a cuia numa coloração preta, sendo essas cuias tingidas de *cumaxi* as mais cobiçadas na comunidade.

Quando eu retornava para a casa de Dona Conceição após um dia inteiro de trabalho de campo, sentávamos na varanda da casa e ao invés dela me contar histórias, eu que lhe contava as histórias que eu ouvi em campo, após uma sequência de perguntas: “Com quem tu conversou?” “Contaram história?” “Descobriu alguma coisa dos índios?”. E eu começava a narrar cada fato novo e com quais corpo-documentos eu aprendi as histórias que lhe contava. E quando o marido chegava da roça, ela já o abordava dizendo por onde eu estive e com quem eu conversei: “Zé, tu acredita que ela conversou com Dalgisa lá do Jandiá e já descobriu que foi o tio dela que os índios mataram no dia de finados?”. “Conversou com Paulo Manga, ali do Canta Galo, a mãe dele diz que era índia”. Eu percebia que Dona Conceição queria saber tanto quanto eu, pois as histórias que eu ouvi eram a história dela, histórias que pertenciam a ela.

Dona Conceição Quatí é corpo-documento que observação e entrevista não dão conta de descrever, porque ela é história viva. E talvez tenha sido a vivência mais indígena que tive entre os rios Pericumã e Turiaçu. É um corpo que fala de índios no passado, no entanto é corpo presente que no seu modo de ser contrasta com o silêncio sobre ser ou não ser indígena. E se não é possível materializar o silêncio, eu resolvi preenchê-lo com imagens que talvez digam muito pouco, e tá tudo certo, porque é isso, é sobre ausência, sobre rasuras, sobre vazios que esta tese não dá conta de preencher.

Imagem 1 – Fotos 3x4 de Dona Conceição Pimenta e de seus pais



“Eu guardo o retrato da minha mãe e do meu pai.”

Imagem 2 – Foto de Dona Conceição Pimenta



“Eu tô igual mamãe nesse retrato, contando história.”

Imagem 3 – Fotos de Dona Conceição Pimenta com fuso que utilizava para fiar algodão e fazer redes



“Eu fazia rede, ainda tenho o fuso de fiar o algodão.”

Imagem 4 – Foto de Dona Conceição Pimenta ao lado de seu alguidar



“Uma vez nós cruzamos com os índios nessa estrada que vai pra Pinheiro. Eu tava indo buscar louça de barro na Cutindiba. Eu ainda guardo essas louças, tenho alguidar, pote.”

Imagem 5 – Foto de Dona Conceição Pimenta com fuso que utilizava para fiar algodão e fazer redes



“Diz que a minha toda nação é de índio.”

Imagem 6 – Foto de Dona Conceição Pimenta ao lado de seu esposo, neta e filho



“Eu, meu marido José Raimundo Pimenta, meu filho Rosaldo dos Santos Leite Pimenta e minha neta Thais Rodrigues Pimenta.”

Imagem 7 – Foto de Dona Conceição Pimenta enquanto narrava sua história



Eu ouvindo e observando Dona Conceição Quatí, apoiada em sua rede.

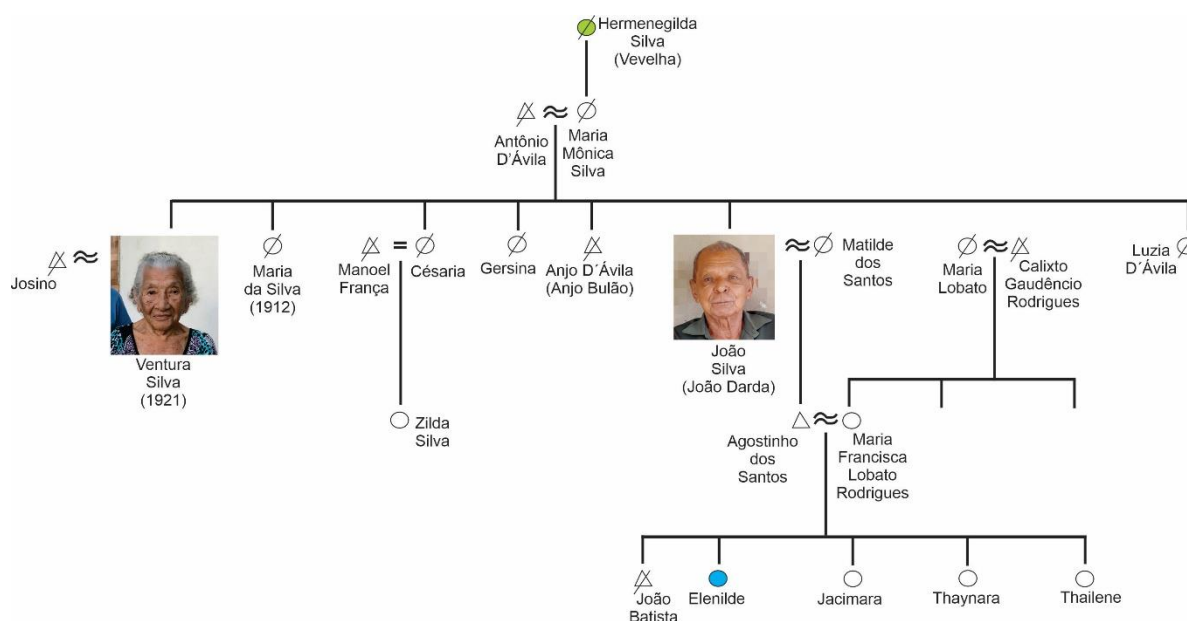
Ventura Silva,
"Vevelha
que foi
panhada
de cachorro"



Nome	Maria de Lourdes
Pai	Josino Silva
Mãe	Ventura D'Avila
Padrinho	Domingos D'Avila
Madrinha	Antonia Silva
Nascimento	?.?.1951
Batismo	03.12.1953 - Pimenta - Pe. Miguel
Paróquia	Pinheiro
Livro	37 - 1953-1953 fls. 132 Nº 1043
Padre	Fernando Meloselli

Ventura Silva, “Vieira que foi panhada de cachorro”

Figura 19 – Esquema de parentesco de Dona Ventura Silva



Fonte: elaborado pela autora

Dona Ventura Silva, filha de Maria Mônica Silva e neta de Hermenegilda Silva, é a única centenária nesta tese e foram os relatos sobre a sua lucidez e vivacidade que me deixaram ansiosa para dialogar com ela. O seu nome surgiu quando estive abrigada no Povoado Galiza, na casa refúgio da minha ex-aluna Elenilde Rodrigues, Miúda. Ali conversando com o seu pai, Agostinho dos Santos, o qual demonstrou interesse pela minha pesquisa, foi dando início à sua contação de histórias acerca da criança órfã neto de Ildefoncia, que se tornou cantador de boiada. “Eu ouvi dizer que os índios mataram a mãe dele e acharam ele com a boca toda cheia de folha, largado que eles não mataram ele. Aí acharam ele, Ascensão que criou ele. A senhora ouviu eles contando assim?”, perguntou-me Seu Agostinho, querendo ter certeza de que a sua narrativa sobre a história de Cândido estava no rumo certo.

“Ouvi. Quem me contou foi Dona Biluca, a prima de Cândido.” Eu confirmei e já fui desviando o assunto para a família de Seu Agostinho, pois eu queria saber era da sua bisavó. Eu estive com o pai de Seu Agostinho, João Silva, conhecido no povoado como João Darda⁶⁷, um senhor de 91 anos já bastante debilitado e que nada quis dizer sobre os índios, nossa conversa se resumiu em “não sei”, “nunca ouvi contar”. Seu Agostinho também não ouviu as

⁶⁷ Seu João D'Ávila, conhecido como João Darda, faleceu no dia 26 de março de 2023.

histórias com o pai, pois foi a chegada da sua prima Zilda naquela varanda, que fez a diferença nessa história de bisavós.

“Os seus avós falavam dos índios que *andavam* por aqui, nessa região do Tiquireiro, Galiza, Canta Galo, Aldeia, Fazenda Galo?”, perguntei para Seu Agostinho e só agora me dou conta de que a minha memória também já está tomada pela narrativa dos *índios que andavam*. Isso se deve ao fato de que a narrativa do morar/viver não é recorrente por estas bandas. Portanto, se permitam dar outros significados para *andar*, aqui no sentido de se deslocarem por um vasto território, que faz desses indígenas, povos em movimento. Prossegui com meus questionamentos. “O senhor tem memória deles falarem sobre essas histórias?”

“Eu nunca olhei eles, agora sempre minha avó da parte do meu pai falava que eles passavam sempre aí no rumo da Aldeia, sempre eu ouvia ela dizendo que os índios passavam, porque eu acho que essa Aldeia foi fundada por causa dos índios.”

“A senhora chegou a ouvir isso?”, voltei-me para uma senhora que adentrara aquela varanda só para pedir umas pimentas de cheiro, mas ficou ali concentrada nas minhas perguntas.

“Eu sou da época dele também. A minha avó é a avó dele também.”, respondeu-me a senhora.

“Vocês são irmãos?”, perguntei.

“Nós somos primos.”, respondeu Seu Agostinho.

“A senhora é filha de quem?”, eu indaguei.

“Eu sou filha de Cesária, ela já faleceu. A Cesária era tia dele, irmã de João Darda

“Cesária é Silva ou D’Ávila?”

“É Silva.”

“Como é seu nome?”

“É Zilda Silva.”

“A senhora tá com quantos anos?”, eu continuei com meu interrogatório sem nem mesmo me apresentar.

“Eu tô com 67 anos. Eu sou a primeirinha de mamãe.”

“Como era o nome do seu pai?”

“Era Manoel França.

“A senhora se aparece mais com seu pai ou com sua mãe?”

“Na cor ela se aparece mais com o pai dela, agora no tamanho é da mãe dela, que era pequena, mas era moreninha assim como você.”, destacou Seu Agostinho.

“A Cesária parecia com a Mônica, né?”, eu comentei.

“Exato!”, afirmou Dona Zilda.

“O pai dela era cabôco.”, interview Dona Maria Rodrigues, esposa de Seu Agostinho.

“Cabôco é o quê, branco?”, eu me fiz de desentendida.

“É Branco.”, disse Dona Maria, ao mesmo tempo em que Dona Zilda já confirmava com a cabeça e destacava. “Hum, hum!”

“Por que vocês aqui muitos tem os olhinhos puxadinhos?”, lancei a pergunta que me deixa mais sem graça, porque o fenótipo, tão criticado, entra em ação. Porém, eu me convenço de que essa pergunta precisa ser feita, porque as respostas dos meus interlocutores dialogam com os *rostos negados*, de Bonfil Batalla. E se eu vejo tais semelhança para perguntar sobre olhos puxados, vejamos os que respondeu Dona Zilda: “Porque nós somos raça de japonês.”

“Eu acho que é de índio e não de japonês.”, comentei e arranquei risos. Enquanto Dona Zilda afirmou. “É de índio.”

“Se for raça de índio é da parte da minha avó”, disse Seu Agostinho.

“Nossa bisavó.”, interview Dona Zilda.

“Mas qual avó?”, eu quis saber.

“A Mônica.”, comentou Seu Agostinho e logo em seguida Dona Zilda adiantou. “A nossa bisavó diz que foi panhada a cachorro.”

“Eles contam?”, perguntei.

“Eles cotam, tá vendo?!”,

“A senhora não conheceu a bisavó, não sabe nem o nome?”

“Não, não. A minha mãe que contava.”

“A Cesária que contava, que no caso a avó dela foi panhada de cachorro?”

“Certo. Hum, hum!”

“Como é essa história de panhada de cachorro? Como é isso?”

“Porque eles eram caçador, diz que no mato, né? E acharam ela no mato, ela correu e se escondeu diz que dentro de um oco de um pau.”, descreveu Dona Zilda.

“Eles contam que ela se escondeu dentro de um oco de um pau?”

“É dentro, diz que se escondeu dentro de um oco de um pau e eles panharam e trouxeram pra casa e foi amansar ela, aí ela se casou.”

“Ela se casou com quem?”

“Eu não sei.”, afirmou Dona Zilda que logo em seguida perguntou para o primo. “Tu nunca tinha visto dizer Agostinho?”

“Eu não sei. E se eu ouvi dizer, eu não tô mais lembrado.”, comentou já traído pela memória.

“Mas diz que foi. Eu não dou muita garantia porque sabe...”

“Mas se tu ouviu dizer, na certa que nossa avó contou pra ela.”, disse Seu Agostinho e completou destacando o esquecimento de Seu João Darda. “Eu sempre venho contando as coisas, porque minha avó que ela me contava e eu escutava ela contar, às vezes meu pai. Hoje meu pai não se alembra mais dessas coisas.”

Seu João Darda, de fato não lembrou de nada, nenhuma história me foi contada por ele em palavras, mas sua aparência, aquele *rosto negado*, me disse muito sobre a avó apanhada e amansada. Sua aparência falou-me sobre uma criança fugindo nas matas, escondendo-se em um oco de pau na tentativa de não se deixar (des)aparentar. Ser retirada de dentro daquele oco implicava em esvaziar o tronco de madeira e ao mesmo tempo aquela criança, rupturas, literalmente um *perder a mãe*. Era o início de uma ferida histórica, de recomeços traumáticos, de suturas. O oco de pau voltou a ficar oco e o que lhe preenchia ainda mais oco, pois a criança, perdeu o nome, perdeu a língua, perdeu seu povo, arrancaram-lhe. E assim foram suturando-a, com outro nome, um (sobre)nome, uma outra língua, outros hábitos que se mesclaram ao que restou de indígena naquela criança.

“Deixa eu lhe perguntar, a senhora tá é recenseado?”, Dona Zilda interrompeu meus pensamentos, pois ela havia chegado naquela varanda, no meio da minha entrevista com Seu Agostinho e sem me apresentar fui colocando ela em nossa conversa, pois somente ao final me apresentei, respondendo ao seu questionamento. “Não, eu tô fazendo uma pesquisa. Eu sou professora, tô pesquisando sobre os índios nessa região, que *circulavam* por aqui, Aldeia, Canta Galo. Eu fui professora dessas aqui”. Eu disse apontando para sua sobrinha Miúda, pois ter sido professora de alguém da comunidade ou da família do entrevistado possibilitava relações de confiança com tais interlocutores. Tentando me fazer mais compreendida, continuei. “É uma pesquisa da universidade, geralmente eu converso com as pessoas mais velhas...”

“Meu pai ainda tem uma irmã mais velha do que ele, é a Ventura, tá com 100 anos.”, interrompeu Seu Agostinho.

“Ela mora aonde?”, eu super animada com aquela informação e quis logo saber.

“Ali em Presidente Sarney. Tem vez que ela tá aqui no Rio Grande na casa do filho dela, na casa de Zé Antônio, Epifânio. Ela ainda tá com a memória melhor do que meu pai João Darda.”

“Ela que vai te contar.”, completou Dona Zilda.

E foi assim, em busca dessa história contada a partir de um corpo-documento centenário, que na tarde do dia 15 de março de 2022, estive pela primeira vez com Dona Ventura. Fui acompanhada da sua sobrinha neta, Miúda, que me guiou até a casa de Maria de Lourdes, filha de Dona Ventura, no município de Presidente Sarney. Chegando lá, Miúda tomou a bênção, em

seguida me apresentou e eu completei a minha apresentação falando da minha pesquisa e perguntando se ela e a filha Maria de Lourdes gostariam de conversar comigo e se eu poderia gravar a nossa conversa. Responderam positivamente e assim eu dei início às minhas perguntas, as quais eu devo concordar com Zilda, mais parece um recenseamento. O diferente é que neste meu censo todas as pessoas entrevistadas têm uma bisavó indígena capturada da forma mais violenta que se possa imaginar. E essa aqui é mais uma mulher *raça de índio*, que registro em meu caderno.

“Como é seu nome completo?”

“É Ventura D’Ávila⁶⁸.”

“A senhora disse que é do dia quanto?”

“Nasci 9 de agosto de 1921.”, disse com empolgação. Devo confessar que custei acreditar que Dona Ventura tivesse 100 anos, pois se me perguntassem eu teria dado somente 80 anos. E curiosamente as pessoas que viram nossa foto juntas também custaram acreditar que aquele corpo-documento tinha 100 anos de histórias. A filha já havia me alertado e dito que as pessoas não acreditam na idade da mãe, mas conforme veremos, são os lapsos de memória que denunciam sua idade.

“Dona Ventura, como era o nome de seus pais?”

“Era Antônio D’Ávila e Maria Mônica Silva.”

“A senhora chegou a conhecer a mãe de Maria Mônica?”

“Eu conheci.”

“Como era o nome dela?”

“Eraaaa... ô rapaz, agora eu me esqueci!”. Um breve silêncio e em seguida prossegue, direcionando-se para a filha Maria de Lourdes. “Tu não sabe como era o nome dela?”

“Daonde!”

“E a senhora conheceu os pais do Antônio D’Ávila?”, emendei outra pergunta, dando um tempo para a lembrança do nome da avó.

“Eu não conheci porque eles moravam no Macuan.”, disse-me Dona Ventura.

“E a senhora nasceu aonde?”, eu quis saber.

“No Rio Grande.”

“Eu acho que foi na Galiza.”, entreviu a filha.

“Tudo é Galiza.”, destacou Dona Ventura, mas Maria de Lourdes insistiu. “Não, antes de lá é “Rio Grande. Quando eu me entendi Mãe Velha morava era na Galiza.”

⁶⁸ Em alguns dos documentos de batismo dos filhos, Dona Ventura aparece com o sobrenome D’Ávila, porém em seu registro de nascimento consta Silva, mas no povoado ela é conhecida como Ventura D’Ávila.

“Quem é que a senhora chama de Mãe Velha?”

“A mãe de mamãe, Maria Mônica.”. disse Maria de Lourdes, sendo ela mais uma neta que trata a avó como mãe, a *Mãe Velha*, figuras centrais nessas relações de parentesco em que parecenças e categorias afirmam mais do que negam parentescos indígenas.

“Agora vamos lembrar da sua avó. A senhora ouviu falar, contavam pra senhora uma história de pega no mato a cachorro, que a mãe de Mônica foi pega no mato a cachorro, que era índia, que botaram e que caçaram e ela se escondeu dentro de um toco?”

“Essa não era minha mãe, era Romana.”, disse num tom de dúvida e depois recorreu a filha. “Não era Romana?”

“Mamãe eu não sei de nadinha disso aí.”

“Tu não te lembra?”, Dona Ventura insistia com a filha.

“Conta aí essa história.”, solicitei já não importando se a história era sobre Romana ou sobre a mãe de Maria Mônica.

“Tinha Romana, tinha Anacleto, tinhaaaa...”, tentou puxar da memória e depois prosseguiu. “Essas eu não sei, porque elas eram separadas de nós.”.

“Olha, atrapalhando tua conversa, eu já conversei com ela outro dia: *Mamãe, Mãe Velha diz que foi panhada de cachorro?* E ela disse: *Não, a mãe de Mãe Velha*. Aí ela não soube me explicar mais, mamãe não soube mais, porque a idade dela já não dá mais pra ela ter aquela memória de guardar tudo, não tem?!”. Eu só concordei com o que disse Maria de Lourdes sobre a memória de uma centenária.

Eu insisti com a história que me foi contada por Zilda, “Zilda que me falou essa história, que ela ouviu dizer. Ela ainda meio lembrou: *Diz que ela se escondeu ainda dentro de um oco de pau.*”

“Mas essa foi Romana.”, insistiu Dona Ventura.

“E quem era Romana?”, perguntei.

“Romana era uma mulher que morava aí.”

“Morava lá na Galiza?”

“Hum, hum! Morava lá na Galiza, mas eu não sei como foi.”, lamentou não lembrar, enquanto eu me perguntava quem era essa mulher tão viva em suas lembranças.

Dona Ventura em certo momento da nossa conversa destacou, “Romana era parente dos Traíra.”. Essa Romana que já apareceu nesta tese, no capítulo anterior, pode ser a mãe de Antônio, Romana Rosa Silva, a avó de Dona Cristina conforme consta em sua certidão de nascimento. Podendo ser ainda a mesma tia que Dona Maria Traíra acredita ser prima do seu pai Chico Traíra. A única certeza que tenho é que os vivos desta história, em que Romana é silêncio, são

todos parentes, *uma gente só, uma só parentagem* com sangue indígena. E quando pergunto sobre a aparência, mais afirmações desse parentesco com povos indígenas.

“Agora quem parecia, que sempre eu digo pra mamãe: *Mamãe, eu acho ela se parecer demais com uma índia*. É a mãe dela, a Maria Mônica, era bem morena e o cabelo dela era assim lisinho, o cabelo ralo. Eu me alembro, que eu conheci muito Mãe Velha.”, descreveu Dona Maria de Lourdes.

“Agora eu queria saber quem era a mãe de Maria Mônica.”, comentei.

“A mãe dela era Menegídia.”, lembrou Dona Ventura e continuou, “A mãe de mamãe era Menegídia, nós chamava ela era Vevelha.”

“Com certeza ela era Silva, né?”

“Ela era Silva mesmo. Menegídia, essa que era a mãe de mamãe, Maria Mônica.”, afirmou com muita convicção. Eu busquei pelo registro de nascimento de Dona Ventura e ao folhear alguns livros no cartório, encontrei-a. Em seus dados constava apenas o nome de sua mãe, Maria Mônica Silva, e da avó materna Hermenegilda Silva, era a Mengídia conforme recordou sua neta Ventura.

“E era índia, Menegídia?”, eu lancei a pergunta.

“Eu não sei se ela era índia. Eu quando eu me entendi, eu sabia do nome, era só mesmo.”

“Mas a senhora conviveu com a Menegídia? A senhora chegou a conhecer a Menegídia?”

“Eu conheci ela, mas pouco.”

“Ela morava aonde, lá na Galiza?”

“Morava na Galiza.”

“Morava com vocês?”

“Morava só com uma neta que ela criava.”

“Quem era essa neta?”

“Essa neta eu não sei nem se ainda tá viva, porque ninguém viu ela mais.”

“Era índia, eu tenho quase certeza.”. Eu lancei a certeza para provocar a memória de Dona Ventura e obtive como resposta uma afirmação seguida de uma dúvida. “Hum, hum! Eu não sei se era.”. Silêncio! No entanto, logo Dona Maria de Lourdes rompeu o silêncio com o barulho que ecoa entre os rios Pericumã e Turiaçu. “Mamãe sempre contava, não sei se era a avó ou bisavó dela que foi panhada de cachorro. Mamãe é raça de índio.”. Um breve silêncio e a certeza de que mais uma criança indígena tornou-se avó ou bisavó de Dona Ventura Silva.



Zé Maria Curtidor
"minha mãe foi panhada, tomaram dos índios"



Zé Maria Curtidor, “minha mãe foi panhada, tomaram dos índios”

Cheguei ao lugar chamado Cordolina, em Presidente Sarney, com o objetivo apenas de tirar um ponto no GPS, pois aquela localidade estava na rota dos índios, conforme me havia narrado Seu Sérvulo Soares. Quando cheguei ao lugar, já avistei, da garupa do mototáxi Samir, um senhorzinho de cócoras embaixo da sombra de uma mangueira. Ao me aproximar perguntei se era ali que chamavam Cordolina. “É senhora!”. Apenas duas casas na localidade, uma pertencente aquele senhor, que eu quis saber o nome e sobrenome, Raimundo Júlio Viveiro, e a casa de seu filho. E, se as pretensões ali eram apenas marcar coordenadas, enganei-me, pois quando falei em índios, o senhor já foi emendando histórias e eu logo o interrompi para perguntar se eu podia gravar, pois suas palavras me possibilitaram novas coordenadas em direção a outros corpos-documentos.

“Me conte aí, o senhor disse que os índios vinham de Curva. Como é seu nome mesmo?”

“Raimundo Júlio Viveiro. Nós morava lá pra acolá, eu era criança, moleque, uns 7 anos, 8 anos, eles passavam. Toda vez eles encostavam na casa do meu pai, eu me lembro direitinho.”

“Quem era seu pai?”

“Frogêncio Soares. Aí se hospedavam lá em casa, daí eles iam pra Pinheiro. Não era um, quando vinha era 15, 20, 30 índios. Papai tinha que dar comer pra tudinho, papai era quase um língua de índio.”

“Ele entendia o que eles falavam?”

“Hum, hum! Era só chegar, papai se prevenia com comida. Papai queria muito bem os índios. Esses foi que descobriram aqui, quem descobriu nosso Brasil foi índio. Índio é que é brasileiro não é nós. Índio é que é brasileiro não é nós. Nós enxergamos por causa deles.”, seu Raimundo me encantava com suas palavras. Acredito que esse foi um dos poucos momentos durante o trabalho de campo que ouvi coisas que me confortaram. Continuou com suas sábias palavras. “É bom você parar pra conversar com pessoas de idade, temos muitas pessoas que não vale nada e valendo muita coisa.”

“Eu dou valor!”, exclamei e lhe perguntei. “E o senhor tá com quantos anos?”

“Tô com 74 anos.”, disse e voltou a ficar de cócoras, pois havia ficado em pé para cumprimentar a mim e a Samir com um aperto de mão, quando da nossa chegada. Eu aproveitei e também me agachei ao seu lado, continuei lhe fazendo perguntas, até tomar coragem de perguntar sobre sua avó e bisavó.

“Não tinha ninguém na sua família que eles diziam que foi panhada de cachorro, avó ou bisavó?”

“Essa minha mulher aqui foi panhada.”

“Ela foi panhada?”, perguntei assustada, pois não queria acreditar que o homem que me encantava com sua sabedoria tinha como esposa uma mulher indígena capturada.

“Quer dizer, a avó dela. A avó dela foi panhada de cachorro no mato. Eles criaram e foi uma belíssima pessoa, a índia velha.”, disse Seu Raimundo e mesmo não sendo a esposa, eu continuei decepcionada porque era mais uma história sobre mulheres (des)aparentadas.

“E como é o nome da sua esposa?”

“Maria Benedita.”

“Ê Dona Maria Benedita, faça o favor!”, eu gritei em direção a casa e logo veio a porta uma senhora de estatura baixa, cabelo curto, que respondeu ao meu chamado.

“Sim, senhora!”, disse Dona Benedita seguido de um aperto de mão.

“Prazer, eu sou Nelma, sou professora, faço uma pesquisa sobre os índios, sobre mulheres que tiveram a avó que foi panhada de cachorro, essas histórias.”

“A minha avó que foi panhada de cachorro.”

“Como era o nome dela?”

“Era finada... como era o nome dela, meu Deus?”, depois de um breve silêncio tentando lembrar o nome da avó, afirmou. “Era Maria Curtideira, nós chamava Maria Curtideira.”

“A avó era mãe de sua mãe?”

“Não senhora!”

“Mãe do pai?”

“Mãe de Zé Maria Curtidor, de Alberto, de finado meu pai, essa que era mãe deles.”

“A senhora conheceu tudinho esse pessoal?”, Seu Raimundo me perguntou.

“Não!”, afirmei.

“Tu conhece Luís Curtidor?”, dona Benedita insistiu querendo saber se eu conheci algum dos seus parentes e prosseguiu. “Esse que era o pai de Zé Maria Curtidor mais de Alberto.”

“Por que era Curtidor?”, eu quis saber.

“Era o velho Luís que curtia couro de veado, couro de anta, de boi.”, destacou Seu Raimundo.

“A senhora chegou a conhecer a sua avó?”

“Conheci! Conheci meu pai, meu avô, bisavô.”

“Essa aqui é raça de índio mesmo, essa aqui.”, disse Seu Raimundo sobre a esposa.

“Eu sou puxada de finada minha avó, tá vendo?”

“Como era o nome dela?”

“Era Maria Curtideira. Era uma índia, tá vendo?”

“Como que ela se assinava, o sobrenome dela?”, eu indaguei.

“Ninguém sabe.”

“A senhora é o quê? Maria Benedita o quê?”

“Maria Benedita do Nascimento.”

“E sua mãe era como o nome dela?”

“Era Maria José do Nascimento.”

“E o pai?”

“O pai era Cirilho, chama Cirilho Curtidor.”

“Irmão de Zé Maria Curtidor.”, disse Seu Raimundo.

Eu comecei a insistir na narrativa da avó capturada, queria entender os detalhes, mas tudo que sabiam eram fragmentos e não avançavam em suas narrativas para além das perguntas que eu fazia. “Como foi que eles contavam que ela foi panhada?”

“É porque foi panhada a cachorro mesmo.”, Seu Raimundo destacou.

“Eles contavam aonde que ela foi panhada?”

“Foi por aí mesmo, foi perto, não foi longe, porque nesse tempo eles andavam mesmo aqui.”

“Quem panhou ela?”

“Cachorro, cachorro.”

“E quem botou cachorro em cima?”, eu insistia para saber se tinham lembranças do capturador, mas a resposta era vaga. “O pessoal que panharam.”. E se não existem memórias do capturador voltei a perguntar sobre a mulher que se tornou a avó. “Ela era criança?”

“Na certa mocinha.”, deduziu Seu Raimundo.

“Era mocinha.”, confirmou Dona Benedita.

“Menina moça, aí foram tratar, zelar.”, completou Seu Raimundo.

Tratar e Zelar (*verbos transitivos direto e indireto*). Ato ou efeito de tomar conta à força, vigiar, tutelar, impor um (sobre)nome, impor uma língua, (des)aparentar.

Depois de uma longa conversa com Dona Benedita em que ela destacava a forma diferente da avó falar e a sua nudez, “Ela andava era só de saia, nuazinha, só de saia.”. Eu me atentei para lhe perguntar. “Seu pai ainda tem algum irmão vivo?”, perguntei achando inacreditável o diálogo com um filho de uma mulher apanhada a cachorro, achava impossível, mas a resposta de Dona Benedita só confirmava que o passado ao qual eu me propus entender, é mais presente do que eu possa imaginar.

“Só tem Zé Maria Curtidor, mas o resto já não tem mais ninguém.”, respondeu-me Dona Benedita.

“Esse mora aonde?”

“Mora bem aqui nos Três Furos. Na Rua do Mangangal.”, dada a coordenada por Dona Benedita, eu e Samir (mototaxista) seguimos para o Povoado Curva e, no retorno, encostamos no Povoado Três Furos a procura de Zé Maria Curtidor. Acredito que este tenha sido, assim como Dona Ventura, um corpo-documento que me deixou ansiosa, era presente demais para quem estava lidando com um passado de bisavós. E foi nessa ansiedade que cheguei até Seu Zé Maria na esperança de encontrar palavras em uma língua indígena, nome de um povo indígena e histórias que a mãe havia lhe contado sobre os parentes indígenas. E, sem dar muitas voltas, já cheguei me apresentando e indo direto ao que me motivava estar à procura dele.

“Então, eu sou professora, sou Nelma, sou estudante, faço uma pesquisa sobre os índios, né? Sobre a época que os índios circulavam por aqui, algumas pessoas que tem uma avó, uma mãe, uma bisavó panhada a cachorro. Não tem essas histórias? Com quantos anos o senhor tá?”

“A senhora fala um pouquinho alto que ele é surdo.”, interrompeu sua esposa que logo gritou a minha pergunta para ele. “Ela quer saber com quantos anos tu tá?”

“Eu tô com 78 anos.”

“O senhor é José Maria...”, gritei esperando o sobrenome.

“Zé Maria Curtidor.”

“E o seu sobrenome é Curtidor?”

“Não, isso é apelido.”

“Como é seu nome?”

“É José Maria Corrêa.”

“Como era o nome da sua mãe?”

“Maria José Corrêa.”

“Eles dizem que ela foi panhada de cachorro?”

“Minha avó.”, fiquei surpresa com a resposta de Seu Zé Maria, mas prossegui com minhas perguntas. “Essa avó era a mãe de Maria José?”

“É sim senhora.”

“Como era o nome da mãe de Maria José?”

“Era Antônia. Minha mãe foi panhada também que eles tomaram dos índios, aí eles se escondiam e aí eles tomaram a velha com minha mãe. Minha mãe era índia, a velha minha avó era índia. Minha mãe também era índia, porque ela já tava grossinha.”, Seu Zé Maria me contava a história de uma mulher e uma criança indígena capturadas, que se tornaram sua avó

e sua mãe respectivamente. E prosseguiu, “Agora a velha minha mãe tava deitada, mas o foguinho tava aí nos pés.”

“Como era? Sua mãe tava deitada...”

“Deitada descansando e o foguinho tava debaixo dos pés, fogo, fogo, foguinho, aquela fumacinha, né, debaixo dos pés dela. Dormia um soninho e o fogo tava lá, dois tiçãozinho.”, Seu Zé Maria descrevia ao mesmo tempo que levantava os pés do chão com as pernas esticadas, imitando a mãe.

“Agora deixa eu lhe perguntar, o senhor conheceu a sua avó?”

“Minha avó eu conheci.”

“A Antônia. Então quando eles pegaram foi a...”

“A minha avó, a minha que eles panharam a cachorro.”, completou antes mesmo da minha pergunta e depois insistiu, “A minha avó foi panhada a cachorro, a minha avó.”

“Ela já tinha a Maria José quando ela foi panhada?”

“Já tinha a Maria José.”

“Ah, pegaram as duas?”

“Hen, hein! Então, minha mãe morreu com 90 e poucos anos e meu pai morreu com 116 anos.”

“Como era o nome do seu pai?”

“Luís Peixoto.”

“E quem foi que pegou a Antônia?”

“Aí é que eu não sei. Com certeza foi os mais velhos, o pai do meu pai.”, Seu Zé Maria é mais um a confirmar parentesco que tem em suas formações, de um lado, mães, avós e bisavós capturadas e do outro um avô ou bisavô capturador.

“O senhor chegou a conhecer o pai do seu pai?”

“Não.”

“Nem sabe o nome dele?”

“Não.”

“Da parte da Maria José o senhor só conheceu a Antônia?”

“A Antônia, a minha avó.”

“Que era índia?”

“Hen, hein!”

“Ela falava...”

“Falava tudo coisa, como índio mesmo.”, completou.

“O senhor não aprendeu nenhuma palavra?”

“Não senhora.”

“Nadinha?”

“Não.”

“Não lembra de nenhuma palavra que sua mãe falava?”, eu insistia por uma palavra indígena.

“Não conversava assim muito. Agora só o macinho dela do foguinho.”, ele insistia com o fogo que a mãe fazia para aquecer os pés. Essa era a imagem da mãe, enquanto mulher indígena, que fazia questão de projetar para mim. Penso que durante toda a nossa conversa fiquei cega para essa imagem, eu estava tão preocupada em saber histórias e palavras, que pouco dei atenção para a maior lembrança de Seu Zé Maria sobre a mãe, pois este fogo aquecendo pés diziam muito mais sobre o ser indígena que lutava contra um (des)aparentar, do que todas as palavras que me foram ditas por ele. Até chegou a lembrar, “Ela contava muita história de índio, porque ela já tava grossinha já. Aí ela contava que eles mataram muita gente.”

“E que eles mataram muitos índios.”, eu completei e prossegui. “Tanto que panharam ela de cachorro, né? E o que é isso?”

“Às vezes aquelas mulher que tavam já grossa que eles panhavam, aí os outros comum que não era índio panhava, né, pra levar.”

“Panhava pra levar pra onde?”

“Pra levar pra casa pra adomar com os outros, né? Às vezes eles tavam fora, eles olhavam três, quatro vezes, né? Aí não tinha os índios, aí eles panhavam.”

“Principalmente as mulheres que eles panhavam, né?”

“Era as mulher, era criança que dava deles panhar e eles panhava, pra levar pra criar, né?”

“E como era isso? Como é que panhava assim de cachorro?”

“Ah isso aí era na bebida, né? Às vezes tinha um igarapé bom deles ir pra lá, aí eles [os índios] se acampavam lá, se acampavam aí quando tava no ponto eles agarravam, né?”

“Botava o cachorro, como era que botava o cachorro?”

“Não. Essa hora panhava a cachorro a que corria, né? Aí botava cachorro pra panhar, porque ele acuava. O índio brabo ele acuava, aí acuava e eles chegavam e panhavam e levava.”, Seu Zé Maria confirmara o verbete *índio brabo*, significando aquele que resistia à captura, que lutava contra uma prática genocida.

“E sua mãe onde foi que ela foi pega mais a avó?”

“Aí que eu não sei, mas eu acho que foi por aqui porque por aqui tudo tinha índio. O finado João de Lotera contava que ele já tava grande e eles matavam eles aí, depois foi indo,

foi indo, foram se adomando, se adomando, se adomando, aí se adomaram mesmo. Eles matavam, mas eles matavam muito índio também, né?”

“O senhor tem sangue índio?”

“Sim senhora!”

“O senhor se considera índio?”

“Não. Minha mãe, minha avó que eu cheguei a conhecer.”

“O senhor já se considera o quê? Negro, branco, caboco?”

“Senhora, eu digo que caboco, né?”

“O que é o caboco?”

“O caboco é o índio, né?”

“É o índio?”, eu devolvi a pergunta.

“É. Pra chamar o preto de índio não dá certo, só dá certo o caboco, porque sempre eles diziam: *Ôh, o caboco passou aí, um caboquinho*. Às vezes quando era o índio, eles falavam atrapalhado, né? Eu não cheguei a conhecer eles brabo.”

“E o senhor ainda chegou a olhar esses índios?”

“Eu olhei começando a passar nessa estrada aqui, Colônia. Essa Colônia aqui onde Lotério morava, finado João Lotério dizia, ele se escondia era muito com medo. Depois foi indo, foi indo, foi indo, aí amansaram, né?”

“Que índios eram esses? Era Gamela?”

“Não. O Gamela é o preto, né?”

“E esses aí não era preto?”

“Não, não era preto. Era *caboco* mesmo.”, destacou Seu Zé Maria Curtidor.

Interessante como Seu Zé Maria não se considera indígena, mas sim *caboclo* e traduziu o *caboclo* como índio e ao mesmo tempo como o indígena de pele mais clara, se comparado aos Gamela, os quais ele considerou como de pele escura. Em sua memória não guardou o nome do povo indígena ao qual pertencia a sua mãe e avó, nem mesmo palavras em uma língua indígena. Assim como a maioria dos meus interlocutores, as memórias para ele transmigradas são sobre massacres. “Os velhos contavam muita história dos índios, que eles matavam, quando matava um índio o companheiro carregava. Eles matavam muito índio é porque eles atiravam num, aí caía e eles carregam, juntavam e iam embora. Aí eles tacavam fogo de novo.”

“Atirava num aqui aí eles vinham pra pegar pra carregar, né?”

“Assim que era o negócio, aí eles matavam muito por causa disso. Eles podiam deixar lá, né, depois muito, fora da briga eles iam lá, porque os outros não iam carregar ele.”, sugeriu

Seu Zé Maria. E eu queria poder ter lhe dito que mataram muitos não por conta da solidariedade indígena com os seus, mas sim por conta da ganância por terra.

Eu lembrei das palavras de Seu Paulo Oliveira, *o índio tem um amor pelo outro*. Então como sugerir que se deixe para trás quem se ama? E sobre esse cuidado com aqueles atingidos pelo rifle papo amarelo, Seu Paulo também já havia destacado que *eles [os índios] não deixam lá, eles levam os amigos deles morto*. É sobre cuidado, sobre um tratar e zelar com significados diferentes daqueles que utilizaram para justificar capturas de crianças indígenas.

Maria José Araújo,
“sou índia, raça de índia mesmo”



Maria José Araújo, “sou índia, raça de índia mesmo”

Era julho de 2022, quando eu decidi dar um *fim* ao trabalho de campo. Já era passada a hora de estabelecer um limite, pois, quanto mais eu conversava com corpos-documentos outros corpos iam surgindo e eu me deslocando em busca de ouvir tais corpos, sempre na esperança de encontrar pessoas que lembrassem com detalhes as suas histórias. Eu penso que desejei encontrar muitas pessoas afirmando com detalhes que são indígenas, mas o que eu fui encontrando foram afirmações que surgiram em narrativas de negação. E foi assim, muito decidida a findar a pesquisa, que saí do Povoado Galiza, da casa refúgio de minha ex-aluna Miúda, e peguei estrada com Esmeralda numa tarde de julho. Ainda no caminho, eu resolvi desviar e adentrar no Povoado Pacheco a procura de uma senhora por nome Maria José, pois haviam me indicado a mesma como uma mulher conhecedora dessas histórias de índios, mas quando da indicação, eu estava muito decidida em não entrevistar mais ninguém. No entanto, Esmeralda, uma companheira cheia de encanto desviou a rota e lá estava eu batendo palmas na porta da casa que me indicaram como sendo da mulher que eu procurava.

“Dona Maria José, deixa eu me apresentar, eu sou Nelma, faço uma pesquisa aqui, em Aldeia, Canta Galo, Galiza... já conversei com gente nesses povoados tudinho. É sobre a época que os índios circulavam, rodavam por aqui.”

“Olha, eu sou uma.”

“A senhora é uma?”

“Eu não vou me descaiar porque eu sei que eu sou, minha filha. Eu nunca apanhei, nunca briguei e digo todo dia a meus filhos.”, disse-me Dona Maria.

Eu não entendi suas palavras naquele momento, até desviei do assunto com minhas clássicas perguntas sobre idade e filiação, “A senhora vai fazer quantos anos?”

“É 78 agora no mês de dezembro.”

“A senhora é Maria José de quê?”

“É só Maria Araújo que eles me chamam. Maria José Araújo Velha, mode uma filha que eu tenho bem aí.”

“Ela é nova? Então é Maria José Nova e Maria José Velha?”

“Sim, senhora!”

“Quem era sua mãe?”

“Leocádia Araújo.”

“E o pai?”

“Honório Cacuri.”

“Honório o quê?”, perguntei para ter certeza que havia escutado Cacuri.

“Cacuri, assim que eles eram, índio.”

“Índio?”

“Índio! Índio, minha filha, índio!”, ressaltou Dona Maria.

“E quem era os pais de Honório Cacuri? A mãe dele?”

“A mãe dele era Raimunda Cacuri, só esse que eu dou conta, o pai eu não sei.”

“A senhora nasceu aonde?”

“Minha filha eu acho que foi no Murundé mesmo, pra cá pra dentro.”, disse apontando num sentido de mata que fica para trás de sua casa. Dona Maria Araújo era mais uma mulher que trazia em suas narrativas o lugar Murundé. Algumas das pessoas com quem eu conversei dizem ser o Murundé o atual povoado que chamam de Pacheco. Porém, nas palavras de Dona Maria entendi que existia uma povoação mais para dentro da mata, distante da M.A., a qual chamavam Murundé e era lá que ela havia nascido e criado os filhos. E se existia de fato uma outra povoação chamada Murundé, eu quis saber se ainda existiam moradores naquele lugar, ao que Dona Maria respondeu. “Lá tem umas barracas que eles labutam. Depois que a terra coisou, aí eles procuraram sair pra fora, porque com o vendimento de terra, tá vendo?”. Ao mesmo tempo em que ela destacou a presença de construções, ressaltou que os moradores saíram depois da venda da terra e prosseguiu falando do seu deslocamento, “O pai dos meus filhos, nós se passamos pra cá porque ele se associou, deu o nome pra poder pegar um pedaço de terra pra nós na comunidade. Porque é Tiquireiro, Mirinzá, Pampilhosa e aqui quase Galiza.”

“E como era o nome do seu marido?”, perguntei.

“Albino Gonzaga Pereira.”

“Ele também era de lá do Murundé?”

“Era também lá do Murundé.”

“E tinha mãe e pai? Quem era a mãe dele?”

“Leocádia Pereira.”

“E o pai?”

“Antônio Lopes.”

Fiquei perguntando-me se o marido de Dona Maria José era filho do mesmo Antônio Fernandes Lopes, que era avô de Seu Luís Lopes, pois de acordo com Seu Luís, Murundé era a terra aonde o seu avô morreu. Eu até tentei entender se era o mesmo perguntando para Dona Maria Araújo quem era a mãe desse Antônio Lopes, mas ela lamentou, “Eu não sei. Esse eu não panhei.”. Difícil identificar quem era esse Antônio, mas eu tive a certeza de que era um Lopes da mesma família de Seu Luís ao reler uma entrevista com Cirilo Nunes, 74 anos, do

Povoado Pampilhosa, que é também parente de Seu Luís Lopes e dos Miguens. Cirilo era neto de Xanxa Miguens e de Petúrnio Lopes e assim destacou a procedência do avô paterno, “Ele é da turma de uns Lopes que tem aqui no Murundé. Nesse tempo era Murundé, hoje é Rio do Meio. Murundé se acabou.”, Seu Cirilo, não apenas destaca o lugar do avô, mas também uma outra comunidade que adentra o repertório de lugares que diziam ser o Murundé, confirmando o que destacou Seu Paulo Oliveira como sendo tudo um só lugar, *essa área toda é desses índios, era deles*. Um território que foi fragmentado, assim como foram *espalhados* e *esparramados* os povos indígenas nessas terras. Daí relações de parentesco se cruzarem ainda que a distância seja de quilômetros, pois todos aqui tiveram uma bisavó espalhada na superfície de seu território e esparramada dos seus parentes que habitam outras áreas desse mesmo território.

Dona Maria Araújo é mais uma neta, bisneta e filha de indígenas, conforme continuei o nosso diálogo, “A senhora tava me dizendo que a senhora é índia?”

“Sou índia, raça de índia mesmo, por onde me olham, a minha família não muda. Eu tenho um filho bem aqui, uma filha aqui, aquela lá acolá, tudinho é filha. Essa daqui que morreu, purinho eu. Aí por onde eu vou eles procuram. Tem um cara que vem por aqui vender as coisas, aí ele diz: *Ê índia! Ê vó índia!*”.

“A senhora é índia de que nação?”, perguntei por nação, uma vez que meus interlocutores quando questionados sobre qual o povo indígena, respondiam geralmente destacando a palavra nação em suas narrativas. *Eu não sei a nação desses índios*. Dona Maria Araújo também não sabia, conforme narrou, “Agora isso aí eu não sei.”

“Não sabe se era Gamela, se era Ka’apor...”, eu fui citando nomes.

“Eu não sei minha filha, não sei.”, lamentou e prosseguiu falando do pai indígena, “Ele não me criou com a minha mãe.”

“E que história sobre os índios lá no Murundé a senhora escutava?”

“Era só eu mesmo, porque não tinha. Eu só ouvia dizer que tinha muito índio, muito índio...”

“Pra lá no Murundé tem é setor de roça ou nem roça tem?”

“Não. Pra o final dessa estrada aqui, saíram de lá. Aí quase todo mundo no Rio do Meio, era do Murundé.”, Dona Maria Araújo destaca o Povoado Rio do Meio como sendo uma comunidade formada a partir de moradores do Murundé. E se os lugares são feitos por pessoas, faz todo sentido Murundé ser muitos lugares, porque tem gente de lá *esparramada* por um vasto território entre os rios Pericumã e Turiaçu.

O pai de Dona Maria Araújo, Raimundo Cacuri, não foi diferente, se *esparramou* também, conforme narrou sua filha, “Esse meu pai é que era dos índios mesmo. Ele morava

sabe aonde? Tu sabe bem aonde tem esse colégio perto de... deixa eu te dizer, bem aí onde é esse hospital mesmo daqui, deste lado. Papai morava pra cá desse outro lado, pra cá de Palmerio.”, Dona Maria descrevia a morada de seu pai na estrada de Pacas, a mesma estrada que já destaquei como rota dos índios. “Quando eu fui daqui que eu fui ver ele, garotinha, ele tava doente, aí foi mandado dizer que ele queria conhecer os filhos dele, ver os filhos dele, que era só um casal, eu e meu irmão. Aí mamãe mandou de nos levar lá, eu não sei nem quem foi nos levar, pra nós passar uns dois dias lá com ele. Nós chegamos, aí Francisco ficou com medo dele. Aí ele disse: *Meu filho tu tá com medo?* Ele era cabeludo, lá no fundo da rede, novo que ele era. Era bonitão, forte, um homão bonito.”

“Índio?”, perguntei.

“Índio. Aí ele dizia pra mim: *Meus filhos, vocês sabe que vocês são índio.* Aí a vovó Raimunda foi e disse assim: *Agora vocês não encostam com ele, porque além dele ser índio, ele tá cabeludo e vocês tem medo dele, mas é pai de vocês, encosta.* Aí viemos, deram benção pra nós. Agora eu não sei se ela era índia, tá vendo, a avó. Se ele era índio da parte dela ou da parte do pai dele. Daí que eu não sei, se ela era índia ou se era o pai dele que era índio. Eu só sei que ele era índio.”

“E a senhora se considera índia?”

“Eu me considero índia porque meu pai era raça de índio. Mas graças a Deus eu louvo a Deus, tenho Deus no céu por mim, peço demais pelos meus filhos, nunca brigaram, nunca souberam o que foi cadeia. De vez em quando um bebe por aqui, bebe por acolá, mas vivem encativerado, eu em cima. Minhas filhas, até agora, são umas bênção pra nós aqui. Graças a Deus eu não tenho o que dizer. São dez filha mulher e o resto macho, quatro macho, assim que ficou em cima da terra e o resto tá morto.”

“Muito bom conversar com a senhora Dona Maria. Eu posso tirar uma foto da senhora?”, eu solicitei.

“Pode sim!”, consentiu e prosseguiu, “Minha filha, eu vou te dizer uma coisa, quando eu morrer e tu souber que eu morri, diz: *Ô rapaz, eu tenho foto dessa índia.* Eu não vou fazer mal pra ninguém, eu não vou brigar com ninguém. Eu não vou mandar ninguém brigar, porque eu tenho é medo dessas coisas.”, destacou Dona Maria Araújo e eu percebi que em vários momentos da nossa conversa, logo após se identificar como índia, fazia questão de ressaltar que ela não fazia mal pra ninguém, parece tentar justificar a sua indigenidade. O imaginário de Dona Maria é tomado por essa ideia de que os povos indígenas nestas terras eram os vilões, os brigões... daí ela se explicar destacando que *é índia, mas não briga com ninguém.* Foi

entendendo essa narrativa acerca do *índio brabo*, que lhe questionei, “Por que a senhora acha que os índios brigavam? Eles não estavam brigando não era pra defender o território deles?”

“É porque quando os índios, que eu me entendo, que eu ainda ouvi falar, que quando eles ficaram mucambado no mato, a minha avó diz que foi.”

“Foi o quê?”, perguntei surpresa com a palavra mucambado, mas Dona Maria repetiu, “Mucambada no mato.”

“O que é mucambada?”, eu quis saber.

“Mucambada é assim, que não queria misturar os índios com os outros, nesses tempo, no começo do mundo.”, explicou-me.

“Ela era índia?”

“Ela era índia a minha avó.”

“Qual avó?”, perguntei.

“Agora eu não sei qual de qual, da família que era os índio. Dessa família foram mucambado no mato. Foi tempo que os brancos não podiam tá com os preto, era a separação de tudo.”, destacou Dona Maria e eu fiquei pensando na palavra *mucambado*. Seria Murundé um mocambo de negros e índios? Murundé seria murundu do quimbundo mulundu? Silêncio! Nem o barulho das matas do Murundé é capaz de responder a tantos silêncios sobre o tempo em que *era a separação de tudo*. E talvez nem tudo estivesse separado, e se existiu um tempo em que *os brancos não podiam tá com os pretos*, mas os pretos estavam com os índios mucambados. Assunto para o próximo capítulo, mas, antes, quero destacar a felicidade que fiquei com aquele desvio de Esmeralda em busca de mais um corpo-documento, Maria José Araújo. E depois de me contar todas as histórias narradas acima, o medo lhe acometeu, “Ai minha filha, eu já fiquei foi com medo, eu já fiquei foi com medo do prefeito não vim me buscar, de vim me panhar e me botar pra longe.”

“Mas lhe apanhar por quê?”, perguntei surpresa, pois era nítido que estava com muito medo. “Me diga porque alguém vem lhe apanhar?”

“Assim... porque... pra me recusar com minha família toda, porque minha família é grande, é índio. Eu não vou dizer que eu não era, porque eu sou, meu sangue é de índio.”, disse-me assustada e eu tentei lhe acalmar. Num impulso segurei em seu braço e disse apenas, “Ninguém vem lhe buscar. A senhora é a brasileira mais original que existe dentro do Brasil.”. Eu lembrei do que havia me dito Seu Raimundo Viveiro, “Esses foi que descobriram aqui, quem descobriu nosso Brasil foi índio. Índio é que é brasileiro não é nós. Índio é que é brasileiro não é nós. Nós enxergamos por causa deles.”

O medo de Dona Maria me pegou de supetão, como a gente diz por aqui. Com ela, entendi que o meu desejo em encontrar muitas pessoas afirmando com detalhes que são indígenas era impossível, o medo de ser “panhado a cachorro” ainda reverbera por estas bandas. Agora esse *apanhado* é transformado em rejeitado, porque ser indígena entre os rios Pericumã e Turiaçu permanece associado à negatividade, ninguém deseja ser identificado com o que pode ser rejeitado. É por isso que (des)aparentar é literalmente técnica genocida e pode ser tão potente quanto o rifle papo-amarelo, porque, em determinadas situações, mata mesmo deixando vivo, silenciando crianças e mulheres indígenas capturadas. E nesse silenciar, relações negro-indígenas foram emudecidas, pois sobre *o tempo em que os índios viviam mocambados com os negros*, pouco se sabe, porém os *corpos-documentos* (des)aparentados desta tese, são a aparência dessa mistura, desses encruzos presentes na pajelança e nos quilombos.

ENCRUZO

Não é toda pessoa que pode trocar o espírito dele com outro, deixar o espírito dele de lado pra o outro se aproximar. Então não tem como a gente mudar, é por isso que tem esse encruzo, porque esse encruzo é que faz a fortaleza pra você, pra você ter o conhecimento.

(Luís Lopes)

Encruzilhadas negro-indígenas

Enquanto tomo de conta da loja de artigos religiosos de Umbanda, Tenda de Oxalá, da minha amiga Regina Vale, vou construindo esta narrativa sobre *encruzo*, regada ao cheiro de incenso e banhos. Os protagonistas neste capítulo, com cheiro de ervas, são os pajés Dona Augusta Costa e Seu Luís Lopes, ambos encruzados pelo mesmo pai de santo, Zé Ferreira. Mas, afinal, o que é o *encruzo*? O que é ser *encruzado*? O *encruzo* é aprendizagem. Conforme Seu Luís Lopes, é o conhecimento adquirido para o “trocamento de espírito”. É um estudo espiritual em que o pajé alcança sabedoria para se permitir ser outro. No *encruzo* você adquire segurança, o domínio de ser outro sendo você mesmo. “É uma preparação para a pessoa não trabalhar sozinho. Dando a segurança e essa segurança são por meio de guias.”, destacou Dona Sebastiana Teixeira, esposa de Seu Luís.

“E quem são os encantados chefes do senhor? Os seus guias?”, perguntei para Seu Luís.

“Eu tenho um guia só. Cada uma pessoa dessa ela é preparada e colocada um guia na pessoa. Pra isso que se segura essas pessoas, o que se trata de *encruzo*.”, corrigiu-me Seu Luís, destacando que cada pajé possui uma única entidade guia e prosseguiu com suas explicações: “Por exemplo, tinha muitas pessoas que brincavam às vezes comigo. O pai de santo sabe quem é aquela pessoa que pode ficar junto com você, pra dominar, por exemplo, dominar o seu corpo e também ajudar as outras pessoas. O encantado fica lhe ajudando e ajudando outras pessoas, através de você. Mas pra isso você tem que ter esse *encruzo*. Como é o *encruzo*? O *encruzo* é o guia que o mestre entrega pra pessoa.”

“No caso o seu mestre foi Zé Ferreira?”, eu indaguei.

“Sim, positivo! Aí ele entrega o corpo da pessoa e fica todo cheio de energia, por exemplo, a gente é quase tipo um fio e uma lâmpada, tem um lugar de ligar e tem o lugar de desligar. Quando você liga uma lâmpada, ela alumia e quando você desliga, a energia fica nela mas ela não fica alumiaando. Então por isso que se trata de *encruzo*, porque quando você recebe o *encruzo* no seu corpo é porque você tem competência, se você não tiver você não recebe, porque o seu corpo não é suficiente.”, explicou-me Seu Luís fazendo comparações entre a energia elétrica e a energia de um pajé. Compreendi através de suas palavras, que uma pessoa encruzada passa a ter o controle dessa energia que preenche o seu corpo e adquire o conhecimento para ter o domínio sobre suas entidades e, especialmente, sobre a entidade guia, que é a responsável pela condução de todos os trabalhos que o pajé venha a realizar.

E o que me disse Dona Augusta Costa sobre o *encruzo*, o que é o *encruzo* para ela que foi *encruzada* e que hoje encruza novos pajés, conforme observei em seu terreiro? “O *encruzo*,

se trata de *encruzo* porque às vezes a pessoa vem com seu dom, mas às vezes é preciso batizar a croa. O *encruzo* é o batizado da croa.”, destacou Dona Augusta e continuou a me explicar: “Na hora do encruzo o **caboco**⁶⁹ chega, baixa na croa e faz o encruzo daquele filho de santo. Bota as contas, as guias, para firmar o corpo daquela pessoa, pra poder dar força nas correntes daquele filho de santo. Tem esse encruzo e aí às vezes com seis meses ou um ano tem outro, aí depois tem o derradeiro. Quando não quebra o resguardo é só três, mas quando quebra vai mais de três”.

Conforme relatou Dona Augusta, o encruzo é uma cerimônia que requer da pessoa a ser encruzado o cumprimento de um resguardo que envolve uma série de restrições, dentre elas restrições alimentares e sexuais. Nessa cerimônia, o filho de santo, como denominou Dona Augusta, é levado ao centro do terreiro, ali fica sentado em um banco com uma vela acesa nas mãos e a sua volta outras velas são acesas no chão, nas cores amarela, vermelha, verde, branca, azul e preta. Ao centro das velas acesas, conforme observei no terreiro de Dona Augusta, fica somente ela, que, naquele momento serve de cavalo⁷⁰ para o seu encantado guia, Caboclo Flecheiro. Ali fica também, sentado no banco, o filho de santo que vai sendo benzido pelo encantado com um maracá que segue o ritmo de uma batucada proporcionada pela mistura do som de dois tambores, uma cabaça e um triângulo. O encantado vai conduzindo a cerimônia, que é composta de vários momentos, sendo finalizada com os padrinhos da pessoa encruzada que se dirigem ao centro, cada um com uma vela acesa em uma das mãos e, com a outra mão, seguram juntos a imagem de Santa Bárbara que é apoiada na cabeça do filho e nesse momento rezam as seguintes orações: Pai Nosso, Ave Maria, Creio e Salve Rainha. Assim finda o “batizado da croa”.⁷¹

“E o que é a croa?”, perguntei para Dona Augusta.

“A gente chama o meio da cabeça, tá vendo? Tem pessoas que já vem com a croa pra receber os caboco, receber as entidades. Por isso que batiza a croa. Aí reza, tem o padrinho, tem a madrinha, tem os pontos, tá recebendo aquele serviço, aquele encruzo.”

“E por que o círculo de velas acesas no chão?”, perguntei um tanto sem graça, especialmente porque já me foi dito que nem tudo pode ser revelado.

⁶⁹ Um outro uso do termo caboclo, neste caso para nomear entidades espirituais, logo o termo aparecerá em negrito quando se tratar de entidades.

⁷⁰ Não quis correr o risco de explicar sozinha o que é o cavalo, assim em diálogo com uma amiga de terreiro, Danielle Pacheco, que ela própria serve de cavalo para suas entidades, descreveu-me: “São os cabocos [encantados] que chamam a gente de cavalo, de montaria, chamam de aparelho as pessoas em que eles [os encantados] incorporam”.

⁷¹ Vale destacar que esta é a descrição de um encruzo realizado por Dona Augusta Costa, logo, não deve ser tomada como a única forma de encruzar, pois existem muitas variações desse mesmo ritual, em diferentes terreiros.

“Então, os pontos, as velas, é pra dar luz pras correntes daquela pessoa que tá se encruzando. Aí ele tá recebendo um batizado, um batismo, a luz é a firmeza no corpo e as correntes pegar força.”, ensinou-me Dona Augusta, que as velas são pontos de luz.

Por estas bandas, chamamos de pontos cantados as músicas entoadas durante as sessões de pajelança⁷². Estes diferenciam-se dos pontos riscados, que são desenhos rabiscados no chão e se diferenciam conforme a entidade. Tanto os pontos de luz, quanto os pontos riscados e os pontos cantados, representam entidades, correntes de encantados. No caso dos pontos de luz, são diferenciados pela cor da vela, assim a vela verde representa a corrente de Óxossi, logo uma corrente é composta de uma linhagem desse orixá. E é nesse sentido que Dona Augusta reforça que o encruzo é pra dar força nas correntes da pessoa encruzada, conforme ela descreveu-me. “A gente encruza aquela pessoa pra dar força no corpo dele e nas correntes dele. Organizar as Mães d’água dele, os Exú, os Caboco, pra poder ele trabalhar por conta, com três encruzo ele já trabalha por conta”⁷³.

Conforme Dona Augusta e Seu Luís destacaram, um pajé para saber trabalhar para si e para os outros, precisa ser encruzado. É nesse sentido que destaco o encruzo como uma formação do pajé, uma aprendizagem em que o mesmo passa a ter o domínio e o controle de suas entidades. Essa cerimônia de encruzo, de firmeza das correntes, traduzido por Dona Augusta como batizado da croa, é que dá a segurança ao pajé, e, ao dar segurança, firmeza ao pajé, o encruzo possibilita com que corpos negros tenham domínio sobre suas entidades indígenas e que corpos indígenas tenham domínio sobre suas entidades negras. Para você cruzar para o outro lado, o lado da encantaria, você precisa ser encruzado. Eu diria que o encruzo de Dona Augusta e Seu Luís é encontro negro-indígena, é passagem para um outro lado que continua sendo o mesmo lado, porque é o lado de suas respectivas ancestralidades. Assim, nesse *cruzar* de espíritos, encruzilhadas negro-indígenas vão revelando-se. Temos encantados indígenas guiando corpos negros e encantados negros guiando corpos indígenas.

A pajelança na Baixada Maranhense por si só é uma encruzilhada. De acordo com Christiane Mota (2009, p. 24), a pajelança “é uma prática religiosa que coaduna aspectos e elementos do catolicismo popular, das culturas indígenas e africanas e da chamada ‘medicina popular’”. Na região da pesquisa, a pajelança é também denominada de panguara, não consegui

⁷² Mundicarmo Ferretti (2008, p. 7) utilizou os termos *cura* e *pajelança* “para designar um sistema médico-religioso tão antigo ou mais antigo que o tambor de mina, encontrado na capital e em outros municípios maranhenses, onde o curador ou pajé, em transe ou inspirado por entidades espirituais, faz diagnóstico; trata enfermidades; prepara medicamentos naturais, a partir principalmente da flora e da fauna brasileira”.

⁷³ É válido destacar que ouvi narrativas em que algumas pessoas já nascem encruzadas, os chamados *encruzados de nascença*, estes não precisam passar por essa cerimônia de encruzo porque já nascem sabendo ter o domínio sobre suas entidades.

encontrar a etimologia dessa palavra, porém, acredito que tenha origens no tupi e faça referência à prática de tocar, batucar, pois, ao questionar para os meus interlocutores sobre o que é uma panguara, a resposta recorrente era: “Panguara é uma pajelança, um tambor, uma batucada”; “Panguara é uma sessão de pajé”. Eu diria que Panguara é encruzilhada negro-indígena.

Conforme observado no trabalho de conclusão de graduação do historiador Evileno Ferreira (2018), “Caminhos da pajelança em Pinheiro: rastros de Zé Pretinho⁷⁴”, eu diria que seguir os rastros do pajé Zé Pretinho, José de Nazaré Rodrigues, é dar de encontro literalmente com essas encruzilhadas negro-indígenas. E o mais interessante é que Evileno Ferreira chama atenção para esse subtópico com o título **“O encontro com os índios”**. Conforme o autor, estes encontros de Zé Pretinho com indígenas da aldeia *irixú-tacaú* vão acontecer ao longo da década de 1950. O primeiro encontro, segundo Evileno, ocorreu quando Zé Pretinho foi convidado para realizar uma sessão de pajelança no povoado Abaixadinho⁷⁵. Na casa em que foi realizada a pajelança havia vários indígenas presentes, os quais estabeleceram uma relação de cordialidade e aproximação com Zé Pretinho, quando ele incorporou entidades indígenas: “Segundo Benta Pereira, como gesto de cordialidade ‘eles [os índios] sentaram tudo em volta de Zé, eles tudo bebia água na cuia e dava pra ele’”. (FERREIRA, 2018, p. 58). Os interlocutores de Evileno narram que, após aquele primeiro encontro, Zé Pretinho foi convidado pelos indígenas para realizar sessões de pajelança na aldeia, logo, Zé Pretinho havia retribuído o convite aos indígenas para comparecerem ao Festejo de Santa Bárbara em seu terreiro, na Comunidade Quilombola Mato de Britos⁷⁶ (FERREIRA, 2018, p. 59).

Apesar das “incompreensões”, especialmente no que diz respeito às doutrinas entoadas tanto pelo grupo de indígenas, quanto pelo grupo de negros, muitos foram os encontros, as encruzilhadas (FERREIRA, 2018, p. 59). E, como diz Michel-Rolph Trouillot (2016) num encontro “todos saem ganhando”. Dessa forma, mesmo persistindo as diferenças entre as formas de cantar e dançar dos dois grupos, Evileno Ferreira fala do quão significativo e correspondente foi esse encontro entre negros e indígenas, no qual o “reconhecimento do transe de Zé Pretinho pelos indígenas, a oferta da bebida para uma possível entidade indígena incorporada no pajé negro, faziam sentido entre os dois grupos” (FERREIRA, 2018, p. 60).

⁷⁴ Zé Pretinho foi um eminente pajé que se destacou na memória dos moradores da zona rural do município de Pinheiro como sendo um grande curador. Atuou especialmente no povoado Mato dos Britos, onde abriu o Terreiro de Santa Bárbara, por volta da década de 1940. Em seu terreiro tratava de pessoas de várias outras localidades (FERREIRA, 2018).

⁷⁵ Povoado localizado no município de Santa Helena, Maranhão.

⁷⁶ Comunidade Quilombola localizada no município de Presidente Sarney. Estive na comunidade no dia 18 de fevereiro de 2022, acompanhada das amigas Girlene Pimenta e Julyana Cabral. Na oportunidade, conversamos com Seu Renê Soares (78 anos), que recordou da presença dos indígenas nas festividades de Santa Bárbara que aconteciam no terreiro de Zé Pretinho durante os primeiros dez dias de outubro.

Esse *faziam sentido*, expressado por Evileno, me fez lembrar de bell hooks (2019, p. 323) que chama atenção para como

os laços sagrados entre negros e indígenas, laços de sangue e parentesco metafísico, não podem ser documentados somente por evidências factuais que confirmem a extensa interação e a mistura – também assuntos do coração. Esses laços são melhor abordados por aqueles que não estão apenas interessados na informação fria da história, mas por quem tem a “história escrita nos corações de nossos povos”, quem então se apaixonou pela história, não só porque ela oferece fatos, mas porque isso desperta e sustenta conexões, renova e nutre relações atuais.

No terreiro do pajé Zé Pretinho, entidades indígenas em corpos negros encontraram-se com indígenas da aldeia *Irixú-tacaú*, reforçando laços sagrados, encruzilhadas. Essas encruzilhadas não estão apenas no domínio espiritual, pois esses encontros aconteceram também no domínio das insurreições, especialmente na insurreição de 1867 abordada por Mundinha Araújo (1994), no livro “**Insurreição de escravos em Viana, 1867**”. A autora teve como ponto de partida a mesma fonte que me impulsionou para iniciar esta pesquisa, o Jornal Cidade de Pinheiro. Ao ler uma crônica no referido jornal, Mundinha Araújo saiu em busca de documentos de arquivos referentes ao período de 1865 a 1885, como ela própria descreveu:

O meu interesse em conhecer um pouco mais sobre o movimento insurrecional de escravos em Viana teve como ponto de partida a leitura de uma crônica de Jerônimo de Viveiros publicada no jornal Cidade de Pinheiro – “A Revolta dos Pretos” – na qual o cronista tecia um breve comentário a respeito do “levante dos negros amocambados em Maracassumé, no município de Turiaçu, 1867”. Essa insurreição explodiu no mocambo São Benedito do Céu, por ocasião da Guerra do Paraguai. (ARAÚJO, 1994, p. 22)

O mocambo São Benedito do Céu, onde teve início a insurreição, estava situado na margem direita do rio Turiaçu, numa região que fazia parte de Pinheiro. Logo, ter o contato com dados sobre a formação desse quilombo, nessa localidade, em meados do século XIX, me fez entender que não seria possível falar de povos indígenas sem falar da presença negra nesse território e dos (des)encontros entre negros e indígenas. Interessante que, tanto a narrativa de negros fugidos, como a Guerra do Paraguai aparecem em entrevistas que realizei e foi justamente cruzando os dados por mim coletados, com os escritos sobre a insurreição de Viana, que encruzilhadas negro-indígenas foram revelando-se. Assim, este capítulo trata de encruzos em insurreições e pajelanças, destacando ainda os laços sagrados entre Dona Augusta Costa e seu encantado Caboclo Flecheiro. Entre Seu Luís Lopes e seu encantado Léguas Boji Buá. É sobre o encruzo de uma mulher negra com sua entidade indígena e de um homem indígena com sua entidade negra. Encruzilhadas.

Luís Lopes na “aldeia quilombo” Imbiral Cabeça Branca

“O seu nome é?”

“Luís Carlos Teixeira, agora conhecido como Luís Lopes.”

“É porque o pai dele é Lopes, Manoel Marcelino Lopes.”, destacou Dona Sebastiana, esposa de Seu Luís.

Conforme já descrevi em páginas anteriores desta tese, Seu Luís e a companheira Dona Sebastiana Lopes Teixeira, além das relações matrimoniais são aparentados pelo lado materno e paterno, possuindo relações de parentesco que se estendem aos Miguens, aos D’Ávila e aos Bacurau. O parentesco de Seu Luís já foi bastante destrinchado no capítulo anterior, porém antes de adentrar em suas narrativas acerca do seu encruzo, quero destacar as encruzilhadas entre sua bisavó Thereza Barros e o seu bisavô Pedro Celestino Lopes, conforme me descreveu Seu Luís. “Deixa eu lhe contar, o pai dele, que eu não sei como era o nome, o pai do Pedro Celestino era um negro. A minha avó Thereza, eles invadiram uma aldeia de 20 índios, o pai de Pedro Celestino e ele panha a indinha que tava pequeninha e trouxe e criou.”

“Quem pegou?”, eu quis entender quem tinha pego a criança indígena.

“O pai do meu bisavô, que eu não sei como era o nome dele, porque isso era minha avó que contava pra nós. Aí pegaram ela e trouxe pra criar, miudinha, porque eles mataram os outros índios tudinho. Aí trouxeram ela, criaram, aí depois dela grande ela foi ser mãe de santo. Aí ele queria que ela casasse com o filho dele que era Pedro Celestino, mas ela não era filha dele, foi só criada. Aí ela disse que ela casava com o Pedro Celestino, mas ia fazer um compromisso com ele: *Olha, eu me casarei com seu filho mas se ele renunciar o cargo que ele tem, de capataz, aí eu me caso com ele*. Porque é muito triste a pessoa ser uma pessoa e judiando com a mesma pessoa. Você tá entendendo? Um negro judiando com um negro. Um índio judiando com um índio, porque ela era índia.”, Seu Luís fazia questão de me perguntar se eu estava entendendo a história de seus bisavós, da criança indígena que se tornou Thereza e do capataz Pedro Celestino que ajudou capturar Thereza e depois casou-se com a mesma. Eu apenas balançava a cabeça confirmando que sim, enquanto ele prosseguia com sua narrativa. “Então, ele achou que se esse filho se casasse com ela era uma importância pra ele. Aí ele conversou com ele na senzala e diz pra ele: *Tu quer casar com Thereza?* Aí ele diz que ele queria. E procurou pra Thereza: *Thereza, tu quer casar com Pedro?* Aí ela disse: *Olha, eu casarei com ele sim, não vou me desagregar dele, mas só se nós tiver um compromisso*. Qual é o compromisso: *Se ele renunciar o cargo de ser capataz, pra nós fugir daqui, pra nunca mais as pessoas nos olhar*. Aí como eles tavam obrigados, porque você é obrigado a ser escravo, aí o

que ele fez: *Thereza, nós casa e foge*. Aí ele disse: *Como nós vamos fazer?* Aí ela disse: *Todos os jeitos eu dou, só basta tu fazer o acordo, se tu fizer o acordo e renunciar o cargo nós casa e o jeito eu dou*. Aí foi que ele casou com ela e fugiu da senzala. Ela deu o jeito deles fugir, eles fugiram e vieram embora pra Cabeça Branca. Quando eles chegaram em Cabeça Branca, já tinha poucos índios, porque a maior parte já tinha atravessado pra Maracaçumé, daí desse ataque deles eles atravessaram pra Maracaçumé, porque lá tinha outros índios, os Tupinambá. Aí o que eles fizeram, fundaram o quilombo São Benedito do Céu, mas o que acontece, ela disse: *Pedro, nós vamos fazer o seguinte, nós vamos buscar teu pessoal, de pouco a pouco nós vamos buscando, quando ser pra ir buscar eu te digo*. Ela era mãe de santo, ela era daquelas mãe de santo de pisar na água sem molhar o pé. Se ela dissesse vai buscar fulano de tal, a pessoa podia ir, porque ele trazia. Então, ele veio trazendo essas pessoas pra cá, ele veio trazendo... então criaram, fundaram São Benedito do Céu em cima de Cabeça Branca. O que Pedro Celestino fazia? Comandar um grupo de pessoas aqui e ele que sabia, porque Thereza não sabia. Aí quando ele fugiu da senzala, que renunciou o cargo, sabe o que ele fez? Eles taparam as vistas do pessoal e eles começaram a sair de fazenda em fazenda. Eles vieram até em Santo Inácio a procura de Pedro Celestino, porque ele era um bom capataz. A senhora sabe o que é um bom capataz?”, perguntou-me Seu Luís e eu balancei a cabeça dizendo que não sabia, ao que ele prosseguiu. “É a pessoa que não se reconhece, porque é obrigado. Quando ele encontrou essa mulher, que fez isso pra ele, então ele disse que ele foi pra o céu, você tá entendendo? Por isso que aqui é São Benedito do Céu, porque ele veio pra o céu, faz de conta que ele tinha escapulado de um lugar e chegou no céu. Aí batizou o lugar por nome São Benedito do Céu. Quem chegava aqui estava no céu, porque eles não vinham atrás aqui, era muito deserto, não dava pra chegar. Eles vinham nas outras fazendas, porque aqui não é fazenda, aqui é sítio dos negros, aqui é conhecido, histórico, sítio dos negros, mas era uma aldeia, Cabeça Branca era aldeia.”

Nas narrativas de Seu Luís, um homem negro e uma mulher indígena são os fundadores do quilombo São Benedito do Céu. É válido destacar que o lugar denominado Imbiral – Cabeça Branca é a comunidade quilombola onde vivem Seu Luís e família, fica localizado a aproximadamente 3 quilômetros de São Benedito do Céu, o “sítio dos negros” no qual seus ancestrais teriam se assentado. No entanto, São Benedito do Céu e Imbiral – Cabeça Branca configuram-se como um único território reivindicado pela comunidade de Imbiral – Cabeça Branca, os quais se autodefinem como negro-indígenas, habitando uma aldeia quilombo⁷⁷. E é

⁷⁷ Rosilvado Silva (Cacique Babau, 2022), em entrevista concedida a Jurema Machado destaca que no futuro “principalmente os índios do nordeste e de outras partes tem que defender as aldeias quilombo, porque as pessoas têm dupla nacionalidade, tanto da África como a Indígena.”

da aldeia quilombo São Benedito do Céu que, em julho de 1867, partiram centenas de negros aliados a indígenas e ocuparam diversas fazendas na Comarca de Viana: Fazenda Santo Inácio, Fazenda Santa Bárbara, Engenho Timbó, Fazenda Santa Maria e Fazenda São José.

Estava deflagrada a tão temida insurreição, que se estenderia a outras propriedades, com a adesão de toda a escravatura. As notícias sobre o movimento insurrecional dos escravos propagar-se-iam rapidamente, causando pânico não apenas aos habitantes de Viana, mas a todos os proprietários estabelecidos nos municípios da Baixada Ocidental: São Vicente Ferrer, São Bento, Guimarães, Pinheiro, Santa Helena, Alcântara e outros das regiões limítrofes (ARAÚJO, 2006, p. 40).

A Câmara Municipal de Pinheiro, naquele ano, 1867, ao solicitar providências ao presidente da Província sobre a segurança pública “ameaçada pelos negros fugidos”, receia que esta ameaça seja agravada pela invasão dos índios Gamelas:

(...) não obstante isso, jamais sup pôs que tão próximo pudesse temer a invasão de malfeitores, em que soem ser convertidos os escravos, quando desenfreados abandonão os lavradores de seus senhores, e o que hé mais que este mal fosse ainda mais agravado pelo receio de igual invazão por parte dos índios Gamelas, que demorando no lugar Cabeça Branca deste município, além das trepolias que comettem quase diariamente nas proximidades da sua residencia, ameação a cada momento invadir esta Villa.⁷⁸

Enquanto o Presidente da Câmara de Pinheiro temia invasões dos Gamela, é possível falar de relações de convívio entre os indígenas e os negros aquilombados. Conforme carta enviada pelos líderes da revolta, Daniel e João Mulato, que diziam contar com 1.000 armas de fogo e com todos os arcos dos *gentios*⁷⁹. Já em outro documento do ex-administrador da Fazenda Santa Bárbara, ao denunciar as relações comerciais entre os quilombolas e pessoas livres, destacam-se possíveis relações entre a liderança quilombola Daniel e o diretor parcial dos índios Gamellas aldeados em Capivari, Jozé Felliciano de Campos. (MUNDINHA ARAÚJO, 2006, p. 210).

Flávio Gomes (1997, p. 261), ao tratar das redes de proteção e solidariedade construídas pelos quilombolas para além do quilombo, também destaca relações com um morador do lugar Cabeça Branca em 1863. O mesmo lugar que em 1867, os representantes da Câmara Municipal de Pinheiro destacam a presença de índios Gamela.

⁷⁸ APEM, Representação da Câmara Municipal de Pinheiro ao Ilmo^o e Exm^o Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, presidente da Província, em 15 de julho de 1867, apud ARAÚJO, Mundinha, 2006 [1994], p. 57.

⁷⁹ Istvan Varga acerca da carta enviada por Daniel e João Mulato destaca que, no referido documento, “a palavra ‘Caboclos’ constava do manuscrito original e, na sequência de sua redação, foi riscada e substituída por ‘gentios’, registrando a correção, pelos próprios autores, de seu primeiro impulso em designar os indígenas já ‘pacificados’ na região, o que reforça ainda mais a hipótese de que se tratava dos Gamela, que os apoiavam. Riscaram-na depois e, provavelmente para obter uma redação que ressaltasse sua valentia e ferocidade e incutir maior temor em seus interlocutores, substituíram-na por ‘gentios’.” (2019, p. 8).

Talvez fosse nestes períodos de continuadas perseguições que os quilombolas precisassem de suas redes de proteção e solidariedades sócio-econômicas locais. Já em março de 1863 surgiram notícias que os quilombolas de Turiaçu estavam espalhados em vários grupos dispersos na floresta. Nas matas vasculhadas conseguiu-se encontrar "um grande quilombo" bem junto as margens do rio Turiaçu "contendo 26 casas". Porém, nada de quilombolas. Investigações junto a subdelegacia do município de Pinheiro descobriram que os mesmos tinham escapado ao cerco por serem "avisados" por **Manoel Joaquim**, morador do lugar conhecido como "Cabeça Branca". Os quilombolas tinham "atravessado o rio [Turiaçu] para outro lado". Fatigada e faltando mantimentos a tropa não pode segui-los (GOMES, 1997, p. 261 e 262; grifo nosso).

Seu Luís Lopes, enquanto conversava comigo sobre as histórias que ouviu acerca das trocas estabelecidas entre negros e indígenas com os comerciantes daquela época, destacou o comerciante Manoel de Joaquim como alguém que trocava, especialmente, cachaça e fumo com os negros e indígenas. E é justamente este comerciante que é acusado pela subdelegacia de Pinheiro de ter avisado aos quilombolas sobre o cerco ao quilombo, conforme Flávio Gomes (1997). Esse autor, ao longo de sua tese, cita diversos ofícios enviados pelas autoridades de Pinheiro no século XIX ao presidente da Província do Maranhão, os quais relatam as suas preocupações com a Vila de Pinheiro em relação à presença de quilombolas e indígenas:

Uma das mais importantes da província, por sua numerosa população, riqueza e vantajosa posição geográfica, **acha-se tão próxima dos quilombos e aldeias de índios selvagens** que fazem o fragelo da Comarca do Turiaçu que há o bem fundado receio de vir a ser de um momento para outro vítima das correrias desses selvagens, e de pretos amocambados, se não fôr de prompto posta em estado de oppor-lhes resistência.⁸⁰

É válido destacar que o subdelegado de Polícia da Vila Nova do Pinheiro refere-se no ofício a “aldeias de índios selvagens”. Talvez levasse em consideração que a própria Vila de Pinheiro tivesse sido formada a partir de uma sesmaria de índios e que considerasse “selvagens”, povos indígenas nômades que não haviam sido integrados ao sistema de sesmarias, e que continuaram em um processo constante de deslocamentos. Alguns desses indígenas tornaram-se aliados dos quilombolas, na luta contra a escravidão negra e esbulho dos territórios indígenas. Essa aliança pode ser observada, também, no ofício do delegado de Polícia de Guimarães. Joaquim Raimundo da Cunha, ao descrever sobre mais um ataque na freguesia de Pinheiro, diz: “a fazenda Santa Estela pertencente a Carlos Lobato, fora atacada por uma porção de escravos reunida a outra de índios”.⁸¹

⁸⁰ APEMa, Ofício do subdelegado de Polícia da Vila Nova do Pinheiro, José Estanielao Lobato enviado para o Chefe de Polícia Provincial, em 11 de janeiro de 1863, apud GOMES, Flávio, 1997, p. 420.

⁸¹ APEM, Ofício do delegado de Polícia de Guimarães, Joaquim Raimundo da Cunha ao Ilmo^o e Exm^o Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, presidente da Província, em 20 de julho de 1867, apud ARAÚJO, Mundinha, 2006 [1994], p. 64.

Feliciano Corta-Mato, Bruno e outros, da linha de frente, foram encontrados 10 anos depois no quilombo São Sebastião, no qual Daniel era o chefe principal” (ARAÚJO, 2006, p. 146).

Entre os últimos dias de 1876 e o início de 1877 uma grande expedição seguiria para o município de Pinheiro. Ali foi invadido o quilombo de São Sebastião e foram apreendidos cerca de 113 mocambeiros. Nesta expedição surgiria uma novidade em termos da luta secular desses quilombolas da região do Turiaçu-Gurupi. As autoridades e chefes do mocambo negociaram a rendição dos quilombolas. Soube-se, porém, que outros grupos em diferentes mocambos encontravam-se firmes na floresta.⁸²

A entrada negociada do major Honorato Cândido Ferreira Caldas, no quilombo São Sebastião, possibilitou descrições outras sobre o quilombo, conforme Flávio Gomes (1997, p. 376) “passou a descrever o cenário econômico montado, com ‘casas’ de farinha, engenhocas, etc”:

58 casas, cobertas de palha e tapadas de barro, na maior parte com portas e janellas de madeiras, sendo 2 denominadas Casas de santo, bem distintas pelas cruzeiras levantadas em frente, 3 de fazer farinha com competentes fornos, 1 de depósito e cera, outra guardando um alambique de barro, e as demais — habitação dos quilombolas, porém todas sem symetria alguma, tanto assim que só havião duas ruas menos irregulares — a de cima e a de baixo —, separadas uma da outra pelo adro da capella velha.⁸³

Nesta descrição, minha atenção se volta para as casas de santos, as quais aparecem também nas descrições do quilombo São Benedito do Céu e Limoeiro. Sobre este último, João Manoel da Cunha descreveu:

(...) têm 91 casa, em cada uma morando três, quatro e cinco pretos com suas mulheres e filhos, e tem mais duas casas destinadas à oração, a que chamam casas de santos; sendo uma com imagens de Santos, e outra onde encontramos figuras extravagantes feitas de madeira. cabaças com ervas podres e uma porção de pedras de que em tempos muito remotos os indígenas se serviam como machados, as quais a maior parte dos mocambeiros venera com a invocação de Santa Bárbara, porém, não passa tudo isto de uma casa de pajés.⁸⁴

O capitão Feliciano Xavier Freire Jr. também fez descrições sobre o que ele denominou de “festa dos pajés”, no quilombo do Limoeiro, sendo esta festa comandada pelo quilombola Estevão (GOMES, 1997, p. 428).

⁸² BNRJ, Relatório apresentado pelo Presidente de Província do Maranhão, Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, em 18 de outubro de 1877 e APEMa, Ofício do Delegado de Polícia de Turiaçu, João Luis Rodrigues Pedreira enviado ao Chefe de Polícia, em 12 de julho de 1877, apud GOMES, Flávio, 1997, p. 426.

⁸³ APEMa, “Relatório apresentado ao Comendador Doutor Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, Presidente da Província do Maranhão, pelo Major Honorato Cândido Ferreira Caldas, em 13 de Janeiro de 1877, dando conta dos resultados conseguidos pela expedição destinada a destruir o Quilombo do Turi”, apud GOMES, Flávio, 1997, p. 214.

⁸⁴ Relatório de João Manoel da Cunha sobre a primeira invasão do Quilombo Limoeiro, 24/01/1878, transcrito em Mundinha Araújo, A invasão do quilombo Limoeiros, 1878. apud GOMES, Flávio, 1997, p. 427 e 428.

Antes de retomar ao universo da pajelança, gostaria de chamar atenção para as redes tecidas de algodão e os jamaxis de guarimã utilizados para o transporte de mandioca, os quais aparecem nos relatórios das expedições anti-mocambos, pois pouca importância é dada para os artefatos quando se pensa em relações negro-indígenas. Acredito que, assim como as alianças entre negros e indígenas nas insurreições, os artefatos também nos revelam dimensões outras desse encontro nas matas e rios. É válido lembrar que foi seguindo cofos, abanos, tipitis e redes que cheguei nas primeiras narrativas acerca de bisavós pegos no mato a cachorro⁸⁵.

Voltemos à pajelança. Fiquemos com a história de Chico Ourives, ou melhor, Chico Curandeiro, negro maranhense que atravessou o rio Gurupi e foi parar nas bandas do Pará. Chico foi imortalizado por Darcy Ribeiro em seus Diários índios. Em uma passagem no Diário, Chico narra: “Por aqui tinha quilombo grande: **Limoeiro, Urubu**. Os Camaradas também estavam lá. Eram todos amigos. Depois é que brigaram” (RIBEIRO, 1996, p. 565). Ao nomear o quilombo, Chico resume relações negro-indígenas, destaca os camaradas Urubus no quilombo Limoeiro.

Darcy Ribeiro refere-se à predominância de um grupo indígena aldeado nas margens do Turiaçu como os “urubus negros”, em decorrência do rapto de mulheres do mucambo Limoeiro pelos Urubus atacados (RIBEIRO, 1996, p. 28). Não pretendo reduzir relações negro-indígenas tomando como referência rapto de mulheres. Prefiro ficar com as insurreições e a pajelança como um caminho para se pensar tais relações. Prefiro, ainda, a ciência de ervas do negro que curava índios nas fronteiras do Pará-Maranhão:

Chico não é só cantador de toadas. É o curandeiro mais conceituado do Gurupi. Sua ciência de ervas e outros ingredientes tem salvo muita gente, desde encarregados de posto, que entram no seu chá de baratas quando têm cólicas, até os índios que têm nele o principal consolo para seus padecimentos (RIBEIRO, 1996, p. 567).

Chico Curandeiro e Zé Pretinho, ambos homens negros, eram curandeiros, conhecedores de ervas. Chico curava indígenas e Zé fazia Panguara na aldeia *irixú-tacaú*. De acordo com Raimundo Inácio Araújo (2017), essa aldeia estaria localizada nas proximidades do município de Santa Luzia do Paruá. Este município está localizado à margem direita do rio Paruá. Nos documentos do século XIX, esse rio é denominado como Paraná ou Parauá – desemboca no rio Turi – e é destacado como um dos lugares para o qual teriam fugido os quilombolas de São Benedito do Céu.

⁸⁵ Relatório de pesquisa apresentado para a FAPEMA, “TECENDO FIBRAS, TECENDO HISTÓRIAS: um estudo da influência indígena na produção de artefatos trançados de fibras”, 2016.

Quando o presidente Menezes Doria teve notícias de que havia um novo quilombo formado pelos sublevados nas imediações do rio Paraná, enviou um ofício, datada de 29 de julho, aos delegados de Polícia de São Vicente Ferrer, São Bento e Viana, dizendo ser urgente a batida desse quilombo, para onde julgava houvessem fugido os escravos que se encontravam acoitado no São Benedito do Céu (ARAÚJO, 2006, p. 94).

As margens do rio Paruá era lugar de indígenas e quilombolas, cruzando e entrecruzando rios e saberes dos pajés além de séculos. Zé Pretinho fez pajelança na aldeia e os indígenas do Paruá foram ao terreiro de Santa Bárbara, em Mato dos Britos. No quilombo Limoeiro, conforme relatório de João Manoel da Cunha, na casa dos pajés, veneravam Santa Bárbara. Em Mato dos Britos o terreiro é de Santa Bárbara. Na aldeia quilombo Imbiral – Cabeça Branca, no terreiro de Seu Luís Lopes se festeja Santa Bárbara e foi na véspera do dia de Santa Bárbara que teve início o seu primeiro encruzo, aos 9 anos de idade, conforme ele foi descrevendo-me: “Na idade de 9 anos foi meu primeiro encruzo, já o segundo foi com 12 anos e o terceiro com 14 anos.”

“De 2 em 2 anos tinha um encruzo pra o senhor?”, eu perguntei.

“Foi.”

“E o que o senhor sentia pra ter que ser encruzado?”

“O que eu sentia quando eu era mais menor?”, Seu Luís quis ter certeza que havia compreendido a minha pergunta e prosseguiu explicando-me. “Olha, eu sentia junto com o povo que só eu que via e os outros não via. Aí eu me sentia assim, eu não queria mais tá em casa junto com o pessoal de casa, porque essas outras pessoas era mais importante pra mim, você tá entendendo? Era mais importante pra mim, então eu começava a sair de casa e não voltar mais pra casa.”

“O senhor passava dias?”

“Era meses e meses sem eu vim em casa.”

“Com 9 anos?”, perguntei assustada tentando entender como uma criança ficava meses sem vir em casa.

“Era. Eu comecei com 7 anos a sair assim, 6, 7 anos, 8 anos... eu comecei sair, você tá me entendendo? Eles me chamavam e eu ouvia ele me chamando pra gente ir, tá vendo, pra sair, pra brincar. E eles não ouviam, o pessoal de casa. Eu ouvia eles falando comigo e eles não ouviam, você tá entendendo?” Seu Luís perguntava a todo instante se eu estava entendendo e prosseguiu fazendo suas confissões. “Eu tinha muito medo de pajé, eu não vou mentir.”, disse-me sorrindo e continuou. “Ave Maria! Quando eles falavam o nome do pajé, que dizia que ia pra lá, eu caía no mundo de meu Deus.”

“O senhor nessa época tava aonde?”

“Eu tava lá no Tabaréu. Eu era pequeno, eu vim pra cá pra Imbiral com 11 anos. Papai que vinha pra cá trabalhar de roça e pedia pra minha avó: *Mãe, tem cuidado com esse menino mode ele não sair*. Porque quando eu fui, logo eu pequenininho, tinha uma Mãe de Santo, chamada Justina, eu não conheci, meu pai que conheceu e disse: *Olha, vocês tem que ter cuidado com esse menino porque ele nasceu numa hora boa, é uma hora permitida por Deus. Então, vocês tem que ter cuidado com ele, muito com cuidado*. Então, eu pequeno dava aquele *sistoma*, aí mamãe levava pra cá e pra acolá, ia me levando, né? Aí quando eu fui me entendendo mais um pouco, aí eles começaram vir pra casa, aí me chamavam e eu ia. Eles não ouviam, mas eu escutava eles e olhava e brincava mesmo. A gente brincava muito nos igarapé.”

Eu estava muito curiosa sobre quem eram as pessoas que somente Seu Luís olhava e escutava quando era criança, logo emendei uma pergunta. “Quem era eles?”

“A gente não pode dizer o nome, porque eles não diziam pra gente, sabe que era uma porção de pessoas, crianças bastante sem ser eu, eu não sei se era velho, você tá entendendo? Mas na minha vista era criança que brincava comigo. E a gente brincava, a gente saía, dormia, eu não comia nadinha, ficava com uma alimentação tão boa, porque eu não comia, só bebia água. Água eu bebia bastante, mas não comia e pra mim eu me sentia confortável junto com eles. A gente ia pra um mato chamado semente, que tinha uns rios bacana.”

“Isso lá no Tabaréu?”

“É, no Tabaréu. Aí chegou um dia, meu Pai de Santo...”

“O Zé Ferreira?”, interrompi.

“Hum, hum! Aí chegou um dia que ele tava fazendo um encruzo pra uma senhora chamada Josefa. Aí ele chegou lá em casa e perguntou como é que tava por lá. Aí foi a minha avó, que me criou, disse pra ele. A minha avó era sogra dele, ele era casado com uma irmã de papai.”

“Com qual irmã?”

“Com Maria Lopes. Aí ele chegou lá e ela disse pra ele: *Olha, esse menino tá saindo muito. E quando ele sabe notícia que você vem pra cá, ele sabe antes da gente saber, ele sabe a notícia. Aí ele sai e pronto. Aí durante tu tiver por aí, ele não vem mais*. Eu não ia mesmo, eu tinha medo pra danar.”

“O Zé Ferreira ele morava lá no Tabaréu?”

“Não. Ele morava ali pra o lado do Tingidor, chavama Andirobal.”

“Esse Zé Ferreira ele era negro?”

“Não. Ele tinha *sistoma* de indígena. Agora só que a mãe dele também era negra. Agora o pai dele eu não conheci. A mãe dele eu conheci, era uma senhora chamada Josefa.”, Seu Luís

destacou a aparência do seu Pai de Santo, Zé Ferreira, com povos indígenas e continuou destacando o que o mesmo havia dito para sua avó. “Ele disse o seguinte: *Você me deixa uma roupa dele, quando ele chegar eu vou fazer um benzimento numa roupa dele aqui, aí vocês guardam essa roupa e ele vem pra casa. Aí vocês veste essa roupa nele. Depois que ele vestir essa roupa vocês levam lá em casa.* Aí disse pra ela, tudinho. Aí rapaz, eu tava no rio me banhando, aí me deu uma vontade de vim pra casa. Aí eu fui e disse pra eles: *Olha, eu vou pra casa e amanhã eu venho.* Eu disse: *Eu só venho com dois dias pra cá brincar, eu já vou embora.* Era perto de casa. Aí eu fui pra casa, me deu aquela vontade de ir pra casa e fui mesmo pra casa. Cheguei em casa papai tava em casa, ele tinha ido daqui de Imbiral pra lá pra o Tabaréu e tinha perguntado por mim, ficou preocupado. Aí o que aconteceu, eu cheguei em casa me deu um sono pra dormir. Aí eu dormindo me vestiram a camisa, eu tava dormindo. Eu dormi e acordei já era de tardinha, bem de tardinha. Aí dormi dentro dessa camisa, quando foi no outro dia, de madrugada ele me chamou e disse: *Muda essa camisa, veste teu chambre.* Aí eu agarrei vesti meu chambre. Nós tudinho tinha chambre, nós vivia de chambre. Só essa camisa que eu fui vestir daquele pano que eu lhe falei ontem pra você, de riscado. Aí como eu tinha dormido dentro dessa camisinha, ele agarrou e levou essa camisa pra Zé Ferreira. Isso foi no mês de setembro. Aí ele foi e disse assim: *Eu vou trabalhar pra Santa Bárbara no dia 4 de dezembro e você me traz ele no dia 3, aí você me traz ele pra cá.* E eu não sabia, porque não era conversa pra criança. Eu era criança mesmo, andava nu. Lá em casa nós se criamos todo mundo andando nu, todo mundo, não tinha um vestido. Quando eu fui conhecer um calção pra mim vestir em casa, eu já tava homem feito.”, destacou Seu Luís enquanto enrolava o fumo em um pedaço de papel que arranquei do meu caderno de campo. Entre um trago e outro prosseguiu sua narrativa destacando que seu pai o havia convidado para ir em Pinheiro, sendo que essa era a sua maior vontade, conhecer a sede Pinheiro.

“Aí foi que ele me convidou pra me levar em Pinheiro. E eu tinha vontade demais de ir em Pinheiro.”

“O senhor nunca tinha ido em Pinheiro, na Vila?”

“Não! Eu tinha vontade de ir em Pinheiro e vontade de vim pra cá pra Imbiral.”, destacou e continuou descrevendo sua suposta ida a Pinheiro. “E aí, deixa eu dizer bem direitinho. Aí eu fui pra Pinheiro junto com ele, me lembro como se fosse hoje, dia 3 de dezembro, nós fomos de tarde. Aí quando nós fomos, pegamos uma estradinha: *Pra cá que vai pra Pinheiro?* Aí ele: *É pra cá.* Aí nós fomos, eu montado, aí foi eu, Eva que é bisavó dessa pequena de Luís ali, foi Dica, um tio de Sebastiana, irmão do pai dela, fomos uma porção de pessoas. Eu ia contente que só um pinto no lixo. Quando eu cheguei numa distância como daqui na casa de Poti, mais

ou menos [distância de aproximadamente uns 100 metros], começou, eu escutei uma zuada de tambor. Aí eu me joguei do cavalo embaixo, daí não soube mais.”

“Não soube mais o que aconteceu?”

“Não sei mais. Quando eu dei corpo de mim mesmo, corpo mesmo legítimo foi 4h da manhã, eu já deitado numa rede.”

“Vocês chegaram lá que horas?”

“Umas 4h da tarde. Só fui dar corpo de mim 4h da manhã deitado numa rede, num quartinho lá, não sei nem de quem era, só vela acendida, uma porção de coisa lá. Não vi mais nada, nem papai eu não vi, nem mamãe. Também eu não chorei nada, assim pra dizer que eu tava chorando e aí eu fiquei lá, passei oito dias lá deitado, aí eles me davam comida assim num prato e eu ia comer, a esposa dele é que levava. Ele nunca mais eu vi também, eu não olhei. Eu fui olhar ele com 15 dias, que ele veio fazer um banho pra mim. Fez um banho, disse sai pra fora e riu. Eu tomei bênção pra ele, eu era pequeno, fininho assim como o filho de Lilica. Eu me lembro que eu tava assim como Puruquinha.”, comparou com seus netos, crianças de 1,30m e aproximadamente 30kg.

“Ah, o senhor tava do tamanho do filho mais novo de Lilica?”

“Sim, do mais novo. Eu tava novinho assim. E aí doído, eu tava doído. Ave Maria! Parece que eu tinha passado dentro de uma engenhoca, todo doído. Aí ele me olhou e riu. Eu tomei bênção pra ele, aí ele me abençoou e disse: Rapaz, é pra ti vim te banhar. Era uma 8h do dia. Aí papai tava lá mais mamãe, tava todos dois lá. E aí eu conversei com ele, fui me banhar e mudei essa roupa que eu tava dentro esses dias todinho, vesti outra roupa, outro calçãozinho. Depois foi me aliviando mais aquelas dor que eu tava, doído o corpo todinho. Aí mamãe tava lá, eu tomei bênção pra mamãe, tomei pra papai. Aí ele disse: *De tarde vocês vão, eu vou fazer mais um banho pra ele 1h da tarde, quando for 3h vocês sai daqui pra vocês chegarem em casa já mais melhor.* Tudo bem! Aí aquele pessoal que brincava comigo, não brincaram mais. Rapaz, mas eu fiquei com pena como o diacho. Eu chegava em casa, mas eles ainda me gritaram três dias. Eles gritavam, mas eu não via eles. Eu escutava o grito ainda, mas aí eles só me gritavam de noite, largaram de me chamar de dia. Se chamavam de dia eu não ouvia mais, agora de noite eu ainda ouvi umas três noite, ainda me chamaram de madrugada. Aí eu não olhei mais esse pessoal. Eu só via eles quando eu dormia. Eu dormia aí eu via eles tudinho, mas não se encostavam mais comigo, ficavam de longe: *Rapaz, tu não foi mais brincar com nós.* Aí eu dizia: *Rapaz, eu não fui mais, não pude ir mais. – Rapaz, mas agora nós não pode mais brincar contigo. Acho que o jeito que tem é nós mudar e te esperar, pra quando tu ir nós te acompanhar.*

Eu digo, então tá bom, vocês é que sabe. Ele disse, *É, nós vamos te acompanhar, mas quando tu ir. Agora não dizia pra onde.*”

“Deixa eu lhe perguntar, nesse dia ainda não foi o primeiro encruzo?”

“Já foi o primeiro encruzo.”, afirmou Seu Luís.

A partir do dia 3 de dezembro, às vésperas do dia de Santa Bárbara, a santa encontrada no século XIX nas casas de santo nos quilombos, foi dado início aos estudos espirituais de Seu Luís. O povo que brincava com ele, os encantados, foram afastados pelo mestre Zé Ferreira e, ao longo dos encruzos, Seu Luís foi tendo domínio e segurança para o “trocamento de espírito”. Começou a ter firmeza para deixar o seu espírito de lado e permitir que outro espírito se aproximasse, conforme ele mesmo destacou. “Não é toda pessoa que pode trocar o espírito dele com outro, deixar o espírito dele de lado pra o outro se aproximar. Então não tem como a gente mudar, é por isso que tem esse encruzo, porque esse encruzo é que faz a fortaleza pra você, pra você ter o conhecimento, pra você poder se defender de uma pessoa, você pode defender outra pessoa, no espiritual, sem você ter um livro pra você estudar. Hoje tem essas pessoas que vão estudar, a pessoa oferece estudo pra dar um diploma pra ele, pra ele poder ser um médico. O diploma espiritual é diferente de um diploma que você recebe numa faculdade que você tá fazendo. Quando você nasce, você já traz esse diploma. Então o que é que o pajé faz quando se trata de encruzo? Se trata de encruzo porque é uma segurança que a pessoa dá pra pessoa terminar de se capacitar. Então tem a data de você começar a trabalhar, você tá entendendo? Os pajés eles se diploma pra fazer o bem. Ele trabalha com preço, ele trabalha com remédio é um tanto, uma garrafa de remédio é outro. Ele é tipo uma farmácia, ele é tipo uma clínica, ele é tipo essas coisas.”

“O senhor me disse que tem um guia?”

“É Légua Boji”.

“Légua é um guia espiritual?”

“É um guia espiritual. Ele é dono de mina. Légua Boji é rei. Quando se fala em rei, é de qualquer coisa que for possível. Ele é um mestre, se fala de rei porque você sabe como é, mas ele é um mestre das outras pessoas.”

“Mas o senhor só recebe Légua ou recebe outros?”

“Ele é o principal como eu tô falando pra você. O meu corpo é adaptado pra ele como guia e outros vem, mas não é pra fazer remédio. Ele próprio é pra fazer os remédios. Ele conduz, como você, por exemplo, você é uma Diretora, tem 100 professores, mas quem é Diretora é só você. Entendeu?”, perguntou Seu Luís.

“Entendi!”, afirmou!

“Então tá certo. Ele é tipo um Diretor, por exemplo, esse é a pessoa, vai em fulano, vai em cicrano, mas só vem se mandar, se não mandar ele não vai. Talvez que um dia que eu tiver trabalhando aqui e a gente mandar dizer e a senhora quiser vir pra conversar com ele, você pode conversar e ele vai lhe explicar muita coisa, porque ele é um cara bom, ele não é risão. Agora faz é beber demais. Senhora não tem quem dê conta, vixe, bebe demais. E bebe muito, e eu não bebo. Só quando eu tô trabalhando assim eu bebo. Ele bebe e ainda tem mais uma coisa, é ruim e é bom pra pessoa que mora com pai de santo.”

“Por que é ruim e é bom?”

“É ruim numa parte, porque o pai de santo ele sofre muito, você tá entendendo? Ele fica muito sofredor, a gente é capaz de morrer qualquer hora. Então, é tão bom mas é arriscoso. É bom mas é arriscoso, porque é capaz de você morrer, principalmente quando a pessoa já tem problema de pressão alta, que o corpo da gente fica muito elétrico. Eu tenho problema de pressão, é arriscoso demais, porque eles são muito forte, elétrico demais. É muita energia. Não é toda pessoa que segura, por isso que cai que só a peste, algumas pessoas que cai.”

“Seu Luís e esse negócio de linha?”

“Linha espiritual, porque assim, cada pessoa trabalha com uma linha, é mina, é orixá...”

“Sua linha é de mina?”

“É de mina. Tem uma porção, são 366 linhas que Deus deixou pra se trabalhar. Tem Pomba-Gira, tem Chica...”

“Sua linha é só de mina?”

“Eu só trabalho de mina. É por isso que eu tô falando pra você, a preparação, você estuda só uma coisa, você não vai estudar 10 linhas, de cada uma você vai perdendo uma, você vai deixando uma pra trás. Não é assim, quando você vai fazer uma faculdade? Você faz uma faculdade pra ser um padre, você pode ser um doutor, mas se você ir fazer de padre, você já deixou a de doutor. Você tá me entendendo? Então você tem que fazer aquilo que seu corpo é suficiente.”, explicou-me apontando para o próprio corpo e prosseguiu com suas diferenciações. “Se você ver, cada pessoa trabalha num modo de tambor. Cada pessoa trabalha num modo de tambor, tem os tambor tarraxado, tem os tambor só de uma coberta.”

“O seu tambor é só de uma coberta?”

“É só de uma coberta. Então tem tambor coberto de duas bocas. Então cada um trabalha num sentindo, não é só num sentido não, cada um trabalha num sentido. E o sentido da pessoa são as linhas que ele trabalha. Nessa linha você pode receber até 100 encantados, depende do guia mandar, porque tem a permissão é dele, se o guia permitir. Quem trabalha sem guia? Quem

trabalha com o livro? Quem trabalha com o livro não tem guia. Você tá entendendo? Quem trabalha com o livro não trabalha com o guia, é só o que o livro manda. O guia dele é o livro.”

“Meu guia é o livro.”

“É!”, afirmou Seu Luís entre gargalhadas e em seguida continuou. “Então Dona Nelma, eu vou lhe contar uma coisa, eu só tô lhe dizendo isso porque é pra você, eu não gosto de dizer pra ninguém, tá certo?! Já vieram mais de mil pessoas fazer entrevista comigo de negócio de pajelança e eu não faço, eu não gosto de fazer. Você sabe por quê? Eu vou lhe dizer uma coisa, o governo é maligno pra pajé. O que o governo tem é de acabar o que os pajé vive, do que eles vive, porque os pajé vive da floresta. Os pajé vive das ervas e o governo não gosta dos pajé. Se não fosse você, se você não fosse muito amiga, eu não dizia o que significa.”

“Eu agradeço, Seu Luís.”, eu disse cheia de orgulho da confiança que Seu Luís depositou em mim. Depois fiquei me perguntando se poderia contar sua história para outras pessoas. A resposta dele para essa minha dúvida está estampada neste capítulo.



Augusta Costa Ferraz

Augusta Costa na Linha de Cura

O meu encontro com Dona Augusta foi por acaso, igual muitos outros encontros já citados aqui, a diferença é que fui atraída pelo cheiro de encantaria. Fui até o Povoado Apertado, aonde reside Dona Augusta, com o objetivo de entrevistar Seu João Lopes, o irmão de Dona Odinéia, da família dos Bacurau. Essa entrevista com Seu João foi intermediada pela filha de Dona Augusta, Ana Luzia Ferraz, uma amiga que já conheço há alguns anos. Após a entrevista, ela me levou até a casa de sua mãe, uma pequena cerca antecede a casa e ali, entre a cerca e a casa uma variedade de plantas, mas só após adentrar o portãozinho de madeira senti o cheiro de mato, um cheiro de plantas medicinais que eu já tinha certa familiaridade (tipi, alfavaca, manjerição, erva santa, abranda...). Entre aquele cheiro fui apresentada a Dona Augusta por sua filha e já emendei uma pergunta, eu quis saber se ela fazia remédios, banhos, queria entender aquela variedade de plantas em seu jardim/quintal. A senhora negra com um rosário pendurado no pescoço respondeu-me que fazia *garrafada*⁸⁶. Ao ouvir a palavra *garrafada* já emendei outra pergunta: “A senhora é pajé?”. Ela balançou a cabeça que sim, seguida de um *hen, hein!*. E na breve conversa, fui conduzida até o fundo do quintal, ao seu terreiro.

A partir daquele primeiro encontro, vieram os convites para as sessões de pajelança em seu terreiro. E foi assim que tive a oportunidade de presenciar Dona Augusta, uma mulher negra, dançando/baiando com seu guia indígena, Caboclo Flecheiro, e ouvi muitas doutrinas sobre aldeias, índios e matas nativas. Enquanto assistia, lembrei de Zé Pretinho com sua entidade indígena sendo servida por indígenas, conforme descreveu Evileno Ferreira (2018). Talvez ali no terreiro de Dona Augusta faltasse os indígenas servindo uma entidade indígena, ou talvez estivessem mais presentes do que esta tese é capaz de descrever, pois entre seus abatazeiros⁸⁷ estava Seu João Lopes e o seu filho, Luan Lopes, neto e bisneto de uma mulher indígena capturada. E Dona Augusta é também uma das muitas bisnetas de mulheres indígenas capturadas no mato a cachorro, sequestradas. E foi com essa informação, numa conversa casual, que perguntei se ela poderia me conceder uma entrevista, perguntei se poderia contar a sua história. E para minha surpresa muitas são as parecenças.

“Seu nome completo?”

“Augusta Costa Ferraz.”

⁸⁶ É uma mistura de ervas medicinais feita artesanalmente por pessoas que dominam o conhecimento fitoterápico de plantas.

⁸⁷ Tocadores de tambor que dão ritmo aos pontos/doutrinas entoadas pelos pajés durante as sessões de pajelança/cura/panguara.

“Era Jartins o pai dele.”

“E a mãe?”

“A mãe era Carmina.”

“Ela que era Teixeira?”

“Era.”

“Carmina Teixeira. A senhora conheceu Carmina?”

“Esses eu não conheci, meus avós.”

“Nem Carmina, nem Jartins...”

“Não, eu não conheci.”

“Da parte da mãe eles eram negros, pretos?”

“Era misturada, a mãe índia, era misturada de índia.”

“Qual mãe?”

“A mãe de mamãe.”

“A Dionísia?”

“Hen, hein! Essa era índia, era misturada, porque a mãe dela, a mãe da minha avó, foi panhada no mato, porque era uma Tapuia.”

“A mãe de Dionísia?”

“Foi panhada a cachorro.”, afirmou com muita certeza.

“Aonde era isso?”

“Pra cá no Bruno, um lugar que tem Bruno, praí. Esse tempo era mata praí.”

“E a senhora nasceu aonde?”

“Eu nasci aqui no Apertado. Só que papai se mudava, ia de um lado pra outro.”

“Se mudava, ia atrás de lugar pra fazer roça?”

“Pra fazer roça, lugar melhor.”

“Mas ele era daqui do Apertado?”

“O Manoel Teixeira?”, Dona Augusta me perguntou.

“Hum, hum!”

“Agora esse aí eu não me lembro”. Depois de um breve silêncio afirmou. “Ele era de Pinheiro.”

Eu continuei insistindo no parentesco de Dona Augusta. “Bisavó e bisavô a senhora não conheceu de lado nenhum?”

“Não, não conheci.”, afirmou.

Dona Augusta era mais uma dentre as muitas mulheres por mim entrevistadas que não conheceram os bisavós nem maternos e nem paternos. A única coisa que meus interlocutores

sabem de suas bisavós é que foram apanhadas no mato, capturadas... O resto da história dessas mulheres indígenas foi apagada com um (sobre)nome. E qual foi o nome sobreposto ao nome da mulher indígena capturada que se tornou a bisavó de Dona Augusta? – Silêncio! Diante desse silêncio me restou recorrer a papéis amarelados, certidões de nascimento.

“Dona Raimunda não tem documento?”, perguntei para Dona Augusta pelo documento de sua mãe.

“Tia Neca que tem, né mamãe?”, entrevi sua filha Ana Luzia.

“Neca que tem o documento de mamãe.”, Dona Augusta confirmou.

Foi então que pedi para Ana Luzia olhar na certidão o nome da avó materna de Dona Raimunda, pois só assim saberíamos o nome da mãe de Dionísia.

“Vai aparecer só o nome da mãe de vovó.”, Ana Luzia insistiu.

“Se for a Certidão de Nascimento aparece o nome da avó dela.”, expliquei.

“Ah, sim! Aparece avós paternos e maternos.”, concordou Ana Luzia e prosseguiu. “Só se mamãe pedir pra titia Neca mandar uma foto do registro de vovó.”

Alguns dias após a entrevista, recebi uma mensagem de WhatsApp com a foto da Certidão de Nascimento de Raimunda Costa, da mãe de Dona Augusta. No documento, o (sobre)nome da avó materna de Raimunda, Antônia Leontina Costa, essa era a bisavó de Dona Augusta que foi capturada. Leontina é a mulher indígena que eu consegui saber pouco, porém é na sua bisneta Augusta que encontro a agência de Leontina, *indigenizando* corpos e lugares. Corpos encruzados, *misturado com índio e negro*, conforme destacou Dona Augusta. Uma mulher literalmente encruzada, que tem o conhecimento e sabedoria para o “trocamento de espírito”.

“Quando foi que a senhora começou a manifestar **caboclo**?”

“Tá com 25 anos que eu agarrei a sorte.”

“Não foi criança não?”

“Não!”

“Mamãe que tinha 25 anos, né?”, sua filha entrevi.

“Era, nesse tempo.”, afirmou Dona Augusta.

“A sua mãe, Dona Raimunda, ainda era viva?”, perguntei.

“Era.”

“Ela lhe levou pra alguma casa? A senhora foi pra alguma casa?”, eu quis entender se Dona Augusta foi para algum terreiro. Ao que ela me explicou que já morava com o companheiro José Ferraz e foi ele quem a levou em vários pajés: “Primeiro eu fui no Luís Cigano, Luís Pajé, já morreu. Zé me levou lá e ele pediu um dinheiro muito alto, mas Zé agarrou

e não deu o dinheiro. Aí depois nós fomos lá no São Caetano, aqui no Tomazinho, já morreu também. Chegou lá, ele ficou de me benzer, brincou a noite todinha e não me deu um benzimento e ainda disse que eu não tinha ajudado ele. Acho que ele queria pra mim brincar pajé junto com ele lá purinha, sem eu ter segurança. Zé veio de lá brabo demais, levou dois litros de cachaça, isso tempo de inverno.”

“Vixe! Essas estradas que são boas demais.”, eu ironizei.

“Atolando demais! Ele veio fumaçando.”

“Vinha montado em bicho?”

“Montado em cavalo. Depois, eu doente, doente, doente... Ele foi e falou com Antônio Raimundo. Seu Raimundo disse: *É Seu José, eu vou fazer o serviço dela. Eu boto ela até aonde a minha força der*. Olha ele disse como hoje: *A força dela é pra mineiro, mas só que eu boto ela até aonde minha força der*. Foi indo, foi indo... ele morreu e eu recaí. Eu recaí, um me fazia mal, outro fazia mal, eu fui na mão de um e de outro, na mão de um e de outro, quase eu morria. É uma história muito grande a minha situação.”

“Tempo de escuridão, ô tempo, cruz credo.”, destacou Ana Luzia.

“Levei no Zé Pretinho 10 dias com 10 noites.”, afirmou Dona Augusta.

Fiquei surpresa em saber que Dona Augusta tinha passado no terreiro de Zé Pretinho, lá no terreiro em que os indígenas frequentavam as pajelanças. Logo quis saber em qual época ela esteve em Seu Zé Pretinho. Após muitos cálculos contados a partir da idade e ano escolar da filha Ana Luzia, chegamos à conclusão que provavelmente a estadia no terreiro de Zé Pretinho havia ocorrido em 1998.

“Foi em 1998 a época que vocês foram lá pra Zé Pretinho.”, afirmei e em seguida perguntei para Ana Luzia, “Tu que foi com ela?”

“Eu que era da barra da saia, pra tudo enquanto é canto. Tinha os adultos, né? Porque tinha a questão do dinheiro, né? Eles mexeram muito com ela, questão espiritual, que deixou mamãe, tipo assim, de cabeça pra baixo, toda bagunçada. Mamãe não falava coisa com coisa. Tinha hora que mãe tava bem, tinha hora que mãe não tava. Tinha hora que mamãe tava lúcida, tinha hora que ela tava sobressaltada. Então, foram momentos muitos sombrios.”, disse a filha emocionada e prosseguiu: “Ela foi em São Luís, que teve um moço lá que eu fiquei com medo da santa.”

“Aonde era em São Luís?”, perguntei.

“Era Zé Carlos. Ele parecia um índio.”, comentou Dona Augusta.

“Sim, a senhora foi pra Zé Pretinho passou uns 10 dias...”, retomei a estadia em Seu Zé Pretinho.

“Passei 10 dias sem dormir nem dia e nem noite, doente demais. Aí eu dizia: *Ôh Seu Zé, me ajude*. Ele dizia: *Dona Augusta, remar contra a maré a gente rema demais e não chega*. Porque as minhas coisas com a dele, ele era um mestre, tá vendo? Aí parece que tava dando certo. Aí vim de lá, fiquei doente, doente, doente...”

“Ah, lá não resolveu?”

“Não. Ele só me livrou da morte no momento. Foi tempo que eu já tava aqui, já não saia a minha voz, já saia outra voz coisa, como coisa que era uma coisa... Aí foi que eles foram de carreira. Nesse tempo Zé Inaldo tinha carro, foi lá no Zé Pretinho. Aí Zé Pretinho fez um remédio e mandou, disse: Corram, bota esse carro pra correr, se achar ela viva dá que ela escapa. Aí justamente que quando o remédio chegou, parece que aquilo me folgou por dentro, aí pronto. Mas depois tornou de novo, me botaram no carro e me levaram pra lá.”

“Pra Zé Pretinho?”

“Hen, hein! Meu mestre já tinha morrido, Antônio Raimundo. Aí levei esses tempão lá todinho, junto com mamãe e Luzia.”

“Ah, sua mãe ainda tava viva?”

“Tava. Porque Zé Pretinho era o mestre de mamãe.”

“Ah, ela também era...”

“Era.”, afirmou Dona Augusta sem nem mesmo eu completar minha pergunta.

“Ah, então ela foi encruzada por Zé Pretinho?”, perguntei surpresa.

“Hum, hum!”, afirmou.

Fiquei surpresa com tamanha parença, saber que Dona Raimunda, a mãe de Dona Augusta fora encruzada por Zé Pretinho, só demonstra a potência da encruzilhada entre negros e indígenas. A neta de uma mulher indígena capturada é encruzada por um homem negro no Quilombo Mato dos Britos.

Dona Augusta continuou descrevendo o longo caminho, passando por vários pajés, na tentativa de encontrar uma melhora e um encruzo que lhe permitisse ter segurança. Assim descreveu. “Bastiãozinho começou me benzer, esse também pelejou muito. Veio tanta da água do Cujupe⁸⁸, das primeiras ondas, das águas pra fazer banho, mas não resolveu. Era cera benta, era tudo, ele trazia, mas não deu certo. Eu fiquei... às vezes, aquilo não tomava muito meu juízo, tinha hora que eu tava... eu me lembro que uma vez ele veio, olhou assim pra mim na beira da minha rede, como quem diz, ficou assim com uma pena, mas sem poder fazer nada, porque não

⁸⁸ Porto do Cujupe é um terminal de *ferry-boat*, localizado no município de Alcântara, litoral maranhense.

tava dando conta. Aí foi indo, foi indo, eu fiquei doente demais. Aí um irmão meu dizia assim: Olha, vão aprontar o caixão de Augusta que não tem mais pajé no mundo pra ajudar.”

“Teve também Justino, mamãe.”, lembrou a filha.

“Justino trabalhou aqui pra mim.”

“Walter.”, sua filha Ana Luzia ia lembrando os nomes dos pajés.

“Walter trabalhou pra mim.”

“Estrondava a pajelança desse homem.”, destacou Ana Luzia.

“Nada deu certo. Teve uma pajelança de Paulinho Preto, eu acho que ele já até morreu, lá em Santa Eulália. Esse dia eu passei muito baque, no inverno, eu e Dona Joana, o pai de Leandro que tava aqui. Foi uma pajelança que ele fez lá pra mim, ele pediu meio arqueiro de farinha, uma lata de cachaça, carne de porco, uma festa.”, disse Dona Augusta dando risadas e prosseguiu. “Aí se juntaram tudo e fizeram. Aí quando eu vou mais Dona Joana e Cornélio, ai pegamos carro até aqui perto de Santa Maria, que tem um lugar que sai pra o Rumo, né?”

“Vocês foram pra Santa Eulália ali pras bandas do Pirinã?”

“Hen, hein! Tem um Bacurizeiro. Chegou lá, tem uma barraca na beira da estrada...”

“Não, tô mentindo. Santa Eulália é pra cá, pra o campo.”, intervi para corrigir meu erro.

“Hen, hein! Tinha uma barraca na beira da estrada, aí lá tinha um bêbado lá. Nós pedimos água pra nós beber, aí lá o que tava bêbado deu um tapa em Cornélio, atoinha, no que ia mais eu, meu sobrinho, filho da minha irmã. O que faz Cornélio? Deu um tapa nele que ele revirou. Foi o dono da barraca, da quitanda, aí disse assim: Vocês vão pelo Bacurizeiro, vocês não vão pelo Rumo, porque aí a família dele são tudo matador. Pronto! Lá nós ficamos com medo e viemos por um Bacurizeiro, tempo de inverno, panhamo muito boléu por dentro do mato, até chegamos lá no Paulinho Preto. Teve essa pajelança a noite todinha.”

“Acho que essa foi a única vez que eu não fui.”, destacou Ana Luzia.

“Aí vem de lá no resguardo. Foi só dois dias, a mesma coisa, não deu certo. Aí foi indo, foi indo, foi tempo que... depois eu vim da casa de Deusita e vim pra cá. Fiquei naquele reme, reme, doente, doente, doente... aí foi tempo que Desterro disse assim pra Zé: *Compadre, uma pessoa que deve levantar Augusta, é Zé Ferreira, que era mestre de Antônio Raimundo. Esse aí as coisas deve dá certo.* Lá não sabiam por onde ele morava, só sabiam que era Queimada praí.”

“Era Queimada de João?”, perguntei.

“Não. Era Campo Novo de Queimada.”

“Queimada ali Santa Helena?”

“Hen, hein!”

“É isso, depois do Bom Viver.”, afirmou Ana Luzia.

“Aí Santos, meu irmão, foi e levou minha roupa. Eu não comia, eu não bebia... mamãe botava um leite pra mim e lá amanhecia, era daquele jeito, só o courinho em cima dos ossos. Aí foi que veio a roupa benzida lá de Zé Ferreira. Diz que quando eu vesti essa roupa, eu cantei o dia todinho. Diz que eu não cantava nada. Eu fui chegando, foi chegando minha mente de novo. Foi tempo que ele marcou o encruzo, no mês de maio, nós fomos com água aqui”, disse Dona Augusta apontando na direção da cintura.

“Passando o rio. Eu me lembro que eu fui com uma calça, que era uma calça de farda, porque na época a gente não tinha. Depois nós ganhamos roupas.”, descreveu a filha Ana Luzia.

“Foi que ano isso lá no Zé Ferreira?”

“Agora essa época eu não me lembro. Eu já tava estudando no IEP, mamãe?”

“Eu sei que tu já tava namorando com Edvan, porque no meu primeiro resguardo que eu fiz na casa de comadre Neca, aí tu já tava namorando Edvan.”, disse Dona Augusta pra a filha.

“Eu tava na 8ª série. Era uma calça de farda verde, de malhinha. E foi com essa calça que eu fui. Engraçado que eu não levei roupa de muda e molhei minha calça. Uma senhora me deu uma roupa até que me calça enxugasse, nessa época.”

“Eu sei que a minha vida é um romance.”, comentou Dona Augusta.

“A partir daí mamãe foi melhorando.”

“A partir daí, depois do encruzo, aí pronto. Comer tinha pra mim comer, aí eu fui engordando, engordando... aí teve o terceiro serviço, o derradeiro.”

“Geralmente o encruzo é quantas vezes?”

“Três.”

“Aí a senhora foi a primeira vez e depois veio pra casa...”

“Hen, hein! Aí a segunda, com 6 meses torna fazer, 1 ano.”, explicou-me.

“E quando a senhora resolve abrir o...”

“O trabalho?”, ela se adiantou.

“Hen, hein!”, afirmei.

Dona Augusta afirmou que depois do primeiro encruzo, realizado por Antônio Raimundo, abriu uma salinha para cumprir suas obrigações, porém, com a morte de seu mestre Antônio, ela recaiu e teve que refazer tudo novamente. Somente depois dos três encruzos realizados por Zé Ferreira abriu o seu terreiro, denominado Tenda Santa Bárbara.

“Por que Santa Bárbara?”, perguntei.

“Santa Bárbara é a santa dos pajé, dos curador. Quer dizer, tem uns que leva outro santo. Já eu Santa Bárbara, desde o começo. Santa Bárbara, Divino Espírito Santo e Flecheiro, são os primeiros que meu povo [encantados] me pediram.”

“Quem é esse Flecheiro?”

“Flecheiro pertence a tapuio.”

“É índio Flecheiro?”

“Hen, hein!”

“A senhora é o quê? A senhora é pajé, curador... Qual é a palavra que eles lhe chamam?”

“Olha é uma mistura, né? Eles chamam que é o Terecô, Umbanda, Pajelança...”

“Aqui é muito conhecido como Pajelança.”, destacou Ana Luzia.

“Panguara também, né?”, perguntei.

“Panguara.”, afirmou Dona Augusta.

“Na casa de Dona Augusta vai ter uma Panguara hoje.”, exemplificou a filha.

“Eu acho que a Pajelança tem essa influência muito indígena, não tem?”

“Tem! Hum, hum!”, afirmou Dona Augusta com veemência.

“Desce muito índio aí?”

“Desce.”

“Quem são os **cabocos** que desce aí?”, perguntei e Dona Augusta respondeu com risadas. Eu insisti, “Pode dizer o nome deles aí.”. Ela continuou sorrindo e em seguida respondeu. “Eu não posso dizer o nome deles assim.”

“Ah, então não diga.”, conformei-me.

“Olha, tem um mucado de **caboco**. Tem os Caboco da Mata, tem os Caboco das Aldeias que é os índios, tem os Caboco do Oriente que são os de cima. Tem os Exús, tem os Orixás, tem Oxalá... tem esses aí, agora não pode dizer os nomes deles.”

“Todos esses vem? Vem orixá, vem os Caboco da Mata...”, perguntei.

“Vem a força do mar, que são as Mãe D’Água... É o povo da água doce...”

“E da água salgada?”

“E da água salgada.”, confirmou.

“Eu acho que eles vem tudo em grupo, eu acho que eles não vem só.”, destacou a filha.

“Tem os Currupira. Esses Currupira é difícil até vir.”, disse Dona Augusta.

“E tem essa coisa assim da linha, Linha de Cura, Linha de não sei o quê? Não tem umas linhas que eles chamam?”, perguntei.

“Hum, hum!”

“Aqui tem essas linhas?”

“Tem!”

“Me explique aí como são essas linhas?”, perguntei e comentei. “A outra querendo saber demais...”

Dona Augusta, a filha Ana Luzia e sua neta, que acompanhava a entrevista, deram risadas diante do meu comentário. Logo me virei para sua neta e perguntei. “Tu entende de linha?”

“Vovó é muito coisa pra falar sobre isso. Eu fico curiosona, mas ela não fala.”

“Vai pra Antropologia e estuda tua avó.”, disse Ana Luzia para a filha. Eu dei risadas.

“Olha, a Linha de Cura é a Linha Branca. A Linha Branca é a que cura e a outra também cura na virada.”, Dona Augusta resolveu me explicar.

“Qual outra?”, perguntei.

“A do outro lado, que é os Exús...”

“Ela cura na virada?”, eu quis entender.

“Na virada...”

“Como naquela música, né? Deu meia noite Exú vira... como é?”, todas deram risos em meio a minha tentativa de cantar um ponto. E eu continuei tentando lembrar da música.

“Se tu lembrar um comezinho, eu me lembro o ponto.”, disse-me Ana Luzia.

“*Eu vinha cantando, eu sou Exú da meia noite...* Esse é da virada, né? Também cura?”

“Cura! Tudo cura. É porque eles diz assim: *Ah, porque esse outro lado é assim, assim...* Não, eles curam. Curam na virada, porque esse lado ele cura e esse é o lado da livração do curador.”, destacou Dona Augusta, chamando atenção para a importância das duas linhas e que ambas curam.

“É o que livra o curador também?”, perguntei.

“É. Se não tiver essa, faz como eu tava da outra vez, que o mestre me deixou só com um braço, que foi Antônio Raimundo. Aí eu fui sofrer até...”

“Ah, a senhora só tava com um lado?”

“Era, só um lado. Aí Zé Ferreira me deixou com os dois.”

“A outra eles chamam o quê? Porque a gente diz assim, Linha Branca e Linha...”

“Eles falam Linha Negra, mas só que a questão é... há um tempo atrás eu assistia nos DVD's e porque diretamente mamãe conta. E uma vez eu assisti num DVD da Cor da Cultura, se eu não me engano, um antropólogo falando sobre os Exús. E ele vai mostrar os terreiros da Bahia e fala dos Exús e dessa relação que ele tem entre o além e a terra. Então eles falam que eles fazem essa ligação.”, destacou Ana Luzia.

“É porque as pessoas tendem a condenar Exú.”, comentei.

“É, eles diz que essas coisas é do mal.”, disse Dona Augusta em tom de crítica.

“É do capeta, mas a questão é que eles fazem o que ela ordena. Eles só vão fazer coisa ruim se mandar. Minha cabeça já clareou mais, porque antigamente eu também tinha esse...”

“Preconceito.”, Dona Augusta completou a fala da filha.

“É interessante isso que a senhora diz, que a linha de Exú ela é cura também, mas a gente tende a achar que não é, que é o mal, mas pelo contrário.”

“Ele só faz o mal se a pessoa quiser pra ele fazer. A branca também se ele quiser fazer o mal ele faz, pode pedir, *me dá uma flecha aí.*”, explicou-me Dona Augusta e eu fiquei confusa com aquele pedido de flecha. Somente depois entendi que estava se referindo ao seu guia Caboclo Flecheiro, da linha de cura, mas que se ela desejar e solicitar dele uma flecha para fazer o mal, ele vai lhe entregar a flecha.

“E quem é Flecheiro? O Flecheiro é homem?”, eu perguntei.

“É. Ele é índio. Aí pela imagem dele a gente tira, é um índio.

“Ah, eu quero olhar essa imagem, tirar uma foto do flecheiro. É porque me interessa também entender essa relação indígena dentro da Pajelança, essa influência indígena, desses **cabocos** indígenas. Pensar que é uma mulher negra, mas que tá recebendo caboco indígena.”

“Hen, hein!”

“E aí a gente tem essa forte relação negro-indígena dentro da Panguara. E a senhora que tem uma bisavó panhada de cachorro.”

“É uma misturada.”

“E vovó e vovô, porque vovô também era um forte curador, conhecido, famoso.”, Ana Luzia destacou.

“Qual era o teu avô?”

“O Manoel Teixeira, o pai de mamãe.”

“Ele era curador.”, afirmou Dona Augusta.

“Engraçado, o Manoel Teixeira era curador e Dona Raimunda também, né.”, comentei um tanto admirada, diante daquela mulher filha de dois pajés.

Enquanto eu falava do meu interesse por essas relações negro-indígenas, especialmente no contexto da Pajelança, Ana Luzia destacou: “Da parte de mamãe, eu creio, que no caso de Manoel Teixeira, tem sim a ver com questão indígena e principalmente essa parte aí da Pajelança, porque ele lhe dava muito com cura.”

“Ele era negro?”, perguntei.

“Era negro, era assim da tua cor.”, destacou Dona Augusta se referindo a mim.

“Cabelo?”, fiz essa pergunta acreditando que isso pudesse dizer algo sobre a identidade do pai de Dona Augusta, mas enquanto eu estou preocupado no fenótipo, Ana Luzia vai me mostrando outras parecenças presentes no fazer. Ela fala de uma *indigenização* que está para além da aparência. “Olha, hoje em dia mamãe, além dessas cura lá dentro, aí vem essa questão das garrafadas, benzer mãe do corpo, fazer essa renca [monte] de coisa. Aí eu acho que vem, principalmente essas coisas dos matos, pra mim vem tudo dessa parte indígena.”

“Olha, eu faço garrafada... Vixe! Falar em garrafada, meu Deus, eu tenho que fazer uma garrafada pra uma mulher que vem buscar amanhã, a dona do serviço que eu fiz sábado passado.”, lembrou Dona Augusta levando as mãos à cabeça, em seguida prosseguiu. “Eu faço garrafada, eu tiro nervo, eu levanto arca caída, eu benzo carne aberta, eu puxo campainha caída, eu tiro sol da cabeça e sereno.”

“Sol da cabeça?”

“Sol da cabeça e sereno. A gente não tem aquele coisa que às vezes a cabeça fica quente, é sol. Assim que fica aquela dor de cabeça enjoada, é sol. Aí tem o sereno, a gente panha sereno, aí a gente fica com aquela mal coisa na cabeça. Tudo eu já benzi aqui essas coisas.”

“Benze criança. Criança de tudo enquanto é jeito. Antigamente tinha muita aquelas crianças que dizia que tinha doença de criança, que a criança empolava todo, antigamente acontecia muito isso. Aí hoje muita gente já substitui pelas pastas, né?”, completou a filha.

“Deixa eu lhe perguntar, e o maracá?”

“O maracá é pra chamar caboco.”, as palavras de Dona Augusta soaram como uma doutrina: *Eu balancei, balancei meu Maracá (2x). Para chamar os meus caboclos para trabalhar (2x)*

O maracá é para chamar a ancestralidade. É no balançar do maracá que Dona Augusta chama Caboclo Flecheiro, que se projeta no chão do terreiro como reflexo do seu corpo negro ou talvez negro-indígena. O **caboclo** que chega através do som do maracá são todos os ancestrais da “bisavó” indígena capturada, que se projeta como sombra, como uma extensão de um corpo-documento que permite ao **caboclo** se reconectar com a sua terra/território.

ARREIMATE

É uma linha que você pega uma ponta e a outra ponta e dá um nó. É pra costura não desmanchar. O arremate é o final da costura. Tem que arrematar porque se não desmancha tudo.

(Dona Cristina Ribeiro)

OS INDIOS

ias do governo em defasagem no
nsões e m

na
em
rução
o
só
ender
uiz de
provi
za dos
salvo
Não n
ndo ge
adores
no não
ortante
su
al
am
re
ge
ter
dir

o d
ntu
uje
gen
io
ntre
bas

ajant s

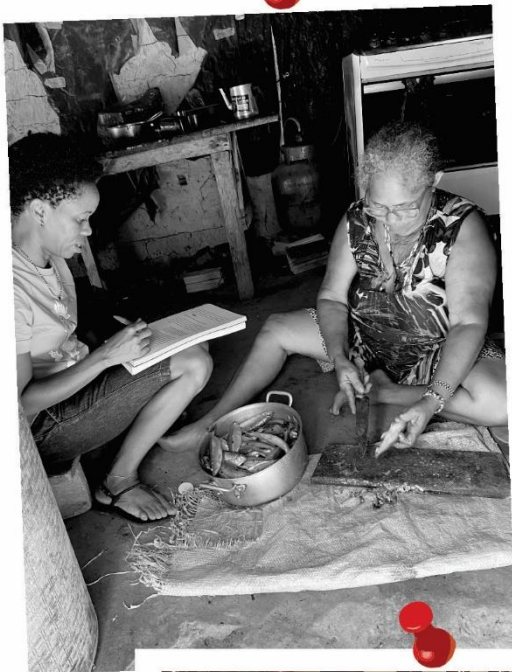
RDOSO

deste m z n
destino a S
Clodaal d
nar se nov
tê o fim d

icam, pass



das.
verão e
centros
pio, vi
força co
za.
direito
ecimen
resulta



avido, entre
sobre as prov
refe
onto
nto
do
ma
o S
dor



ão voltam... não vol-

tam mais!



Que

Rompe hoje o grandioso dia do
teu feliz aniversário! dia bello ale-

Ao longo da escrita desta tese fui costurando narrativas, mediando conversas entre pessoas que se encontravam há quilômetros de distância. Agora chego ao final numa tentativa de arrematar esses diálogos aqui alinhavados, dando um nó ao final da costura para evitar que os pontos destes diálogos se desfaçam. Esse arremate faço retornando a campo e lendo trechos desta costura de narrativas para os meus interlocutores, assim cada um foi autorizando-me a dar um nó em suas narrações, autorizaram-me a arrematar essa costura de *histórias de rupturas*, tornando durável e resistente ao tempo as suas memórias transmigradas. É válido destacar que o tempo faz puir a linha, logo, em algum momento, essa costura há de se desfazer e outras histórias serão tecidas/costuradas.

Neste arremate, a primeira a me ouvir narrar a sua própria história, quase dois anos após o trabalho de campo, foi Dona Conceição Pimenta, ou simplesmente Conceição Quatí. Ela escutou atentamente minhas palavras, enquanto saboreava um pedaço de cuscuz em minha cozinha, era janeiro de 2024. Em silêncio, do início ao fim da minha leitura, ela apenas balançava a cabeça concordando com os meus escritos. Ao final, a sua neta, minha ex-aluna Thaís Pimenta, que acompanhava a leitura, questionou a avó: “É isso mesmo vó? A senhora gostou?”. Dona Conceição somente balançara a cabeça dizendo que sim. Era a mulher de poucas palavras que me hospedou em sua casa, no Povoado Aldeia, durante o trabalho de campo, a senhora que gostava de me ouvir narrar as histórias que eu ouvia em campo. Nesses aproximados dois anos, o silêncio de Dona Conceição Pimenta cresceu, pois ela já não tinha a mesma vivacidade de antes, sofreu um *Acidente Vascular Cerebral* (AVC), que fez puir algumas linhas de sua memória, já arrematadas nesta tese.

E se Dona Conceição falou pouco eu quis saber da neta. “E tu Thaís, o que achou do texto?”

“Eu gostei demais! Até correu uma água do olho.”, respondeu-me tomada de emoção e emendou uma outra história. “Vovó nem contou pra senhora que ela ia ser pajé”.

Eu fiquei surpresa com aquela informação, ainda questionei Dona Conceição, mas ela disse apenas que tinha um problema nos olhos e que foi em muito pajé para tentar resolver, mas não teve êxito. Ouvi ainda da neta a informação de que o seu avô, Zé Pimenta, marido de Dona Conceição, era benzedor. Mas essa história de Seu Zé Pimenta, benzedor, é ponta de linha solta que deixo aqui para quem quiser dar continuidade. Os benzedores que trouxe neste trabalho foram Seu Luís Pajé, Dona Augusta Costa e Dona Florianiana Miguens. Para esta última, Dona Flôr, como é carinhosamente apelidada, também compartilhei os meus escritos sobre as histórias por ela narradas.

Era junho de 2024 quando segui para o Povoado Tiquireiro na companhia da amiga Julyana Cabral e de sua sobrinha de apenas 10 anos de idade, Manu. Da porteira da casa gritei baixinho seu nome, mas os cachorros já haviam anunciado a nossa chegada. Com o mesmo carisma de sempre Dona Flôr abriu a porteira e nos convidou para entrar. Seguimos para o quintal aonde a mesma lavava algumas roupas. Expliquei que eu estava ali com o objetivo de fazer a leitura de partes do meu trabalho que escrevi a partir das entrevistas que ela me concedeu nos anos de 2015, 2021 e 2022. Ressaltei que gostaria de fazer a leitura mas que não queria atrapalhar a sua lavagem, dessa forma fomos sentar nas proximidades do poço aonde ela estava enxaguando a roupa. Assim, pude ler compassadamente o subcapítulo **Floriana Miguens, “panharam a mulher como quem caça um veado”**. Dona Floriana ouvia atentamente minha leitura, por várias vezes ficou parada com a roupa em uma das mãos e a outra mão apoiada a cintura, prestando atenção em cada palavra lida. E por muitos momentos parei a leitura para a mesma poder ir estender a roupa lavada, pois era nítido que não queria perder um trecho da história que ela havia me contado com uma riqueza de detalhes sobre os bisavós pegos no mato a cachorro. A primeira entrevista, realizada em 2015, foi a mais rica em detalhes e, naquela ocasião, Dona Flôr narrava sua história para mim e para meu ex-aluno Isaías Costa. Logo, não foi por acaso que o nome dele apareceu em minha leitura e Dona Flôr quis saber notícias do jovem. Eu fiquei com a triste missão de levar a notícia ruim, pois havia menos de dois meses do falecimento do jovem Isaías. Um breve lamento e eu dei prosseguimento a leitura, dessa vez Dona Flôr já havia terminado a lavagem, sentou-se em uma cadeira ao meu lado e continuou atenta à minha leitura da sua história, eram suas palavras ali transcritas por mim.

Em vários trechos eu senti a minha voz embargada e percebi os olhos de Dona Flôr marejados, cheio de lágrimas que não pingaram, uma emoção silenciosa como o silêncio que reverberou nesta tese do início ao fim. Estávamos tomadas de emoção, até minha amiga Julyana que fazia os registros fotográficos daquele momento revelou-me que estava extremamente emocionada com a reação de Dona Floriana e com aquela narrativa acerca de um casal de crianças capturados e aprisionados em um quartinho, aonde “tinha só uma brechinha pra dar o prato de comida”, como lembrou Dona Flôr, enquanto eu lia. E se nós fomos tomadas de emoção, o que pensava Manu, a criança de 10 anos, que nos acompanhava e curiosamente tinha aproximadamente a mesma idade que a bisavó de Dona Floriana tinha quando foi capturada? “Eu pensava que essas coisas não era verdade. Eu achava que era só nos livros, que não tinha índio aqui.”, disse Manu, comprovando que é tanto silêncio sobre a presença indígena nesta região, que as histórias aqui narradas até parecem anedotas.

Ao final da leitura, perguntei para Dona Flôr se era aquilo que estava ali escrito sobre os seus bisavós e se deveria mudar algo que ela não gostaria de estar ali. Disse apenas que estava tudo certo e que foi bom escutar. Recordou do bisavô Hipólito, apelidado de Buranga, o capturador de seus bisavós. Hipólito, um homem lavrador que também era filho de uma mulher indígena que foi capturada ainda criança e então nominada de Cunegunda. Ele era mais um exemplo de lavrador que passa de vítima a vilão, num processo de colonização que fez romper relações de parentescos.

Da casa de Dona Flôr seguimos viagem para o Povoado Pacheco, localizado a aproximadamente 5km do Povoado Tiquireiro. Ali nos Pacheco segui para a casa de Dona Maria José para mais uma leitura de partes da tese. Coincidentemente, ela também lavava roupas, mas diferente de Dona Flôr com quem eu já tenho um contato e amizade estabelecida desde 2015, Dona Maria José demorou a me reconhecer. Pois com ela tive apenas um encontro em 2022, proporcionado a partir do desvio de Esmeralda quando eu já estava decidida a encerrar o trabalho de campo. Nesse novo encontro, eu iniciei rememorando a entrevista que fiz com ela em 2022 sobre os índios do Murundé, ao que ela abriu os braços para me acolher em um abraço e afirmou: “Eu lembro que a senhora já veio visitar essa índia velha aqui”. E mais uma vez, como em 2022, ela me surpreende com sua afirmativa de ser índia, não existe negação. Assim, expliquei que já havia terminado o meu trabalho e que gostaria de ler a história que ela me contou sobre o seu pai que era índio. Dona Maria nos acomodou à sombra de uma casinha no quintal e ali iniciei minha leitura. Eu tive que fazer uma leitura quase que gritada, pois no povoado tinha uma radiola de reggae ligada nas alturas. Mas ainda assim consegui a atenção de Dona Maria José, que a cada trecho lido ia confirmando a sua narrativa ali escrita. “Justo!” “Isso mesmo minha filha!” “Meu pai era índio. Índio mesmo!”.

Ao final da leitura perguntei o que ela achou, ao que ela respondeu: “Foi tudo isso mesmo. Tudo isso eu te contei. Nós conversamos quase uma hora.” E depois continuou a rememorar, “Aldeia fica adiante aqui desse Murundé, ali era dos índios”. E mais uma vez a mulher que afirmou que era “índia velha” e teve medo do prefeito mandar buscá-la juntamente com sua família, porque eram indígenas, insistiu com a narrativa, “Minha família é de índio, mas nós nunca fizemos mal pra ninguém.” E, de fato Dona Maria José nunca fez mal pra ninguém, pois foi o contrário, fizeram mal para ela e para seus ancestrais indígenas que foram assassinados com rifle papo amarelo e outros capturados no mato a cachorro.

Entre essas crianças capturadas estava Camília, como foi nomeada, a criança indígena que teve os parentes mortos, ficando somente ela acuada dentro de uma casa. Camília tornou-se avó de Dona Odinéia, mais um corpo-documento nesta tese. O meu encontro com Dona

Odinéia aconteceu em julho de 2022, naquela ocasião, ela estava bem abatida por conta da morte do genro que era recente. Nossa conversa foi intermediada pela sua filha, então viúva, que foi muito generosa em me receber em sua casa naquele momento de tristeza. E foi novamente ela que me possibilitou o retorno para a leitura da tese para Dona Odineia. Encontrei Dona Odineia sentada na varanda da casa, acompanhada de sua filha e também de Maria José Soares, filha de Bárbara, irmã mais velha de Dona Odineia. Eu não tive a oportunidade de entrevistar Dona Bárbara, 86 anos, pois mora do outro lado do rio Turi, no Pompéu, numa região de difícil acesso. No entanto, foi muito bom encontrar a sua filha na casa de Dona Odineia, pois enquanto eu lia, ela balançava a cabeça em concordância com cada palavra, pois aquela história também era a história dela, a história da mãe dela, a história dos Bacurau. Dona Odineia também me ouvia com satisfação e parecia bem mais viva de quando realizei a entrevista com ela. Após a leitura, continuamos a conversar sobre Bárbara e o Povoado Pompéu. Em seguida perguntei para Dona Maria José, a filha de Bárbara, “A senhora chegou a conhecer Camília?”

“Não!”

“Somente a Catarina, tua avó?”, eu perguntei.

“Também não! Eu não tenho lembrança não.”

“A Catarina é a mãe de Antônio Jabuti, que era tua madrinha.”, explicou Dona Odineia para a sobrinha. Em sua família em que pessoas são apelidadas com nomes de animais, Dona Odineia Bacurau trouxe mais uma personagem nessa história, sua irmã Antônio Jabuti. E foi assim que Camília e Catarina foram indigenizando povoados, resistindo à imposição de sobrenomes europeus e identificando os seus a partir das referências das matas. E foram adentrando cada vez mais as matas que os povos indígenas, entre os rios Pericumã e Turiaçu, foram buscando refúgio, pois vale retomar o que disse Dona Cristina Ribeiro: “quanto mais a mata foi indo embora, os índios foram também.”. Dona Cristina, em março de 2022, chamava minha atenção para o desmatamento e, conseqüentemente, para o recuo desses povos em direção ao que restava de mata.

Naquele ano de 2022, ouvi também de Dona Cristina, a história da morte de seu pai envenenado em um poço no Povoado Pacas, matéria estampada no Jornal Cidade de Pinheiro, de 1948. Além da narrativa sobre a morte do pai, ela contou-me ainda sobre a avó indígena que ela não conheceu, mas ouviu falar. E sobre povos indígenas, foi narrando do seu contato com eles quando chegou no povoado Angelim, depois Pimenta e, atualmente, município de Presidente Sarney. Nesse retorno para a leitura da tese, em julho de 2024, achei Dona Cristina debilitada, já não tinha a mesma vivacidade de 2022. A sua filha, Dona Darlene, alertou-me

sobre a saúde da mãe, estava tendo umas tonturas e havia começado a fazer uma série de exames. E foi assim que fui recebida por Dona Cristina: “Minha filha, já fiz tanto do exame e nada diz o que eu tenho. Depois de 70 anos, só agora quase com 80 anos que tô indo em médico. Eu nunca senti nada, agora é uma tontura do nada”. Ela prosseguiu com suas narrativas sobre suas idas ao médico, no entanto logo foi interrompida pela filha Darlene que anunciou minha presença ali para ler sobre a entrevista que fiz com ela. Dona Cristina não pareceu muito satisfeita. Eu me senti incomodando mais uma vez, no entanto ela mandou eu sentar em um banco perto do sofá em que ela se encontrava e disse pra eu ler. Comecei a leitura e tudo mudou, Dona Cristina começou a interagir com cada frase e eu fui ficando mais à vontade, satisfeita em estar ali e poder ouvir novamente Dona Cristina afirmar com veemência: “Aqui era mata de índio!”

Mata de índio era também São Benedito do Céu, o quilombo já descrito nesta tese, formado em meados do século XIX, que contou com os arcos de indígenas na insurreição de Viana. E foi para lá, para a Aldeia Quilombo Imbiral Cabeça Branca, que retornei em julho de 2024 para levar de volta, escrito em um papel, o que eu ouvi em junho de 2022. O retorno para leitura teve as mesmas dificuldades que enfrentei para quando da minha primeira ida ao quilombo. O acesso a Imbiral no período das chuvas é somente de moto e para quem conhece a estrada que é cortada por vários riachos. No entanto, depois de várias tentativas, consegui retornar, contei novamente com a ajuda de um dos filhos de Seu Luís Lopes, o pajé da comunidade e que se encontra estampado nesta tese. E era para Seu Luís e sua esposa, Dona Sebastiana, que eu retornei com o objetivo de ler as suas respectivas narrativas.

Enquanto Seu Luís atendia uma sobrinha em seu quartinho de cura, aproveitei para fazer a leitura para Dona Sebastiana. Ao mesmo tempo em que ela tratava uma bacia de peixes, ali sentada no chão da cozinha, eu iniciei pela leitura do subcapítulo intitulado, **Sebastiana dos Santos Lopes Teixeira, “nós sabe lá se nós era Teixeira?”**, ao que Dona Sebastiana completou. “Sabe lá se nós era esse título? Será se não trocaram para não aparecer a nossa origem”. A origem indígena soterrada com um sobrenome europeu, o tiro saiu pela culatra, pois o sobrenome imposto deixou ainda mais aparente a origem indígena.

Eu prossegui com minha leitura compassada de cada parágrafo e fui surpreendida por Dona Sebastiana que chamara a atenção de seu filho. “João, tu pode ficar aqui escutando a história que ela tá lendo, é importante”. Assim, aproveitei a presença de João pedindo para ele fazer alguns registros fotográficos daquela devolutiva. E já no início da minha leitura, destaquei para Dona Sebastiana que naquele encadernado de muitas páginas, uma das histórias era a história dela. Ao que ela completou. “É a história que papai contava”. Assim, ela confirmava o

que já havia dito antes, tratava-se de *memórias transmigradas*. E, nas lembranças de Dona Sebastiana, não se podia falar de índio sem falar dos negros, conforme destacou. “Mesmo tendo as famílias indígenas, mas sempre era a mistura dos negros com os índios. Os negros porque vinha familiando juntamente com os índios. Os portugueses trouxeram os negros pra escravizar nos engenhos, aí eles iam familiando negro com índio. Nossa família tem, porque da parte do avó de Manoel Lopes, era negro escravizado, como se diz. E da parte da mãe é que era a indígena apanhada. Aí todo tempo nós estamos entrelaçado com o negro e com o índio, tanto de um como de outro”.

Da mesma forma como Dona Flôr parou por várias vezes a lavagem da sua roupa para prestar atenção em minha leitura das suas narrativas, Dona Sebastiana também parou por várias vezes de tratar o peixe e ficou atenta a cada palavra e entreviu por várias vezes para narrar ainda mais histórias do Quilombo São Benedito do Céu. “Eles formaram quilombo não era pra escravizar, não era fazenda, era um esconderijo. Não era, por acaso, como um engenho que eles iam ficar escravo. Eles fugiam e vinham se esconder. E repara como até hoje é luta pra você vir aqui”.

“Até hoje tão escondido”, eu afirmei lembrando da dificuldade que foi pra eu retornar ao território.

“Na época do inverno nós fica isolado.”, destacou Dona Sebastiana e prosseguiu. “Então não dava como os outros vir atrás dos negros fugidos, então dava deles fazer seus festejo da maneira que quisessem, porque não tinha como vir. Não é todo dia que o sujeito vem aqui não. Não é como ele quer, é como Deus quer”.

De fato, o acesso à Comunidade Quilombola Imbiral Cabeça Branca não é fácil, pois adentrar essa aldeia quilombo requer paciência, planejamento e uma articulação com a comunidade. É uma fortaleza negro-indígena, aonde as matas e riachos agiram e continuam reagindo como muralhas. Ali, conforme destacou Dona Sebastiana, “Os negros socorriam os indígenas e os indígenas socorriam os negros. Aí enfim, foi entrelaçando a família, negro com índio”. Dona Sebastiana fazia questão de frisar esses entrelaçamentos, tanto que, ao final da minha leitura, ela ainda chamara minha atenção, “A senhora tem que botar mais uma mistura de índio com negro”.

“Essa mistura tá mais na outra parte que eu escrevi sobre pajelança, que fala sobre Seu Luís e o Quilombo São Benedito do Céu”, eu tentei justificar que a mistura negro-indígena que Dona Sebastiana cobrara, estava posta no capítulo seguinte, o qual seria lido para ela e para Seu Luís, assim que ele terminasse os atendimentos em seu quartinho de cura.

E foi seguindo da cozinha em direção ao quartinho de cura que prossegui com minhas devolutivas. Em um espaço de aproximadamente 2m², havia um altar com imagens de santos e encantados, já nas paredes de taipa havia quadros com imagens de santos e, no teto, algumas bandeirinhas. Ali, naquele espaço sagrado, abri o capítulo Encruzo e comecei minha leitura compassada para Seu Luís Lopes, um dos pajés que *encanta* esta tese, um homem que não aprendeu a codificar letras, mas aprendeu a ler o mundo com os seus encantados, através de seus estudos espirituais. Seu Luís, um *corpo-documento* que acompanhou toda a minha leitura sem intervenções. Ao final eu perguntei, “É isso, o senhor gostou?”

“Gostei! Foi todas elas feita pra você. Eu não conto essas histórias pra pessoa nenhuma. Você não pode ensinar tudo que você sabe.”

“E esse pouco que o senhor me contou pode ficar aqui?”, preocupada eu perguntei se tinha algo que não era para estar ali.

“Pode! Esse aí eu passei pra você. Agora os outros restos eu não posso lhe passar.”

“E eu nem quero mais nada, só quero até aqui.”, eu disse aliviada, arrancando sorrisos de Seu Luís. Em seguida ele prosseguiu com uma narrativa sobre a importância da minha pesquisa, o valor que estes escritos terão e do quão importante foi minha ida até a comunidade, mas os detalhes dessa profecia eu prefiro segredar e aguardar que as sábias palavras do pajé Luís Lopes se concretizem.

E dando continuidade aos pajés desta tese, é para Dona Augusta Costa, a última mulher estampada nestes escritos, que faço mais uma devolutiva. Em agosto de 2022, realizei minha primeira entrevista com Dona Augusta e, desde aquele ano, comecei a frequentar as sessões de pajelança em seu Terreiro Santa Bárbara. E foi depois de uma dessas sessões de cura, em maio de 2024, que sentei em sua cozinha para fazer a leitura de partes do capítulo ENCRUZO, especificamente o subcapítulo que lhe dizia respeito, **Augusta Costa na Linha de Cura**.

Dona Augusta havia passado a noite na pajelança que terminou somente por volta das 4h da manhã, porém, às 9h a mulher que tem como caboclo guia Flecheiro, já estava de pé. E é em meio ao cansaço prazeroso após uma noite de pajelança, que Dona Augusta me recebe na cozinha de sua casa para ouvir com uma outra entonação aquilo que me foi narrado por ela. Além de Dona Augusta, sua filha Ana Luzia também era espectadora dessa minha leitura. Foi a leitura mais descontraída, muitas gargalhadas foram dadas, pois a saga de Dona Augusta em busca de um pai de santo, apesar de ter sido um momento de angústia para a família, atualmente é algo que ela e a filha Luzia encaram com leveza.

Lendo sobre o *encruzo* realizado por Dona Augusta, entendi que aquela descrição de *encruzo* do qual esta tese trata, só pode ser utilizada no contexto do terreiro de Dona Augusta,

pois uma cerimônia de *encruzo* se diferencia muito de um terreiro para outro. E não foi por acaso que a sua filha fez questão que eu listasse quais as orações eram realizadas pelos padrinhos da pessoa encruzada, conforme ela entreviu. “Naquela parte que tu fala das orações, não era bom acrescentar o nome das orações que ela faz no final do encruzo?”

“Pode falar quais são.”, eu solicitei.

“Tem o Pai Nosso, Ave Maria, Santa Maria, Salve Rainha e o Creio. Aí ela complementa com as orações que os *caboclos* mesmo diz e os padrinhos vão repetindo.”, destacou Ana Luzia.

Assim como esse destaque de Ana Luzia, foi com essa leitura que entendi o quão reservada era a mulher pajé que me concedeu essa entrevista, pois, ao final da minha devolutiva fui surpreendida por uma das filhas de Dona Augusta, Elza Ferraz. Para minha surpresa, Elza estava no quarto acompanhando cada parágrafo de uma escrita sobre a sua mãe e, já sentada na cozinha em nossa companhia, destacou. “Eu tô admirada Nelma, porque mamãe sempre foi de muito segredo pra contar essas coisas, até pra gente. Eu perguntava: *mamãe o que é tal coisa?* Mas era sempre muito segredo! E ela se abriu pra contar pra ti. Até as filmagens que ela não deixava filmar. Só mudou depois de ti que ela passou a aceitar as filmagens.”

“Hoje ela até diz pra levar o telefone pra filmar.”, completou Ana Luzia.

Eu confesso que fiquei emocionada com a confiança que Dona Augusta depositou em mim. Eu agradei a confiança e lhe perguntei. “Eu posso deixar o que eu li pra senhora? Tá tudo certo?”

“Pode! Não tem nada errado, tá tudo certo aí. Nota 10!”, avaliou-me Dona Augusta, ao que demos gargalhadas dessa nota 10. Eu tava satisfeita, havia conseguido mais uma aprovação dos meus interlocutores.

Ao final, Dona Augusta completou. “A minha vida é mesmo um romance. Olha o que eu já passei na minha vida sobre essas coisas.”

“A sua vida é mesmo um romance.”, eu concordei e em seguida completei. “A sua vida e a de todas as pessoas que abriram suas casas e me permitiram ouvir e transcrever suas histórias e fazer desta tese um romance. Obrigada!”

“Tu não quer café, ôh?”

“Me dá um golinho.”

REFERÊNCIAS

ABREU, Josias. Miscelâneas: a história de Pinheiro. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno XXXVIII, n. 1.861, 24 mai. 1959.

_____. Miscelâneas: a história de Pinheiro. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno XXXVIII, n. 1.862, 31 mai. 1959.

_____. Miscelâneas: a história de Pinheiro. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno XXXVIII, n. 1.863, 14 jun. 1959.

_____. Miscelâneas: a história de Pinheiro. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno XXXVIII, n. 1.867, 12 jul. 1959.

CARVALHO, Elisabetho de, ABREU, Josias. Lamentavel ocorrencia: morte de tres pessoas. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno XXVII, n. 1.310, 18 abr. 1948.

ALVIM, Aymoré de Castro. **O lugar do Pinheiro**: recontando a história. – São Luís / 360 Graus Gráfica Editora, 2016.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio**: Terras de uso comum e resistência camponesa. 1990. 378 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARAÚJO, Mundinha. **Insurreição de escravos em Viana – 1867**. 2ª edição – São Luís: Edições AVL. [1994] – 2006.

AZEVEDO, Aloysio Villela de. **Os Recenseamentos no Brasil**. Rio de Janeiro, 1990.

BONFIL BATALLA, **Guillermo**. **México profundo**: uma civilização negada. Tradução de Rebeca Lemos Igreja. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

CARVALHO, Elisabetho de, CARDOSO, Clodoaldo. Ainda os índios. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno II, n. 97, 21 out. 1923.

_____. CARDOSO, Clodoaldo, REBELLO, Silvio. Uma scena de sangue. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno V, n. 255, 31 out. 1926.

_____. ABREU, Josias. A Companhia Industrial e Agrícola de Pinheiro. **Jornal Cidade de Pinheiro**, Pinheiro – Maranhão, anno IX, n. 448, 13 jul. 1930.

CASTRO ALVIM, Moema de. **Rio Pericumã**. 2012. Disponível em: <<http://pinheiroempauta.blogspot.com.br/2012/07/rio-pericura.html>>; (Acesso em: 18/05/2016).

CASTRO GOMES, Francisco José de Castro. **Coisas da Nossa Terra**: coletânea de artigos publicados no Jornal Cidade Pinheiro de 1921 a 2003. 2004.

CAVIGNAC, **Índios, negros e caboclos**: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: *Negros no mundo dos índios*: imagens, reflexos, alteridades. CARVALHO, Rosário de, REESINK, Edwin, CAVIGNAC, Julie. – Natal, RN: EDUFRN, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. **History and the politics of recognition**. In: *Manifestos for History*. JENKINS, Keith, MORGAN, Sue, MUNSLOW, Alun. Routledge; 1st Edition. 2007.

COELHO, Elizabeth M. B. **A política indigenista no Maranhão Provincial**. São Luís, SIOGE, 1990.

_____, ROLANDE, Josinelma F. e ARAÚJO, Meire Assunção S. “**Esse Pinheiro era terra dos índios**: nas entrelinhas dos discursos”. In: *Paisagens: leituras e releituras da Baixada Maranhense*. ARAÚJO, Meire Assunção S. e SOUSA, Beatriz de J. ROLANDE, Josinelma F. São Luís, MA. Editora Universitária – UFMA, 2014.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília – DF, 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2018.

CRUZ, Felipe S. M. **Letalidade Branca**. Negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. 2022. 219 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CUNHA, Olívia M. G. da. **Tempo imperfeito**: uma etnografia do arquivo. *Mana* vol.10 no.2: 287-322, Rio de Janeiro Oct. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003. Acesso em: 25 mar. 2021.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **A filosofia política da religiosidade Afro-brasileira como patrimônio cultural africano**. In: Debates do NER, Porto Alegre, Ano 9, N. 13, P. 77-96, JAN./ JUN. 2008.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. – Rio de Janeiro: Malê, 2016.

_____. **Histórias de leves enganos e parecenças**. – Rio de Janeiro: Malê, 2017.

_____. **Becos da memória**. -- 3.ed. -- Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FERREIRA, Evileno. **Caminhos da pajelança em Pinheiro**: rastros de Zé Pretinho. Monografia (Habilitação em História) – Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. Pinheiro, 2018.

FERREIRA RIBEIRO, Benedita de Fátima. **Francisco José de Castro Gomes e o Jornal Cidade de Pinheiro**: história e memória. Monografia (Graduação em História) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Maranhão / Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica - PROEB, 2007. Pinheiro, 2007.

FERRETTI, Mundicarmo. **Cura e pajelança em terreiros do Maranhão (Brasil)**. In: Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Médica – Università degli Studi di Milano Bicocca – Itália, 2008. Retoma texto apresentado em Mesa Redonda do VIII Encontro da ABANNE – São Luís, 1-4/7/2003 - intitulado: Tambor de curador e pajelança em terreiros maranhenses. Publicado em I Quaderni del CREAM, v.8, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. - Campinas, SP. 1997.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Tradução de José Luís Pereira da Costa. – ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HOOKS, bell. **A margem como um espaço de abertura radical**. In: *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **“Renegados” revolucionários: americanos, nativos, afro-americanos e indígenas negros. A margem como um espaço de abertura radical**. In: *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **Arqueologia dos ambientes lacustres: cultura material, dinâmica sociocultural e sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense**. In: Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico - UFMG Belo Horizonte. v. 25, n.1-2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/issue/view/329>. Acesso em: 12 set. 2022.

LEMKIN, Rafael. **Genocídio**. Escolar Americano [American Scholar], abril de 1946, p. 227-230. Traducción de Carlos Mario Molina Arrubla. Disponível em: <http://www.preventgenocide.org/es/lemkin/escolar-americanos1946.htm>. Acesso em: 02 set. 2022.

LÉVI-STRAUS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. – 8ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Introdução à obra de Marcel Mauss**. In: *Sociologia e Antropologia*. MAUSS, Marcel. Tradução: Paulo Neves. – 1. ed. – São Paulo: Ubu Editora, 2017.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico**. In: *Novos Cadernos NAEA*. - vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MAPA ETNO-HISTÓRICO DO BRASIL E REGIÕES ADJACENTES. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado. **Repertório de documentos para a história indígena no Maranhão**. São Luís: SECMA, 1997.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão** Typ. do FRIAS, 1870.

MARTINS, Leda Maria. Senhora Encruzilhada: uma entrevista com Leda Maria Martins. [Entrevista concedida a] Julio Ricardo Menezes Silva. **IPEAFRO**, 6 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/senhora-encruzilhada-uma-entrevista-com-leda-maria-martins/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____. **Uma coreografia ritual**: as trilhas dos Orixás em *Sortilégio*. In: *Callaloo*. Revista de Artes e Letras Afro-Americanas e Africanas, v. 18, november 4. Organização de Leda Maria Martins *et alii*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, Universidade de Virgínia, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3298934>. Acesso em: 19 mai. 2024.

MORRISON, Toni. **The Site of Memory**. In: *Inventing the Truth: The Art and Craft of Memoir*, 2d ed., ed. William Zinsser (Boston; New York: Houghton Mifflin), 83-102, 1995.

MOTA, Christiane. **Pajés, Curadores e Encantados**: pajelança na baixada maranhense. 1ed. – São Luís: Edufma, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **Minha avó foi pega a laço**. In: Combate Racismo Ambiental. 24 de março de 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/03/24/minha-avo-foi-pega-a-laco/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. – 1. ed. – Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

PAULINO, Rosana. Entre cantos, costuras e suturas: uma prosa com Rosana Paulino. [Entrevista concedida a] Hanayrá Negreiros. **ELLE View**, 6 de maio de 2021. Disponível em: https://elle.com.br/colunistas/entre-cantos-costuras-e-suturas-uma-prosa-com-rosana-paulino?srsId=AfmBOop6Aiv6ILDxQytkWQpi3iOXA8uCPAKIRi8edKSi1JeBDmfz_7KU. Acesso em: 21 fev. 2024.

NIMUENDAJU, Curt. The Gamella Indians. **Primitive Man**, v. 10, n. 3/4, p. 58-71, july/oct., 1937.

NICHANIAN, Marc. **The historiographic perversion**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Pardos, mestiços ou caboclos**: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831997000200004>.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital.

PIMENTA, Girlene Martins. **Artefatos de cerâmica**: uma investigação visual dos objetos encontrados no povoado Armíndio/ Santa Helena – MA. Monografia (Graduação em Artes Visuais) – Curso de Licenciatura em Artes Visuais, Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro, 2013.

PINA-CABRAL, João de. **Outros nomes, histórias cruzadas**: apresentando o debate. In: *Etnográfica*, vol. 12 (1) | 2008. Online desde 19 junho 2012, consultado em 02 maio 2019. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/1589>; DOI: 10.4000/etnografica.1589

PINHEIRO (MA). Juízo de Direito da Comarca de Pinheiro. **Ofícios e outros atos de Juízo de Direito de Pinheiro**, 1926 a 1927.

_____. Cúria Diocesana. **Livro de Casamento**, registros 1905 a 1923. Registro em: 15 jan. 1905.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Nascimento nº06**, registros 1919 a 1920. Registro em: 12 jun. 1920.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Nascimento nº12**, registros 1920. Registro em: 16 set. 1920.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Nascimento nº15**, registros 1920 a 1921. Registro em: 11 nov. 1920.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Casamento nº 15**, registros 1925 a 1926. Registro em: 12 abr. 1926.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Óbito nº 12**, registros 1925 a 1927. Registro em: 24 out. 1926.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Óbito nº 16**, registros 1933 a 1935. Registro em: 16 ago. 1934.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Óbito nº 25**, registros 12.07.1957 a 26.04.1967. Registro em: 12 nov. 1965.

_____. Cartório do Registro Civil de Pinheiro. **Livro de Óbito nº 35**, registros 1996 a 1999. Registro em: 12 jan. 1998.

OPARÁ: **A Baixada é Quilombola**. Entrevistada: Josefina Serra dos Santos.

Entrevistadora: Zane do Nascimento. 7 fev. 2021. Podcast. Disponível em:

https://open.spotify.com/episode/7pQ1PXwpUHskoL5wZJv5c2?si=pErWTlanQBWnRdDGO-zOsA&dl_branch=1. Acesso em: 04 jul. 2021.

Povos Indígenas na História: vivências, resistências e direitos sociais na atualidade. Mesa de abertura do XII Encontro ANPUH-MA, 14 jul. 2020. 1 vídeo (1h:21min). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eNkQ1PINwBE>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Participação de Sônia Guajajara, Edson Silva, Márcia Motta e Victor Coelho.

PURI, Raial Orutu. **Sobre laços, caçadas e verdade que precisam ser ditas**. In: *Crônicas Indigenistas*. 19 de fevereiro de 2018. Disponível em:

<https://cronicasindigenistas.blogspot.com/2018/02/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

RAMOS, Alcida. **Seduzidos e abandonados, ou, como amansar índios rebeldes**. Série Antropologia, Vol. 462, Brasília: DAN/UnB, 2019. (2019)

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. 1. ed. São Paulo: Imprensa Oficial / instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios**: os Urubu-Kapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROLANDE, Josinelma F. e MENDES, Elilmara P. **Tecendo Fibras, Tecendo Histórias**: um estudo da influência indígena na produção de artefatos trançados de fibra. Relatório Técnico apresentado a FAPEMA, 2016.

_____. **Moços feitos, moços bonitos**: a ornamentação na prática Canela de construir corpos. Editora Oikos, 2017.

RUFINO, Luiz. **Pedagogias das encruzilhadas**. In: Revista Periferia, v.10, n.1, p. 71 - 88, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCrBOzWRD4M>. Acesso em: 04 jul. 2021.

ROLAND, Samir Lola, FRANCO, José Raimundo C. **Reflexões sobre a história econômica e social de Pinheiro**: da Colonização ao século XX. III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. UEMA, 2013.

SILVA, Cidinha da. **Exuzilhar**: melhores crônicas de Cidinha da Silva, vol. 1 – [1. ed.] – São Paulo: Kuanza Produções, 2019.

SILVA, Rosilvado F. da (Cacique Babau). Defesa da terra para o futuro da humanidade. [Entrevista concedida a] Jurema Machado de Andrade Souza. **NACLA Report**, 27 de junho de 2022. Disponível em: <https://nacla.org/babau-terra-brasil>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SOUZA ARAÚJO, Raimundo Inácio. **O reino do encruzo**: história e memória das práticas de pajelança no Maranhão (1946-1988). – 1.ed. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2017.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Os Pataxó Hãhãhã e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia**. 2019. 355 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura; tradução Carlos Eugenio Marcondes de Moura. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TRINDADE, Antônio Trinta. **O Quarto Beijo**. São Luís – Gráfica, 2005.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. — Curitiba: huya, 2016 [1995].

VAN DEURSEN, Maria Alice Pires Oliveira. **Memória e história da comunidade de Imbiral**: alianças interétnicas constituídas entre indígenas e quilombolas. — São Luís, 2022. 137 f.: il.; color. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

VARGA, István van Deursen. **A cabeça branca da hidra e seus pântanos**: subsídios para novas pesquisas sobre comunidades indígenas, quilombolas e camponeses na Amazônia maranhense. In: *Revista de História*. (São Paulo), n.178, a07217, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/138543>. Acesso em: 15 out. 2022.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Área de concentração em Antropologia. Salvador, 2010.

ZAPATA OLIVELLA, M. **Negritud, indianidad y mestizaje en Latino America**. *Présence Africaine*, (145), pp.57-65. 1988.

CORPOS-DOCUMENTOS

Adalgisa Soares Pinheiro, 84 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Jandiá, Presidente Sarney, Maranhão, em 05/03/2022.

Agostinho dos Santos, 65 anos, lavrador. Entrevista concedida à autora no Povoado Galiza, Presidente Sarney, Maranhão, em 08/03/2022.

Ana Rosa Teixeira Lopes, 60 anos e o marido Zé Raimundo, irmão de Virgínia Silva e Bárbara Nunes. Entrevista concedida à autora no Povoado Pampilhosa, Pinheiro, Maranhão, em 18/06/2022.

Antônio Romão França (Sarney), 90 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 18/12/2021.

Augusta Costa Ferraz, 65 anos, pajé, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Apertado, Pinheiro, Maranhão, em 07/08/2022.

Bertolina Silva (Biluca), 87 aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Galiza, Presidente Sarney, Maranhão, em 08/03/2022.

Cirilo Nunes, 74 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Aldeia, Presidente Sarney, Maranhão, em 06/03/2022.

Conceição Pimenta (Conceição Quatí), 84 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Aldeia, Presidente Sarney, Maranhão, em 2015 e 08/03/2022.

Domingas Chagas Lopes, 77 anos, mãe de Inácia de Jesus Lopes. Entrevista concedida à autora no Povoado Três Furos, Presidente Sarney, Maranhão, em 22/07/2022.

Floriana Miguens, (Dona Flôr), 75 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora e a Isaias Costa, no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 06/2015.

Floriana Miguens, (Dona Flôr), 75 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 16 e 17/04/2022.

Inácia de Jesus Lopes Ferreira (De Jesus), 61 anos. Entrevista concedida à autora no município de Presidente Sarney, Maranhão, em 21/07/2022.

Inácio da Loiola Rodrigues (Pampanchí), 80 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Feliciano, Presidente Sarney, Maranhão, em 07/03/2022.

João Martins, 72 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora e a Elilmara Mendes, no município de Pinheiro, Maranhão, em 14/01/2016.

João Sarges (João Lopes), 80 anos, lavrador, aposentado e esposa Francisca das Chagas Lopes Pimenta (Chiquinha), 52 anos. Entrevista concedida à autora no Povoado Apertado, Pinheiro, Maranhão, em 29/07/2022.

João Silva (João Darda), 91 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Galiza, Presidente Sarney, Maranhão, em 08/03/2022.

José Maria Corrêa (Zé Maria Curtidor), 78 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Três Furos, Presidente Sarney, Maranhão, em 22/07/2022.

José Maria Ribeiro, 76 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Aldeia, Presidente Sarney, Maranhão, em 06/03/2022.

Josefa Ribeiro (Josefa Talegá), 90 anos, aposentada, ex-moradora do Povoado Aldeia. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 22/02/2022.

Juscelino Miguens, 56 anos, lavrador. Entrevista concedida à autora e a Isaias Costa, no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 06/2015.

Juscelino Miguens, 62 anos, lavrador. Entrevista concedida à autora no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 16 e 17/04/2022.

Leônidas da Silva Ramos (Leonidas Cutia), 78 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 16/04/2022.

Lourença Ribeiro Ramos (Dona Lolinha), 72 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 16 e 17/04/2022.

Lourenço dos Santos Silva, 70 anos, lavrador, aposentado, filho de Verônica Ribeiro. Entrevista concedida à autora no Povoado Aldeia, Presidente Sarney, Maranhão, em 08/03/2022.

Lourival Ribeiro Barreto (Seu Moía), 78 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Curva, Santa Helena, Maranhão, em 22/07/2022.

Lúcia Furtado Lopes (Lucy), 90 anos, aposentada e a filha Francisca Lopes Furtado, 68 anos. Entrevista concedida à autora no Povoado Curva, Santa Helena, Maranhão, em 22/07/2022.

Luís Carlos Teixeira (Luís Lopes), 63 anos, pajé, esposo de Sebastiana Teixeira. Entrevistas concedidas à autora na Comunidade Quilombola Imbiral – Cabeça Branca, Pedro do Rosário, Maranhão, em 12 e 13/06/2022 e em 12/08/2022.

Manoel Marcelino D'Ávila Lopes, 89 anos, aposentado, pai de Luís Lopes. Entrevista concedida à autora na Comunidade Quilombola Imbiral – Cabeça Branca, Pedro do Rosário, Maranhão, em 13/06/2022.

Manoel Ramos, 81 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 12/2015.

Maria Cristina Ribeiro da Silva, 76 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no município de Presidente Sarney, Maranhão, em 15/03/2022.

Maria José Araújo, 78 anos, lavradora, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Pacheco, Presidente Sarney, Maranhão, em 23/07/2022.

Maria Maura Lopes (Cotinha), 75 anos aproximadamente, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Ilha Grande, Pinheiro, Maranhão, em 11/06/2022.

Maria Silva Pereira (Maria Traíra), 82 anos, ex-moradora do Povoado Galiza, irmã de Bertulina Silva. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 06/08/2022.

Mário Ribeiro (Marinho), 63 anos. Entrevista concedida à autora e a Beatriz Souza, no Povoado Aldeia, Presidente Sarney, Maranhão, em 07/2013.

Marinilde Santos, 79 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 21/03/2022.

Marli Anacleto Roland, 64 anos, costureira, aposentada. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 09/09/2021.

Odinéia Sarges Soares, 84 anos aproximadamente, irmã de João Lopes. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 31/07/2022.

Paulo dos Santos Oliveira (Paulo Manga), 75 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora, a Beatriz Souza, Betânia Lobato e Seu Marinho, no Povoado Santa Galo, Presidente Sarney, Maranhão, em 07/2013.

Paulo dos Santos Oliveira (Paulo Manga), 77 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora e a Isaias Costa, no Povoado Santa Galo, Presidente Sarney, Maranhão, em 01/2015.

Paulo dos Santos Oliveira (Paulo Manga), 83 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Santa Galo, Presidente Sarney, Maranhão, em 07/03/2022.

Pedrolina Miguens (Dona Pêdra), 55 anos. Entrevista concedida à autora e a Isaias Costa, no Povoado Tiquireiro, Pinheiro, Maranhão, em 06/2015.

Raimundo Júlio Viveiro, 74 anos, e a esposa Maria Benedita do Nascimento (Bibi), 60 anos aproximadamente. Entrevista concedida à autora no Povoado Cordolina, Presidente Sarney, Maranhão, em 22/07/2022.

Raimundo Pereira (Mundiquinho Pereira), 95 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Ribeirão do Meio, Pinheiro, Maranhão, em 14/12/2021.

Renê Soares, 78 anos, lavrador, aposentado. Entrevista concedida à autora na Comunidade Quilombola Mato dos Brito, Presidente Sarney, Maranhão, em 18/02/2022.

Sebastiana dos Santos Lopes Teixeira, 64 anos, professora, esposa de Luís Lopes. Entrevista concedida à autora na Comunidade Quilombola Imbiral – Cabeça Branca, Pedro do Rosário, Maranhão, em 12/06/2022.

Sérvulo Soares, 93 anos e Tomázia Ribeiro, 92 anos, casados, ex-moradores do Povoado Aldeia. Entrevista concedida à autora no município de Presidente Sarney, Maranhão, em 24/04/2022.

Terezinha Ribeiro Louredo, 86 anos, aposentada, ex-moradora do Povoado Santa Galo. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 11/03/2022.

Ventura Ribeiro Moreira, 61 anos. Entrevista concedida à autora no Povoado Galiza, Presidente Sarney, Maranhão, em 22/07/2022.

Ventura Silva, 100 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no município de Presidente Sarney, Maranhão, em 15/03/2022.

Verônica Ribeiro, 85 anos, aposentada. Entrevista concedida à autora no Povoado Santa Galo, Presidente Sarney, Maranhão, em 07/03/2022.

Virgínia Costa da Silva, 70 anos e a irmã Bárbara Nunes, 55 anos. Entrevista concedida à autora no Povoado Pampilhosa, Pinheiro, Maranhão, em 18/06/2022.

Walter Lourenço Moraes (Chilloba), 88 anos, aposentado. Entrevista concedida à autora no Povoado Ribeirão do Meio, Pinheiro, Maranhão, em 01/10/2021.

Zilda Silva, 67 anos. Entrevista concedida à autora no Povoado Galiza, Presidente Sarney, Maranhão, em 08/03/2022.

Zilma Louredo, 63 anos, professora. Entrevista concedida à autora no município de Pinheiro, Maranhão, em 10/11/2020.



*"Mãe, você nunca me falou que
estudava aí na beira do campo."
(2021)*